



CRÍTICA METODOLÓGICA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL

APÊNDICE COM TEXTOS DE

Pierre Bourdieu ("A Opinião Pública não Existe" e "Os Doxósofos"); Liliane Kandel ("Reflexões sobre o Uso da Entrevista, Especialmente a Não-Diretiva, e sobre as Pesquisas de Opinião"); Guy Michelat ("Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia"); Jacques Maître ("Sociologia da Ideologia e Entrevista Não-Diretiva"); Raniero Panzieri ("A Concepção Socialista da Enquete Operária") e Dario Lanzardo ("Marx e a Enquete Operária").

Coleção Teoria e História 6

Michel J. M. Thiollent

**CRÍTICA
METODOLÓGICA,
INVESTIGAÇÃO SOCIAL
& ENQUETE OPERÁRIA**

**Com Textos Metodológicos de Pierre BOURDIEU,
Liliane KANDEL, Guy MICHELAT, Jacques MAÎTRE,
Raniero PANZIERI e Dario LANZARDO.**

5ª edição

**editora polis
1987**

COLEÇÃO TEORIA E HISTÓRIA

Conselho Editorial:

José Álvaro Moisés
José César A. Gnaccarini
Paulo Silveira
Sedi Hirano
Victor Knoll

Capa de
LÚCIO YUTAKA KUME

1987

LIVRARIA E EDITORA POLIS LTDA.
04138 — R. Caramuru, 1196 — (011) 275-7586
São Paulo

Sumário

Apresentação 7

PARTE I: PROBLEMAS TEÓRICOS E PRÁTICOS DAS ENQUETES

Introdução: A Procura de Alternativas Metodológicas 15

Capítulo I: Definição das Técnicas de Pesquisa 31

Capítulo II: A Falsa Neutralidade das Enquetes Sociológicas 41

I. Neutralidade Axiológica e Neutralidade Metodológica 41

II. As Técnicas de Pesquisa como "Teorias em Atos" 44

III. A Imposição de Problemática do Questionário 47

IV. Desníveis de Comunicação entre Investigadores e Entrevistados 52

V. Princípios Moral e Político de Produção das Opiniões . 57

VI. Limitação "Conformista" do Questionário 63

VII. Contexto Político das Sondagens de Opinião e Utilização Ideológica de Resultados de Pesquisas Eleitorais 66

Capítulo III: O Processo de Entrevista 79

I. Da Entrevista Padronizada à Entrevista Não-Diretiva . 79

II. Problematização da Situação de Entrevista 82

III. Uso Sociológico da Entrevista Não-Diretiva 84

IV. Captação de Informação na Interseção do Social e do Psicológico 88

V. Atenção Flutuante e Não-Diretividade 90

VI. Categorização e Projeção 95

<i>Capítulo IV: Sobre a Enquete Operária</i>	101
I. Enquete Operária e Tradição Socialista	102
II. A Problemática do Questionário de 1880	105
III. Objetivos Metodológicos e Efeitos de Explicação	109
IV. Função Política da Enquete e Recursos Sociológicos ..	114
V. Alternativa em Sociologia do Trabalho	120
VI. Exigências Científicas e Exigências Políticas	124
<i>Conclusão</i>	127

PARTE II: TEXTOS SELECIONADOS

<i>Texto 1: A Opinião Pública não Existe — Pierre BOURDIEU</i>	137
<i>Texto 2: Os Doxósofos — Pierre BOURDIEU</i>	153
<i>Texto 3: Reflexões sobre o Uso da Entrevista, Especialmente a Não-Diretiva, e sobre as Pesquisas de Opinião — Liliane KANDEL</i>	169
<i>Texto 4: Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia — Guy MICHELAT</i>	191
<i>Texto 5: Sociologia da Ideologia e Entrevista Não-Diretiva — Jacques MAÎTRE</i>	213
<i>Texto 6: A Concepção Socialista da Enquete Operária — Raniero PANZIERI</i>	225
<i>Texto 7: Marx e a Enquete Operária — Dario LANZARDO</i>	233

ANEXOS

<i>Anexo 1: O Questionário de 1880 — Karl MARX</i>	249
<i>Anexo 2: Pesquisa sobre a Consciência de Classe — Bruno TRENTIN</i>	257
<i>Índice Onomástico</i>	263
<i>Índice Remissivo</i>	267

Apresentação

O objetivo da publicação deste livro é tornar acessível ao leitor brasileiro interessado em metodologia das ciências sociais um conjunto de textos relativos à crítica das técnicas de pesquisa, principalmente questionários e entrevistas. O questionamento proposto abrange dois universos de pesquisa: (a) O universo da pesquisa de opinião tal como é praticada por homens de *marketing*, politicólogos e sociólogos e (b) o universo da enquete operária tal como é praticável numa concepção militante da investigação.

Com relação ao primeiro, foram selecionados cinco textos:

- Dois artigos de Pierre Bourdieu, “A Opinião Pública não existe”¹ e “Os Doxósofos”,² apresentam elementos de uma aguda crítica da metodologia da pesquisa de opinião, especialmente no contexto da sociologia eleitoral. A crítica destaca o caráter forçado da captação das opiniões e aponta a função ideológica das sondagens.
- Os artigos de Liliane Kandel, “Reflexões sobre o Uso da Entrevista, Especialmente a Não-Diretiva, e sobre as Pesquisas de Opinião”,³ de Guy Michelat, “Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia”⁴ e de Jacques Maître, “Sociologia da Ideologia e Entrevista Não-Diretiva”⁵ são três importantes contribuições sobre o uso sociológico das técnicas de entrevista. A reflexão epistemológica que estes artigos desenvolvem mostra toda a complexidade dos dados obtidos em situação de entrevista marcada pela interseção do campo social e do campo psicológico.

(1) *Les Temps Modernes*, nº 318, jan. 1973, p. 1292-1304.

(2) *Minuit*, nº 1, nov. 1972, p. 26-45.

(3) *Epistémologie Sociologique*, nº 13, 1972, p. 25-46. Bibl.

(4) *Revue Française de Sociologie*, XVI, 1975, p. 229-47.

(5) *Revue Française de Sociologie*, XVI, 1975, p. 248-56.

Com relação ao segundo universo, a bibliografia é escassa. Dois textos foram selecionados:

— Os artigos de Raniero Panzieri, “Concepção Socialista da Enquete Operária”⁶ e de Dario Lanzardo, “Marx e a Enquete Operária”⁷ apresentam reflexões sobre a investigação concreta no contexto da teoria e da prática do materialismo histórico. A partir de uma reavaliação do questionário concebido por K. Marx em 1880, a proposta dos autores visa a uma atualização de um modo de investigação junto ao movimento operário no capitalismo de hoje. De acordo com R. Panzieri, levar em consideração, de maneira crítica, as contribuições da sociologia convencional é uma condição necessária para o aperfeiçoamento da enquete operária a ser concebida, segundo nossa interpretação, como um tipo muito particular de pesquisa-ação.

Os sete textos selecionados constituem a segunda parte do livro. A primeira, de nossa autoria, é composta de observações e comentários relacionados com o conteúdo dos textos de referência. Mais do que uma simples apresentação, trata-se de uma elaboração própria cujo objetivo é principalmente didático, pelo fato de visar a tornar mais explícita a presença de várias linhas metodológicas ou de vários quadros de referência no seio do que é considerado pesquisa sociológica. Ao acompanharem os três grupos de artigos anteriormente citados, nossos comentários incluem informações complementares provenientes de outras fontes para compararmos várias posições e discutirmos os temas principais. A partir da diversidade vigente não pretendemos chegar a uma posição definitiva, não queremos construir um modelo ideal de metodologia científica nem diluir as diferentes opções no ecletismo.

O Capítulo 1, de caráter descritivo, tem como objetivo uma simples definição das principais técnicas de pesquisa e de certas definições técnicas (por exemplo, questão aberta/question fechada). Trata-se de estabilizar o vocabulário mínimo para facilitar a compreensão e evitar certos mal-entendidos. A leitura do capítulo é dispensável para quem já está a par desse vocabulário.

O Capítulo 2 acompanha os textos 1 e 2 de Pierre Bourdieu. Apresentamos uma seleção de temas metodológicos relacionados com a problemática do autor e que dizem respeito à falsa neutralidade das enquetes sociológicas: (a) A crítica da neutralidade metodológica deve ultrapassar a clássica concepção da neutralidade axiológica desenvolvida por Max Weber. (b) Segundo a epistemologia, cada técnica é uma

(6) Quaderni Rossi, *Luttes de Classes en Italie et Capitalisme d'Aujourd'hui*, François Maspero, Paris, 1968, p. 109-16.

(7) *Idem*, p. 117-31.

“teoria em atos”, isto é, contém pressupostos teóricos relativos à estrutura do objeto investigado. Como se aplica este princípio ao caso da técnica do questionário de opinião? (c) Os questionários, mesmo os mais “neutros”, contêm uma problemática que é imposta aos entrevistados independentemente da sua relevância, o que torna duvidosa a comparabilidade das respostas. (d) Na comunicação entre investigadores e entrevistados existe um desnível cultural. Em que medida os esforços de redigir o questionário em termos familiares solucionam o problema? (e) Certas respostas morais ou estereotipadas formuladas pelos homens simples são interpretadas pelos cientistas como respostas políticas, o que, segundo P. Bourdieu, distorce a interpretação de problemas tais como o autoritarismo. (f) Na sua concepção convencional, o questionário contém uma limitação “conformista” que o torna incapaz de apreender fenômenos de crise ou de mobilização de opiniões. (g) Os pressupostos das sondagens de opinião predispoem a uma utilização ideológica (tipo consensualista) dos resultados, especialmente no caso das pesquisas eleitorais, quando se trata de contribuir à ilusão de democracia.

Relativo ao processo de entrevista, o Capítulo 3 acompanha a leitura dos textos 3, 4 e 5 de Liliane Kandel, Guy Michelat e Jacques Maître, respectivamente. Entre os diversos aspectos do conteúdo, destacaremos os seguintes: (a) Muitas das críticas metodológicas referentes ao questionário, apresentadas no capítulo anterior, aplicam-se também às técnicas de entrevista, especialmente à entrevista não-diretiva. (b) A problematização da situação de entrevista pode ser feita em termos psicológicos (situação face a face) e em termos sociológicos (aspectos institucionais da pesquisa). Criticar a desigualdade das trocas em situação de entrevista supõe que seja questionada a não-iniciativa das pessoas e dos grupos investigados. Tal ausência de iniciativa não é condição *sine qua non* de cientificidade. (c) Em seguida é discutida a utilização da entrevista no contexto da pesquisa sociológica como meio de descrever os modelos culturais contidos nas verbalizações e que são reveladores de determinadas posições sociais. (d) A busca de modelos culturais nas verbalizações dos entrevistados envolve complexas questões teóricas relativas à interseção do campo social e do campo psicológico. (e) As contribuições freudiana e rogeriana levantadas por Michelat e Maître merecem ser discutidas de maneira mais pormenorizada. Atenção flutuante e não-diretividade não devem ser confundidas. (f) Decorrentes dos itens precedentes, as questões da categorização e da projeção, que existem tanto ao nível das respostas dos entrevistados quanto ao nível das interpretações dos analistas, merecem algumas observações específicas.

O Capítulo 4 corresponde aos textos 6 e 7 de Raniero Panzieri e Dario Lanzardo sobre a enquete operária. (a) Em primeiro lugar, situamos a enquete operária no seu contexto histórico, onde ela é inti-

mamente associada à prática do movimento socialista desde o fim do século passado. (b) Em seguida é discutida a problemática do questionário na concepção da enquete operária. (c) Esta problemática entra em contradição com a concepção convencional da pesquisa de opinião. A explícita imposição de problemática não pode ser avaliada negativamente tal como no caso do questionário comum. Pois, na enquete operária, trata-se de produzir certos esclarecimentos para incitar os respondentes a superarem as respostas estereotipadas e a desenvolverem suas faculdades de observação crítica. Isto supõe uma redefinição dos objetivos metodológicos e dos efeitos de explicação. (d) Relativa à atualização da enquete operária como modo de investigação e como instrumento de trabalho político junto à classe operária, a proposta de R. Panzieri merece ser examinada tanto do ponto de vista do marxismo como da sociologia. Quais seriam as possíveis contribuições da sociologia? (e) O modo de investigação derivado da enquete operária seria eventualmente aplicável dentro de uma concepção alternativa em sociologia do trabalho. (f) Finalmente, são indicadas algumas das exigências e das dificuldades relativas ao equilíbrio entre o lado técnico-científico e o lado político da investigação.

Sem dúvida, este levantamento de temas e de problemas não chega a esgotar a riqueza dos textos selecionados. Contando com muitas referências adicionais, nossos comentários oferecem ao leitor uma guia a ser aproveitada, com a leitura simultânea dos textos, para pôr em questão o próprio questionamento sociológico e suas implicações políticas tanto no caso da sociologia convencional como no contexto da investigação não convencional.

Não pretendemos que a avaliação das técnicas de pesquisa contida neste livro seja a única possível ou a mais agradável. Em ruptura com a concepção burocrática ou academicista compartilhada por muitos universitários e pesquisadores, os argumentos da nossa avaliação talvez sejam irritantes para quem já passou da idade de questionar sua própria prática. Todavia, estamos convencidos de que esta avaliação vai ao encontro das preocupações de muitos estudantes e pesquisadores em ciências sociais, particularmente entre aqueles que procuram caminhos de pesquisa fora da facilidade. Tivemos oportunidade de apresentar os principais temas abordados no livro em cursos de metodologia e seminários organizados em várias universidades brasileiras desde 1975. A ótima receptividade dos alunos e as discussões promovidas por eles constituíram o maior apoio para a realização e a publicação deste livro.

No seu conjunto, *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária* não é um manual de "Métodos e Técnicas de Pesquisa" nem é um breviário de "Método Científico"; é apenas um instrumento de trabalho e de reflexão para quem utiliza questionários e entrevistas enquanto técnicas de pesquisa ou para quem estuda as ciências sociais

(sociologia, ciência política, pesquisa em educação ou em comunicação, etc.) com certo recuo crítico.

O leitor brasileiro não é convidado a assimilar mais um *textbook* de autores estrangeiros. O caráter aberto das diversas indicações metodológicas apresentadas e a referência a problemas encontráveis na concepção das pesquisas no Brasil devem incitar o leitor a um esforço intelectual que nada tem a ver com o consumismo cultural ao qual tanta gente acaba se acostumando.

A reflexão e a troca de experiências em matéria de pesquisa deverão permitir, num futuro próximo, a elaboração e a publicação de textos mais desenvolvidos e mais sistemáticos sobre a crítica da metodologia sociológica. Esperamos que a nossa *Crítica Metodológica* contribua para estimular a discussão e a "imaginação sociológica", especialmente entre estudantes e jovens pesquisadores.

*
* * *

Nesta 3ª edição são incorporadas referências a trabalhos mais recentes dando continuidade ao empreendimento (veja, p. 33).

Parte I: Problemas Teóricos e Práticos das Enquetes

Introdução:

A Procura de Alternativas Metodológicas

A discussão das técnicas de pesquisa sociológica pode aparecer, à primeira vista, como assunto estranho: muitas vezes essas técnicas são apresentadas como instrumentos do “Método Científico” que fogem a qualquer crítica. Embora sejam ignoradas ou desprezadas pelos técnicos da investigação social, muitas críticas já foram formuladas a respeito do uso de questionários e de entrevistas individuais no contexto da análise sociológica. Não se trata de negar a necessidade de tais instrumentos sem os quais a pesquisa sociológica perderia sua especificidade, mas sim de pôr em questão a concepção da técnica, sua estrutura interna e as condições de aplicação, variáveis segundo os tipos de população e de assuntos. Tal questionamento desemboca numa discussão acerca da prática dos sociólogos. O tipo de conhecimento social encomendado pelas burocracias é condicionado pelas exigências do mercado, por certas características culturais e pelos imperativos de carreira dos investigadores, tendo como efeito desestimular o espírito crítico, a problematização e a teorização sem compromisso. A aplicação dos instrumentos se torna um fim em si. É neste contexto que achamos útil um questionamento das técnicas, prosseguindo um debate, já antigo na história das ciências sociais, cujos elementos giram em torno do empiricismo, e eventualmente do positivismo da observação. Considerando que a crítica do empiricismo é indispensável e que, em alguns casos, quando mal definida, a mesma crítica se torna um obstáculo à realização de investigações concretas, achamos necessária uma rápida apresentação de seus principais aspectos que estão em discussão e dentro dos quais situaremos a nossa própria perspectiva de discussão das técnicas de investigação.

Nos últimos trinta anos, a investigação sociológica tem sido dominada, em vários países, por uma orientação metodológica que privilegia as técnicas de medição das opiniões e das atitudes individuais coletadas por meio de questionários. A maior quantidade de pesquisas deste tipo abrange as mais diversas áreas, tais como as comunicações em massa, a propaganda, a educação, os preconceitos racistas, o meio fabril, a sexualidade, o consumo, etc. Todavia, os próprios organizadores de tais pesquisas — quando dispõem de espírito crítico — estão cientes da dispersão e da fraqueza dos resultados, que trazem poucas contribuições à ciência social. Muitos universitários consideram que a pesquisa empírica predominante apresenta uma grande utilidade para os gerentes de empresa, os políticos, os propagandistas, etc., e pouca relevância para a ciência, sobretudo quando esta é concebida num sentido crítico. A fraqueza dos resultados científicos e o compromisso — explicitamente assumido ou não — com os “homens do sistema” foram os principais alvos das críticas ao empiricismo na metodologia das ciências sociais.

Críticas de caráter global relativas ao empiricismo sociológico foram formuladas por autores de diferentes escolas e a partir de diferentes problemáticas. Entre os mais conhecidos, podemos citar P. A. Sorokin e C. Wright Mills no contexto da sociologia americana,¹ T. W. Adorno e outros pensadores da Escola de Frankfurt no contexto da sociologia alemã² e, no contexto da sociologia francesa, Pierre Bourdieu (cuja problemática será amplamente apresentada no Capítulo 2) e outros autores de orientação marxista althusseriana.³

Não há espaço, nesta introdução, para inventariarmos todas as críticas provenientes das diversas escolas. Simplesmente, destacaremos dois grupos de idéias gerais razoavelmente aceitas. (a) É criticado o caráter anti-histórico ou antidialético dos procedimentos que pretendem captar a realidade social a partir de uma “fotografia” instantânea da opinião pública sem problematizar o que é a opinião pública e sem

(1) Ver: SOROKIN, P. A., *Novas Teorias Sociológicas*, Globo/EDUSP, Porto Alegre, 1969. (Especialmente: Segunda Parte: “A Tendência Nominalista-Singularista-Atomista”, p. 37-124.) Ver a crítica do “empirismo abstrato” em: MILLS, C. W., *A Imaginação Sociológica*, Zahar, Rio de Janeiro, 1972. Especialmente, Capítulos 3, 4 e 5.

(2) ADORNO, T. W., “Sociologia y investigación empírica”, em *La Disputa del Positivismo en la Sociología Alemana*, Grijalbo, Barcelona, 1973, p. 81-100.

(3) BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. e CHAMBOREDON, J. C., *Le Métier de Sociologue*, Mouton, Paris-Haia, 2ª ed., 1973. Edição castelhana: Siglo XXI. Ver também crítica do empiricismo e do formalismo, na linha althusseriana, em: CASTELLS, M. e IPOLA, E. de, *Prática Epistemológica e Ciências Sociais*, Afrontamento, Porto, 1978.

levar em conta as estruturas e os movimentos sociais. Quando construída a partir de dados obtidos por técnicas de pesquisa de opinião dos indivíduos, a representação do social é atômica, individualista ou psicologizante. A sociedade chega a ser considerada, no limite, como adição de indivíduos, as ideologias ou a cultura como adição de opiniões e comportamentos individuais, etc. Isto impede uma adequada conceituação da estrutura social, sobretudo quando esta tenciona dar conta das relações de classes. (b) A concepção empiricista é também criticada pelo fato de desprezar a elaboração teórica e de supervalorizar a observação concebida em moldes positivistas. Os sociólogos empiricistas pretendem construir teorias não a partir de problemáticas prévias, mas sim a partir do processamento de dados de onde deveriam surgir os conceitos, as hipóteses e as teorias entendidas como generalizações de hipóteses empiricamente comprovadas. A crítica mostra que todas essas operações sempre são alimentadas por uma problemática implícita, muitas vezes ideológica. Os dados por si só não são geradores de conceitos e de explicações. Sempre intervém uma problemática. Ao nível da observação enquanto momento de obtenção de dados, os empiricistas demonstram uma nítida preferência para a concepção positivista derivada da concepção fisicista da observação. A realidade social é considerada como realidade natural: trata-se de a decompor em unidades elementares, no caso em indivíduos ou grupos, que serão submetidos à medição de certos de seus atributos (opiniões, atitudes, renda, idade, etc.). A natureza social e envolvente da relação entre observador e observado escapa à problematização da situação de observação quando esta é concebida em moldes positivistas.

Apesar da diversidade e da amplitude das críticas de ordens epistemológica e prática à orientação empiricista dominante, devemos constatar que, no contexto social da atuação do sociólogo, existem poucas alternativas concretas. A superação do empiricismo não supõe apenas uma abstrata adesão aos princípios gerais da crítica. Para se efetivar tal superação, é preciso imaginarmos profundas transformações nas instituições de pesquisa, nos interesses aos quais respondem, na formação, nos valores e na mentalidade dos pesquisadores e, finalmente, nos modos de relação entre o universo dos investigadores e dos investigados. Entre tantos aspectos do problema, podemos notar que a profissionalização dos sociólogos — possível legítima defesa corporativa — tende a exigir deles o conhecimento de técnicas rotineiras que, independentemente de seu fraco valor científico, é requerido em termos de qualificação profissional para competir no mercado de trabalho. Tal requisito tem a ver com a dependência da sociologia, e mais ainda da psicossociologia, para com as burocracias e o mundo dos negócios em geral. Isto contribui para reduzir o leque das opções metodológicas, a inibir as inovações descomprometidas e a aumentar a distância entre a pesquisa convencional e a teorização sociológica.

Nota-se que o "realismo profissional" induz muitos pesquisadores a se tornarem meros burocratas, aos olhos dos quais qualquer esforço crítico parece ser preocupação de desempregados, de marginais, de subversivos, etc. Seria interessante investigar como o domínio de um certo saber "técnico" enrijece o pensamento e conformiza os comportamentos. Tal fato é relativamente independente de eventuais afiliações políticas "progressistas".

A crítica geral do empiricismo ou a denúncia do compromisso desta orientação com o sistema vigente são, sem dúvida, um passo necessário, mas se revelam insatisfatórias quando não desembocam num segundo passo: o de uma reflexão sobre os instrumentos particulares disponíveis. Tal reflexão deveria conduzir a uma reelaboração, uma modificação das técnicas convencionais mesmo nos contextos institucionais dominantes quando o permitem, isto é, quando não chegaram ao ponto de serem internamente "totais", ou totalitários, talvez. A mesma reflexão deveria também imaginar novos dispositivos de questionamento e de interpretação da realidade social sem dependência institucional e de um modo metodologicamente rigoroso e cultural e politicamente descomprometido.

II

Vejamos, agora, como, no contexto universitário, certas críticas ao empiricismo foram longe demais, até o ponto de se tornarem um obstáculo para a investigação sobre problemas concretos e relevantes. Superar tal obstáculo supõe que seja redefinido o empiricismo com cuidados para evitar o teoricismo.

A partir do fim dos anos 60, as severas críticas formuladas contra as técnicas de investigação, tanto no plano epistemológico quanto no plano sociopolítico, contribuíram para desprestigiar a sociologia empírica, principalmente a norte-americana. O fato se desencadeou em vários países e ampliou-se por intermédio da contestação estudantil, muito viva na área das ciências sociais. A crítica entrou nos programas dos cursos das universidades consideradas como as mais "abertas" ou mais "avançadas". Paralelamente, a metodologia empiricista e a correspondente tecnologia de pesquisa tendiam a serem monopolizadas por instituições e centros de estudos fechados à onda de contestação e ligados ao mundo da propaganda, da administração e dos negócios.

Em vários estabelecimentos de ensino "avançado" ou "crítico" chegou-se a uma situação de relativo impasse, talvez por insuficiência de alternativas reais ao nível da organização de pesquisas e ao nível da didática. A organização de pesquisas depende das fontes de financiamento que, em geral, relutam em apoiar grupos de pesquisadores não convencionais. No plano didático, devemos notar que, freqüentemente,

a condenação do empiricismo é oferecida aos alunos em cursos de metodologia desde o começo da graduação sem que os professores tenham definido cuidadosamente em que consiste o próprio empiricismo, o que induz muitos alunos a confundirem empiricismo e observação em geral, e a rejeitarem qualquer tipo de técnica de pesquisa. Neste contexto, quando não recusada em bloco, a sociologia é considerada como disciplina essencialmente humanística ou política que não precisa observar ou questionar a realidade concreta, nem construir ou verificar hipóteses. Ora, considerando as deficiências do ensino das matérias ditas "teóricas" e a rejeição *a priori* das técnicas ditas "empiricistas", muitos alunos se sentem bastante desorientados ao saírem das universidades. São péssimos filósofos ao nível da manipulação das idéias gerais e péssimos pesquisadores, porque incapazes de qualquer observação que não seja de ordem intuitiva. No ensino crítico, a crítica ao empiricismo e a condenação do mesmo são muitas vezes apressadas e não oferecem alternativas adequadas. O mesmo fenômeno é observável no que tange à condenação do positivismo e do funcionalismo. Em nível de pós-graduação, a inadequada crítica ao empiricismo contribui para reforçar, na escolha dos temas de teses, as tendências elitistas, superteorizantes ou até megalomaniacas. O estudo dos problemas sociais gritantes é desprezado e a elaboração de novos modos de relacionamento entre mundo acadêmico e mundo real desaparece enquanto preocupação crítica.

Na nossa perspectiva, trata-se de criticar o uso das técnicas de pesquisa, a partir de um conhecimento relativamente aprofundado de seus mecanismos e não a partir da condenação de um demônio chamado "empiricismo". A noção de observação não deve ser considerada como sinônima de empiricismo. É preciso entendermos que este último é apenas uma ideologia particular da observação. Criticar as ideologias da observação, sejam elas empiricistas, positivistas ou psicologistas, não consiste em rejeitar todo tipo de observação ou de questionamento concreto, sempre indispensável em qualquer pesquisa científica para dar conta do real e eventualmente enriquecer a teoria. A crítica do empiricismo deve ser encarada como crítica de um enfoque tendencioso, de um desvio de investigação ou de uma paralisia do raciocínio. Isto não pode ser interpretado como recusa em examinar pormenorizadamente a realidade concreta e as opiniões que se manifestam a respeito dela. A crítica do empiricismo não deve favorecer o desvio oposto que podemos chamar "teoricismo" e que consiste em um discurso supergeneralizante. Tal discurso tira a sua força de convicção não da comprovação fatural, mas apenas de argumentos simbólicos dependentes do *status* do locutor.

Para desenvolver a crítica ao empiricismo sem risco de afastar, *a priori*, todos os tipos de observação, é bom lembrar-se que, em francês, na linguagem popular do século XVII, o substantivo *empi-*

rique designava, com conotação pejorativa, os pseudomédicos ou curandeiros. Hoje em dia, poderíamos definir o sociólogo empirista como um tipo de "curandeiro social" que investiga a realidade sem conhecimento teórico adequado e sem vigilância epistemológica. Suas crenças, geralmente ligadas às ideologias conformistas da classe média, funcionam no decorrer da pesquisa como critérios de avaliação e de decisão metodológica. A pesquisa empiricista consiste apenas na aplicação de regras de contagem de opiniões ou sentimentos cuja fetichização do aspecto técnico tenta dissimular os pressupostos ideológicos que, muitas vezes, revelam alguma afinidade com o tecnocratismo. A pedido dos donos do poder, os "curandeiros sociais" propõem remédios técnicos e psicológicos (tipo manipulação das atitudes) para os males sociais cuja dimensão política fica ignorada.

Na sua versão "ingênua", o empiricismo consiste na pretensão de explicar os fenômenos sem passar pela elaboração teórica. Para o empiricista puro, todas as teorias prévias são vãs filosofias. O ponto de partida seria o fato bruto observado sem mediação de categorias ou de um corpo teórico preexistente. O que constitui uma ilusão na medida que, sejam quais forem as palavras, é impossível descrever qualquer objeto sem o intermédio da linguagem, cujas categorias e cuja sintaxe sempre envolvem pressupostos comprometidos com alguma representação de ordem cultural, ideológica ou teórica. O empiricismo se apresenta como desprezo da conceituação e da teorização em prol de uma "religião" da observação e dos dados. Nesta linha, a conceituação e a teoria não são pontos de partida da investigação a serem retificadas, enriquecidas ou comprovadas pela observação, mas, ao contrário, são os resultados de um "arranjo" de dados coletados. Esta dependência da observação, sempre considerada neutra e desprovida de interferências, pode ser caracterizada como a "ilusão da imaculada percepção", mito cognitivo segundo o qual seria possível observar ou perceber o real sem conceitos ou categorias preexistentes ao ato de observar ou de perceber. Em termos mais abstratos e de um ponto de vista epistemológico, o empiricismo pode ser caracterizado como um tipo de relação entre o sujeito cognoscente e o objeto de conhecimento na qual o sujeito "desaparece" em prol do objeto ou "fato" cujo conhecimento estaria contido nele próprio, independentemente da intervenção de uma problemática. Tal posição supõe que permaneçam confundidos o objeto real e o objeto de conhecimento, a representação do primeiro.

O empiricismo "ingênuo" existe na investigação sociológica quando o pesquisador pretende, sem problemática prévia, descobrir, a partir de um processamento de dados, "leis" ou até "teorias" relevantes do ponto de vista da sociologia. O processamento comum consiste no cruzamento de dados objetivos (idade, sexo, profissão, renda) e de dados subjetivos (opiniões, preferências, etc.). Teorias construídas a partir desses dados são freqüentemente ilusórias porque se contentam

em registrar certas correlações entre os fatores objetivos e subjetivos sem chegarem a explicar como a idade, o sexo ou a profissão determinam tal ou qual opinião. Mesmo sem querer, o empiricista é levado a fazer depender os fenômenos sociais de certas características individuais. Mais do que resultados das práticas ideológicas das classes sociais, do Estado e outras instituições, as opiniões aparecem como atributos escolhidos pelos indivíduos. Verdadeiras teorias relacionando opiniões com idade, sexo ou profissão deveriam ser derivadas de problemáticas da ideologia e de suas variações relacionadas com as gerações, a sexualidade e as classes sociais. Tais problemáticas nunca serão obtidas apenas nos resultados de enquête. É preciso levar em conta as pré-teorias disponíveis para construir modelos explicativos ou interpretativos a serem testados por diversos procedimentos de pesquisa.

Enquanto instrumento de observação e/ou de questionamento (veremos a distinção no próximo item), a enquête sociológica é indispensável para obter a informação necessária ao cotejo dos fatos com a teoria. Sem investigação concreta, a sociologia não está longe de ser um discurso filosófico ou político arbitrário. Por outro lado, sem problemática teórica a sociologia é considerada apenas como enquête e degenera em vulgar pesquisa de opinião ou em pesquisa administrativa totalmente permeada pelo empiricismo e pela ideologia a curto prazo dos utilizadores da pesquisa. O uso de questionários e entrevistas não é sinônimo de empiricismo quando estas técnicas, consideradas como meios de captação de informação, a ser criticada, e não como fins em si, são submetidas ao controle metodológico e subordinadas a uma verdadeira preocupação de teoria sociológica. O controle metodológico de que se trata aqui pode ser considerado como um dos aspectos da vigilância epistemológica redefinida por P. Bourdieu.⁴ Tal controle consiste, em particular, na evidenciação dos pressupostos de “teoria em atos” específicos a cada técnica e também na revelação de todas as fontes de distorção, inclusive a distorção inerente à distância cultural existente entre o universo acadêmico e o mundo das pessoas investigadas e que interfere na obtenção dos dados. Além dos aspectos estritamente metodológicos, a vigilância epistemológica abrange todos os aspectos da pesquisa (conceituação, teorização, etc.).

Voltando aos problemas da formação de pesquisadores no contexto universitário, podemos dizer que, dentro de uma concepção do conhecimento que não seja empiricista nem teoricista, tal formação deveria combinar ao menos três elementos: (a) as teorias sociológicas, (b) as técnicas de pesquisa e (c) a epistemologia ou metodologia geral. Formalmente, estes três elementos constam em qualquer programa. O que falta mesmo é a sua articulação. As teorias sociológicas não deve-

(4) BOURDIEU, P. e outros, *op. cit.*

riam ser apresentadas como elementos de cultura geral ou como coleção de obras dos gênios do passado, mas sim como problemáticas, como fontes de conceitos ou de hipóteses necessárias à concepção de projetos de pesquisa relativos a determinados assuntos cuja relevância social e científica precisa ser discutida. As técnicas de pesquisa não deveriam ser ensinadas como receitas ou instrumentos neutros e intercambiáveis, mas sim como dispositivos de obtenção de informação cujas qualidades, limitações e distorções devem ser metodologicamente controladas. A epistemologia não deveria ser ensinada como disciplina em si nem se especializar nos mais abstratos problemas, ou, até, nas aporias do conhecimento humano. Trata-se de delinear uma epistemologia propriamente sociológica, voltada ao controle dos processos de investigação. Nesta linha, a metodologia é considerada como "ramo" da epistemologia que se especializa no controle das técnicas de pesquisa e na obtenção dos dados. A epistemologia estabelece as seleções ou as rupturas conceituais necessárias e, em associação com a lógica, controla o cotejo dos dados com os elementos teóricos, a verificação de enunciados hipotéticos e a estruturação do conhecimento em elaboração. Essas rápidas indicações não resolvem os difíceis problemas de determinação do conteúdo dos cursos de Ciências Sociais. Todavia, achamos que seriam um ponto de partida válido para a cooperação entre vários professores tendo em vista a formação de sociólogos-pesquisadores, dentro de uma concepção global do processo de investigação capaz de evitar o empiricismo, o teoricismo e outras formas de desvio intelectual.

III

Nas ciências sociais, a discussão metodológica é muito diversificada: muitas vezes ela diz respeito à interpretação dos dados, à conceitualização, aos modelos de verificação de hipóteses, à análise de causalidade entre variáveis ou à teorização em geral. O tipo de discussão que entendemos privilegiar no presente livro é, de fato, diferente, e, numa certa medida, anterior a tudo o que precede: trata-se de pôr em foco a própria formação dos dados tal como é realizada na prática de investigação por intermédio de técnicas conhecidas como questionários e entrevistas. Questionaremos os dados e os instrumentos que os moldam. Isto supõe que a neutralidade ou a não-neutralidade dos mesmos estejam postas em questão desde o começo, isto é, desde a formulação do questionário ou desde a situação de entrevista. O tipo de reflexão metodológica (e epistemológica) que propomos neste nível é independente da discussão da construção ou da verificação de hipóteses que incorporam os dados, mas não a substitui. Uma perfeita verificação de hipótese concebida segundo a prevalecente lógica da obtenção dos dados pode estar errada pelo simples fato de não questionar tal lógica

que, no caso da sociologia, depende de certas relações e representações sociais. A crítica dos dados implica numa crítica dos instrumentos. Ao nível da obtenção dos dados, é possível questionar os instrumentos de pesquisa deixando provisoriamente em aberto as questões metodológicas de maior alcance que dizem respeito à natureza da interpretação ou da explicação em sociologia.

Na fase de obtenção de dados, numa pesquisa sociológica, tudo é social: o objeto investigado, as pessoas concretas implicadas nele, o grupo de pesquisadores e seu sistema de representação teórico-ideológico próprio e, por fim, as técnicas de pesquisa ligadas ao sistema de representação e que envolvem relacionamentos interpessoais e comunicação de símbolos. Na perspectiva positivista (ou fisicista) dominante em sociologia empírica, a concepção da observação é enganadora ao postular, implicitamente, a neutralidade do pesquisador e da técnica utilizada por ele. Na perspectiva crítica, tal neutralidade é negada em prol de uma concepção na qual a técnica de pesquisa considerada no plano social e no plano do conhecimento é apresentada como técnica de relacionamento ou de comunicação entre o pólo investigador e o pólo investigado, ambos socialmente determinados.

O relacionamento é visto como comunicação de informação num determinado espaço sociopolítico configurado em formas que variam segundo as populações, os problemas investigados, sua relação com o poder, os grupos e instituições de pesquisa, os interesses que estão em jogo, etc. Neste contexto, mais do que a precisão de qualquer tipo de medição, o que importa é a pertinência das questões e das respostas formuladas na interação entre os dois pólos. Por parte do pólo investigador, a "observação" é essencialmente um questionamento. A noção de questionamento é muito mais adequada do que a de observação quando se trata de sociologia não-positivista. Certos autores propõem até a eliminação da observação por estar comprometida com o fisicismo, em prol do questionamento.

A preocupação crítica relativa ao modo de obtenção de dados foi principalmente desenvolvida pela sociologia fenomenológica e pela sociologia crítica. Na linha da primeira, Alfred Schutz considerou que a análise da observação do comportamento do outro é "a chave para a compreensão da maneira como são estabelecidos os dados das ciências sociais".⁵ As reflexões de Schutz indicam que a situação de observação convencional é unilateral, isto é, diferente do relacionamento face a face que permite uma real intercomunicação ou real compreensão entre os dois parceiros. É justamente o questionamento que deveria superar a unilateralidade da observação do outro ao permitir uma real

(5) SCHUTZ, A., *Fenomenologia e Relações Sociais* (Textos Escolhidos), Zahar, Rio de Janeiro, 1979, p. 191.

intercomunicação. Sem concordarmos com o subjetivismo próprio à sociologia fenomenológica, que reduz a realidade social ao universo das relações interpessoais e as significações que nele têm lugar, parece-nos justificada a crítica da unilateralidade que caracteriza a observação concebida em moldes positivistas. A informação obtida em situação unilateral é mais significativa das categorias e das representações contidas no dispositivo de captação do que da representação do universo investigado. Tal idéia pode ser exemplificada ao nível dos procedimentos de questionário e de entrevista, mas em si própria não constitui uma alternativa ao nível da teorização. Por sua vez, na tentativa de elaborar uma sociologia crítica capaz de reunir teoria e prática numa perspectiva de emancipação, Jürgen Habermas propõe substituir a observação pelo questionamento enquanto eixo metodológico. A proposta leva em consideração uma base fenomenológica ao encarar o questionamento como “comunicação na qual o sujeito que compreende deve introduzir os elementos de sua subjetividade que sejam, de algum modo, controláveis para encontrar o seu parceiro no terreno intersubjetivo de uma possível compreensão”.⁶

No contexto da crítica das convencionais técnicas de investigação, a superação da unilateralidade da observação e a compreensão intersubjetiva são dois objetivos importantes a serem alcançados por questionamento. No entanto, acrescentaremos a esta caracterização do questionamento o fato que este deve levar em conta, no relacionamento entre o pólo investigador e o pólo investigado, todos os aspectos institucionais ou comunicacionais relativos ao espaço sociopolítico da pesquisa sociológica, assim como os aspectos cognitivos.

A respeito destes últimos, para evitarmos certas confusões quanto ao uso da palavra “questionamento”, devemos distinguir quatro níveis de aplicação: (a) o questionamento da obtenção de dados, (b) o questionamento das convencionais técnicas de pesquisa, (c) o questionamento dos pressupostos, das categorias e de outros elementos relativos à visão do mundo dos sociólogos que são aplicadas, em geral de modo implícito, na concepção da investigação, na formulação de questionários, etc., e (d) o questionamento sociológico enquanto substituto da observação. É claro que estes diversos níveis são relacionados uns com outros. O questionamento da obtenção de dados engloba o questionamento das técnicas e dos pressupostos da prática sociológica e faz parte da atividade metodológica e epistemológica que, como tal, deve acompanhar o desenrolar de qualquer pesquisa científica. Note-se, de passagem, que o questionamento de tipo (c) é privilegiado em si próprio na orientação dita “sociologia reflexiva” que evocaremos no próximo item. Incorporando os três níveis de questionamento metodológico anterior-

(6) HABERMAS, J., *Théorie et Pratique*, Payot, Paris, 1975, Tomo I, p. 42.

mente distinguidos, o questionamento sociológico (*d*) pode ser definido como modelo de pesquisa que se apresenta como alternativa crítica ao modelo positivista da observação. Sob constante controle metodológico operando aos três níveis de questionamento, o questionamento sociológico, dependente de uma problemática teórica, consiste na investigação da realidade social por meio de um sistema de perguntas e de respostas que circulam dentro da rede comunicacional que envolve o relacionamento entre o pólo investigador e o pólo investigado. Tal circulação é iterativa até o ponto de se chegar à melhor compreensão recíproca possível. Por si só, o questionamento não contém todas as garantias de antiempirismo. É no controle de sua articulação com a problemática teórica que tais garantias podem ser encontradas.

O questionamento salienta a necessidade de se estabelecer uma intercomunicação entre o pólo investigador e o pólo investigado, mas também pode ser concebido dentro de uma situação de auto-investigação (quando os dois pólos são reunidos) e em diversas formas de pesquisa-ação. Embora não seja tratado em si próprio, este tema transpõe no Capítulo 4.

IV

Quando indicamos que se deve manter sob controle as categorias da análise utilizadas na aplicação das técnicas de investigação para se evitar o sociocentrismo dos pesquisadores e outras formas de distorção ideológica, o leitor pode notar uma semelhança com os princípios da sociologia reflexiva. É preciso definirmos melhor tal proximidade.

O questionamento da atividade do sociólogo foi considerado por A. Gouldner como base de uma "sociologia reflexiva" que seria uma orientação alternativa no contexto da sociologia ocidental em crise.⁷ Tal orientação consiste em um tipo de "sociologia da sociologia", por meio do qual o sociólogo deveria chegar a uma autoconsciência de suas crenças, dos pressupostos de sua visão da sociedade e de sua posição a respeito da mesma. Criticando seus preconceitos de superioridade, o sociólogo poderia relativizar suas pretensões classificatórias ou suas interpretações e estaria em condição de estabelecer um verdadeiro diálogo com o mundo dos homens simples. Assim, contribuir-se-ia a um novo tipo de conhecimento social, mais livre e descomprometido do que o conhecimento que prevalece hoje em dia.

Não chegaremos ao ponto de considerar o nosso "questionamento" como um esboço de uma nova sociologia, seja ela "reflexiva",

(7) GOULDNER, A. W., *The Coming Crisis of Western Sociology*, Avon Books, Nova Iorque, 1971, 528 p. (Especialmente Cap. 13.) Edição castelhana: Amorrortu, Buenos Aires.

“radical ou outra. Na fase em que se situa nossa reflexão, trata-se de pôr em foco certos mecanismos sociais e cognitivos que estão operando no uso das técnicas da sociologia convencional. Tal tipo de preocupação de crítica metodológica não nos parece incompatível com certos elementos da proposta de Gouldner. Todavia, ela é mais específica e, talvez, vá mais longe. Concordamos com B. Smart quando escreve: “A sociologia reflexiva deve ir, sem dúvida, além da autoconsciência defendida por Gouldner, para tornar-se um *programa de indagações* não só de crenças e conclusões, mas também de *métodos e processos* pelos quais se faz a *indagação sobre crenças* — por assim dizer, um *questionamento das questões*”⁸ (grifos nossos).

Seguiremos uma orientação bem próxima à sugerida pela citação de B. Smart sem, todavia, darmos especial destaque à noção de “sociologia reflexiva”. A orientação visa a elaborar um programa de crítica metodológica dos procedimentos de pesquisa mais usados, especialmente aqueles que se dão por objetivo a indagação sobre crenças ou ideologias. Por exemplo, no Capítulo 2, acompanhando as críticas feitas por P. Bourdieu a diversos estudos sobre a questão do “autoritarismo das classes inferiores”, exemplificaremos um tipo de crítica metodológica que mostra, além do caráter discutível dos procedimentos utilizados para avaliar o “autoritarismo”, o caráter ideológico dos pressupostos contidos na visão de mundo dos estudiosos do assunto. Uma crítica semelhante é aplicável a muitas pesquisas relativas ao tema da marginalidade social. Trata-se de questionar o tipo de questionário de atitudes e também, no Capítulo 3, a situação de entrevista como fontes de informação e de obtenção de dados questionáveis. A falsa neutralidade das técnicas, a não-consideração da distância social que existe entre o universo dos pesquisadores e o universo das pessoas entrevistadas e a “imposição de problemática” que resulta dela, assim como o sociocentrismo dos investigadores, são alguns dos principais temas da crítica apresentados nos textos de P. Bourdieu. Isto constitui um delimitado questionamento do modo de investigação, mas não estamos achando que seja uma nova sociologia.

V

Ampliando as demarcações anteriormente apresentadas, devemos esclarecer a posição relativa à enquete operária discutida no Capítulo 4 e nos textos 6 e 7. Embora o universo de aplicação seja muito diferente, é possível encontrar na discussão da enquete operária pro-

(8) SMART, B., *Sociologia, Fenomenologia e Análise Marxista*, Zahar, Rio de Janeiro, 1978, p. 132.

blemas que já foram abordados no contexto da pesquisa convencional, mas que adquirem relevo e soluções diferentes. É o caso, em particular, do problema de demarcação para com o empiricismo e, mais ainda, do teoricismo.

No marxismo contemporâneo, não se pode dizer que exista uma posição única a respeito da investigação em geral e da investigação sociológica em particular. Nas universidades abertas a esta corrente de pensamento foram privilegiadas as abordagens histórica, econômica ou filosófica. Já a abordagem política comporta riscos maiores. Devemos notar que, muitas vezes, mesmo no que se refere à história ou à economia, o que é chamado “análise marxista” consiste numa discussão sobre a interpretação de certos textos clássicos sem problematização do levantamento e da incorporação de dados novos relativos a situações concretas. Em geral, este fato pode ser apontado como forma de teoricismo. Nos estudos filosóficos, o teoricismo é muitas vezes formalista e consiste em privilegiar a discussão da estrutura das obras clássicas. Na prática de conhecimento, a lógica de investigação foi separada da lógica de apresentação e esta última se tornou objeto predileto da discussão acadêmica. O que não quer dizer que ela não seja importante. Mas, sem investigações novas e sem preocupação de se elaborar novos modos de investigação, só se pode discutir a forma da apresentação de conhecimentos antigos cuja capacidade de dar conta da atualidade é problemática.

Principalmente a partir dos anos 60, ao lado das discussões teorizantes — cuja razão de ser não discutiremos —, começou a desenvolver-se uma preocupação de investigação sociológica voltada para a análise concreta das situações de classe. Tal preocupação constitui uma das possíveis posições do marxismo a respeito da investigação sociológica. Mas não é a única. Não existe posição unânime a respeito da investigação em geral e podemos dizer que a pluralidade de pontos de vista é maior ainda no que tange à investigação propriamente sociológica.⁹ É possível encontrar, hoje em dia, as mais diversas posições, tais como: (a) A antiga e definitiva condenação da sociologia, a qual seria, por essência, uma disciplina idealista e burguesa destinada a combater o materialismo histórico, única ciência social verdadeira. (b) A aceitação quase irrestrita da metodologia de investigação empírica tipicamente norte-americana por parte de sociólogos soviéticos ou de certos sociólogos ligados aos partidos comunistas ocidentais. (c) O reconhecimento da sociologia como disciplinada pesquisa empírica cuja utilidade é limitada e comparável à da demografia no quadro das previsões necessárias ao planejamento socialista. (d) A procura de uma

(9) Ver diversas posições sobre a relação entre marxismo e sociologia em: BIRNBAUM, N., “The Crisis in Marxist Sociology”, *Social Research*, vol. 35, nº 2, 1968.

sociologia crítica inspirada em certos escritos de Marx e de autores de tradição intelectual diferente (principalmente fenomenológica), suscetíveis de contribuir à emancipação tanto nos países capitalistas quanto nos países de “socialismo burocrático”.

Dentro de nossa perspectiva metodológica, não queremos encaixar a discussão no sentido de saber quem é ou não marxista. Mais do que qualquer preocupação de ortodoxia ou de alinhamento, o que nos parece fundamental consiste em delinear uma concepção de investigação sociopolítica (ou pesquisa-ação) que seja relevante tanto para a análise científica da situação da classe operária quanto para a orientação de uma prática de classe no campo sindical e/ou político. Em função de tal preocupação, que não envolve a sociologia como um todo mas apenas seus instrumentos de investigação concreta, referimo-nos a uma concepção de enquete derivada do questionário formulado por K. Marx em 1880.¹⁰

Freqüentemente esquecido pelos teóricos do marxismo e desconhecido ou desprezado pelos sociólogos, o questionário de K. Marx merece exame ou reavaliação tanto do ponto de vista do marxismo como do ponto de vista da sociologia. A concepção de investigação sociopolítica que pode resultar de tal reavaliação demarcar-se-ia tanto da exegese marxológica quanto da burocrática concepção de pesquisa sociológica que prevalecem hoje em dia. A primeira esquece a necessidade de ligar ao esforço de teorização uma enquete sobre a situação da classe operária (e das outras classes). A segunda privilegia a enquete empírica em detrimento da teorização que, quando existe, raramente consegue descartar a representação ideológica dominante consensualista, onde as opiniões captadas artificialmente se juntam para formarem a dita “opinião pública”. A dupla demarcação supõe, de um lado, que seja superada a fetichização da teoria marxista (forma teórica ou academicista), e, por outro lado, que seja superado o empiricismo sociológico e as representações ideológicas implícitas que operam no seio da investigação apesar das declarações de neutralidade e de objetividade de seus partidários.

Sem entrarmos numa complexa discussão sobre o problema da neutralidade e da objetividade de diversos processos de pesquisa social, consideraremos que a neutralidade inexiste e que a objetividade é sempre relativa. A neutralidade é falsa ou inexiste na medida que qualquer procedimento de investigação envolve pressupostos teóricos e práticos variáveis segundo os interesses sociopolíticos que estão em jogo no ato de conhecer. A objetividade é relativa, na medida que o conhecimento social sempre consiste em aproximações sucessivas relacionadas com perspectivas de manutenção ou de transformação. A passa-

(10) Ver Anexo nº 1.

gem de uma aproximação a outra não é de tipo aperfeiçoamento ou pormenorização da informação coletada. Sempre exige deslocamentos e rupturas de perspectivas.

Certos acadêmicos consideram que o questionário de Marx é panfletário ou contrário à objetividade ou à neutralidade dos questionários sociológicos comuns. De acordo com a observação precedente, em nossa perspectiva não se trata de procurar mostrar que tal questionário é mais ou é menos objetivo ou neutro do que o questionário convencional. Também não queremos apologetizar o questionário de Marx, nem sugerir que a enquete operária, ou um modo de pesquisa derivado dela, seja um remédio para o atual mal-estar existente no meio dos cientistas sociais. Simplesmente queremos salientar que cada tipo de pesquisa tem seus pressupostos teóricos e práticos. Os pressupostos teóricos do questionário convencional são, muitas vezes, associados à representação atômica (a sociedade é uma adição de indivíduos) e às ideologias de quem formula ou encomenda o questionário. Os pressupostos práticos estão no exercício do poder, na manipulação ou na simples comercialização. Os pressupostos teóricos da enquete operária, tal como é discutida pelos autores italianos, são incluídos na teoria marxista da luta de classes e seus pressupostos práticos se ligam às exigências do movimento político. Os dois modos de investigação, com perspectivas diferentes, senão opostas, constituem dois modos de aproximação na leitura do real, cuja objetividade relativa deve ser metodologicamente controlada. As regras da investigação convencional não nos parecem constituir o único padrão de legitimidade científica no que se refere à neutralidade ou à objetividade.

Na discussão da enquete operária, podemos sugerir que o conceito de questionamento anteriormente esboçado oferece uma importante indicação para se descrever a situação de obtenção de informação e suas características sociopolíticas. O grupo investigador é associado ao grupo investigado numa forma que garante sua inserção na rede de comunicação informal ligada ao movimento operário para questionar a situação objetiva e subjetiva e as possíveis atuações dos operários na fábrica. Neste contexto, não há problema de encomenda de informação pelos donos do poder. Ambas as partes estão cientes da dimensão política da investigação. O que constitui a possibilidade de uma efetiva superação da unilateralidade, da artificialidade ou da individualização das situações de enquete convencional. Os dados são obtidos a partir de uma problemática explícita, "traduzida" em perguntas e decorrente da teoria. Tal "imposição" dá a possibilidade aos investigadores, já na fase de pesquisa, de apreciar a influência do senso comum ao nível das respostas que são imediatamente cotejadas por outras perguntas e explicações derivadas da problemática. Tal questionamento constitui o início de uma crítica do senso comum na qual os operários intervêm diretamente. Sem dúvida, os resultados obtidos nessas condições não

são comparáveis aos resultados de pesquisa de opinião convencional. Não podem ser adicionados e dados como representativos de uma opinião média. Porém, a quantificação de certos elementos, *a priori*, não é impossível. O problema da generalização dos resultados deve ser colocado em termos específicos. Trata-se de um processo interpretativo estabelecendo síntese de experiências relativas à consciência de classe e à crítica do senso comum.

Como veremos no Capítulo 4, a maior dificuldade deste tipo de pesquisa consiste em conseguir um controle equilibrado do aspecto técnico-científico e do aspecto político. Muitas vezes, o risco principal está no fato de se perder de vista as exigências do primeiro, ou de transferi-las ao segundo. O que rebaixa o processo numa forma de simples propaganda. Nisto, podemos ver um inadequado relacionamento entre teoria e prática que remete ao empiricismo e que, no contexto, é geralmente associado ao espontaneísmo ou ao economismo.

*

* *

Resumindo as observações apresentadas nesta introdução, podemos dizer que nossa perspectiva crítica, em matéria de concepção de investigação sociológica, situa-se em reação contra o empiricismo e o positivismo da sociologia convencional sem descartar, no entanto, a exigência antiteoricista de questionar a realidade concreta. Para se conseguir tal objetivo, é necessário um exame dos mecanismos sociais e cognitivos operantes nos instrumentos de investigação (questionários e entrevistas), tendo em vista a localização e o controle das interferências ideológicas que se manifestam ao nível da obtenção dos dados. Tal exame, associado a uma crítica da concepção fisicista da observação, conduz à definição de um modo de questionamento suscetível de estabelecer uma intercomunicação entre o pólo investigador e o pólo investigado. Indicamos, de passagem, a proximidade e também as diferenças que existem entre o nosso esboço de perspectiva metodológica e as perspectivas fenomenológicas e reflexivas que ocupam um lugar de destaque, hoje em dia, na discussão sociológica internacional. Por fim, apresentamos um modo de investigação particular conhecido como "enquete operária", na qual o questionamento a ser implementado adquire uma explícita dimensão política. Tais são os principais elementos que sugerimos ao leitor para orientar a leitura deste livro-texto.

Definição das Técnicas de Pesquisa

Chave da observação dos fatos sociais, a enquete sociológica convencional utiliza uma combinação de técnicas, principalmente questionários e entrevistas. Ainda que utilizadas no século XIX na Europa para o estudo da pobreza ou da "questão operária", é sobretudo a partir de 1930, nos EUA, que as técnicas de enquete foram desenvolvidas e padronizadas. Nas décadas de 50 e 60, essas técnicas de enquete dominaram a sociologia do mundo inteiro. Foram utilizadas tanto em pesquisas ligadas à sociologia acadêmica quanto em pesquisa de opinião ou de mercado cuja finalidade é apenas utilitária. Hoje em dia, no Brasil como em muitos outros países, as técnicas de enquete são maciçamente utilizadas por instituições de sondagens cujos clientes são as empresas, a imprensa, o governo, os partidos políticos, os agentes de propaganda, etc. Também a sociologia acadêmica, por exemplo em estudos sobre as atitudes operárias e a industrialização, recorreu a elas.¹

Antes de iniciar, nos próximos capítulos, a discussão metodológica, apresentaremos de maneira muito sucinta os vários tipos de questionários e de entrevistas e os vários objetivos de enquete comumente encontrados em pesquisa sociológica e em pesquisa de opinião. As definições básicas e as distinções terminológicas são necessárias para se evitarem os riscos de confusão que existiriam a partir de uma abordagem global de todas as técnicas reunidas sob a bandeira "empirismo". Como já foi dito anteriormente, pretendemos criticar o empiricismo, não como característica geral da sociologia moderna, mas sim ao nível da obtenção dos dados permitida por cada tipo de instru-

(1) Por exemplo: RODRIGUES, L. M., *Industrialização e Atitudes Operárias*, Brasiliense, São Paulo, 1970, 217 p.

mento na aplicação dos quais interferem certos pressupostos ideológicos.

De acordo com a terminologia corrente, que não problematiza a situação de observação, questionários e entrevistas são considerados como técnicas de observação direta pelo fato de estabelecerem um contato efetivo com as pessoas implicadas no problema investigado. A observação indireta consiste em análise de documentos ou de imagens relativos ao fato. A principal das técnicas de observação indireta é a análise de conteúdo que é freqüentemente aplicada à leitura da imprensa.²

A transposição da observação em questionamento permite uma outra apresentação do caráter direto ou indireto do procedimento. Na observação direta, trata-se de um questionamento que consiste em submeter grupos de indivíduos a séries de questões para obter respostas formuladas numa situação de comunicação artificial que é criada pela presença dos investigadores. Na observação indireta, trata-se de um sistema de questionamento que visa a captar uma informação que circula nos canais dos meios de comunicação ou que é estocada em arquivos. Em ambos os casos, o questionamento intervém em redes de comunicação, mas, no primeiro caso, a intervenção é ativa, isto é, suscita reações por parte das pessoas investigadas. No segundo caso, a intervenção é passiva na medida em que as "respostas" não são formuladas em reação a perguntas, e sim são mensagens que existem independentemente do processo de investigação. As perguntas que compõem a intervenção de questionamento, neste caso, são indicações de seleção das mensagens julgadas relevantes em função dos objetivos da pesquisa.

O questionário, seja ele concebido num modelo de observação direta ou de questionamento, contém uma lista de perguntas cuja temática corresponde, em princípio, a uma "tradução" das hipóteses de pesquisa sob forma interrogativa. Tal "tradução" deve levar em conta o provável nível de informação dos entrevistados e ser submetida a um rigoroso controle no decorrer da elaboração do questionário para evitar, ou pelo menos avaliar, as distorções que ela introduz. Na estrutura do questionário, a ordem das perguntas pode ser temática, ou em grupos correspondentes às hipóteses ou totalmente arbitrária, tendo em vista, neste caso, a superação do "efeito de contaminação" que consiste no condicionamento da resposta a uma pergunta em função das perguntas imediatamente anteriores.

(2) Sobre a análise de conteúdo, ver: CARTWRIGHT, D. P., "Análise do Material Qualitativo", em *A Pesquisa na Psicologia Social*, Leon Festinger e Daniel Katz (org.), FGV, Rio, 1974, p. 403-45. Também em língua portuguesa: STONE, P. J., "A Análise do Conteúdo da Mensagem", em *Comunicação e Indústria Cultural*, Gabriel Cohn (org.), Nacional, São Paulo, 1975, p. 315-32.

Segundo a prática convencional, o questionário pode ser aplicado, em alguns casos, sem entrevistador, por exemplo, quando é distribuído pelo correio ou qualquer outro canal de difusão. Mas, regra geral, a aplicação mais eficiente supõe um relacionamento entre entrevistador e entrevistado.³ Para a comparabilidade das respostas, os organizadores de pesquisa organizam sessões de treinamento dos entrevistadores cujo papel é padronizado e controlado. O entrevistador deve ler as questões sem fazer comentários e notar as respostas. Quando a investigação pretende maior profundidade ou se trata de explorar assuntos complexos, os questionários contêm mais perguntas abertas e exigem do entrevistador um papel mais ativo para facilitar a verbalização do respondente. Quando o assunto é muito aberto, o questionário é substituído por um simples roteiro de entrevista, ou, no caso da entrevista não-diretiva, por uma instrução ou tema-chave a partir do qual o respondente falará sem responder a perguntas predeterminadas. Nestes últimos casos, trata-se de entrevista propriamente dita. A diferença entre o questionário (eventualmente aplicado em entrevista dirigida) e as entrevistas semi-estruturada e não-diretiva reside na extensividade do primeiro (grande número de pessoas e fechamento das perguntas) e na intensividade das segundas (pequeno número de pessoas e grande abertura das perguntas para maior "profundidade"). A profundidade é neste contexto freqüentemente associada à captação de informação de caráter mais afetivo do que cognitivo. O que será discutido nos artigos de G. Michelat e J. Maître.

Questionários e entrevistas são consideradas como técnicas complementares. Regra geral, pratica-se entrevista não-diretiva em estudo-piloto para determinar a formulação do questionário. Após aplicação do questionário, ou no seu decorrer, são realizadas outras entrevistas com indivíduos privilegiados para esclarecer ou aprofundar certas respostas, ou certos quadros de referência de respostas.

A aplicação do questionário obedece a regras diferentes das da entrevista aberta. O questionário é aplicado a um conjunto de pessoas escolhidas por diversos procedimentos em função de critérios de representatividade da população global objeto de investigação. Trata-se de amostragem cuja apresentação das técnicas não é estudada neste livro.⁴ Os tipos de amostragem mais utilizados são a amostragem pro-

(3) No Brasil, a terminologia comum distingue convencionalmente questionário e formulário. O primeiro é preenchido pelo próprio respondente e o segundo é aplicado por um entrevistador. Ver: WITT, Aracy, *Metodologia de Pesquisa, Questionário e Formulário*, Resenha Tributária, São Paulo, 1973, 142 p. Em francês, é o contrário que ocorre. Seja como for, a nossa discussão do questionário, mais abrangente, diz respeito aos dois modos de aplicação e especialmente ao segundo, com entrevistador.

(4) Sobre problemas de amostragem e obtenção de respostas, ver: SOUZA, A. de, "Método e Improvisação, ou Como Conseguir uma Entrevista Naquele Setor que Vai dos Fundos da Igreja Matriz até o Córrego e dali às Margens da Rio-Bahia", em *A Aventura*

babilística (sorteio dos indivíduos dando chance igual para todos), amostragem por quotas (seleção de um número de indivíduos proporcional à importância das categorias que eles representam no conjunto) e a amostragem por aglomerados (seleção aleatória de indivíduos e aplicação do questionário a cada um deles e às pessoas que estão ao seu redor ou que eles indicam). No plano do rigor estatístico, só a amostragem probabilística garante a representatividade. No que diz respeito à aplicação de entrevista em profundidade, nada impede formalmente uma escolha segundo critérios de amostragem semelhantes. Porém, na prática, a seleção das pessoas a serem entrevistadas intensivamente não obedece a regras mecânicas. A seleção supõe a disponibilidade do entrevistado, a qual não é previsível antes de um primeiro contato. A seleção resulta de uma avaliação da relevância ou da representatividade social (não estatística) das pessoas. Tal avaliação fica por conta da "intuição" dos pesquisadores.

Os questionários são diversificados em função do grau de fechamento ou de abertura das perguntas. A pergunta fechada é formulada de tal maneira que as únicas respostas possíveis sejam "sim" ou "não". Outras perguntas propõem diversas alternativas entre as quais o respondente pode escolher, segundo o procedimento conhecido como "escolha múltipla". Em questionários aplicados para construir escalas de atitudes de tipo Lickert, as perguntas consistem em propor diversos enunciados ideológicos significativos das atitudes investigadas a partir dos quais o entrevistado deve responder a uma das alternativas: discorda muito, discorda pouco, é indiferente, concorda pouco, concorda muito. Este procedimento é, freqüentemente, aplicado em pesquisas sobre as atitudes autoritárias, tradicionalistas, racistas, etc.⁵ Todos esses tipos de perguntas têm a vantagem de produzir respostas em número limitado e de fácil codificação e de fácil processamento computacional. O que não ocorre com o outro tipo de pergunta, a pergunta

Sociológica, Nunes, E. de O. (org.), Zahar, Rio de Janeiro, 1977, p. 86-122. Para o estudo das técnicas de amostragem, consultar: ACKOFF, C. R., *Planejamento de Pesquisa Social*, Herder, São Paulo, 1974.

(5) Para a elaboração de escalas de atitudes de tradicionalismo, os investigadores concebem questionários cujas perguntas consistem em saber se o entrevistado concorda muito, concorda pouco, discorda pouco, discorda muito ou é indiferente a respeito de enunciados ideológicos considerados como bons indicadores do fenômeno estudado, no caso o "tradicionalismo". Entre os enunciados mais utilizados, encontramos: "A obediência e o respeito pela autoridade são as coisas mais importantes que se deve ensinar aos filhos", ou, "Uma boa esposa é aquela que obedece ao marido em tudo". Tais enunciados são também utilizados para avaliar o autoritarismo, o conservadorismo, etc. O que, sem dúvida, é revelador da imprecisão conceitual dos dados registrados nas escalas. Para os empiristas, o que importa é registrar com precisão numérica as variações nas graduações do "termômetro". A natureza do fenômeno observado, a explicação do "calor" e o artefato da observação são problemas, para eles, irrelevantes.

livre que não predefine a resposta. Em regra geral, as respostas a perguntas livres são processadas por técnicas de análise de conteúdo. A combinação dos diversos tipos de perguntas dentro do questionário depende dos objetivos da pesquisa e deve ser concebida em função das técnicas de codificação e de processamento disponíveis.

A observação intensiva de grupos limitados ou a investigação sobre líderes ou personalidades significativas supõem a utilização de entrevistas mais ou menos aprofundadas. As técnicas de entrevista foram elaboradas no contexto da psicoterapia ou da psicotécnica. Como veremos a partir dos artigos de L. Kandel, G. Michelat e J. Maître, sua aplicação à pesquisa sociológica é problemática.

Entre os vários tipos de entrevista distinguiremos: (a) A entrevista dirigida ou padronizada, que consiste em aplicação de um questionário predeterminado, com uma maioria de perguntas fechadas e sem nenhum papel ativo do entrevistador.⁶ (b) A entrevista semi-estruturada, aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas. (c) A entrevista centrada (*focused interview*), na qual, dentro de hipóteses e de certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado.⁷ (d) A entrevista não-diretiva, ou entrevista aprofundada, na qual a conversação é iniciada a partir de um tema geral sem estruturação do problema por parte do investigador. (e) A entrevista clínica, eventualmente conduzida de maneira não-diretiva, cuja especificidade está na sua orientação em função do objetivo de interpretação sociopsicológica da situação ou da personalidade dos sujeitos através de suas verbalizações.⁸ No Capítulo 3, discutiremos certos aspectos da não-diretividade e não o conjunto das técnicas de entrevistas.⁹

Para completarmos esta rápida descrição dos vários tipos de questionários e de entrevistas, é necessária uma apresentação dos diversos objetivos de pesquisa alcançáveis pelo uso dessas técnicas e de algumas distorções que, nele, se manifestam.

Os objetivos de pesquisa incorporados nos questionários e nas entrevistas dependem do conteúdo das perguntas. Selltiz e outros estabelecem as seguintes distinções, classificando os conteúdos principalmente dirigidos para:

(6) Sobre a padronização da situação de entrevista e, especialmente, do papel do entrevistador, ver: NOELLE, E., *Les Sondages d'Opinion*, Editions de Minuit, Paris, 1966, p. 41-66.

(7) MERTON, R. K. e outros, *The Focused Interview*, Glencoe, Ill., 1956.

(8) Ver utilização de entrevistas clínicas em ADORNO, T. W. e outros, *The Authoritarian Personality*, John Wiley, Nova Iorque, 1964, 2 vols.

(9) Ver apresentação de diversas técnicas de entrevistas em MORIN, E., "A Entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão", em *Linguagens da Cultura de Massas*, Novas Perspectivas em Comunicação, nº 6, Vozes, Petrópolis, 1973, p. 115-35.

- a verificação de fatos,
- a verificação de crenças quanto aos fatos,
- a verificação de sentimentos,
- a descoberta de padrões de ação,
- o estudo de comportamento presente ou passado,
- as razões conscientes de crenças, sentimentos, orientações ou comportamentos.¹⁰

Em regra geral, os questionários contêm uma combinação de diversos tipos de conteúdos de perguntas dependentes das hipóteses correspondentes aos objetivos da pesquisa.

Nas entrevistas, em função do domínio de certos tipos de objetivos, alguns autores recorrem à seguinte classificação:

(a) Entrevista documentária: coleta de informação sobre os fatos exteriores.

(b) Entrevista de opinião: coleta de informação sobre as opiniões de um sujeito.

(c) Entrevista clínica: coleta de informação sobre a personalidade do sujeito.

Os diversos tipos de entrevistas ou de questionários captam informação que, segundo os casos, é de natureza fatorial, perceptiva, opinativa, atitudinal ou apenas reativa. A informação fatorial é o tipo de resposta relativa a elementos objetivos e enumeráveis como, por exemplo, o número de filhos ou de dormitórios da casa. A informação perceptiva diz respeito às maneiras preconceituosas ou não e, em geral, preconscientes, dos indivíduos se representarem ou descreverem certos elementos da realidade social. A informação opinativa se concentra em torno das preferências ou escolhas conscientemente formuladas. A informação atitudinal remete às disposições mais “profundas” ou menos “conscientes” do que as opiniões, mas que se manifestam subjacentemente a diversos conjuntos de opiniões de relativa sistematicidade como, por exemplo, no caso do racismo, do fascismo, etc. O caráter reativo da informação recolhida pode encobrir os outros tipos precedentemente distinguidos. Refere-se ao condicionamento da resposta pela pergunta ou pela situação de entrevista. A informação reativa é mais significativa da artificialidade da pesquisa do que da realidade objetiva ou subjetiva dos entrevistados.

Os planejadores de pesquisa descrevem diversas fontes de erro ou de distorção que se manifestam no uso das técnicas. No que concerne ao questionário, são apontados: os erros de amostragem,¹¹ os efeitos de

(10) SELLTIZ, C. e outros, *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*, EPU EDUSP, São Paulo, 1974, p. 273 e ss.

(11) Sobre as fontes de erros em pesquisa por amostras: SOUZA, A. de, *op. cit.*, p. 89 e ss.

contaminação entre as perguntas, o caráter abstrato de certas palavras não compreensíveis por certos entrevistados, a tendência a responder mais facilmente sim do que não, a indução da resposta pelos termos da pergunta, a manipulação da resposta pelo uso, na pergunta, de este-reótipos, conotações negativas ou dramáticas, etc. Combinando diversos tipos de distorção induzidos pela formulação da pergunta, é possível fazer variar certas respostas de 8 a 78%, segundo uma conhecida experiência de H. Cantrill.¹² Na situação de entrevista, são destacadas, como fonte de viés, as influências da percepção recíproca entre entrevistador e entrevistado ligadas à raça, sexo, idade, *status*,¹³ e as não-respostas por causa de desconfiança ou de intimidação. As distorções na entrevista dependem também da natureza das perguntas. Segundo E. Morin, "sobre as perguntas de fato, as respostas tenderão a ser fabuladoras e/ou dissimulativas, no que se refere às grandes regiões-tabus: o sexo, a religião, a política".¹⁴ Sobre as perguntas de opinião, as respostas são distorcidas por "racionalizações" que o entrevistado utiliza em função de seu envolvimento no assunto e de sua posição na situação de entrevista.

Diante das inúmeras fontes de distorção existentes no uso das técnicas de pesquisa, os planejadores inventaram diversos testes de controle relativos ao questionário e aos entrevistadores para verificar se as mesmas perguntas apresentadas às mesmas pessoas após um certo intervalo de tempo obtêm os mesmos resultados. O problema da validade consiste em saber se a resposta corresponde à realidade. Aí, são realizadas experiências recorrendo a perguntas ou procedimentos diferentes para controlar os resultados.

*
* *
*

(12) CANTRILL, H., citado em DUVERGER, M., *Méthodes des Sciences Sociales*, PUF, Paris, 1964, p. 211.

(13) CANNELL, C. F., e KAHN, R. L., *The Dynamics of Interviewing*, John Wiley, Nova Iorque, 1957, 368 p.

(14) MORIN, E., *op. cit.*, p. 121. Sobre a questão da distorção relativa à descrição dos fatos e à captação de opiniões, podemos citar uma interessante sugestão de K. Lewin: "O questionário que caiu um tanto em desgraça na Psicologia pode voltar numa forma ligeiramente diferente para o estudo de vida do grupo e, particularmente, da ideologia de um grupo. Gradualmente *abandonamos a idéia de que as respostas a questionários ou entrevistas são uma expressão de fatos*. Lentamente aprendemos a tratá-las como *reações a uma situação* parcialmente determinada pela questão, parcialmente pela situação geral do indivíduo. Devemos aprender a tratar questionários como estamos habituados a tratar uma técnica projetiva. Em resumo, necessitamos urgentemente de uma verdadeira teoria de questionar e entrevistar que ofereça mais do que algumas regras técnicas". (LEWIN, K., *Teoria de Campo em Ciência Social*, Pioneira, São Paulo, 1965, p. 184; grifos nossos; o texto é de 1943.)

Para esclarecer certas controvérsias relativas às sondagens de opinião, são necessárias distinções entre tipos de pesquisa. Distinguiremos a pesquisa sociológica, a pesquisa de opinião pública e a pesquisa eleitoral. Certas críticas comumente apresentadas em debates públicos aplicam-se a uma delas e não a todas, o que facilita as contra-argumentações dos "advogados" das companhias de sondagens. A pesquisa sociológica pode ser concebida das mais diversas maneiras, mas sempre é construída em função de um modelo teórico explicitamente formulado. Seus objetivos são científicos, isto quer dizer, definidos em função da relevância que têm dentro das problemáticas ou das tradições teóricas da sociologia. O que não é o caso das pesquisas de opinião. Uma pesquisa sobre a imagem de marca de um sabonete ou sobre as chances de um deputado a ser eleito não são pesquisas sociológicas no sentido acima definido. Pois, embora utilizem instrumentos contendo pressupostos teóricos, a vulgar pesquisa de opinião, mesmo quando racionalmente conduzida, não tem nenhum objetivo e modelo teórico. As questões investigadas não apresentam nenhuma relevância de ordem científica e crítica. Trata-se de pesquisa utilitária não assimilável a uma prática científica, mas sim a uma prática administrativa eventualmente racional. É preciso não se confundir racionalidade e cientificidade. A racionalidade tem a ver com a adequação entre meios e fins de modo formal, isto é, sem referência a qualquer relevância dos fins. A cientificidade supõe a racionalidade entre meios e fins de investigação e, além disso, requer uma explícita definição da relevância científica dos fins, isto quer dizer, uma relevância estabelecida em função de uma problemática teórica. Confundir-se racionalidade e cientificidade consiste em uma operação ideológica que atribui os signos exteriores da ciência a qualquer investigação (ou investigação de objeto qualquer). A distinção nos parece necessária para não colocarmos no mesmo plano a pesquisa científica e as pesquisas de mercado, as pesquisas eleitorais, as investigações policiais, etc. A racionalidade dos procedimentos destas últimas não justifica a sua pretensão científica.

A pesquisa de opinião pública não pode ser considerada como pesquisa em sociologia científica na medida que o que a define não é seu objeto teórico, mas apenas a lógica de seu procedimento. Lógica esta que é de ordem estatística e política. Dar conta da opinião majoritária que se manifesta numa sociedade a respeito de qualquer assunto é um problema estatístico (constituição de uma amostra representativa) e também é associado a uma lógica política (aditividade de opiniões individuais como critério de maioria). Veremos no Capítulo 2 como os pressupostos desta lógica política interferem no procedimento das sondagens de opinião.

A pesquisa eleitoral pode ser considerada como uma pesquisa de opinião pública especialmente elaborada para, anteriormente a uma

eleição, registrar as preferências do eleitorado e simular o resultado do escrutínio. Não há diferença substantiva, apenas uma especificação em função da natureza particular do fenômeno estudado. O principal problema técnico, que dá lugar a muitas controvérsias, consiste na determinação da amostra que tem de ser estratificada em função dos componentes sociais e regionais do país. A pesquisa eleitoral, ainda que podendo ser fonte de dados para a pesquisa sociológica, não se confunde com ela, pois não trabalha com um objeto teórico. Porém, ela contém uma "teoria" do social segundo a qual a sociedade é composta de indivíduos formalmente iguais, entre os quais cada um possui a mesma capacidade de intervenção no resultado global, capacidade esta que consiste em ter direito a uma opinião no resultado da pesquisa ou a ter direito a um voto no resultado das eleições. Esta "teoria" do social, implicitamente assumida na pesquisa eleitoral, é amplamente criticada por P. Bourdieu como ilusão de democracia e como incompatível com uma adequada teorização sociológica do mecanismo político.

RESUMO

Neste capítulo de caráter introdutório, definimos sucintamente as diferentes técnicas de investigação (questionários e entrevistas) e os diferentes tipos de objetivos e de distorções tais como são apresentados na metodologia convencional. Finalmente, foi estabelecida uma demarcação, talvez polêmica, entre pesquisa sociológica e pesquisa de opinião. Tal demarcação, de ordem antiempírica, refere-se à diferença entre racionalidade e cientificidade dos procedimentos que remete a uma diferença de objeto e de relevância.

A Falsa Neutralidade das Enquetes Sociológicas

A falsa neutralidade das pesquisas de opinião e das enquetes sociológicas, quando planejadas em moldes empiricistas, constitui o centro da temática das críticas apresentadas por Pierre Bourdieu nos textos 1 e 2. Nossa exposição dos aspectos principais da temática seguirá a seguinte ordem: (1) Neutralidade axiológica e neutralidade metodológica. (2) As técnicas de pesquisa como “teorias em atos”. (3) A imposição de problemática do questionário. (4) Desníveis de comunicação entre investigadores e entrevistados. (5) Princípios moral e político da produção das opiniões. (6) Limitação “conformista” do questionário. (7) Contexto político das sondagens de opinião e utilização ideológica de resultados de pesquisas eleitorais. Na apresentação de cada tema incluiremos comentários de diversos autores, exemplos, elementos de discussão e tomadas de posição próprias.

I. Neutralidade axiológica e neutralidade metodológica

P. Bourdieu é um dos raros sociólogos que consegue reunir na sua obra as preocupações da teoria sociológica com as da metodologia da pesquisa empírica, ambas submetidas ao controle epistemológico. Permanecem sob controle os vários momentos do processo de conhecimento, da construção do objeto teórico até a constatação dos fatos por intermédio de diversas técnicas de coleta de dados. A crítica epistemológica de técnicas tão comuns como o questionário é muito importante na medida que, ainda hoje, muitos pesquisadores admitem sem discussão o uso dessas técnicas como garantia de neutralidade ou de objetividade. Vejamos como se posiciona este tipo de crítica com relação ao contexto das tradições positivistas e compreensivas.

Sob influência do positivismo, os sociólogos e os teóricos da ciência têm debatido a questão da objetividade do conhecimento a partir de um modelo das ciências da natureza que exige observação quantitativa dos fenômenos e privilegia a indução na construção da teoria. Nesta linha, considerado como simples registro de dados e garantia de neutralidade, o momento da observação não é problematizado na sua dimensão social. Bem além de simples vieses controláveis, os pressupostos e distorções inerentes às técnicas de pesquisa social, quando escapam à vigilância epistemológica do pesquisador, transformam a observação em ideologia da observação.

Outros sociólogos e teóricos da ciência, principalmente na linha “compreensiva” contrária à aplicação do modelo das ciências da natureza às ciências sociais ou históricas, têm debatido a objetividade do conhecimento com relação à neutralidade axiológica do cientista. Max Weber, inspirado pelo neokantismo alemão do fim do século passado, é o mais conhecido dos partidários desta concepção, segundo a qual a metodologia sociológica não pode afastar a questão dos valores de uma vez por todas pela observação à maneira dos positivistas. A neutralidade axiológica, como requisito científico, consiste na capacidade do cientista em neutralizar suas próprias avaliações ou seus próprios valores para reconhecer e apresentar os fatos objetivos, mesmo quando são “comportamentos avaliativos” dos sujeitos estudados.¹ Na discussão científica proposta, tal neutralização não quer dizer que os valores estejam afastados da realidade social ou cultural. É a partir de pontos de vista ou de “idéias de valores” socialmente determinados que o cientista escolhe o objeto de estudo, seleciona e acentua os aspectos principais, atribui significação aos fatos e a suas conexões.

A objetividade do conhecimento, na ciência social, é independente dos valores próprios ou crenças do cientista, mas não existe sem relação com os valores. Segundo Max Weber, a objetividade “depende do fato de que o dado empírico está constantemente alinhado sobre idéias de valores que só lhe dão um valor para o conhecimento”.² Independentemente de suas preferências pessoais, o cientista seleciona as “idéias de valores” que dão sentido aos fatos e controla as implicações delas na representação do objeto estudado. O resultado das diversas escolhas do cientista, decididas em função dos valores incluídos no real, se articula logicamente em “quadro de pensamento” ou “tipo ideal” dando conta do real não como descrição imediata, mas sim como representação idealizada ou “utópica”. Trata-se de um meio heurístico a partir do qual diversas hipóteses podem ser formuladas. Hoje em dia, a neutralização dos valores do cientista e seu controle das

(1) WEBER, M., *Essais sur la Théorie de la Science*, Plon, Paris, 1965, p. 417.

(2) *Idem*, p. 211-12.

“idéias de valores” com relação ao objeto parecem bastante voluntaristas. A nosso ver, é difícil imaginar-se um pensador capaz de realizar tais operações por meio de um simples esforço cerebral, sem recorrer à convicção e sem interferência ideológica ou outras formas de compromisso.³ Entre essas outras formas de compromisso que interferem na elaboração do conhecimento, além dos valores, estão as exigências do poder. A neutralidade e a objetividade do saber se relacionam cada vez mais com a questão do poder do que do querer do cientista.

Uma outra limitação da discussão weberiana da neutralidade tem a ver com o fato de que, apegado ao problema dos valores, o autor não chegou a problematizar a neutralidade ao nível das técnicas de observação empírica, aliás, pouco desenvolvidas naquela época. É útil lembrar que a metodologia de Max Weber, principalmente interpretativa e tecnicamente pouco detalhada, se caracteriza com relação aos dados, numa primeira fase anterior à interpretação axiológica e à explicação e/ou compreensão, como interpretação “filológica” que, segundo J. Freund, consiste na “captação do sentido literal dos textos, crítica de documentos e de enquetes”.⁴ Independentemente da neutralização axiológica e do tipo de compreensão ou de explicação a serem adotados, a concepção de Max Weber deixa em aberto o espaço necessário a uma crítica das condições de obtenção dos dados. É justamente neste espaço que P. Bourdieu, com os recursos da epistemologia e da sociologia atuais, desenvolve a sua problemática da falsa neutralidade metodológica vigente em procedimentos de pesquisa tais como questionários e entrevistas. Segundo ele, “o debate sem fim sobre a ‘neutralidade axiológica’ serve muitas vezes de substituto à discussão propriamente epistemológica sobre a neutralidade metodológica das técnicas e, por isso mesmo, fornece uma nova caução à ilusão positivista”.⁵ A crítica da falsa neutralidade metodológica das técnicas de pesquisa esboçada no *Métier de Sociologue* (1968) consiste em “questionar sociologicamente o questionamento sociológico” e é desenvolvida nos dois primeiros artigos da segunda parte desta coletânea, principalmente no

(3) A militância pan-germanista durante a sua juventude e, mais tarde, o status de conselheiro de um Estado imperialista não dispuseram Max Weber a uma perfeita neutralização axiológica, provavelmente quimérica em última análise. Sobre os compromissos ideológicos de Max Weber, ver: ARON, R., *Les Cinq Étapes de la Pensée Sociologique*, Gallimard, Paris, 1967, p. 566 e ss. e VINCENT, J.-M., *Fétichisme et Société*, Anthropos, Paris, 1973, especialmente Capítulo V, p. 111-43. Os dois autores apresentam retratos ideológicos de Max Weber bem diferentes da imagem de tipo “bom democrata” que foi divulgada sobretudo nos EUA e na América Latina após a 2ª Guerra Mundial.

(4) FREUND, J., *Sociologie de Max Weber*, Paris, PUF, 1966, p. 49.

(5) BOURDIEU, P. e outros, *Le Métier de Sociologue*, Mouton, Paris-Haia, 1973, p. 61.

que concerne à técnica do questionário comumente aplicado em sociologia e em pesquisa de opinião.

A orientação de crítica metodológica proposta, por um lado, vai bem além da preocupação “compreensiva” do cientista frente aos valores e, por outro lado, ultrapassa a simples constatação de erros de amostragem ou de vieses de entrevistas descritos em inúmeros manuais de “Métodos e Técnicas” de cunho positivista (brevemente resumidos no primeiro capítulo). Trata-se de apontar diversas distorções ideológicas inerentes à técnica de pesquisa tal como é utilizada nas atuais condições sociais, isto é, de maneira interessada (dependência com relação a quem encomenda) ou de maneira “ingênuas” (imposição dos pressupostos do mundo dos cientistas e falta de consideração da dimensão sociocultural da relação de enquete).

II. As técnicas de pesquisa como “teorias em atos”

Um dos primeiros critérios epistemológicos ao qual se refere P. Bourdieu na sua crítica metodológica consiste em considerar que toda técnica é uma “teoria em atos”. De acordo com os preceitos do *Métier*, não existe coleta de dados sem pressupostos teóricos: “A mensuração, os instrumentos quantitativos e, de modo geral, todas as operações da prática sociológica, desde a elaboração de questionários e a codificação até a análise estatística, são teorias em atos a título de procedimentos de construção, consciente ou não, dos fatos e de relações entre os fatos”.⁶ Ao serem incorporadas à pesquisa sociológica, as mais “neutras” técnicas funcionam como “teorias” particulares relativas à representação do objeto investigado. Cada técnica contém instrumentos particulares cujo uso envolve pressupostos teóricos. Muitos epistemólogos concordam com este ponto de vista. G. Bachelard, por exemplo, sublinhou: “Na ciência moderna, um instrumento é verdadeiramente um teorema reificado”.⁷ Podemos considerar que os “teoremas reificados” ou os elementos de “teoria em atos” incluídos na pesquisa pelo uso das técnicas devem permanecer sob vigilância do pesquisador para evitar sua autonomização para com a teoria propriamente sociológica e, também, para superar o mito do objetivismo observacional.

Exemplificaremos alguns aspectos dos pressupostos “teóricos” presentes na técnica de sondagem de opinião ao nível da determinação da amostragem e ao da definição dos atributos individuais chamados opinião ou atitude.

(6) *Idem*, p. 59.

(7) BACHELARD, G., *Les Intuitions Atomistiques*, J. Vrin, Paris, 1975, p. 140.

Na sua aplicação à pesquisa de opinião, e à sociologia derivada dela, a técnica de amostragem probabilística que determina a seleção dos indivíduos que irão responder ao questionário pressupõe como "teorema reificado" uma representação da sociedade ou dos grupos sociais como multidão atomizada. Sem a vigilância epistemológica, corre-se o risco de ver a representação atomista, incluída na técnica, ir ao encontro de uma concepção do social que seja permeada do individualismo da ideologia burguesa, no plano humanístico e no plano jurídico-político. Por ser individualizante, a amostragem probabilística torna difícil, senão impossível, uma adequada apreensão das estruturas, dos processos, da desigualdade dos elementos ou da complexidade dos canais de influência. Além disso, ela atribui aos indivíduos certas qualidades que eles não têm necessariamente. De maneira mais detalhada, em "A Opinião Pública não Existe", P. Bourdieu contesta três pressupostos (ou "postulados implícitos") que possui a técnica de sondagem de opinião: (a) a produção de opinião ao alcance de todos, (b) a equivalência ou a cumulatividade das opiniões individuais, e (c) a unicidade da pergunta para todos enquanto pretendo consenso sobre as questões que merecem ser colocadas. O leitor pode se referir ao texto para o estudo das implicações destes três pressupostos.

É necessário questionar a apreensão ou a representação do real permitidas pelas diversas técnicas. Para cada uma delas o pesquisador pode avaliar as vantagens e desvantagens. Por exemplo, a amostragem probabilística apresenta a vantagem de rigor em termos de representatividade estatística e a desvantagem em termos de atomicismo na representação do real. A amostragem por aglomerados corrige certos erros da individualização da precedente, mas perde o rigor estatístico e predispõe a outras ilusões relativas aos chamados microgrupos (ou grupos "primários").

Agora, independentemente do tipo de amostragem, a pesquisa de opinião contém outros pressupostos relativos à representação da realidade social inerentes ao fato de isolar e pesquisar as opiniões ou as atitudes dos indivíduos. Trata-se, sempre, da representação de um sujeito individual frente a um objeto externo. O sujeito é concebido como agente suscetível de descrever o objeto como um fato, isto é, sem envolvimento ideológico ou afetivo. O sujeito é concebido como agente capaz de ter opinião ou atitude para com o objeto. Essas opiniões ou atitudes são consideradas como significativas de comportamentos ou de condutas do sujeito com relação ao objeto.

A representação da realidade social como relação sujeito/objeto na qual o sujeito possui diversos atributos é inerente à maioria das técnicas de pesquisa aqui estudadas. Permanecendo implícita, tal representação pode ser criticada ao nível das ilusões de conhecimento que produz na investigação sociológica. Vejamos uma delas, relativa à pesquisa sobre a antecipação dos comportamentos ou sobre as intenções

de ação, baseada em questionários ou entrevistas de opinião. Este tipo de pesquisa é bem conhecido dos politicólogos e dos homens de *marketing* quando querem prever o resultado de eleições ou os comportamentos de consumo de diferentes grupos sociais. Neste contexto, o comportamento provável é imputado a partir da coleta de opiniões ou de intenções. Ainda que os especialistas neste tipo de pesquisa tenham alcançado previsões a curto prazo relativamente precisas, a representação da passagem da intenção ao ato à qual se referem não é problematizada e remete à ilusão. Este problema é apontado por P. Bourdieu e outros quando escrevem: "A noção de opinião, sem dúvida, deve seu sucesso prático e teórico ao fato de cumular todas as ilusões da filosofia atomística do pensamento e da filosofia espontânea das relações entre o pensamento e a ação, a começar pela do papel privilegiado da expressão verbal como indicador das disposições ao ato. Nada é surpreendente quando os sociólogos que confiam em sondagens se expõem continuamente a confundir as declarações de ato ou, pior ainda, as declarações de intenção, com as probabilidades de ação".⁸

O fato de um sociólogo não problematizar a representação do social envolvida nas técnicas de pesquisa que utiliza é revelador do empiricismo. O sucesso das previsões a curto prazo em pesquisas eleitorais não autoriza o otimismo e a fé nas sondagens. Para fenômenos de longo prazo ou em circunstância de crise social, as pesquisas baseadas na ingenuidade da transformação da intenção em ato fracassam irremediavelmente.

A fraqueza dos fundamentos teóricos das técnicas de pesquisa não se limita à sua concepção da relação entre opinião e ação. Encontra-se também na própria noção de "atitude", verdadeiro centro de gravidade da pesquisa sociológica ou psicossociológica ligada às escolas empiristas. Gordon W. Allport, um dos principais psicólogos sociais americanos, explicava, em 1935, o sucesso da noção de atitude que contribuiu a popularizar, pelo fato de não ser "a exclusividade de nenhuma escola psicológica" e de "responder admiravelmente às necessidades dos autores ecléticos". O autor prossegue: "Além disso, é um conceito que ultrapassa a antiga controvérsia sobre a influência respectiva da hereditariedade e do meio ambiente (...) porque uma atitude pode combinar em qualquer proporção o instinto e o hábito. (...) Aliás, o termo é bastante elástico para podermos aplicá-lo igualmente às disposições dos indivíduos tomados isoladamente e aos modelos sociais de influência muito abrangente".⁹ Como se observa a partir desta confissão autorizada, o uso da noção de atitude permite diversas

(8) *Le Métier de Sociologue*, p. 57-8.

(9) ALLPORT, G., citado por GIROD, R., *Attitudes Collectives et Relations Humaines*, PUF, Paris, 1953, p. 7.

operações baseadas na indeterminação das relações entre o indivíduo e a sociedade. Com tal pressuposto de indeterminação, que permanece à sombra da aparente sofisticação dos procedimentos de investigação das atitudes, muitos sociólogos explicam fenômenos sociais pela adição de atitudes individuais. A passagem do plano individual para o plano social não é objeto de preocupação ou fica por conta da magia. Em lugar de problematizar toda a carga interpretativa que é necessária para definir as atitudes a partir de certas preferências opinativas dos indivíduos, e em lugar de considerarem que tais atitudes, quando satisfatoriamente definidas, precisam ser explicadas pelo social, certos sociólogos “projetam” tais elementos subjetivos na base da explicação do social. Nisto, recai-se no principal defeito da sociologia subjetiva: o de querer explicar a realidade a partir de diferentes aspectos da subjetividade (sentimentos, opiniões e especialmente atitudes). Quando escapa a todo tipo de vigilância epistemológica, a pesquisa de atitude aplicada ao “autoritarismo”, ao “tradicionalismo” ou ao “conservadorismo” das classes populares é utilizada para “explicar” ou, às vezes, justificar as instituições ou até os regimes políticos correspondentes. A subjetividade da grande maioria dos indivíduos teria, nesse caso, mais peso do que a estrutura de classes e a realidade do poder.

Sem dúvida, o que precede mereceria mais amplos desenvolvimentos. Por enquanto, só queremos indicar, a partir destas observações, que a técnica de opinião e de atitudes induz a uma representação do social cujos pressupostos teóricos, ou “infrateóricos”, remetem ao individualismo sociológico e a um certo tipo de indeterminismo social. Isto exemplifica o princípio epistemológico segundo o qual toda técnica é uma “teoria em atos”, ou contém “teoremas reificados”. Veremos agora outras críticas que decorrem de uma abordagem sociológica da própria prática do sociólogo.

III. A imposição de problemática do questionário

No estudo sociológico de qualquer problema social, cultural ou político, sempre devemos considerar que o próprio sociólogo é um de seus componentes. A pesquisa sociológica, por razão da sua natureza, estabelece um relacionamento complexo entre, de um lado, o mundo dos sociólogos, dos intelectuais, das elites, dos membros de classe média e, por outro lado, o mundo dos leigos, dos operários, dos camponeses, dos favelados, etc. Este relacionamento se exprime, em termos culturais, como interpretação do mundo dos outros e, em termos interindividuais, ao nível das relações concretas de investigação de campo. Questionários e entrevistas são uns dos meios técnicos deste relacionamento. O que nos leva a uma segunda série de críticas sócio-

epistemológicas que enfatizam o caráter socialmente determinado do relacionamento de pesquisa no qual se manifesta, segundo P. Bourdieu, uma *imposição de problemática* por parte dos investigadores. Imposição esta que remete muito mais ao sociocentrismo do grupo dos intelectuais na sociedade do que a elementos de cientificidade.

O problema da imposição de problemática pelo questionário consiste no fato de colocar o entrevistado frente a uma estruturação dos problemas que não é a sua e no fato de estimular a produção de respostas que chamamos reativas. O problema remete à distância social ou cultural que existe entre o universo dos pesquisadores que concebem o questionário e o universo dos respondedores. Relativamente a cada um dos dois universos, a relevância e a significação de uma pergunta não são necessariamente comparáveis.

No *Métier de Sociologue*, podemos ler: "O sociólogo, ao recusar a construção controlada e consciente de sua distância ao real e de sua ação sobre o real, pode impor aos sujeitos questões que não se apresentam à sua experiência própria e esquecer questões encaminhadas pela mesma. Além disso, tal sociólogo, com toda ingenuidade, pode propor aos sujeitos as questões que ele tem a respeito deles por meio de uma confusão positivista entre as questões que se impõem objetivamente aos sujeitos e as questões que os sujeitos formulam conscientemente".¹⁰ Por parte dos pesquisadores, a não consideração das diferenças culturais se manifesta na relação que eles entretêm com diversos grupos sociais. Uma problemática válida para grupos culturalmente comparáveis ao dos pesquisadores, que dispõem de uma certa competência política ou um nível de informação razoável, não deveria ser aplicada ao conjunto da população. Os grupos sociais que não possuem os atributos culturais referidos estão mantidos numa situação de imposição que é propícia à formulação de respostas superficiais ou inadequadas, o que induz o pesquisador em interpretações erradas que, regra geral, concordam com a sua visão do mundo ou com a de quem encomendou a pesquisa. A indiferença de muitos sociólogos com este tipo de colocação ligada a um certo tipo de *relativismo cultural*¹¹ remete ao etnocentrismo ou sociocentrismo que os caracteriza. (Fala-se de logocentrismo quando o mesmo fenômeno é considerado apenas

(10) *Le Métier de Sociologue*, p. 57.

(11) O relativismo cultural é definido por C. Winick como: "The principle that experience is interpreted by each person in terms of his own background, frame of reference, and social norms, and that these factors will influence perception and evaluation, so that there is no single scale of value applicable to all societies" ("O princípio de que a experiência é interpretada por cada pessoa em termos de sua própria experiência, quadro de referência, e normas sociais, a que estes fatores influenciarão a percepção e a avaliação, assim como não há uma escala de valor aplicável a todas as sociedades). *Dictionary of Anthropology*, Nova Iorque, Philosophical Library, 1956, p. 454.

segundo o ângulo da linguagem.) Sob pretexto de eficiência, de rentabilidade, de urgências carreiristas ou de falsa universalidade, o sociólogo pode perder a sua "imaginação sociológica" e se revelar incapaz de avaliar a realidade fora das normas, padrões de comportamento ou de linguagem do seu próprio grupo social, em geral bastante privilegiado.¹²

As críticas gerais que precedem são aplicáveis ao nível de cada questionário, ou até, de cada pergunta de um questionário. Aí, o problema se apresenta como o da não-univocidade das respostas a uma mesma pergunta. Segundo o *Métier*, "o questionário o mais fechado não garante necessariamente a univocidade das respostas, pelo simples fato de submeter todos os sujeitos a perguntas formalmente idênticas".¹³ Este problema é relacionado com as diferenças sociais ou culturais anteriormente apontadas. Ocorre quando o pesquisador faz abstração das diferenças que existem entre ele e a população e entre os diversos conjuntos da população. O que leva a pressupor a existência de uma problemática de vida ou de avaliação comum a todas as classes, grupos ou nações. Pressuposição esta que é contrária ao relativismo cultural.

Encontram-se muitos exemplos de imposição de problemática em questionários aplicados: (a) em estudos sobre as sociedades ditas "tradicionais", para as quais são transportadas categorias de percepção, descrição ou de ação vigentes em sociedades de capitalismo "avanzado", e (b) em estudos sobre grupos sociais "desfavorecidos" para as quais são transportados categorias e critérios de classe "média" aos quais, muitas vezes, o pesquisador adere de maneira consciente ou preconsciente.

J.-P. Cot e J.-P. Mounier se referem ao argumento da não-univocidade da resposta para criticar a pesquisa de G. Almond e S. Verba sobre a "cultura cívica" que realizaram em cinco países: EUA, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Itália e México.¹⁴ É colocada em questão, por exemplo, a comparabilidade das significações, nos cinco contextos diferentes, de uma pergunta tal como: "Que diria o senhor se a sua filha casasse com um aderente a um partido político diferente do seu?" Seria pergunta de significação comparável para um americano republicano, um comunista italiano, um social-democrata alemão? Para responder, poderíamos citar Kurt Lewin: "Não precisamos estudar todas as nações para verificar em que medida nossa percepção das

(12) COT, J.-P. e MOUNIER, J.-P., *Pour une Sociologie Politique*, Seuil, Paris, 1974, tomo I, p. 29.

(13) *Le Métier de Sociologue*, p. 63.

(14) COT, J.-P. e MOUNIER, J.-P., *op. cit.*, Tomo II, p. 51-6. Os autores se referem à obra de ALMOND, G. e VERBA, S., *The Civic Culture*, Princeton University Press, 1963.

idéias de outras pessoas dependem de nossa própria cultura".¹⁵ Cot e Mounier criticam também o fato de "adicionar as respostas do camponês mexicano e as do diretor do Banco Nacional do México à pergunta: 'Uns dizem que uma campanha eleitoral é necessária para que o público possa avaliar os candidatos e os problemas políticos do momento. O que é que o sr. acha?'". Segundo os autores, este tipo de operação parece desconhecer a "difusão diferencial da cultura política em função das classes sociais, assim como a função social desta diferenciação".¹⁶

Podemos exemplificar o problema da imposição de problemática em estudos sobre a marginalidade, um dos principais temas da sociologia latino-americana. Para isto, basta referirmo-nos à crítica dos mitos da marginalidade proposta por Janice E. Perlman. A autora analisou pormenorizadamente a imposição de problemática e o etnocentrismo contida em diversas pesquisas sociológicas sobre as populações faveladas, onde são enfatizadas as atitudes radicais, conformistas, autoritaristas ou tradicionalistas dos indivíduos que compõem essas comunidades. J. Perlman mostra que, em tais estudos, "muitos indicadores aplicam-se melhor às percepções ideológicas de estudantes e profissionais, do que a traços relevantes das vidas dos favelados. Mudança estrutural, por exemplo, ou nacionalismo, são conceitos abstratos que os favelados talvez nunca tenham considerado. A ameaça de remoção da favela, no entanto, significa muitíssimo para os favelados, e tem catalizado sua ação coletiva numerosas vezes".¹⁷ Encontramos aí o problema da ausência de relativismo, por parte dos intelectuais, a respeito da relevância do questionamento que eles impõem. Segundo a interpretação de J. Perlman, o etnocentrismo é particularmente nítido nos estudos da chamada "Escola do tradicionalismo *versus* modernização" que é considerada como de inspiração neo-weberiana e que conheceu suas horas de glória nos anos 60.¹⁸ Tal escola rotulou de "tradicionais" as atitudes ou comportamentos "rurais" trazidos pelos migrantes quando chegam à cidade e que não correspondem às imagens "urbanas" e "modernas" valorizadas pelos membros de "classe média" ou da "elite empresarial". São rotulados de "marginais" os indivíduos ou grupos que não abandonaram o referencial "tradicional" das suas atitudes. A proposta desenvolvimentista, ligada a esse tipo de abordagem, consiste numa transformação da mentalidade tradicional necessária à "expansão econômica do sistema capi-

(15) LEWIN, K., *Teoria de Campo em Ciência Social*, Pioneira, São Paulo, 1965, p. 185.

(16) COT, J.-P. e MOUNIER, J.-P., *op. cit.*, Tomo II, p. 56.

(17) PERLMAN, J., *O Mito da Marginalidade*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p. 214-5.

(18) *Idem*, p. 144.

talista” e à “proteção política contra o comunismo”.¹⁹ O etnocentrismo se manifesta no enfoque geral do problema, na descrição das populações que não se enquadram no padrão de modernidade conservadora das classes dirigentes como também em cada procedimento de pesquisa: perguntas, questionários e escalas de modernidade. A absoluta falta de neutralidade axiológica (tão valorizada no weberianismo) ao nível da concepção global é reforçada pela falta de neutralidade metodológica ao nível da pesquisa empírica. A escala de *overall modernity* (O.M.) de Alex Inkeles avalia as atitudes a partir de uma série de perguntas relativas a itens, entre os quais os mais sociocêntricos parecem ser: “confiança no planejamento e na organização como maneira de conduzir a vida (...), confiança na calculabilidade do mundo, crença na justiça imparcial e distributiva, etc.”²⁰ Ao lado da problemática “tradicional/moderno”, existem outras abordagens da marginalidade igualmente comprometidas com os pressupostos sociocêntricos, por exemplo, a concepção da marginalidade ligada à “cultura da pobreza” (Oscar Lewis) e à não-participação (DESAL). Não podemos apresentar aqui essas diversas concepções que têm inspirado tantas pesquisas empíricas. As críticas feitas por J. Perlman constituem um bom exemplo de desmistificação (2ª parte do livro), útil para quem quiser aprofundar a questão da imposição de problemática, do sociocentrismo dos sociólogos ou antropólogos e suas implicações metodológicas em pesquisas sobre atitudes. Isto não quer dizer que certos aspectos da pesquisa e das generalizações da autora não possam ser criticadas.

Concluiremos a apresentação do tema da imposição de problemática por algumas precauções a serem tomadas para se evitar, a partir da crítica, de considerar que o caminho adequado consistiria em apenas reproduzir a “problemática” ou o “universo existencial” das populações estudadas. De fato, quando criticamos a imposição da problemática dos sociólogos empiristas, isto não quer dizer que o ideal seria um tipo de pesquisa sem utilização de uma determinada problemática. Não queremos propor como modelo a concepção fenomenológica ingênua, muito frequente entre aqueles que pretendem aplicar entrevistas não-diretivas ou “metodos antropológicos”, para descrever o universo das pessoas investigadas através do que elas dizem. Contra a ilusão empiricista é preciso reafirmar que a problemática sempre existe. O que queremos criticar nas precedentes observações não é a existência de uma problemática de investigação, sempre necessária, mas sim a dissimulação de problemáticas ideologicamente marcadas ou sociocentradas nas formas de representação do social das classes médias ou de diferentes elites. Logo, o que está em jogo é a ausência,

(19) *Idem*, p. 148.

(20) *Idem*, p. 147-8.

por parte dos investigadores, da auto-avaliação da problemática e das interferências ideológicas que nela têm lugar, inclusive ao nível da formulação de cada pergunta. Em outras palavras, o que é criticado, segundo a nossa interpretação, é a falta de "reflexividade", tal como é definida pela dita "sociologia reflexiva", mas que não deve se tornar um fim em si, como já apontamos na nossa introdução geral. No que tange mais especialmente ao aspecto "imposição da problemática", o que deve ser criticado é a ausência de relativismo cultural por parte dos investigadores, cuja imaginação sociológica não ultrapassa os limites do universo mental de seu próprio meio social. Reflexividade e relativismo cultural são duas qualidades necessárias para se dirigir investigações sem "imposição de problemática", numa perspectiva de questionamento mais do que de observação unilateral. Talvez isto esteja fora do alcance de muitos planejadores de pesquisa.

IV. Desníveis de comunicação entre investigadores e entrevistados

O problema a seguir é intimamente ligado ao precedente. Reside no relacionamento cultural do sociólogo e dos homens simples. Em lugar da imposição de problemática, será agora destacada a questão dos desníveis de compreensão ou de comunicação observados naquele relacionamento.

Em todas as ciências, inclusive as naturais, a crítica dos pressupostos teóricos do instrumento de observação é indispensável. Para a sociologia, contra o mito da neutralidade observacional, é necessário acrescentar considerações sobre o caráter social da aplicação dos instrumentos, que consistem, no fundo, numa determinada relação social. Segundo a expressão de P. Bourdieu, as técnicas de pesquisa social são "técnicas de sociabilidade socialmente qualificadas".²¹ Os pressupostos de uma técnica de enquete não remetem apenas a uma implícita representação do objeto social. A situação de coleta de dados opinativos ou fatuais envolve um certo tipo de sociabilidade manifestada no contato efetivo dos investigadores com as diversas populações, onde os problemas de comunicação são socialmente determinados. Especialmente, a entrevista (seja ela dirigida ou não) cria uma situação a ser problematizada na medida que a relação entrevistador/entrevistado não é igual para todos. Os desníveis socioculturais dos entrevistados se manifestam na faculdade de abstração ou de classificação, o que pode tornar duvidosa uma imediata comparação entre elementos do material recolhido.

(21) *Le Métier de Sociologue*, p. 62.

Para ilustrarem a idéia segundo a qual as técnicas de pesquisa são “técnicas de sociabilidade socialmente qualificadas”, os autores do *Métier de Sociologue* recorrem a um estudo de L. Schatzman e A. Strauss sobre a diferença dos modos de comunicação em função das classes sociais.²² Os dois autores estudaram, a partir de entrevistas, as respostas a uma situação de catástrofe natural vivida pela população de uma região do Arkansas nos anos 50. Além de diferenças de vocabulário ou de gramática, foi destacado que, contrariamente ao locutor de classe média, o locutor de classe popular não adota vários pontos de vista para descrever o acontecimento. Ele se limita a uma perspectiva de descrição visual com fraca capacidade de abstração, de categorização ou de classificação das pessoas, das ações ou das instituições envolvidas nas conseqüências da catástrofe. A partir dessas observações, os autores concebem que cada classe social possui modos de comunicação particulares.

Quando não enxergam as diferenças de modos de comunicação, os investigadores empíricos postulam a existência de um modo único, em geral o seu próprio de tipo classe média. Isto é fonte de distorção sistemática ao nível da situação de entrevista e ao nível da interpretação dos resultados. No primeiro, a diferença de modo de comunicação interfere na enunciação da pergunta por parte do investigador, na compreensão da pergunta e na formulação da resposta por parte do respondente e, finalmente, na transcrição da resposta. No segundo nível, a interpretação feita sem levar em conta as diferenças de modos de comunicação recai inevitavelmente nos problemas de sociocentrismo ou de falta de relativismo cultural anteriormente apontados. Em ambos os níveis, a neutralidade dos procedimentos técnicos está posta em questão.

Embora raramente seja problematizada nos seus devidos termos, a diferença de modos de comunicação segundo as classes sempre aparece, na prática do sociólogo, quando se trata de formular as perguntas de um questionário. Mais do que diferenças sistemáticas de modos de comunicação, o que chama a atenção dos investigadores são principalmente as diferenças observadas na compreensão das palavras abstratas. Uma das principais preocupações consiste, então, em “traduzir”

(22) SCHATZMAN, L. e STRAUSS, A., “Social Class and Modes of Communication” em *American Journal of Sociology*, Chicago, Vol. LX, n.º 4, 1955, p. 329-38. Tradução francesa em *Le Métier de Sociologue*, p. 223-37. O estudo de Schatzman e Strauss é considerado como contribuição-chave na área da sociologia da linguagem dos anos 50. Ulteriormente, os trabalhos de Basil Bernstein chamaram atenção sobre as diferenças de códigos lingüísticos existentes entre locutores de classes “baixas” e locutores de classe “média”. Os problemas da relação entre classe e linguagem constituem um dos pivôs da atual sóciolingüística. A respeito desta disciplina, ver: ROBINSON, W. P., *Linguagem e Comportamento Social*, Cultrix, São Paulo, 1977. No Capítulo 8 desse livro, são comentadas e criticadas as contribuições de Schatzman, Strauss e Bernstein.

as palavras abstratas em palavras mais concretas, ou, mais ainda, em palavras mais familiares.

Um exemplo deste tipo de operação de “tradução” é dado por Leôncio Martins Rodrigues quando, para aplicar e discutir a tese lipsetiana do “autoritarismo da classe operária” no contexto brasileiro, formula a pergunta: “Que tipo de governo poderia apressar o desenvolvimento do país e elevar o nível de vida do povo?”²³ A formulação da pergunta é comentada em nota de rodapé da seguinte maneira: “Como seria de se esperar, dado o baixo nível cultural dos entrevistados e a dificuldade de conceituação e expressão, as respostas nem sempre foram muito precisas, havendo identificação do tipo de governo com a pessoa do governante. Poder-se-ia objetar que nossa indagação de certo modo cerceia e restringe a escala de variação das respostas ao utilizar a palavra ‘governo’ e não ‘regime’, ‘sistema político’, etc. De fato, tínhamos pensado inicialmente em utilizar a segunda fórmula. No entanto, verificamos no pré-teste do questionário, que, amiúde, os trabalhadores não entendiam seu significado. Assim sendo, optamos pela palavra ‘governo’, mais familiar e de significado suficientemente elástico e vago no uso comum para englobar o sentido do termo ‘regime’, etc. Na maior parte das vezes, foi impossível estabelecer itens mais precisos para tabulação. Evidentemente, este inconveniente poderia ser superado caso o respondente tivesse que optar por alternativas oferecidas de antemão. Contudo, julgamos que, assim procedendo, poderíamos influenciar as respostas e que melhor seria deixar a pergunta inteiramente aberta, devendo o entrevistador anotar *ipsis litteris* a resposta do entrevistado”.²⁴

Sem dúvida, a “tradução” das palavras abstratas em palavras mais concretas é um procedimento inevitável, embora imperfeito. Sua utilização supõe, como faz o autor citado, muitas precauções ao nível da captação da resposta. A principal delas consiste em anotar o conjunto da verbalização do respondente na qual se trata de detectar o quadro de referência que dá sentido à resposta.

Ampliando um pouco a discussão do procedimento de “tradução”, devemos assinalar que não visa apenas a obter melhor compreensão por parte do entrevistado de baixo nível cultural. A melhor compreensão a partir do “concreto” tem um limite associado à motivação do respondente. Nos questionários ou roteiros de entrevista, segundo

(23) RODRIGUES, L. M., *Industrialização e Atitudes Operárias*, Brasiliense, São Paulo, 1970, p. 138. A pergunta obteve, entre os 62 operários entrevistados, 35% das respostas a favor da “Ditadura” e 18% a favor da “Democracia”. Entre os 24 ferramenteiros entrevistados (de nível cultural superior ao dos operários comuns), observa-se apenas 4% das respostas a favor da “Ditadura” contra 39% a favor da “Democracia”. A pesquisa foi realizada em 1963.

(24) RODRIGUES, L. M., *op. cit.*, nota de rodapé, p. 138-9.

Kahn e Cannell, a primeira função das perguntas consiste em "traduzir os objetivos específicos da pesquisa numa forma que os torne comunicáveis ao respondente com a máxima efetividade".²⁵ A segunda função consiste na motivação do respondente. É preciso não esquecer essas duas funções para obter uma adequada formulação das perguntas. Deve-se "utilizar a linguagem que comunica satisfatoriamente com o respondente menos sofisticado e que ao mesmo tempo evita a aparência de exagerada simplificação".²⁶ Uma super-simplificação pode prejudicar a motivação do respondedor mais sofisticado ao sentir desprezada a sua própria "capacidade intelectual".²⁷

Essas regras de planejamento de pesquisa (concepção de questionários e entrevistas), por úteis e indispensáveis que sejam, não ultrapassam o bom senso elementar e sempre postulam a existência de um único modo de comunicação a ser flexibilizado para se adaptar ao nível de compreensão ou de motivação dos respondentes que varia em função de certas características culturais. Em relação com os homens simples, essas características são apreendidas pelos sociólogos de orientação convencional em termos de inferioridade cultural e não nos termos de uma verdadeira diferença de modos de comunicação.

Para obter os objetivos correntes da pesquisa de opinião, é claro que a problematização dos modos de comunicação possa aparecer, aos olhos dos práticos, como preocupação de "purista" pouco eficiente em termos de rentabilidade imediata. A partir de uma reflexão metodológica sobre as exigências da pesquisa especificamente sociológica, este argumento não tem relevância.

Os remédios que consistem em tornar mais familiar ou mais motivante o vocabulário dos questionários não chegam a atingir o centro do problema da relação entre o social e a linguagem. O uso da linguagem nunca pode ser considerado como neutro porque, socialmente determinado, produz significações diferenciadas segundo os modos de comunicação próprios a cada classe ou a cada circunstância. C. Javeau e B. Legros-Bawin resumem o problema escrevendo: "... supor-se que a mesma pergunta e as respostas propostas (múltipla escolha) têm o mesmo sentido para as pessoas interrogadas que são separadas por diferenças de cultura ou de afiliação de classe, é ignorar que as linguagens não diferem apenas pela extensão de seu léxico ou pelo grau de abstração, mas também pelo tipo de problemas que veiculam".²⁸ A título programático, podemos sugerir que os problemas

(25) CANNELL, C. F. e KAHN, R. L., *The Dynamics of Interviewing*, John Wiley, Nova Iorque, 1957, p. 107.

(26) *Idem*, p. 112.

(27) *Idem*, p. 113.

(28) JAVEAU, C. e LEGROS-BAWIN, B., *Les Sondages en Question*, A. De Boeck, Bruxelas, 1976, p. 30.

da comunicação entre o pólo investigador e o pólo investigado deveriam ser recolocados à luz das modernas aquisições da sociolinguística. O que ultrapassa as nossas atuais preocupações.

*
* *

Além da “tradução” dos termos complicados em termos aparentemente mais simples, os planejadores de pesquisa empírica imaginam outros procedimentos técnicos para facilitar a resposta dos indivíduos interrogados. Um dos mais utilizados nos questionários consiste na inclusão de perguntas que oferecem respostas preformuladas, entre as quais o respondente pode escolher. O procedimento é aplicado a perguntas fatuais, opinativas, atitudinais, etc. A sua principal vantagem consiste na simplificação da codificação das respostas e do processamento mecânico ou computacional. A desvantagem tem a ver com a eventual inexaustividade do leque de alternativas propostas e a influência da formulação das alternativas sobre as escolhas do respondente.

Apresentaremos alguns itens de discussão relativos à desvantagem. A vantagem de simplicidade técnica é tida por evidente.

A questão da eventual inexaustividade do leque de alternativas é colocada por Amaury de Souza da seguinte maneira: “A formulação de uma pergunta pode induzir uma resposta enviesada: por exemplo, uma pergunta fechada pode oferecer um número insuficiente ou incompleto de alternativas de respostas. A questão: ‘Por que o Sr. resolveu alugar a casa onde mora?’, seguida das alternativas: (a) ‘O aluguel é baixo’, (b) ‘A casa é confortável’ e (c) ‘A vizinhança é boa’, pode gerar uma resposta tendenciosa justamente por não ter especificado alternativas prováveis do tipo: ‘A casa fica perto do meu trabalho’. Pela forma da questão, o entrevistado se vê forçado a escolher uma alternativa que não expressa a sua real motivação’”.²⁹

Este tipo de colocação de bom senso é, sem dúvida, válido para a maioria das perguntas fatuais. Porém, no exemplo citado, já não é fato descritivo simples porque investiga a motivação do sujeito. Quando o objetivo da pergunta se afasta da simples descrição de fatos comuns e dirige-se para os assuntos motivacionais, opinativos ou atitudinais, podemos considerar que a preformulação constitui um problema metodológico muito mais complicado do que um viés de entrevista retificável pela abertura de mais uma alternativa na casa da qual o respondedor poderá marcar, se quiser, mais uma cruzinha.

Além da distorção por causa da inexaustividade do leque de alternativas, que pode ser corrigida por meio de entrevistas não-dire-

(29) SOUZA, A. de, *op. cit.*, p. 98.

tivas na fase de estudo-piloto, existem tipos de influência primária sobre as escolhas do respondente, por exemplo, a ordem de apresentação das alternativas ou o aspecto mais “simpático” da formulação de algumas delas. Mas existe também um outro tipo de influência, mais fundamental, que muitas vezes escapa à atenção dos planejadores de pesquisa convencional. A preformulação das respostas, sobretudo quando se trata de assuntos subjetivos, força as escolhas dos respondentes pelo fato de se referir a problemáticas cujo acesso ou relevância não são iguais para todos como indicam as colocações sobre as diferenças entre modos de comunicação. Na sua crítica da “doxosofia” vigente na área das sondagens de opinião política, P. Bourdieu dá destaque a este problema quando considera que “a probabilidade de ter uma ou outra das opiniões previstas pelo questionário (é) sempre apenas uma probabilidade condicional desprovida de qualquer significação quando deixa de ser tratada como tal”.³⁰ A pergunta de múltipla escolha exige que “se tome posição sobre o já enunciado” e faz desaparecer o “trabalho de enunciação”. O sujeito pode responder a favor de um dado enunciado sem ser capaz de produzir o enunciado da pergunta nem conhecer a problemática a partir da qual ela é formulada. Em muitos casos, a pergunta de múltipla escolha impõe a problemática dos pesquisadores e força o nível de “competência” ou de informação do sujeito. Assim, mesmo quando não é totalmente aleatória, a resposta produzida entretém com a realidade uma relação cuja interpretação não é imediata. Nestas condições, as respostas não podem ser lidas de maneira ingênua, tipo: 60% da população é a favor de...

V. Princípios moral e político de produção das opiniões

Na prática de pesquisa marcada de empiricismo, a preocupação do sociólogo é voltada para a obtenção e o processamento de dados sem suficiente problematização das condições de produção dos mesmos. Satisfaz-se com uma rudimentar distinção entre fato e opinião. Os dados seriam apenas elementos de descrição de um fato ou de verbalização de uma opinião. As condições sociais da verbalização e as condições de produção das opiniões, que variam consideravelmente em função das classes ou das conjunturas, não são levadas em consideração, a não ser como questão de deficiência dos indivíduos de “baixo nível cultural” ou como questão de diferença de “quadros de referência” empiricamente constatável no contexto da verbalização. Estudaremos, agora, como essas condições de produção das opiniões são abordadas por P. Bourdieu e por outros autores de tradição diferente.

(30) BOURDIEU, P., “Os Doxósofos”, na Segunda Parte.

Um dos problemas mais importantes levantado por P. Bourdieu, nos seus dois artigos desta coletânea, diz respeito à duplicidade dos princípios de produção das opiniões: princípio político e princípio ético. Pela confusão dos dois, expressão de uma imposição de problemática, certos sociólogos constroem interpretações tendenciosas, por exemplo, em pesquisas relativas ao chamado "autoritarismo" das classes ditas "inferiores". A imposição de problemática, nesse contexto, reside no fato de que o sociólogo impõe ao povo os critérios políticos difundidos entre os membros da elite ou da "classe política", e avalia, a partir dos mesmos, os modos de ser ou de opinar que, no *ethos* de classe popular são apenas disposições morais. Segundo as observações do autor, são classificáveis ou comparáveis apenas opiniões produzidas a partir de um mesmo princípio, ou modo, de produção. Assim, são classificáveis como opiniões políticas apenas opiniões que as pessoas manifestam de modo explicitamente político, isto é, por meio de uma resposta política a uma pergunta por elas identificada como sendo política. A resposta política é feita a partir de normas políticas, de um certo grau de conhecimento político e dentro de uma problemática política acessível aos entrevistados. Fora dessas condições, a pergunta política é política apenas para o politicólogo que se ilude ao apreender como políticas respostas opinativas produzidas segundo o princípio ético, isto é, a partir de um vago referencial moral adquirido no decorrer da socialização desde a infância. Tal referencial constitui nenhuma competência política para avaliar um determinado assunto político. Os membros da classe operária, de uma lado, têm tendência a manifestar opiniões "progressistas" quando interrogados sobre problemas econômico-políticos tais como salário mínimo, distribuição de renda, etc.; por outro lado, eles têm tendência a manifestar opiniões "conservadoras", ou atitudes "autoritárias", quando se trata de problemas tais como a família, a sexualidade, a educação das crianças, etc., que não são percebidos na sua dimensão política mais sim como questões morais. Segundo esta linha de interpretação, observar-se-ia a tendência inversa entre membros da classe "alta": mais conservadorismo na área econômico-política e mais "liberalismo" na área educacional ou familiar. Criticando a tese de Lipset sobre o "autoritarismo" da classe operária,³¹ P. Bourdieu indica que as respostas autoritárias registradas pelas técnicas de pesquisa empírica na área educacional ou familiar não autorizam inferências para a área política em termos de autoritarismo ou de apoio a regimes autoritários. Tal tipo de inferência se baseia na confusão entre o princípio político e o princípio ético de produção das opiniões, confusão esta que permite um "efeito de homogeneização do

(31) LIPSET, S. M., *O Homem Político*, Zahar, Rio de Janeiro, 1967. Capítulo 4: "O Autoritarismo da Classe Trabalhadora", p. 99-137.

que é heterogêneo".³² No artigo "Os Doxósofos", P. Bourdieu apresenta a sua interpretação de maneira mais desenvolvida no plano teórico, referindo-se à teoria da "prática" e do "*habitus* de classe" que não podemos discutir no quadro limitado desta apresentação de questões metodológicas.³³

O problema da não-neutralidade da pesquisa empírica e outros problemas metodológicos do questionamento sociológico estão envolvidos, com particular nitidez, nos estudos sobre o "autoritarismo" ou o "tradicionalismo" das classes populares. Tanto segundo a interpretação de J. Perlman, vista anteriormente, quanto segundo a de P. Bourdieu, são os sociólogos, com seu etnocentrismo e suas técnicas "objetivas", os principais responsáveis pela exagerada avaliação do "autoritarismo" popular. A partir do seu etnocentrismo, o pesquisador impõe aos entrevistados um quadro de avaliação política que, segundo P. Bourdieu, não corresponde ao referencial moral mais difundido. Este tipo de interpretação não é o único. Certos autores descartam qualquer responsabilidade do sociólogo. Atribuem a responsabilidade da sobreavaliação do "autoritarismo" aos próprios respondedores que se sentem inferiorizados na relação de entrevista.

Encontramos em *A Aventura Sociológica* a seguinte consideração: "A forma mais conhecida de viés induzido pelo entrevistado é o chamado 'conjunto aquiescente de respostas'. Esta é a tendência, freqüente entre entrevistados de nível educacional mais baixo, a responder afirmativamente a um conjunto de perguntas, independentemente de seus conteúdos. O caso clássico do conjunto aquiescente de respostas é a mensuração de escalas de autoritarismo em populações pobres e pouco educadas; nesta e em outras baterias de questões projetivas, o entrevistado tende a concordar com tudo o que lhe é perguntado: a bem da verdade, menos por reais predisposições autoritárias do que por acreditar ser este o comportamento socialmente desejável durante uma entrevista".³⁴

(32) BOURDIEU, P., "Os Doxósofos", Segunda Parte, Texto nº 2. Note-se, de passagem, que a heterogeneidade ou inconsistência do pensamento espontâneo é também um dos temas prediletos da sociologia fenomenológica. Alfred Schutz observou: "Como pai, cidadão, empregado e membro de uma igreja, um homem pode ter as mais diferentes e incongruentes opiniões sobre temas morais, políticos ou econômicos. Essa inconsistência não se origina necessariamente de uma falha lógica. Simplesmente, o pensamento das pessoas se espalha por assuntos situados em níveis diferentes e de relevância diferente, e elas não têm consciência das modificações que teriam de fazer para passar de um nível a outro". (*Fenomenologia e Relações Sociais*, Zahar, 1979, p. 76.)

(33) Problemática desenvolvida em: BOURDIEU, P., *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Droz, Genebra, 1972, 270 p. Ver apresentação e aplicação da mesma, junto a uma interpretação psicológica, em: RODRIGUES, Arakcy Martins, *Operário, Operária*, Símbolo, São Paulo, 1978, 144 p.

(34) SOUZA, A. de, *op. cit.*, p. 99. Independentemente da colocação deste autor, podemos observar, de passagem, que a tendência à aquiescência é um fenômeno psicossocial.

A tendência à aquiescência é um fato bem conhecido. Nas suas respostas, os entrevistados tendem a responder mais facilmente sim do que não, independentemente do conteúdo. Não negaremos isto. O fato é inclusive levado em consideração em pesquisas eleitorais pouco escrupulosas para obter, a partir da formulação de certas perguntas, resultados mais favoráveis a certos candidatos. Contudo, no que diz respeito à mesma tendência no contexto de pesquisas sobre o autoritarismo, a avaliação da distorção merece mais ampla discussão. Não criticaremos a interpretação das condições de produção das opiniões sugerida pela citação precedente. Apresentaremos apenas observações sobre o problema geral da avaliação do autoritarismo.

Sabemos que, não ao nível da metodologia de entrevista, mas ao da própria teorização sociológica, o argumento do complexo de inferioridade ou de falta de educação já foi muito utilizado, desde Henri De Man,³⁵ para explicar o autoritarismo das pessoas de "baixo status", especialmente da classe operária. Podemos imaginar, agora ao nível da descrição metodológica da situação de entrevista, que o mesmo tipo de argumento seja aplicável para explicar por que razão os entrevistados respondem de maneira submissa a favor do autoritarismo. Ora, pode-

social não limitado à situação de entrevista e não especialmente ligado à questão do autoritarismo. Psicólogos o estudaram em várias situações da vida cotidiana como dissimulação de intenções ou sentimentos para não incomodar os outros ou evitar qualquer compromisso. Noutros termos, trata-se de ausência ou fraqueza do "comportamento assertivo", "afirmativo" ou "incisivo" que caracteriza os indivíduos que, em qualquer circunstância, respondem "sim" mesmo quando querem dizer "não". Em diversos livros *best-sellers* encontram-se receitas para as pessoas se tornarem mais "assertivas" ou mais "afirmativas" nos seus comportamentos cotidianos ou relacionamentos interpessoais, sem questionar, é claro, "as instituições sociais com as quais cooptamos", segundo aponta Eliana Audi. (Em: *Jornal da Tarde*, SP, 14/4/1979, p. 7. Resenha de três livros publicados no Brasil: FENSTERHEIM, H. e BEAR, J., *Não Diga Sim Quando Quer Dizer Não*, Record, Rio de Janeiro, 1978, 321 p.; SMITH, M. J., *Quando Digo Não, Me Sinto Culpado*, Record, Rio de Janeiro, 1978, 345 p. e ALBERTI, R. E. e EMMONS, M. L., *Comportamento Assertivo*, Interlivros, Belo Horizonte, 1978, 147 p.)

(35) Segundo Pierre Naville, o estudo de S. M. Lipset sobre o "autoritarismo" da classe operária recolocou em moda, nos anos 60, a antiga tese de Henri De Man dos anos 20 (líder socialista belga, crítico do marxismo e colaborador do nazismo durante a ocupação da Bélgica), segundo a qual "o comportamento da classe operária (...) reivindicativo, agressivo, visando à dominação, deriva do complexo de inferioridade" (P. Naville, no comentário do artigo de JAMOUS, H., "L'Autoritarisme de la Classe Ouvrière", em *Epistemologie Sociologique*, nºs 1 a 5, Anthropos, Paris, Reedição 1970, p. 193). Tanto em H. de Man (*Au-Delà du Marxisme*, Seuil, Paris, 1974. A 1ª edição alemã é de 1926) quanto em S. M. Lipset, o psicologismo permanece à base da interpretação do comportamento operário, mas o referencial metodológico mudou bastante. P. Naville indica: "Por volta de 1925, raciocinava-se (...) com os recursos de uma psicologia dinâmica de tipo adleriano (de Alfred Adler). Hoje em dia faz-se a mesma coisa com *sondagens de opinião que revelam variações nas atitudes psicológicas*" (p. 193, grifos nossos). Esta observação é de grande importância para mostrar como uma certa metodologia predispõe a certas "redescobertas" ou teorizações duvidosas.

mos questionar tal explicação. Se o entrevistado de “baixo nível” tendesse efetivamente a concordar com tudo o que lhe é perguntado e se suas respostas fossem preponderantemente a favor do autoritarismo, não seria, por acaso, uma razão suficiente para reconhecer implicitamente que o “autoritarismo” está contido na convencional situação de entrevista, na formulação de perguntas, na pré-formulação das respostas ou até na “problemática” do sociólogo empírico? Nesta linha, poderíamos também perguntar se o fato de atribuir a responsabilidade do artefato à inferioridade do entrevistado sem questionar o método não teria alguma coisa a ver, por coincidência, com a interpretação da marginalidade decorrente da noção de “cultura da pobreza” que, segundo a crítica de J. Perlman, consiste sempre em “culpar a vítima” de suas deficiências? Na interpretação em termos de “cultura da pobreza”, todos os traços associados aos pobres são negativos: “falta de participação”, “desconfiança”, “apatia”, “cinismo”, “dependência”, “falta de cultura”, “inferioridade”, etc.³⁶ Estes são exatamente os opostos das pretensas qualidades das classes “médias” e “superiores”, a partir das quais o sociólogo sociocentrado nelas avalia qualquer aspecto da realidade social. A linha de interpretação da “cultura da pobreza” pode se aplicar à própria discussão metodológica quando, em lugar de criticar as deficiências dos instrumentos, enfatiza-se as deficiências das pessoas consideradas como objeto de análise. O sociólogo crítico deveria estar em condição de criticar seus instrumentos e de questionar o fato que, segundo C. Javeau e B. Legros-Bawin, “as enquetes não só impõem aos investigados as categorias mentais do investigador, também dão vantagem incontestável a grupos dotados de fluidez verbal e cuja cultura é moldada em esquemas de pensamento iguais aos daqueles que concebem as enquetes”.³⁷

Quando os planejadores de pesquisa empírica dão ênfase ao “baixo nível” dos entrevistados como fonte de distorção da informação coletada pelo questionário, pode-se perguntar: distorção em referência a quê? Em alguns casos, parece distorção em referência a um modelo de pesquisa ideal onde todas as pessoas entrevistadas seriam “finas”, “cultas”, “politizadas”, de “bom nível”, isto é, pessoas possuindo todos os pretensos atributos dos investigadores e acadêmicos.

*

* *

(36) PERLMAN, J., *op. cit.*, p. 150.

(37) JAVEAU, C., e LEGROS-BAWIN, B., *op. cit.*, p. 31.

Independentemente da questão do "autoritarismo", as condições de produção das opiniões podem ser equacionadas das mais diversas maneiras. Formalmente, o problema da não-comparabilidade dos princípios de produção de opiniões levantado por P. Bourdieu foi abordado, há muito tempo, de maneira mais empírica, pelos planejadores e técnicos de pesquisa. Por exemplo, C. F. Cannell e R. L. Kahn, especialistas em *interviewing*, trataram do assunto e propuseram-se a descobrir, no decorrer da pesquisa, os diversos quadros de referência (*frame of reference*) de cada resposta.³⁸ Os autores indicam que "cada indivíduo, ao receber uma comunicação, pode entender e interpretar a informação à luz de suas próprias e relevantes experiências do passado".³⁹ Cada experiência constitui um quadro de referência pessoal a partir do qual a resposta é formulada pelo respondente. O pesquisador tem de conhecê-lo para poder interpretar a significação da resposta e comparar as diversas respostas feitas a uma mesma pergunta. Os quadros de referência não são apenas pessoais. O sociólogo está mais preocupado com os quadros de referência entre os quais os autores distinguem quadros de "tipo nacional ou regional" e quadros "característicos de subgrupo cultural, ocupacional ou de classe social".⁴⁰ Em várias pesquisas, os autores assinalam o problema da presença de diversos quadros de referência que tornam delicada a interpretação das respostas. Por exemplo, observa-se a dificuldade em questionar pessoas a respeito de saúde ou de doença mental quando essas pessoas classificam tais problemas como simples questão de moral ou de disciplina.⁴¹ Em outro caso, os autores indicam que uma pergunta sobre as opiniões das pessoas a respeito da mudança ou da continuidade, nos EUA, no período pós-guerra, obteve uma maioria de respostas favoráveis à continuidade. Ora, tais respostas agregadas não apresentavam significação homogênea por terem sido produzidas a partir de vários quadros de referência diferentes: referência ao emprego, custo de vida, instituições, assuntos políticos internos ou externos, etc. O modo de tratamento do problema que é proposto por Kahn e Cannell consiste no seguinte: (a) Para poder interpretar a resposta, o entrevistador deve perguntar ao entrevistado por que razão ele opina de tal ou qual maneira, o que deveria tornar explícito o quadro de referência a partir do qual ele respondeu à pergunta inicial. (b) Para o controle das respostas, o entrevistador deve testar, na conversação com os diversos entrevistados, os quadros de referência associados ao assunto investigado, para estar convencido de que cada entrevistado está respondendo

(38) CANNELL, C. F. e KAHN, R. L., *op. cit.* Ver os problemas de quadros de referência das respostas às p. 113-21.

(39) *Idem*, p. 114.

(40) *Idem*, p. 115.

(41) *Idem*, p. 150.

à pergunta a partir de um mesmo quadro de referência. Isto é condição de comparabilidade das respostas.⁴²

Os quadros de referência são definidos pelo contexto da fala do entrevistado e são relacionados a componentes ideológicos que dizem respeito à nação, à região, à classe, etc. É possível também distinguir quadros de referência moral ou político. Porém, por interessante que seja, esta abordagem é apenas descritiva, não são problematizadas as condições de formação ou de homogeneização dos diversos quadros de referência e não é questionada a freqüente defasagem que existe entre o referencial do cientista e o do leigo. É pressuposto que ambos operam dentro do senso comum.

*
* *
*

Para completarmos o conjunto de críticas que levantamos a respeito das condições de produção das opiniões e de sua interpretação, que nos seja permitida a seguinte observação. Na concepção de questionário sobre assunto político-ideológico, tal como o "autoritarismo", P. Bourdieu enfatizou a defasagem entre o referencial político do cientista social e o referencial moral do homem simples interrogado. Podemos sugerir que, em outras pesquisas, o referencial moral nem sempre esteja do lado do homem simples. Muitas vezes, o sociólogo não consegue a sua "neutralização axiológica" e não perde todos os atributos do moralista ao substituir critérios de avaliação moral aos da fria análise sociológica. É provável que isto aconteça em estudos sobre o tema do "aburguesamento" da classe operária. Quando as respostas do operário revelam aspirações a melhor nível de vida ou a compra de aparelhos eletrodomésticos, o sociólogo "bem intencionado" pode se escandalizar moralmente e interpretar a partir de um referencial moral (no caso, moral da pobreza para uso de abastados) as respostas que foram formuladas a partir de um referencial de defesa econômica. Deixamos ao leitor o prazer de procurar outros exemplos.

VI. Limitação "conformista" do questionário

Já vimos que os problemas de formulação de questionário e de comunicação entrevistador/entrevistado não são apenas de ordem técnica. Merecem um tratamento sociológico para se evidenciar o caráter social do relacionamento de pesquisa no qual se manifestam as posições e representações dos investigadores frente às características cul-

(42) *Idem*, p. 116-7. (Problema da comparabilidade das respostas.)

turais dos investigados. A não consideração deste fato constitui na maioria dos estudos sociológicos empíricos, uma profunda limitação que podemos definir como limitação de sociocentramento do conhecimento social em torno das posições culturais das elites ou das classes sociais que estas exprimem no campo cultural da sociedade. Ao lado desta limitação — sem dúvida a principal —, outras limitações caracterizam o uso das técnicas de pesquisa empírica em sociologia. Uma delas, ao nível da captação de informação por meio de questionário de opinião, diz respeito ao privilegiamento da passividade dos indivíduos atomizados e à incapacidade de dar conta das situações de crise. O que examinaremos agora. Uma outra limitação, relativa às possíveis utilizações dos resultados de sondagem, será apresentada no item próximo.

Ao conceberem questionários, os planejadores de pesquisa estão numa situação paradoxal: de um lado, uma das suas preocupações está voltada para a vontade de não influir sobre as opiniões do respondedor e, por outro lado, os diversos aspectos da imposição de problemática, que vimos anteriormente, lhes permanecem despercebidos. Para que o questionário não influencie as respostas, os planejadores concentram seus cuidados sobre a eliminação dos efeitos de contaminação que podem existir na ordem de apresentação das perguntas, ou sobre a formulação das perguntas em termos “neutros” e “acessíveis”. Ora, essas operações não afastam a presença de uma problemática estranha à dos respondedores. O seu único efeito consiste em rebaixá-la ao nível do senso comum ou da banalização própria à representação cotidiana ou familiar. Neste terreno, nada estimula o entrevistador a mobilizar sua energia mental propícia a respostas relevantes. A resposta, tal como a pergunta, escorrega no plano do senso comum e, nele, toma emprestadas as imagens, estereótipos ou representações que são mais imediatamente acessíveis, quase sugeridos pela pergunta. Muitas respostas a perguntas de opinião ou de atitude se apresentam como reflexo condicionado dependente da ideologia ambiente e estimulado pelo sinal ideológico que constitui a pergunta. Isto não revela necessariamente que haja profundo apego do sujeito para com a opinião que transitou na seqüência: pergunta/senso comum/resposta. De acordo com o sistema de perguntas fechadas ou de múltipla escolha, a opinião nem precisa ser formulada pelo respondedor. Seu papel é passivo, quase semelhante ao do animal cujos reflexos condicionados são investigados em laboratório. O problema da seqüência: pergunta/senso comum/resposta está no fato de que o senso comum é sempre dominado ou “informado” pela ideologia dominante (ou por certos de seus componentes morais, religiosos ou políticos). Não há, no questionamento habitual, nada que desperte a atenção do entrevistado para a superação da resposta fácil inteiramente moldada no senso comum. Ao contrário, tudo é feito para assegurar a reprodução das evidências primárias.

Ao nível das respostas, os membros das classes populares podem permanecer no “autoritarismo”, ou aderir a qualquer forma moral dominante ou acreditar em mitos tais como o da “ascensão social” sem que isto constitua uma consciência específica. Na fala de indivíduos que não têm acesso ao que P. Bourdieu chama “contraproblemáticas”, seria surpreendente encontrar-se um sistema de opinião independente do senso comum e da ideologia dominante. As “contraproblemáticas” relativas à vida política, sexual, familiar ou educacional não são “secretadas” espontaneamente pelos diversos grupos da população. Em primeiro lugar, circulam em círculos restringidos, principalmente intelectuais, antes de se difundirem de maneira desigual em função das práticas dos grupos. A técnica de pesquisa empiricista não leva em consideração as condições de produção e de difusão das opiniões. Mantendo os entrevistados na passividade do dia-a-dia, a coleta de opiniões, tal como é concebida pelos planejadores de pesquisa, verifica apenas os efeitos da dominação ou, em outros termos, apreende de modo instantâneo certos aspectos da reprodução simbólica. A não ser em situação dramática, como no caso de uma revolta, os indivíduos entrevistados na esquina da rua não têm motivo especial para emitirem opiniões contrárias à conformidade e à tranquilidade ambiente. Das respostas obtidas nessas condições não se pode inferir muita coisa a respeito dos comportamentos que os indivíduos seriam capazes de assumir numa situação de crise ou de mobilização coletiva. Mesmo os líderes sindicais ou políticos que têm acesso a contraproblemáticas sociais ou políticas, regra geral, não estão em condição de produzir opiniões morais em ruptura com as formas morais que predominam na atual sociedade. Resumindo, poderíamos dizer que a passividade e a individualização dos entrevistados que são consideradas como condição de objetividade ou de comparabilidade, dão ao questionário uma limitação “conservadora” ou “conformista”. O questionário é satisfatório para conferir que a ideologia dominante domina ou que o *status quo* é amplamente respeitado. No entanto, a não ser para fins de justificativa ideológica, tais verificações são de pouca relevância científica e prática.

A limitação “conformista” das técnicas de pesquisa comum é apontada no *Métier*, quando escrevem os autores: “As enquetes sobre as relações entre as classes, e mais precisamente sobre o aspecto político destas relações, são quase inevitavelmente condenadas a concluir no desaparecimento dos conflitos de classe por causa das exigências técnicas às quais tais enquetes se submetem e que incitam a descartar as situações de crise; por isso, torna-se difícil captar ou prever as condutas que surgirão de uma situação de conflito”.⁴³

(43) *Le Métier de Sociologue*, p. 65.

No seu artigo "A Opinião Pública não Existe", P. Bourdieu desenvolve o problema das possibilidades de pesquisa em situação de crise social, indicando que, em tais circunstâncias, um "efeito de politização" exige dos indivíduos tomadas de posição a respeito das opiniões dos diversos grupos em conflito. Trata-se de um processo de "mobilização" das opiniões que a pesquisa comum não consegue captar na medida que os critérios de amostragem atomizante, o recolhimento de opiniões individuais, os procedimentos de adição das opiniões como se todas fossem de mesmo peso na movimentação social, enfim todos os pressupostos da enquete empírica induzem uma representação do objeto social inadequada à realidade.

Poderíamos dizer que a representação do social induzida pelos pressupostos do empiricismo é bastante semelhante à representação jurídico-ideológica da democracia, onde todos têm opiniões e peso igual nas decisões coletivas, isto é, uma representação bastante afastada da dura realidade da dominação e dos conflitos. Como notou o jornalista P. Vianson-Ponté: "As sondagens de opiniões não anunciam a revolução".⁴⁴

*
* *
*

Em íntima relação com a limitação "conformista" interna ao procedimento do questionário de opinião, coloca-se uma outra limitação que se refere ao contexto social de sua validade e aos pressupostos ideológicos e políticos da utilização dos resultados.

VII. Contexto político das sondagens de opinião e utilização ideológica de resultados de pesquisas eleitorais

Todas as técnicas de investigação empírica, questionários e entrevistas, podem ser questionadas no plano metodológico e no plano sociológico. A pretensa neutralidade metodológica é criticável tanto no primeiro quanto no segundo. Além das limitações internas dos procedimentos, é preciso levar em conta o contexto social no qual são utilizados e que lhes confere uma certa "validade" a nível da obtenção de dados e de interpretação dos resultados. Examinaremos os principais aspectos deste problema dentro dos debates ou polémicas que acompanham a divulgação de resultados de sondagens, sobretudo no contexto eleitoral. Contrariamente à opinião dos porta-vozes das empresas de sondagens, a "validade" aparente é muito relativa e estreitamente relacionada ao contexto ideológico e político da sociedade.

(44) VIANSON-PONTÉ, P., *Le Monde*, 30/31 de julho de 1972.

Em diversos países europeus, o uso e abuso das sondagens de opinião na área política deu lugar a importantes debates e a propostas de regulamentação. No Brasil, durante o período de campanha eleitoral anterior às eleições de novembro de 1978, vários elementos do mesmo debate chegaram às colunas de jornais da grande imprensa.⁴⁵ Nossa intenção não consiste, neste quadro, em analisar todos os aspectos de um tal debate, isto exigiria um livro inteiro. Indicaremos apenas as grandes linhas do debate, deixando para ulterior artigo uma análise mais pormenorizada do caso brasileiro.

Distinguiremos duas séries de observações: (1) A primeira é relativa ao contexto social da validade da pesquisa de opinião, especialmente no caso da pesquisa eleitoral. Aí, destacam-se controvérsias sobre o problema da determinação da amostra e controvérsia sobre o baixo nível de informação dos respondedores: (2) A segunda série de observações tratará do problema da utilização social dos resultados da sondagem. Este é, sem dúvida, o problema-chave do debate em período pré-eleitoral. Na polêmica, alguns criticam as sondagens como sendo mais uma arma que o poder utiliza para manipular o eleitorado a seu favor, outros vêem na sondagem e na publicação de seus resultados um instrumento da democracia para esclarecer as escolhas do público. Veremos que a crítica, talvez a mais adequada, diz respeito ao tipo de representação da sociedade que é veiculada pela sondagem eleitoral e as pesquisas de opinião pública em geral.

(1) A discussão do tamanho e da estrutura da amostra das pessoas entrevistadas é sempre um dos elementos da controvérsia sobre as sondagens de opinião. Muitas vezes, os contestadores ingênuos criticam as sondagens por causa da dúvida que têm a respeito da representatividade de uma amostra de 2 000 ou 5 000 pessoas numa população global de dezenas de milhões de indivíduos. Um conhecimento em estatística, mesmo superficial, bastaria para afastar a dúvida. Outras discussões, mais complexas, fazem intervir em lugar do tamanho da amostra o problema de sua estrutura. Trata-se de saber se a composição da amostra e os critérios de ponderação que utiliza são satisfatórios para representar o conjunto da população sem que certas classes A, B, C ou D, certas categorias de sexo ou de idade ou certas regiões sejam sobre-representadas em detrimento das outras. Exceto em caso de excepcional falha técnica ou em caso de distorção mal intencionada, achamos que a discussão da amostragem tal como é praticada pelas companhias de sondagens é uma discussão pouco produtiva. De fato, tecnicamente, os estatísticos e os especialistas em computação dessas companhias estão em condição de determinar

(45) Cf. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 19/10/1978.

amostras representativas com razoáveis margens de confiabilidade, seja qual for a complexidade da população global. Sempre existem erros e distorções possíveis, mas parecem controláveis e parcialmente retificáveis. Isto não quer dizer que as amostras sempre sejam planejadas com honestidade, como, por exemplo, no caso de pesquisa-relâmpago feita por telefone na hora que segue o discurso de um homem político. Decorrente do que precede, uma primeira exigência a respeito da publicação dos resultados de sondagens consiste na divulgação detalhada da técnica de amostragem utilizada.

A validade de uma pesquisa de opinião não seria problemática se todos os indivíduos que compõem a sociedade fossem iguais em termos de acesso à informação e de capacidade de formular opiniões políticas. Uma simples constatação mostra que a desigualdade é muito grande. Muita gente critica as sondagens pelo fato de adicionarem as opiniões de pessoas entre as quais nem todas têm verdadeiramente opinião, por falta de informação. No contexto eleitoral, onde as opiniões investigadas são as intenções de voto, o mesmo argumento consiste na constatação do baixo nível de informação de certas categorias de entrevistados: muitas vezes, nem se conhece a data das eleições, o motivo, as tendências, os candidatos, etc. O que não predispõe as pessoas a responderem de maneira sensata. No Brasil, no debate anterior às eleições do 15 de novembro de 1978, Cláudio Willer, leitor do *Jornal da Tarde*, criticou uma sondagem Gallup utilizando, entre outros, o mesmo argumento. Segundo ele, "no início da pesquisa (10-15 de setembro) apenas 20% dos entrevistados sequer sabiam que haveria eleições".⁴⁶

Independentemente do contexto eleitoral, o mesmo problema de desinformação existe de maneira variável em função das categorias de assuntos. Mesmo em países desenvolvidos, onde os meios de comunicação atingem a maioria da população, o nível de informação empiricamente constatado é relativamente fraco sobre os assuntos nacionais e muito fraco sobre os assuntos de política exterior. Nos EUA, uma pesquisa feita em 1949 mostrou que 30% da população nunca tinha ouvido falar de problemas de política exterior, 45% tinham uma vaga representação e apenas 25% dispunha de um razoável nível de informação.⁴⁷

O problema da desinformação do público é diferenciado segundo as classes (os pobres não têm acesso à informação e à "cultura") e segundo os sexos: as mulheres são consideradas como menos infor-

(46) *Idem.*

(47) MARKEL, L., *Public Opinion and Foreign Policy*, Nova Iorque, 1949, citado por STOETZEL; J. e GIRARD, A., *Les Sondages d'Opinion Publique*, PUF, Paris, 1973, p. 15.

mas dá que os homens sobre os assuntos de interesse geral. Isto se manifesta nos níveis de indecisão observáveis pela proporção de não-respostas nos questionários. Embora seja dependente dos assuntos do questionário, a proporção de não-respostas varia em função do sexo da pessoa entrevistada em mais de duas vezes. Assim, as perguntas que obtêm entre os homens 5% de não-respostas obtêm entre as mulheres de 10 a 20% de não-respostas. Quando os homens não respondem numa proporção de 10, 20 ou 30%, a proporção de não-respostas para as mulheres passa respectivamente de 20 a 30, de 30 a 50 e de 50 a 60%. (Essas estimativas foram calculadas a partir de sondagens realizadas na Europa.)⁴⁸

De modo geral, a falta de informação pode ser um argumento de peso para criticar a validade das sondagens de opinião ou o caráter "forçado" de suas interpretações. Este problema é equacionado por P. Bourdieu como falta de competência dos entrevistados, em particular falta de competência política para responderem politicamente a uma pergunta política.⁴⁹ Inspirados por uma concepção semelhante, L. Sfez e A. Cauquelin consideram que, na base da desinformação vigente, a pesquisa por questionário não é apenas uma técnica de registro ou de coleta de opiniões: ela desempenha uma função ativa na própria formação da opinião. O objetivo da sondagem consiste em "formular o informulado, tornar explícito o implícito, corporificar a opinião informal".⁵⁰ Trata-se de formulação ou de explicitação predefinida pelas categorias, pelos pressupostos, enfim, pela problemática do questionário e daqueles que o encomendaram. Os resultados de tais pesquisas são utilizadas como informação nos mecanismos do poder para fins de legitimização de sua política.

(48) STOETZEL, J. e GIRARD, A., *op. cit.*, p. 181.

(49) Tema desenvolvido por P. Bourdieu nos textos 1 e 2. O leitor suspiçará poderá, eventualmente, relacionar dois pontos de vista: (a) a crítica das interpretações segundo as quais o "baixo nível cultural" dos entrevistados é fonte de distorção, e (b) a colocação de P. Bourdieu sobre a "falta de competência política". Será que o baixo nível cultural e a falta de competência política remetem, em última análise, a uma mesma problemática sociocentrada que admite como padrão de referência a cultura e a competência das classes dirigentes? Deixamos a questão em aberto. Seja como for, o tema da incompetência política das classes populares, mesmo quando referida a uma teoria comunicacional da competência, sempre expõe-se, de um lado, a não ter perdido todo laço com representações ideológicas e, por outro lado, a oferecer a possibilidade de interpretações ideológicas pouco escrupulosas. O tema da competência política é ambíguo. Numa discussão totalmente independente da metodologia, Jean-Marie Brohm chegou a escrever: "A burguesia positivista define a política como esfera autônoma, específica e limitada a um setor de atividade restrita e reservada aos especialistas. A política seria então um negócio de homens 'competentes' que fazem dela sua profissão (...)" (em *Corps et Politique*, Ed. Universitaires, Paris, 1975, p. 228).

(50) SFEZ, L. e CAUQUELIN, A., "La Communication Politique", em *Dialectiques*, nº 20, 1977, p. 75-97.

Para se evitar certas extrapolações, parece-nos necessário referir este tipo de crítica ao questionário de opinião sobre assuntos relativamente complexos. Não se aplica a certas sondagens eleitorais rudimentares onde só se trata de simular o comportamento eleitoral. A respeito da simples intenção de voto, o problema pode ser colocado de maneira sensivelmente diferente. Pois sabe-se que a falta de informação, a falta de competência política, a falta de interesse ou de mobilização podem indicar que as pessoas irão opinar ou votar de maneira tradicional, seguindo a simples reprodução do sistema. As respostas de conteúdo "pobre" podem indicar que a pessoa, sobretudo em regiões rurais e afastadas, não dispõe de informação e de uma problemática que permitam uma rutura com os comportamentos anteriores. É necessário fazer-se uma distinção entre a pesquisa sociológica (baseada em um modelo teórico e utilizando diversas técnicas), a pesquisa de opinião (técnica de coleta de opiniões individuais por meio de sondagens) e a pesquisa eleitoral (pesquisa de opinião restringida a coleta de intenções de voto). De acordo com tal distinção, achamos que não se pode criticar a pesquisa eleitoral de não ser tão aprofundada quanto uma pesquisa sociológica. Para um objetivo limitado, tal como a intenção de voto, a imposição de problemática eleitoral e a desinformação geral não chegam a ser necessariamente elementos que invalidam os resultados. Pois, não ter opinião é também uma opinião. Todas as críticas que enfatizam a imposição de problemática e seus efeitos de "enlatamento" ou de "corporificação" de opiniões não formadas nos parecem mais válidas quando se aplicam a pesquisas mais ambiciosas do que simples levantamentos eleitorais, por exemplo nas pesquisas de opinião, eventualmente eleitorais, mas de âmbito superior à simples antecipação dos resultados, como no caso de pesquisas sobre a representação da vida política. As críticas são mais importantes ainda quando se aplicam a pesquisas sociológicas de pretensão científica, como no caso dos estudos sobre a "marginalidade", a "participação" ou o "autoritarismo" das classes "inferiores".

(2) Além dos argumentos sobre a amostragem, sobre a desinformação ou a incompetência dos entrevistados, os contestadores de sondagens centram a sua crítica na função social ou política que tais procedimentos estão exercendo nas "democracias ocidentais". A respeito de tal função, os argumentos são de diferentes naturezas: uns enfatizam a utilização jornalística das sondagens, outros o caráter oculto da organização das sondagens ou o caráter antidemocrático de sua utilização, outros ainda destacam uma mistificação mais profunda, um tipo de ilusão de democracia. Por sua vez, os administradores e "advogados" das companhias de sondagens contra-argumentam por meio de um sistema de defesa tecnocrático cujos principais aspectos serão apontados depois de termos apresentado os argumentos críticos.

Segundo P. Bourdieu, a apresentação jornalística dos resultados de sondagens se tornou, na França, como também em outros países ocidentais, um instrumento político para dissimular as forças em presença e contribuir à legitimização da política do governo. A eliminação das não-respostas, em particular, produz um "efeito de consenso" ao dar uma ilusão de maioria absoluta. O mesmo artifício é utilizado na apresentação dos resultados de escrutínios efetivos quando os votos brancos ou nulos são descontados. Nas pesquisas eleitorais, quando o partido X obtém 38% das preferências, o partido Y obtém 33% e que 29% dos eleitores ainda estão sem opinião, a apresentação jornalística grosseiramente partidária da tendência X consiste em publicar que o partido X vence o partido Y numa proporção de 53,5% contra 46,5%, isto é, eliminando os "indecisos". Mas isto constitui um caso-limite de fácil crítica. Existem aspectos menos evidentes.

O centro do debate público consiste em saber se a publicação dos resultados de sondagens eleitorais antes da data das eleições influencia o comportamento dos eleitores. E em que sentido? Considera-se que a influência da publicação das sondagens é um elemento entre outros; pois, a influência pré-eleitoral dispõe de diversos meios de propaganda dos partidos, dos candidatos, dos grupos de pressão, de discursos de presidentes na véspera do voto, etc. A influência das sondagens é variável em função do tipo de divulgação. A divulgação restrita ao financiador da pesquisa constitui um instrumento privado que os dirigentes políticos utilizam para o planejamento das campanhas eleitorais ou o desencadeamento de ofensivas ideológicas em direção de certas classes da sociedade. Considerando-se o preço elevado das pesquisas de opinião, somente os partidos que dispõem de recursos importantes e os homens do governo podem utilizar o resultado de tais pesquisas. Por isso, a publicação restringida apenas aos clientes das instituições de pesquisa é geralmente considerada como antidemocrática e sempre favorável aos mais poderosos. Quando a pesquisa é feita a pedido de um jornal que publica os resultados, em geral com o objetivo de aumentar sua tiragem, considera-se que a função da sondagem é mais democrática. Pois todos os partidos e tendências e todos os eleitores estão, *in abstracto*, em condições iguais diante da informação disponível, todos podem utilizá-la da melhor maneira possível. O que constitui certamente uma ilusão de liberalismo.

Podemos imaginar que a influência absoluta, apreensível pelo número de eleitores que mudam de intenção de voto após a publicação dos resultados de sondagens, seja reduzida. No entanto, esta influência é muito mais importante em termos relativos, sobretudo nas eleições "apertadas", como no caso da França, onde a decisão entre maioria e minoria é feita, muitas vezes, dentro de um intervalo incluído entre 49 e 51% dos votos expressos. Em muitos municípios ou distritos, os prefeitos ou deputados vencem os seus adversários por diferenças de

poucas centenas, ou até dezenas, de votos. Em tal contexto, é óbvio que a influência da mercadoria “sondagem de opinião”, ainda que não isolável de outras influências, tem um papel decisivo. Tal mercadoria é muito cara e, em função disto, sua divulgação e sua utilização são dependentes de grupos de interesses econômico-políticos que dominam a imprensa. O fato de que o Partido Comunista ou o Partido Socialista sejam também clientes das companhias de sondagens não chega a alterar a tendência mais favorável à direita. Os resultados das pesquisas são encenadas no palco da “política-espetáculo” pela grande imprensa e a televisão. A publicação de resultados favoráveis à esquerda é freqüentemente encorajada pela imprensa de direita, em certos momentos da campanha eleitoral, para apavorar a “maioria silenciosa” e estimular em seguida uma reação conservadora de última hora por parte do eleitorado flutuante.*

O problema da real influência da publicação das sondagens não pode ser abordado fora da conjuntura e das tradições políticas próprias a cada país. Podemos sugerir que, regra geral, não é o resultado das pesquisas pré-eleitorais que irá determinar quem será efetivamente eleito. Pois, as relações de forças políticas se baseiam em processos sociais infinitamente mais “pesados” do que a publicação de resultados de enquête, mesmo com “truques”. No entanto, em virtude das limitações metodológicas inerentes ao procedimento empirista e em função das condições de divulgação geralmente submetidas à lei do mais forte, existem muitas predisposições para uma utilização das sondagens que seja favorável aos homens da situação. Na maioria dos casos a predisposição se torna efetiva.

Além da imediata interferência da publicação dos resultados de sondagens sobre o comportamento dos eleitores, outros argumentos críticos enfatizam aspectos menos “visíveis” da função ideológica das pesquisas de opinião. P. Bourdieu dá destaque a uma ilusão de democracia inerente à problemática da sondagem eleitoral. Pelo fato de admitir o postulado um homem = um voto, a sondagem faz abstração das desigualdades socialmente determinadas que existem entre os indivíduos. A pesquisa eleitoral veicula uma imagem da sociedade e do sistema eleitoral que corresponde a uma democracia ideal: todos os indivíduos são equivalentes e cada um deles tem a mesma capacidade de intervenção na decisão final.

Os especialistas e “doutrinários” em sondagens consideram este postulado como um fato real e natural numa sociedade democrática e assimilam a opinião a um voto com as mesmas propriedades de equivalência e de aditividade. Segundo J. Stoetzel e A. Girard, “a opinião de um indivíduo tem tanto peso quanto a de um outro por que os atos

(*) Usado, durante dezenas de anos, esse mecanismo, pela primeira vez, não funcionou na eleição presidencial de 1981, com a vitória do candidato socialista. (Nota da 3ª edição).

de cada um (...) tem uma importância igual para os dirigentes”.⁵¹ Esta ficção sociológica, de fato, revela que a igualdade dos indivíduos é pensada como igualdade diante dos dirigentes, o que pressupõe que os dirigentes não pertencem ao conjunto dos indivíduos iguais. Mesmo reconhecendo a funcionalidade das opiniões para com os dirigentes, os autores negam qualquer compromisso ideológico da pesquisa de opinião com o sistema de poder vigente. Para eles, a utilização das sondagens é apenas instrumental, somente as eleições têm um papel ideológico para assegurar o consenso em torno do poder. Os dois autores se esforçam em mostrar que as pesquisas de opinião e as eleições, ainda que baseadas na equivalência dos indivíduos e na aditividade das opiniões ou dos votos, têm duas finalidades distintas. A função da sondagem consiste em fazer conhecer a opinião pública aos dirigentes fora dos escrutínios e de lhes dar a oportunidade de a levar em conta.⁵² Isto é uma função distinta dos votos que, nas democracias, são “expressão da vontade geral” e “fornecem ao governo a autoridade necessária para aplicar a força do Estado”.⁵³ Ao limitarem a função das sondagens ao conhecimento da opinião, ainda que numa perspectiva reconhecidamente interessada, os autores excluem a sua função ideológica enfatizada por P. Bourdieu. O mecanismo de autoridade ou de busca do consenso seria apenas obtido através do resultado das eleições e não seria exercido durante os preparativos (sondagens pré-eleitorais).

Para nós, está claro que o mecanismo eleitoral e seus resultados exercem o papel determinante na realização do dito “consenso”, sempre acompanhado de ameaças e repressão. No entanto, isto não invalida a tese da função ideológica da sondagem. A representação do mundo social veiculada pela sondagem e sua divulgação é a de uma democracia perfeita onde todos os cidadãos são iguais, bem informados, e onde não existem “votos de cabresto”, votos “comprados” ou qualquer outra forma de pressão sobre os eleitores. Considerando, sem dúvida, que todos os países do “mundo livre” satisfaçam tais requisitos, J. Stoetzel e A. Girard confessam, na conclusão de seu livro, que a aplicação das sondagens de opinião se limita ao contexto de tais países. Escrevem eles: “As sondagens de opinião nasceram e se desenvolveram em um contexto histórico e cultural determinado, nas sociedades cuja autoridade se baseia na instituição do sufrágio universal e onde as decisões são tomadas pela maioria nas assembléias políticas. É por assimilação que as sondagens procedem à adição e à contagem dos votos individuais, e é por causa desta assimilação que os resultados são válidos. Noutras palavras, para se evitar todo mal-entendido, a pesquisa em matéria de opinião pública e as aplicações que se pode tirar

(51) STOETZEL, J. e GIRARD, A., *op. cit.*, p. 34.

(52) *Idem.*

(53) DUPRÉEL, E., citado por STOETZEL, J. e GIRARD, A., *op. cit.*, p. 33.

dela, (...) concernem apenas a esta ordem de fenômenos nas democracias de tipo ocidental".⁵⁴

Nesta citação de autores que não compartilham das críticas aqui apresentadas, encontramos profundos argumentos convergentes com os nossos: (a) Se a sondagem pressupõe uma realidade perfeitamente democrática e se a sociologia política mostra que, nas sociedades do mundo ocidental, a democracia é freqüentemente uma ilusão, devemos concluir que a sondagem reproduz a imagem de uma ilusão. (b) Quando o contexto social é suficientemente democrático para permitir a aditividade dos votos no plano político e a aditividade das opiniões no plano da pesquisa, nada autoriza a aplicação do mesmo procedimento a fenômenos de outra ordem, isto é, fenômenos não aditivos, tais como as ideologias, por exemplo.

A adição das opiniões individuais de membros de diversas classes ou grupos sociais não é, em si própria, um procedimento científico. Esta adição existe socialmente como meio de legitimidade, quando as opiniões se materializam em votos nas assembléias ou nas eleições. Sem criticar este procedimento democrático no contexto da vida política, podemos dizer que o mesmo procedimento no contexto da pesquisa não adquire especial cientificidade, ou, mais ainda, pode se tornar procedimento ideológico. Este ponto de vista é apresentado por J.-P. Cot e J.-P. Mounier quando escrevem que, nas pesquisas de opinião, "o que é propriamente ideológico, é se referir a uma opinião pública indiferenciada (...) ou atomizada, sem levar em conta sua estruturação em grupos sociais distintos. Pesquisar a opinião majoritária de um país, não é dar uma explicação sociológica. Mas apresentar tal pesquisa como se fosse uma abordagem científica consiste em atribuir a uma demarche política o prestígio e a legitimidade da ciência; por conseguinte, é produzir ideologia".⁵⁵

A relativa validade das pesquisas eleitorais é exibida, geralmente, pelos especialistas em sondagens quando o resultado da adição das preferências é igual ou quase igual ao resultado da adição dos votos dos diversos grupos. Esta validade reside no fato de existir uma homologia entre, de um lado, a adição das opiniões individuais, no caso, as intenções eleitorais, e, por outro lado, a adição dos votos. Com um intervalo de tempo muito curto, e com a suposição de que não existem causas importantes de modificação na passagem da intenção declarada ao voto efetivo, a "fotografia" da opinião eleitoral pode se tornar previsão do resultado de voto, dentro de certas margens que dependem da precisão da amostragem. Este fato não justifica a pretensão de

(54) STOETZEL, J. e GIRARD, A., *op. cit.*, p. 272-3.

(55) COT, J.-P. e MOUNIER, J.-P., *Pour une Sociologie Politique*, Seuil, Paris, 1974, Tomo II, p. 32. (Existe edição portuguesa pela Moraes Editores, Lisboa.)

cientificidade do procedimento e não justifica a sua aplicação a fenômenos sociais não-aditivos, tais como a dita "popularidade" dos políticos, por exemplo.

Antes das eleições, os políticos estão preocupados pelo lugar que ocupam entre as preferências dos eleitores. Por isso, encomendam pesquisas de opinião para tentarem melhorar as suas posições. Uma vez eleitos, os políticos se preocupam com sua cota de popularidade. De novo, encomendarão pesquisas de opinião. Os pesquisadores constroem escalas de popularidade e os jornais acompanham a "política-espetáculo" com imagens "termométricas": + 2 para Fulano, — 3 para Sicrano, etc. Ao construírem cotas de popularidade, os pesquisadores esquecem um princípio importante de toda pesquisa empírica: o da não-comparabilidade ou da não-aditividade de respostas produzidas a partir de quadros de referência diferentes. Para saber se as pessoas estão a favor do presidente (ou outro político nacionalmente conhecido) são aplicadas perguntas cujas respostas sim ou não são interpretadas sem consideração aos quadros de referência do respondedor. Assim, no total dos "sim" poderíamos encontrar, além de diferentes intensidades de aprovação, diversos referenciais do tipo: "aprovo o presidente porque adiro incondicionalmente a seu partido", ou "ainda que de tendência oposta, gostei do que ele disse sobre o problema do menor abandonado", ou "gostei da cara dele ontem na televisão", etc. A indiferenciação dos quadros de referência permite a construção de cotas de popularidade fantásticas totalmente desproporcionais ao peso eleitoral efetivo, ou mesmo independente quando o presidente não é eleito. Não é raro encontrarmos políticos eleitos com 30 ou 35% dos sufrágios ufanarem-se de cotas de popularidade de 60 ou 70%. O rigor da amostra e da computação dos resultados não podem dissimular a falsa neutralidade da técnica. Na pesquisa sobre as intenções de voto, é legítimo adicionar as opiniões independentemente dos quadros de referência, na medida que, seja qual for o motivo do voto, só conta o resultado. Tal adição não se justifica para um estudo sério sobre o que é, ou poderia ser, a "popularidade" dos homens políticos, que sociologicamente pode ser teorizado em termos de influência ideológica ou em termos de carisma, etc.

No debate relativo às pesquisas eleitorais no Brasil, o problema da ilusão de democracia veiculada pela sondagem é implicitamente apontada pelo leitor do *Jornal da Tarde* quando escreve, polemizando com o diretor da companhia Gallup do Brasil: "No lugar de um arremedo de objetivos e técnicas utilizadas em outros países e contextos — onde ocorrem práticas efetivamente democráticas, ou algo um pouco mais semelhante a eleições livres e diretas — o mesmo trabalho pode ser dispendido na abordagem de questões sociologicamente relevantes, no contexto brasileiro. Valeria a pena pesquisar melhor o grau de desinformação do eleitor brasileiro (...), bem como as fontes de infor-

mação, influências e pressões que efetivamente atuam sobre o eleitor, neste teatro do absurdo no qual se transformam as práticas eleitorais no Brasil".⁵⁶ Talvez o argumento sobrestime a efetividade da democracia nos países democráticos mas, seja como for, toda abordagem da realidade, tal como ela é, contrasta com a representação jurídico-ideológica da democracia, onde todos têm opiniões e peso igual nas decisões políticas. É claro que o tipo de abordagem proposto ultrapassa muito a competência de um organismo de pesquisa de opinião. Pois, trata-se de uma verdadeira pesquisa sociológica.

Podemos indicar, à margem do debate, que os administradores das companhias de sondagens, multinacionais ou não, assim como os sociólogos-burocratas, já estão acostumados, no mundo inteiro, a receberem críticas relativas à falsa neutralidade das sondagens de opinião. As críticas provêm dos mais diversos horizontes: o dos homens políticos, o dos jornalistas, o dos sociólogos radicais, etc. Nem sempre são relevantes e, muitas vezes, se baseiam em sentimentos humanistas do livre-arbítrio ou da liberdade de opinião individual que seria incompatível com as totalizações em percentagens. Outras críticas são feitas no plano instrumental, ao nível da determinação da amostra, principalmente por parte de estatísticos. Contra o conjunto dessas críticas, os administradores e burocratas de pesquisa dispõem de um sistema de defesa que sempre contém três elementos: (a) Uma refutação estreitamente *técnica*. (b) Uma declaração de fé apolitista ou a-ideológica. (c) Uma arrogância específica para com os contraditores. Os dois primeiros elementos são típicos de um modelo de pensamento tecnocrático: os problemas sociais são vistos como problemas técnicos de quantificação do real; o que não é quantificável não está longe de inexistir. Além disso, a dimensão sociopolítica do processo de pesquisa, e de suas ligações com a encomenda do poder, é negada em nome de aparente liberalismo. Todo o mundo pode pensar e utilizar os resultados como quiser. A arrogância dos defensores da vigente organização das sondagens se manifesta em diversos argumentos psicológicos que visam a humilhar as pessoas contestadoras e insinuar a incompetência das mesmas. Para se entender a significação de tal tipo de arrogância, é necessário não se esquecer que ela é o fato de comerciantes especializados nesta mercadoria particular que se chama "sondagem de opinião", vendida muito caro no mercado dos bens simbólicos. Tal arrogância, contra tudo o que se opõe à imagem de cientificidade e de neutralidade que os comerciantes em sondagens têm forjado em torno da sua atividade, é comparável à arrogância dos capitalistas comuns quando os produtos que eles fabricam estão sendo criticados por conterem substâncias poluentes ou prejudiciais à saúde das populações. A

(56) *Jornal da Tarde*, 19/10/1978.

resposta é sempre imediata e pré-padronizada na medida em que qualquer alteração da imagem do produto terá repercussão negativa sobre a demanda.

RESUMO

Apresentamos neste capítulo amplos aspectos de uma crítica metodológica cuja temática se baseia nos trabalhos de Pierre Bourdieu. O centro da crítica está na evidência da falsa neutralidade das técnicas de enquete por sondagens e questionários tais como são concebidas e aplicadas nos contextos da convencional sociologia empírica e da pesquisa de opinião. Além da questão dos valores do cientista e de suas opções conscientes, a falsa neutralidade metodológica deve ser discutida no seio da própria concepção das técnicas de coleta de dados aos níveis dos pressupostos "teóricos" de cada instrumento e das situações concretas de investigação que os sociólogos de vocação empírica não problematizam. Para eles, numa investigação, trata-se apenas de delegar a entrevistadores pouco qualificados os cuidados de um relacionamento polido, uniformizado, de bom senso e sem demasiada condescendência para com os entrevistados. Os aspectos culturais ou políticos das situações de investigação, a unilateralidade da comunicação assim como as diferenças de modos de comunicação são assuntos complicados demais para serem levados em conta numa concepção burocrática da pesquisa. A inadequada avaliação desses assuntos conduz muitos pesquisadores a culpar o baixo nível cultural dos respondentes como fonte de "distorção", em lugar de criticarem as fraquezas dos instrumentos por meio dos quais reproduzem representações sociocêntricas.

Em diversas sociedades ocidentais, à medida que as sondagens de opinião pública desempenham uma função de importância crescente, é preciso uma crítica metodológica sem concessão para mostrar, atrás do bom senso dos questionários e entrevistas, certos mecanismos ideológicos envolvidos na concepção e na utilização das investigações sociais de tipo utilitário e também de tipo acadêmico.

Na lógica da sondagem eleitoral, em particular, é muito importante a evidência de uma função ideológica que consiste em criar uma ilusão de democracia pela divulgação de uma representação do mundo político onde as decisões seriam principalmente o resultado da adição das preferências individuais dos cidadãos livres e iguais, representação esta que nos parece estar longe da realidade mesmo nos países de tradição democrática.

A crítica da ilusão de democracia contida na concepção e na publicação das sondagens eleitorais nos parece mais importante do que as críticas técnicas relativas à amostragem. O tema da desinformação do público é ambíguo; permite a crítica do caráter "forçado" das interpretações de respostas formuladas por indivíduos sem informação ou sem competência suficiente. Porém, não é necessariamente um obstáculo à previsão dos comportamentos eleitorais efetivos (a curto prazo).

Para se limitar o poder "doxocrático" das instituições de sondagens, diversas exigências poderiam ser impostas, como, por exemplo: junto à publicação dos resultados, é necessária a divulgação dos critérios de amostragem, dos níveis de informação ou de desinformação, da lista de perguntas a partir das quais as respostas foram obtidas, assim como a divulgação de uma lista dos diferentes quadros de referência a partir dos quais os indivíduos respondem. É claro que essas recomendações, mesmo se fossem respeitadas, não seriam de natureza a modificar as condições da produção de conhecimento social.

O Processo de Entrevista

I. Da entrevista padronizada à entrevista não-diretiva

Queremos abordar agora diversos problemas relativos ao processo de entrevista em geral — *interviewing* — e à técnica de entrevista não-diretiva em particular. Muitas das observações, por exemplo, sobre a imposição de problemática, que foram apresentadas a respeito do questionário, também concernem às entrevistas, sobretudo quando estas são apenas o momento de aplicação de um questionário-padrão. No caso, a entrevista é dirigida: o entrevistador comunica oralmente a cada entrevistado as mesmas perguntas fechadas, livres e de escolha múltipla, e anota as respostas imediatamente dadas. Entre as limitações do questionário aplicado deste modo, são apontadas como inerentes a seu caráter fechado, a pobreza da resposta, o desconhecimento dos quadros de referência, a indução da resposta pela formulação da pergunta, etc. A problematização da situação de entrevista dirigida se limita, muitas vezes, à questão da desconfiança do entrevistado quando o entrevistador é de raça, ou aparência sociocultural diferente. A maior preocupação dos organizadores de sondagens não consiste na avaliação das sutilezas da situação de entrevista. O que importa, para eles, é a standardização e a rentabilidade da entrevista, as quais são procuradas por meio de uma definição muito rígida dos papéis do entrevistador e do entrevistado. Por exemplo, E. Noelle-Neuman, diretora de uma instituição de sondagem alemã, considera a entrevista como uma situação muito estruturada, sem a liberdade de uma conversação e onde os entrevistados devem ser submetidos à mesma formulação e à mesma ordem das perguntas. Os entrevistadores são apenas executores passivos das instruções do questionário e descarregados de toda iniciativa ou esforço intelectual. O entrevistador não pode ser pesquisador, seu treinamento lhe dá uma visão fragmentária e deve lhe permitir saber estabelecer o contato necessário para a transmissão das pergun-

tas e a coleta das respostas com a menor distorção possível.¹ Nesta concepção da entrevista, os entrevistadores são intermediários, subalternos, intercambiáveis e submetidos ao controle dos administradores de pesquisa que aplicam normas burocráticas. Tal padronização é considerada, no referencial positivista, como requisito de comparabilidade e de confiabilidade das respostas e, logo, base necessária da quantificação. Ora, o que a pesquisa ganha com isto tem contrapartida: a pobreza dos resultados ou o fechamento do discurso, antes de tê-lo aberto.

Para se superar certos dos inconvenientes e das limitações do questionário tradicional, além da incorporação de uma maior proporção de perguntas livres, diversos autores propõem uma maior abertura ou liberdade a ser alcançada pelo uso de entrevista não-dirigida, ou não-diretiva quando concebida com referência à orientação de C. Rogers.

Freqüentemente, a entrevista não-diretiva faz parte dos estudos exploratórios para preparar o questionário-padrão ou é concebida como meio de aprofundamento qualitativo da investigação. O objetivo dela pode ser, por exemplo, a descrição dos quadros de referência a partir dos quais as pessoas responderam "sim" ou "não" a perguntas fechadas do questionário. É útil indicarmos desde já que a não-diretividade, muitas vezes definida de maneira vaga, foi criticada por diversos autores tanto na área da pesquisa social quanto na da pedagogia. Nesta última, onde se define o papel do professor como sendo o de um animador que não impõe conteúdo aos alunos, a não-diretividade foi criticada por G. Snyders como sendo um tipo de demissão diante do senso comum ou como "inter-erosão" dos pontos de vista entre os interlocutores.² Na área da pesquisa, segundo a linha crítica de P. Bourdieu amplamente apresentada no capítulo anterior, a não-diretividade não constitui um remédio ao problema da imposição de problemática e traz ainda mais ilusões quando se perdem de vista as diferenças sociais que existem ao nível da capacidade de verbalização dos indivíduos. Em função das classes ou de outros elementos de diferenciação, todos os indivíduos não têm a mesma capacidade de falar, sobretudo em situação artificial na qual um interlocutor exterior ou "estranho" permanece, na maior parte do tempo, numa posição de ouvinte. Segundo P. Bourdieu, "a entrevista não-diretiva que rompe com a reciprocidade das trocas habituais (desigualmente exigível, segundo os meios sociais e situações) incita os sujeitos a produzir um *artefato* verbal que é desigualmente artificial, segundo a distância exis-

(1) Ver: NOELLE, E., *op. cit.*, p. 42-6.

(2) SNYDERS, G., *Para Onde Vão as Pedagogias Não-Diretivas?*, Moraes Editores, Lisboa.

tente entre a relação com a linguagem favorecida pela classe social dos sujeitos e a relação artificial com a linguagem deles exigida".³ Além disso, segundo o mesmo autor, nas pesquisas politicológicas, a entrevista não-diretiva privilegia as pessoas de classe superior, que são acostumadas ao discurso político e a suas abstrações. Tais pessoas sabem responder politicamente a uma pergunta política, embora seja em termos polidos e neutralizados, de acordo com as "disposições dissertativas" adquiridas em escolas superiores e que permitem discursos sem referência a situações práticas.⁴ Este tipo de crítica, baseada na desigualdade e na diferença dos modos de comunicação em função das classes, por justificável que seja, não invalida necessariamente o uso de entrevista não-diretiva, na medida que o objetivo não consiste em estabelecer comparações ou "adições" dos discursos das pessoas cultas e ignorantes. Antes de tudo, trata-se de explorar o universo cultural próprio de certos indivíduos em referência às capacidades de verbalização específica do grupo ao qual pertencem, sem comparação com outros grupos.

Seja como for, o estudo da entrevista não-diretiva como instrumento de pesquisa sociológica é indispensável para podermos avaliar sem *a priori* seus mecanismos, possibilidades, limitações e implicações. Para isto, uma problematização é necessária. O pesquisador não pode realizar entrevistas não-diretivas na base da intuição, nem do bom senso, do tato ou da típica ingenuidade das entrevistas comuns.

Incorrer-se-ia no risco de captar o vazio da fala ordinária. A situação de entrevista, a relação entrevistador/entrevistado são personalizadas e, em função disto, deram lugar a uma abordagem mais psicológica do que sociológica. No entanto, sem perdermos de vista a dimensão psicológica, encontramos a necessidade de uma "sociologia" da situação de entrevista para uma avaliação da relevância da informação captada e suas distorções. Nesses termos, o problema é tanto sociológico quanto epistemológico, ambos os aspectos reunidos numa preocupação de metodologia das ciências sociais.

Ao nível da entrevista, técnica de pesquisa particular, é necessária uma justa avaliação da articulação do social e do psicológico. Dela dependem as respostas metodológicas a serem encaminhadas para a solução de certos problemas de interpretação sociológica. Por exemplo, já sugerimos no capítulo anterior que a avaliação da dimensão psicológica parece insatisfatória quando se explica o "autoritarismo" dos pobres como resultado da tendência psicológica que incita o entrevistado a dizer mais facilmente "sim" do que "não" na situação de entrevista onde ele se sente inferiorizado. Sem dúvida, existem

(3) *Le Métier de Sociologue*, p. 61-2.

(4) BOURDIEU, P., "Os Doxósofos", Segunda Parte, Texto 2.

muitos outros exemplos de pesquisa nos quais deveria ser questionada a interpretação sociológica em função da concepção da técnica de coleta de informação utilizada.

Examinaremos, neste capítulo, as características das entrevistas e suas possibilidades para a pesquisa sociológica à luz das abrangentes contribuições de L. Kandel, G. Michelat e J. Maître. Como veremos nelas, quando se trata de questionar o tipo de informação captada e os modos de interpretação possíveis, a discussão metodológica da técnica de entrevista não pode ignorar os problemas gerais da relação entre sociologia e psicologia.

II. Problematização da situação de entrevista

Liliane Kandel apresenta uma interessante reavaliação da metodologia das entrevistas utilizadas em psicologia clínica, psicologia social e sociologia para mostrar os limites da não-diretividade e propor um tipo de interrogação capaz de restituir a iniciativa aos interrogados.

A entrevista, conduzida de modo diretivo ou não, não é uma técnica tão simples quanto parece ao utilizador superficial. Muitos autores a problematizam como situação de interação entre dois indivíduos na qual se manifesta um certo condicionamento das respostas e das interpretações possíveis. Por exemplo, R. Kahn e C. Cannell descreveram a interação principalmente ao nível psicológico, incluindo os aspectos emotivos e cognitivos. Na relação entrevistador/entrevistado, mostraram de que modo as características básicas (idade, educação, sexo, raça, *status*, religião) de cada um interferem na percepção, na atitude, nas expectativas e nos motivos do outro, e como essas características condicionam, de um lado, a adequação ou inadequação da resposta, e, por outro lado, os erros de condução da entrevista.⁵

Outros pesquisadores descreveram as distorções produzidas pela situação psicológica de entrevista. Os efeitos da interação entre os dois personagens não se limitam ao conteúdo explícito da fala. Também foram incorporados, à luz da metodologia da entrevista clínica, os elementos não-verbais do comportamento: silêncios, mímicas, hesitações, etc. Além disso, a influência das diferenças psicossociais entre entrevistador e entrevistado foi equacionada como condicionamento não-verbal da resposta. Esses esforços, por limitados que sejam, têm a vantagem de possibilitar a apreensão das opiniões, não como coleta de "idéias" cujo respondente seria dono uma vez por todas, mas sim como comportamento de interação com outrém. Aí, tratar-se-ia de substituir à concepção comum da pesquisa de opinião o estudo do comporta-

(5) CANNELL, C. F. e KAHN, R. L., *op. cit.*, p. 194.

mento verbal e não-verbal de diversas categorias de indivíduos. L. Kandel sublinha tal aspecto positivo e o ultrapassa ao criticar a insuficiência da abordagem psicológica da situação de entrevista e ao indicar a necessidade de considerar os seus aspectos sociológicos e políticos. A autora observa a inadequação de diversos remédios propostos contra as distorções da entrevista, tal como aquele que consiste na interrogação dos pretos pelos pretos ou dos judeus pelos judeus. Superando a abordagem que relaciona os efeitos de “reforço”, de condicionamento ou de distorção com as características individuais dos entrevistadores e dos entrevistados, a autora propõe uma problematização da situação de entrevista enfatizando os aspectos estruturais: a desigualdade da troca e a privatização da interrogação a serem ambas relacionadas com o quadro institucional da pesquisa.

A respeito do condicionamento da resposta e da tendência à aquiescência, L. Kandel indica que a desigualdade da troca caracteriza a situação de maneira bem mais adequada do que a simples referência a diferenças individuais, por exemplo, o aparente *status* superior do entrevistador contrastando com a humildade do entrevistado. A desigualdade é inerente a uma situação de comunicação sobre a qual o respondedor não tem controle e permanece separado da interpretação e da utilização social da informação transmitida. Em situação como esta, a não-diretividade dissimula, sob máscara de reciprocidade e de liberdade de fala, a hierarquia e a monopolização do saber (aspecto institucional).

A segunda característica básica da situação de entrevista, especialmente não-diretiva, consiste, segundo a autora, na privatização dos problemas sobre os quais as pessoas são incitadas a falar. Investigar as chamadas “atitudes profundas” se limita, freqüentemente, a fazer produzir pelo entrevistado, a partir do retraimento na sua vida “privada”, uma informação “familiarista”. O que, em outro contexto, foi encarado como “regressão psicofamiliar” por G. Mendel.⁶ Já vimos que cada técnica é uma “teoria em atos”, ao incorporar no objeto de pesquisa pressupostos que permanecem implícitos; isto é exemplificado aqui pela técnica não-diretiva, cujos pressupostos podem favorecer uma individualização regressiva — do social para o psicológico — mal adequada ao objeto da sociologia.

A entrevista não-diretiva não tem o privilégio de ir muito além do procedimento diretivo. No atual ambiente institucional da pesquisa dita “científica”, ambas reproduzem a mesma separação entre o analista e os analisados, o mesmo monopólio do saber pelo poder, a mesma incapacidade de real articulação com as exigências dos movimentos sociais. Sem desenvolver a proposta, L. Kandel encaminha a discussão

(6) MENDEL, G., *Sociopsychanalyse I*, Payot, Paris, 1972.

das técnicas em direção a um novo tipo de pesquisa capaz de restituir aos indivíduos ou grupos sociais implicados uma capacidade de “iniciativa” e de “controle das ações de interrogação”.⁷

A crítica da desigualdade das trocas e a do monopólio da informação ao nível da técnica de pesquisa são, sem dúvida, necessários. No entanto, tal abordagem pode levar a uma ilusão: o problema não se situa apenas no uso de uma técnica particular. Não basta substituir uma técnica de entrevista por uma outra. Como aponta Barry Smart, “as ciências, através da divisão do trabalho, separação do trabalho intelectual e manual e do resultante monopólio do conhecimento, juntamente com o emprego pelos cientistas sociais de abordagens positivistas do estudo da realidade social, tornam-se outro instrumento de domínio, e não de libertação”.⁸ Nesta linha, a técnica, em si própria, não é responsável, é o conjunto da prática dita “científica” e os interesses sociais que a dirigem que estão em jogo. A restituição da capacidade de iniciativa dos indivíduos dentro dos processos de pesquisa não pode ser apenas ao nível psicológico; veremos no contexto da “enquete operária” certos elementos de uma perspectiva que considera este problema de iniciativa na sua dimensão explicitamente política.

III. Uso sociológico da entrevista não-diretiva

O artigo de Guy Michelat propõe uma discussão sobre o uso de entrevista não-diretiva em sociologia. Sem desconhecer as críticas feitas por Liliane Kandel a este procedimento, o autor não se coloca numa perspectiva crítica. Pretende ele fundamentar a entrevista não-diretiva como instrumental para o estudo das culturas e subculturas (conjuntos de valores, normas, representações, símbolos, etc., tudo o que certos autores chamam ideologias). Os nossos comentários se baseiam na leitura do artigo reproduzido na segunda parte deste livro e na leitura dos estudos que G. Michelat publicou em colaboração com Michel Simon em 1977: *Classe, Religion et Comportement Politique*.⁹ A referida obra contém uma primeira parte que consiste numa fase de exploração sobre o tema “visão do mundo e percepção do campo político” realizada a partir de entrevistas não-diretivas de católicos e de

(7) KANDEL, L., “Reflexões sobre a Utilização da Entrevista, Especialmente a Não-Diretiva, e Sobre as Pesquisas de Opinião”, Segunda Parte, Texto 3.

(8) SMART, B., *op. cit.*, p. 54.

(9) MICHELAT, G. e SIMON, M., *Classe, Religion et Comportement Politique*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Editions Sociales, Paris, 1977, 498 p.

ateus na França. As outras partes contêm resultados de sondagens de opiniões processados por diversas técnicas quantitativas, tal como a “análise hierárquica”, que não são objeto da nossa atual preocupação. Tentaremos descrever a concepção da entrevista não-diretiva à luz de sua aplicação concreta.

Segundo o autor, a entrevista não-diretiva, contrariamente à entrevista dirigida, não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação: “é o entrevistado que detém a atitude de exploração”.¹⁰ A partir da instrução (*consigne*) transmitida pelo pesquisador, por exemplo: “Pode me dizer o que a política e os partidos políticos representam para você?”, o entrevistado define como quiser o “campo a explorar” sem se submeter a uma estruturação pre-determinada.¹¹ G. Michelat enfatiza que a entrevista não-diretiva favorece a captação de uma informação mais “profunda” ou menos “censurada” do que no caso de outros procedimentos. O problema da privatização da resposta sublinhado por L. Kandel, não está colocado e é, por assim dizer, substituído por uma tese segundo a qual, “o que é de ordem afetiva é mais profundo, mais significativo e mais determinante dos comportamentos do que o que é intelectualizado”.¹² A profundidade da entrevista permitida pela não-diretividade é ligada à sua capacidade de “facilitar a produção de significações fortemente carregadas de afetividade, mesmo quando se apresentam como estereótipos: o que nós procuramos pôr à luz, de fato, é a lógica subjacente às associações que, a partir da instrução inicial, irão levar o entrevistado a abordar tal ou qual tema, a voltar atrás ou progredir para outros temas”.¹³

O indivíduo é considerado como portador de cultura (ou sub-cultura) que a entrevista não-diretiva pode explorar a partir das verbalizações, inclusive as de conteúdo afetivo. Nelas são procurados sintomas dos modelos culturais que se manifestam na vivência dos indivíduos ou grupos considerados. Os modelos culturais são progressivamente evidenciados a partir da revelação de uso de estereótipos e da influência dos grupos aos quais os indivíduos pertencem ou se referem em função da sua socialização.

A pesquisa de G. Michelat selecionou um grupo de pessoas católicas, principalmente de origem rural e um grupo de ateus, todos operários. A análise das entrevistas sobre o tema da política permitiu delinear, além dos estereótipos, dois “sistemas de representações e de

(10) *Idem*, p. 7.

(11) *Idem*, p. 8.

(12) MICHELAT, G., “Sobre o Uso da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia”, Segunda Parte, Texto 4.

(13) MICHELAT, G. e SIMON, M., *op. cit.*, p. 8.

implicações afetivas” cuja coerência respectiva se impôs progressivamente ao entender do pesquisador. O primeiro modelo, o dos católicos, se estruturou em torno da representação religiosa; os principais termos do discurso político correspondente são a pessoa humana, a família, os valores espirituais, a tradição, a caridade, etc. O segundo modelo, o dos operários ateus, se estrutura em torno da classe e das relações de classes; os principais termos do discurso político remetem a realidades econômicas e sociais.¹⁴

A demarche proposta é fundamentada em referência à antropologia de E. Sapir, M. Mauss e C. Lévi-Strauss e na psicanálise de S. Freud, sem completa identificação com elas ao nível conceitual. Veremos, após a leitura dos comentários de J. Maître, que a coerência destes empréstimos pode ser questionada.

Antes de entrarmos na discussão das referências teóricas, apresentaremos de modo resumido, em três fases, a demarche que propõe G. Michelat. (1) Escolha de um pequeno número de pessoas diversificadas representativas do assunto estudado. Não se trata de amostragem, mas sim de seleção dos indivíduos em função dos critérios do investigador. A seleção deve incluir representantes das posições as mais diversas; por exemplo, para estudar o fenômeno religioso, serão selecionadas pessoas religiosas e atéias; para problemas raciais, seriam escolhidas racistas e anti-racistas. (2) Gravação das entrevistas conduzidas sem imposição de problemática. O ponto de partida é dado pela instrução do pesquisador. No decorrer da entrevista, o entrevistador permanece numa situação de “atenção flutuante” que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural sem questionamento forçado. (3) A análise do conjunto das entrevistas selecionadas (*corpus*) levanta as verbalizações assim como as hesitações, os silêncios, os risos, os lapsos, etc., que são considerados reveladores de significação latente. O todo é analisado em referência aos dados básicos das pessoas: idade, sexo, profissão, religião, nível de instrução, etc. O *corpus* não é considerado como texto único. Cada entrevista é analisada para tentar encontrar os sintomas relativos ao “sistema de representações, de valorizações afetivas, de regras sociais, de códigos simbólicos interiorizados pelo indivíduo no decorrer de sua socialização e sua relação, eventualmente conflitiva, com as diversas dimensões de uma experiência atual que ele partilha com muitos outros”.¹⁵ A interpretação do material é realizada por vários analistas para reduzir os riscos da subjetividade individual. Com “impregnação” obtida por várias leituras sucessivas e com “atenção flutuante”, cada analista descobre e relaciona os elementos significativos que irão permitir a

(14) *Idem*, p. 75-8.

(15) *Idem*, p. 8.

construção progressiva dos modelos culturais dando conta do vivido pelas pessoas.¹⁶ As divergências de interpretação entre os analistas são progressivamente superadas sem esquema preestabelecido.

Como se vê, a técnica proposta, essencialmente qualitativa ou interpretativa, exclui os procedimentos da clássica análise de conteúdo (tais como definidos por B. Berelson, D. Cartwright ou Ph. Stone)¹⁷ que consistem em classificação e quantificação do material em função de categorias predeterminadas. A técnica de G. Michelat apresenta a vantagem de evitar, na entrevista, a predefinição das respostas pelas perguntas e, na interpretação, a incorporação forçada do conteúdo em categorias. Isto corresponde ao que J. Maître define como “estratégia de retardamento da categorização”. Uma outra vantagem consiste no fato de que a técnica proposta, contrariamente à análise quantitativa de conteúdo, não admite a criticável hipótese segundo a qual a importância de um tema, ou item no *corpus* depende apenas da sua frequência.¹⁸ Todavia, subsistem os problemas da subjetividade dos analistas, de comparabilidade, confiabilidade e representatividade dos resultados. De maneira qualitativa, isto quer dizer que, muitas vezes, na base da intuição e da convicção, a construção de um modelo cultural a partir da fala dos indivíduos é submetida a um relativo consenso entre vários pesquisadores. A verificação e a exaustividade do modelo são avaliadas pela sua capacidade de dar conta de todos os elementos dos fenômenos psicossociais em jogo na fala das pessoas. Quando a construção do modelo atinge uma coerência satisfatória, é possível testá-lo por outros métodos mais formalizados e utilizá-lo como base para a elaboração de pesquisas quantitativas.

(16) O conceito de “modelo cultural”, muito utilizado em antropologia, tem vários sentidos. Existe, algumas vezes, confusão entre o modelo cultural enquanto representação construída pelo pesquisador e o modelo cultural real das populações consideradas. Segundo o antropólogo Paul Bosannan, “a pior das armadilhas (...) é confundir a organização coletiva e a organização analítica” (“O ‘Progresso’ da Antropologia”, em *Desvendando Máscaras Sociais*, Alba Z. Guimarães (org.), Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1975, p. 253). No contexto da discussão da entrevista não-diretiva que nos interessa, o modelo cultural está no plano da organização analítica. Pode ser considerado como imagem, “mapa” ou representação simplificada das representações “reais” dos indivíduos ou grupos investigados. Este tipo de “mapa” é esboçado, construído, retificado pelos analistas a partir de várias interpretações sucessivas das verbalizações colhidas por meio da entrevista não-diretiva. A construção ou evidenciação de modelos culturais sempre supõe seleção de certos aspectos das representações “reais”, eliminação de outros, generalização e distorções a serem controladas. Com o modelo construído, pretende-se dar conta e destacar a presença, no universo real, de certos núcleos significativos, de combinações de elementos ou de uma determinada lógica. A construção de modelos é eventualmente formalizável.

(17) Ver nota (2) do Capítulo 1.

(18) Ver crítica desta hipótese em UNRUG, M.-C. de, *Analyse de Contenu*, Editions Universitaires, Paris, 1974, 270 p.

IV. Captação de informação na interseção do social e do psicológico

O artigo de Jacques Maître contém comentários sobre a demarcação esboçada por G. Michelat, e enfatiza, no plano epistemológico, o maior problema colocado pela utilização da entrevista não-diretiva em sociologia, que consiste na relação que se pode estabelecer entre, de um lado, as verbalizações individuais, a afetividade ou o "vivido" e, por outro lado, a cultura, as ideologias, os fenômenos sociais em geral. Este é um velho problema que existe historicamente desde os começos da sociologia e da psicologia como disciplinas com pretensão científica. Entre outras perspectivas, este problema foi classicamente abordado como problema da relação entre psicologia e sociologia por E. Durkheim e M. Mauss, e como relação entre sociologia e psicanálise por R. Bastide.¹⁹

O subtítulo do artigo de J. Maître é "Notas de Leitura", o que indica a limitação de sua pretensão e de sua coerência. O autor se refere a elementos teóricos de diversas origens cuja articulação seria, sem dúvida, bastante complicada. São citados elementos de teoria da ideologia propostos por J. Piaget, L. Althusser, W. Baranger e S. Freud para delinear uma abordagem da ideologia capaz de dar conta da interseção de dois campos: o dos processos sociais e o da subjetividade individual. A entrevista não-diretiva é considerada pelo autor como instrumento predileto de investigação dos fenômenos a serem apreendidos na interseção dos dois campos. Vamos acompanhar o caminho, seguido por J. Maître.

O autor se refere à teoria da ideologia formulada por J. Piaget em 1950 na *Introdução à Epistemologia Genética* como forma de representação sociocêntrica, isto quer dizer, centrada num sujeito coletivo determinado. O sociocentrismo é um fenômeno coletivo que corresponde ao egocentrismo bem conhecido no plano individual. (No capítulo ante-

(19) DURKHEIM, E., *As Regras do Método Sociológico*, Nacional, São Paulo; MAUSS, M., *Essais de Sociologie*, Seuil—Points, Paris, 1971; BASTIDE, R., *Sociologia e Psicanálise*, Melhoramentos/EDUSP, São Paulo, 1974. Não há espaço aqui para apresentarmos o amplo problema da relação entre sociologia e psicologia. Lembraremos apenas que, na linha objetivista de Durkheim, Mauss e Fauconnet, a sociologia deve explicar o social pelo social, isto é, rejeitar as interpretações psicologizantes. Segundo M. Mauss e P. Fauconnet: "Os sentimentos individuais, a afetividade, não explicam os hábitos ou as instituições sociais". Dando um exemplo, os autores consideram: "Os sentimentos individuais dos fiéis não explicam o sistema complexo das representações e das práticas que constituem uma religião, nem a autoridade pela qual esses modos de pensar ou agir se impõem a todos os membros da Igreja" (*Essais de Sociologie*, p. 12). Este princípio é relativo à explicação, o que não impede que, na investigação, as "consciências individuais" sejam objeto de análise para detectar nelas a presença de representações coletivas que exprimem instituições ou forças sociais. (Sobre a relação entre sociologia e psicanálise, ver nota 29.)

rior, tivemos oportunidade de indicar, à luz de P. Bourdieu e J. Perlman, diversos exemplos de sociocentrismo dos pesquisadores no campo das pesquisas sociológicas.) Piaget sugere, em poucas palavras, uma analogia entre a ideologia na sua função de satisfação (sociocêntrica) das necessidades coletivas do grupo e o sonho na sua função de satisfação (egocêntrica) dos desejos individuais. Tal analogia é considerada por J. Maître como “um dos principais pivôs articulando os planos sociológico e psicanalítico a propósito da ideologia”.²⁰

O objetivo metodológico consiste em poder captar a ideologia simultaneamente no “campo dos processos sociais” e no “campo dos processos subjetivos individuais”. No que tange ao primeiro, a cultura ou a ideologia (o autor não parece estabelecer uma nítida distinção entre os dois conceitos) remete às representações e valores de um grupo ou classe em relação com outros grupos ou outras classes. A individualização da representação é dada, segundo a sugestão de L. Althusser, como “relação imaginária dos indivíduos a suas condições de existência” e como “efeito de interpelação” dos sujeitos por um Sujeito central (Deus, o Estado, etc.).²¹ No campo dos processos subjetivos, segundo uma sugestão de Willy Baranger, a ideologia é recebida pelos indivíduos por meio de uma série de “identificações introjetivas”. A ideologia é apreendida pela decifragem dessas identificações dos indivíduos que ela manifesta. Em termos sensivelmente diferentes, a ideologia é apreendida na sua relação com o ego como um tipo de ilusão social (no sentido de S. Freud) na qual se moldam os traços da individualidade.

No processo de investigação, o objetivo da entrevista não-diretiva consiste em captar as identificações através da fala dos indivíduos, mediante a superação das censuras que nelas se manifestam. Isto permitiria uma apreensão da ideologia nas suas dimensões social e individual.

Ao nível da condução e da interpretação da entrevista, J. Maître aponta diversos obstáculos que devem ser superados. Por exemplo, a “ilusão da transparência”, noção utilizada por P. Bourdieu²² para criticar os sociólogos empiricistas que confundem a explicação sociológica e os motivos verbalizados pelos entrevistados. A simples coleta dos motivos ou opiniões é, nesse caso, dada por substituto de explicação. Esta confusão é freqüente em estudos das migrações ou da marginalidade: quando é perguntado a um filho de camponês por que motivo ele

(20) MAÎTRE, J., “Sociologia da Ideologia e Entrevista Não-Diretiva”, Segunda Parte, Texto 5.

(21) ALTHUSSER, L., “Os Aparelhos Ideológicos de Estado” em *Posições*, Graal, Rio de Janeiro, 1978.

(22) Sobre a “ilusão de transparência”, ver: *Le Métier de Sociologue*, p. 29-34.

quer ir embora para a cidade e a resposta é do tipo “para subir na vida”, o sociólogo empiricista joga tal argumento como explicação do êxodo rural. Com a “ilusão da transparência”, basta ao empiricista “traduzir” as verbalizações populares em termos mais acadêmicos. Por exemplo, “subir na vida” pode ser “traduzido” como “ascensão social” ou “conduta de mobilidade ascendente”. Outros tipos de obstáculos são também apontados por J. Maître: são obstáculos de comunicação que distorcem a percepção das perguntas (ou instruções) e das respostas na relação entrevistador/entrevistado. Todos esses obstáculos remetem à problemática de P. Bourdieu abordada no capítulo anterior.

Além das medidas tomadas para superar esses obstáculos, a estratégia esboçada por J. Maître contém duas fases: operacionalização e interpretação. A operacionalização permite a passagem da teoria para a empiria por intermédio de hipóteses guiando a coleta de dados. Neste contexto, a entrevista não-diretiva, mesmo se não impõe uma estruturação rígida como no caso do questionário, apresenta necessariamente uma determinada problemática. J. Maître indica aí o limite da não-diretividade, que G. Michelat não parecia considerar, se fosse tomada ao pé-da-letra a idéia de total liberdade da entrevista, a investigação se tornaria impossível. Na segunda fase, fase de interpretação, avaliam-se os dados recolhidos para a validação das hipóteses. Ainda que seu objetivo consista na investigação da articulação do campo social e do campo psicológico, a interpretação é rigorosamente sociológica. Trata-se de relacionar entre si diversos elementos sociais ou culturais até se chegar à ordenação deles em um modelo construído. A interpretação não é psicanalítica: a situação social não é interpretada pela teoria freudiana: conflito edípiano, impulsos, etc. Para J. Maître, a referência à psicanálise se limita ao nível relacional: (a) relação entrevistador/entrevistado, com liberdade do segundo e “atenção flutuante” do primeiro; (b) relação analistas/*corpus* das entrevistas na qual os analistas interpretam o conteúdo a partir de uma forte “impregnação” e a manutenção da “atenção flutuante”. Isto corresponderia a uma “estratégia de retardamento da categorização” enquanto alternativa à precategorização inerente aos procedimentos diretivos. Essas noções serão o ponto de partida de nossos comentários a seguir.

V. *Atenção flutuante e não-diretividade*

A leitura dos artigos de G. Michelat e J. Maître sugere diversos problemas teóricos que mereceriam certos esclarecimentos e aprofundamentos.

1) Nos artigos considerados, a referência à psicanálise está inserida numa discussão da entrevista não-diretiva cujo quadro teórico é geralmente associado à concepção de C. Rogers, e não à concepção

freudiana. Parecem-nos necessárias algumas considerações para evitar a justaposição de referências baseadas em conceituações diferentes.

Os autores se referem à psicanálise para definirem o relacionamento entre investigador e o discurso dos investigados. Observa-se que tal referência permanece bastante vaga.

O principal aspecto considerado é a noção de “atenção fluante”, não no seu sentido estritamente psicanalítico, mas apenas como forma de flexibilidade próxima ou comparável, senão idêntica, à atitude não-diretiva. Isto nos parece revelar que os autores não problematizam com suficiente nitidez a diferença existente entre a relação freudiana e a relação rogeriana. Outros autores têm considerado que esta diferença é apenas uma questão de “nuance”. Por exemplo, segundo Edgar Morin, “a entrevista não-diretiva constitui um dos ramos atenuados da conversação freudiana”.²³ Este tipo de argumento não nos satisfaz. Parece-nos necessário salientar que a “atenção fluante”, ao lado da regra de “livre associação”, faz parte do dispositivo analítico e é bastante diferente da “atitude não-diretiva” própria à psicologia e à pedagogia rogeriana.

Segundo a concepção analítica freudiana, a relação terapêutica envolve um mecanismo de transferência de afetos entre o analisando e o analista. Investigando as relações que existem entre a psicanálise e a perspectiva centrada no paciente, C. Rogers considerou que a transferência não constitui problema. Para ele trata-se de uma atitude afetiva de extrema dependência do paciente para com o terapeuta. É um caso limite que não é generalizável e que não caracteriza o relacionamento entre os dois.²⁴ Isto constitui uma diferença básica na apreensão da relação terapêutica.

A diferença de perspectiva é ainda mais nítida no plano metodológico ou plano da “técnica”. Segundo a concepção analítica, a relação terapêutica é metodologicamente orientada por vários princípios: entre outras, a regra de dizer tudo, a regra de livre associação e a regra de atenção fluante. As duas últimas estão no centro de nossas preocupações. A primeira recomenda ao analisando falar e a segunda recomenda ao analista ouvir e interpretar. A regra de associação livre consiste, segundo a definição de J. Laplanche e J. B. Pontalis, “em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que acodem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação), quer de forma espontânea”.²⁵

(23) MORIN, E., *op. cit.*, p. 124.

(24) ROGERS, C. R., *Terapia Centrada no Paciente*, Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1975, p. 199 e ss.

(25) LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B., *Vocabulário da Psicanálise*, Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1977, p. 71.

A regra visa a “eliminar a seleção voluntária dos pensamentos, ou seja, segundo os termos da primeira tópica freudiana, pôr fora de jogo a segunda censura (entre o consciente e o pré-consciente). Ela revela assim as defesas inconscientes, quer dizer, a ação da primeira censura (entre o pré-consciente e o inconsciente)”.²⁶

Por sua vez, a atenção flutuante é “o modo como, segundo S. Freud, o analista deve escutar o analisando: não deve privilegiar *a priori* qualquer elemento do seu discurso, o que implica que deixe funcionar o mais livremente possível a sua própria atividade inconsciente e suspenda as motivações que dirigem habitualmente a atenção”.²⁷

Associação livre e atenção flutuante tornam possível uma comunicação “profunda” entre o analista e o analisando, isto quer dizer, uma comunicação que esteja aquém do plano da consciência. As intervenções interpretativas do analista que ajudam o analisando a superar seus problemas não são apenas ditadas a partir do plano cognitivo, elas envolvem a afetividade recíproca e controlada pelo analista em termos de transferência e contratransferência.

Segundo a concepção rogeriana, a relação terapêutica se baseia no princípio da empatia: o terapeuta neutraliza seus afetos e se coloca no lugar do paciente para poder sentir ou compreender como ele. O aspecto principal reside no centramento no paciente. É o paciente que determina o decorrer das sessões de terapia. O terapeuta tem apenas o papel de aconselhar ou ajudar a compreensão do paciente. Existem algumas analogias entre a atitude freudiana e a atitude rogeriana: ambas são atitudes bastante “reservadas” ou “silenciosas” por parte do terapeuta para deixar maior liberdade à expressão do paciente. Mas isto é superficial. Pois, as intervenções do terapeuta são profundamente diferentes e o referencial teórico também. A diferença é indicada resumidamente por Marcel Lesne quando escreve: “a atitude analítica é essencialmente exploração e interpretação, a atitude rogeriana é essencialmente atitude de compreensão que consiste em expressar o que acontece no outro sem o interpretar”.²⁸ O relacionamento de tipo rogeriano não pode ser assimilado ao relacionamento analítico. O primeiro privilegia a expressão do vivido do paciente a partir de uma focalização de suas dificuldades existenciais e que é facilitada pela empatia do terapeuta. Trata-se de uma fenomenologia bastante simples. A empatia, que permite ao terapeuta identificar-se parcialmente com o ponto de vista do paciente e compartilhar seus sentimentos, não

(26) *Idem*, p. 73.

(27) *Idem*, p. 74.

(28) LESNE, M., *Travail Pédagogique et Formation d'Adultes*, PUF, Paris, 1976, p. 69.

chega a problematizar o mecanismo de transferência e contratransferência. O segundo tipo de relacionamento, o freudiano, privilegia a interpretação referida à teoria do inconsciente. Tal interpretação se dá na intercomunicação, onde são aplicadas as regras de associação livre e de atenção flutuante. Cada uma é relacionada com a outra: as livres associações da fala do analisando entram em relação com a flutuação da atenção do analista que escuta e interpreta.

Podemos assinalar que a aplicação da não-diretividade em pesquisa sociológica é muitas vezes truncada, ou até mesmo uma simples questão de jargão sem real efeito de centramento. Vejamos de mais perto.

Na literatura psicossociológica sobre as técnicas de pesquisa, a orientação não-diretiva é muito divulgada no que diz respeito à técnica de entrevista. Ela é entendida como flexibilização do relacionamento pesquisador/pesquisado ou como medida visando a reduzir os efeitos da imposição de problemática dos modos de investigação mais diretivos. No contexto terapêutico, as expressões "orientação" ou "atitude não-diretiva" são dadas como sinônimas da expressão "perspectiva centrada no paciente". É interessante notar que em sociologia os autores favoráveis à entrevista não-diretiva, muitas vezes, evitam a referência à noção de centramento da investigação no entrevistado. Talvez seja aí uma escolha terminológica reveladora do fato de que a não-diretividade é utilizada como simples flexibilização de relacionamento parecida às medidas de "relações humanas", e não como real preocupação de centrar a investigação nos problemas relevantes enfrentados pelas pessoas entrevistadas. O centramento da investigação no entrevistado supõe que o investigador aceita, pelo menos a título provisório, os quadros de referência do seu interlocutor para juntos poderem explorar os diversos aspectos do problema em discussão ou do universo cultural questionado.

2) O segundo problema que queremos apontar é mais complexo do que o precedente. Ele envolve o tema da relação entre a psicologia e/ou a psicanálise e a sociologia.²⁹ Nos artigos estudados, os autores se

(29) A relação entre sociologia e psicanálise pode ser concebida das mais diversas maneiras, mas existem poucas garantias epistemológicas adequadas para se evitar o psicologismo. Sem apresentarmos um histórico da questão, podemos descrever vários tipos de possíveis posições que foram formuladas desde o começo do século. (a) Numa primeira fase, independentemente da técnica terapêutica, os psicanalistas se interessaram principalmente na interpretação da cultura, das religiões e das sociedades primitivas. Neste contexto, foi destacada a analogia que existe entre a interpretação dos sonhos e a interpretação dos mitos. Otto Rank, por exemplo, propôs a análise dos mitos como sonhos coletivos (cf. BASTIDE, R., *op. cit.*, p. 59), mas foram apontados vários excessos psicologistas na interpretação do social. O Rank chegou a interpretar a evolução da humanidade à luz do "traumatismo do parto". O desvio psicologista é também encon-

referem à psicanálise para conceberem um tipo de relacionamento entre os pesquisadores e o discurso das pessoas entrevistadas, mas recusam o recurso da teoria freudiana para a explicação ou a interpretação da realidade social ou cultural. Tal posição supõe que haja uma separação entre a técnica analítica e a teoria analítica para poder adequar a primeira aos objetivos da investigação sociológica e manter afastada a teoria analítica do corpo da explicação ou interpretação sociológica. A posição dos autores pressupõe, igualmente, que o uso da técnica analítica possa ser útil à problematização do relacionamento pesquisador/entrevistado no contexto da investigação sociológica, independentemente do fato de que a técnica analítica tem uma finalidade terapêutica e que a investigação sociológica é em geral desprovida de toda dimensão terapêutica.³⁰

trável entre os autores da segunda fase, que veremos agora. (b) A partir dos anos 30, o interesse sociológico dos psicanalistas se transferiu para a ciência política. A maior parte da sociologia política de inspiração psicanalítica daquela época se caracterizou pela rejeição da explicação dos fatos políticos a partir de fatos econômicos e pela ênfase dada a um certo determinismo psicológico, principalmente de caráter libidinal. As formas de governo, as estruturas organizativas, os conflitos sociais seriam explicados pelo jogo de impulsos individuais, as revoltas contra o pai, etc. Certos autores chegaram a explicar a polícia pela necessidade de castigo das massas. W. Reich criticou este desvio psicologista como sendo inerente a uma errada concepção da relação psicanálise/sociologia. Segundo ele, "a psicanálise não pode substituir a sociologia nem sequer extrair de si própria uma teoria social" (REICH, W., "A Aplicação da Psicanálise à Investigação Social", em: *Psicanálise. Fatores Sócio-Políticos*, Ed. RÊS, Porto, 1976, p. 69). (c) A concepção de W. Reich restringe o uso do método psicanalítico à explicação de psiquismo humano e recusa a sua aplicação aos problemas sociológicos, mas isto não quer dizer que, para determinadas questões, a sociologia e a psicologia não possam entrar em relação. O autor escreveu: "a sociologia não pode renunciar à psicologia quando se trata de questões como, por exemplo, a chamada 'atividade subjetiva', ou a formação de ideologia" (*op. cit.*, p. 58). Este ponto de vista é da maior importância para nossas preocupações de investigação das ideologias e de diferentes formas de consciência de classe. (d) Independentemente de W. Reich, outras concepções da relação psicanálise/sociologia recusam o psicologismo, reservando à psicanálise possibilidades de aplicação ao estudo de problemas sociais tais como a família, a sexualidade, os distúrbios mentais ou certos tipos de personalidade ou de comportamento. Privilegiando a seqüência sociedade → indivíduos, tal sociologia psicanalítica pode explicar diversos tipos de neurose em relação com a repressão social. De maneira geral, nesta perspectiva é possível estudar as estruturas libidinais subjacentes às estruturas sociais sem que por isso as primeiras sejam consideradas como determinantes das segundas. (e) A posição de J. Maître é diferente das precedentes, na medida que a orientação analítica é limitada ao aspecto de flexibilidade do relacionamento dos pesquisadores com o discurso das pessoas entrevistadas, sem efeito catártico e sem interpretação psicanalítica.

(30) Segundo E. Morin, a conversação freudiana "provoca processos psico-afetivos internos, notadamente a transferência, e, finalmente, esta catarse que é a cura" (*op. cit.*, p. 124). Considerando isto, a necessidade da referência à técnica psicanalítica para fins de investigação sociológica pode ser questionada. Todos os utilizadores de entrevista não-diretiva negam a finalidade terapêutica no contexto da pesquisa sociológica. O relacionamento entrevistador/entrevistado não provoca processos afetivos comparáveis ao rela-

A questão pode também ser colocada ao nível da aplicação da terapia centrada no paciente ao contexto não-terapêutico de investigação. São aspectos que deveríamos indicar para chamar a atenção do leitor, mas que não podemos tratar no quadro do presente livro.

VI. Categorização e projeção

Para completarmos o quadro de discussão da entrevista não-diretiva apresentado até agora, devemos comentar dois assuntos distintos que entretêm alguma relação, na medida que, em última análise, ambos dizem respeito ao problema da interferência da linguagem ou da categorização na apreensão da realidade. O primeiro assunto nos é sugerido pela noção de retardamento de categorização utilizada no artigo de J. Maître. O segundo é relacionado com as técnicas projetivas cujo objetivo é captar informação reveladora sem passar pela intermediação das categorizações ou dos jogos de linguagem socialmente acessíveis ao respondente na sua formulação de resposta.

1) A “estratégia de retardamento da categorização” proposta por J. Maître através do uso sociológico da entrevista não-diretiva exige algumas observações da nossa parte. Vimos, no Capítulo 2, que uma das principais questões relativas à falsa neutralidade das pesquisas sociológicas diz respeito à presença, em todos os níveis da investigação (da formulação de hipótese à elaboração do questionário e até à interpretação dos resultados) de uma problemática ideológica ou “socio-centrada” na posição social dos pesquisadores. Com a imposição de problemática, a técnica de investigação corre o risco de categorização antecipada, isto quer dizer, uma leitura do real por meio de categorias predeterminadas antes da observação e inadequadas à especificidade. O cientista agrupa, rotula ou interpreta de maneira “forçada” diversos elementos de observação, sem acrescentar nada ao que é já conhecido, e sem afastar os riscos de unilateralidade ou de preconceitos incluídos na problemática.

cionamento analítico. Contrariamente ao caso da situação analítica, o entrevistado não vai ao encontro do sociólogo procurar uma solução a seus problemas existenciais. É mais freqüente acontecer o contrário. O sociólogo e seus colaboradores vão “capturar” os entrevistados que irão trazer alguma informação útil às necessidades empíricas de suas pesquisas; regra geral, perseguem objetivos alheios às preocupações das populações interessadas. Além disso, a divisão patrimonialista da pesquisa faz com que, em muitas academias, os pesquisadores se considerem “donos” das suas amostras ou de seus interlocutores populares privilegiados. Por outro lado, mesmo quando os entrevistados sentem algum alívio ou reconforto ao serem escutados por alguém, isto não chega a uma dimensão catártica.

É para evitar este tipo de dificuldade que J. Maître esboçou uma “estratégia de retardamento da categorização” ao nível da técnica de entrevista. O retardamento de categorização é obtido pela não-diretividade, pela atenção flutuante do investigador e a impregnação do analista que interpreta o discurso dos entrevistados. Para sabermos em que consiste este retardamento e determinar até que momento ele vai, é necessário encararmos a categorização dentro das condições do processo de pesquisa.

Na prática da entrevista não-diretiva, o retardamento de categorização corresponde a uma tentativa de minimizar o efeito de rotulagem dos comportamentos, das opiniões, atitudes ou crenças, num primeiro momento, pelo entrevistador e, num segundo momento, pelo pesquisador principal. Não basta a captação de um sinal isolado na fala do entrevistado para que ele seja imediatamente categorizado em função das preferências arbitrárias dos pesquisadores. Por exemplo, em resposta a uma pergunta aberta, o sinal “a mulher deve apanhar de vez em quando” não basta para classificar, sem demais considerações, o sujeito na categoria dos fascistas. A liberdade de propósito que é estimulada na situação de entrevista não-diretiva deve permitir ao entrevistado a emissão do maior conjunto de sinais possível. O pesquisador está, então, em melhores condições para atribuir uma significação ao discurso captado e, eventualmente, após leituras sucessivas, dar uma satisfatória categorização de seus diversos elementos. Isto corresponde ao retardamento da categorização que sempre é relativo. Não existe critério formal para decidir a partir de que momento se ultrapassa a fase de rotulagem apressada para uma fase de categorização adequada, nem para decidir até quando a categorização pode ser retardada.

A respeito deste último aspecto, a maior sensibilidade se encontra entre sociólogos e principalmente antropólogos que pesquisam sob a influência de uma orientação metodológica própria à fenomenologia, às vezes praticada de maneira ingênua, isto é, sem conhecimento aprofundado das suas bases filosóficas. Nesta linha, o objetivo consiste em procurar, ao contato das pessoas envolvidas na situação ou no acontecimento pesquisado, um conhecimento não conceitualizado ou não categorizado que seja relativo à experiência vivida. O conhecimento é obtido no plano da intersubjetividade pesquisador/pesquisado e pretende restituir a representação ou o ponto de vista do indivíduo-ator de sua situação. Neste contexto, corre-se o risco de diluição do conhecimento na linguagem do vivido, que, sem dúvida, é simétrico ao risco de categorização “forçada” (“enlatamento” ou “rotulagem”).

Para se afastar os riscos da categorização antecipada e da retardada podemos imaginar um certo tipo de controle categorial da atividade de pesquisa. Embora não exista critério formal ou definitivo para tal empreendimento, podemos delinear algumas condições mínimas de

ordem epistemológica. A primeira dessas condições supõe que o procedimento de pesquisa seja aplicado dentro de um dispositivo de questionamento (relação questionador/questionado) no qual seja trocado o máximo de informação possível e estimulada a maior proporção de informação inédita. O que elimina os procedimentos fechados. É dentro da comunicação entre os dois pólos do dispositivo e não na captação unilateral das respostas que se deve operar uma categorização progressiva e controlada. São submetidas ao controle as categorias veiculadas pelas perguntas, a interpretação delas pelos respondentes, as categorias de descrição utilizadas nas respostas. Ao nível da formulação das perguntas e da interpretação ou agrupamento dos resultados, as categorias "observacionais" devem ser relacionadas com as categorias "teóricas" das quais dependem. Essas categorias "teóricas" e "observacionais" pertencem a problemáticas ideológicas quando não são estabelecidas as rupturas epistemológicas necessárias à formação de uma problemática científica. A evidenciação de todos os pressupostos relativos à problemática das categorias utilizadas na pesquisa constitui a segunda das condições que queríamos evocar. Como exemplo deste tipo de controle da relação entre categoria de observação e categoria "teórica", podemos indicar, como já foi visto no Capítulo 2, a necessidade de evidenciar a relação entre a noção sociológica (marginalidade, por exemplo) e as noções das teorias pseudocientíficas ou das representações sociocentradas nas classes burguesas.

2) Embora não seja um tipo de entrevista particular, as "técnicas projetivas" utilizadas em sociologia e psicossociologia contêm certos aspectos de uma técnica analítica e de um relacionamento investigador/investigado sem dimensão terapêutica. Entre as mais conhecidas dessas técnicas, baseadas no princípio de "associação livre", destacam-se as técnicas verbais: associação de palavras e complementação de sentenças, e as técnicas pictóricas derivadas do TAT (Teste de Apercepção Temática). Desde os anos 40, nos EUA, as técnicas projetivas foram maciçamente aplicadas em estudos sobre a personalidade autoritária,³¹ sobre as atitudes racistas e em pesquisas mercadológicas sobre as imagens de marca dos produtos e as motivações dos consumidores.³² Na técnica de associação de palavras, inspirada em pesquisas de C. Jung, o sujeito recebe uma lista de palavras. Depois de cada uma delas, ele deve responder com a primeira palavra que lhe passa pela cabeça. Na técnica de complementação de sentenças, é

(31) Ver aplicação de métodos projetivos em: ADORNO, T. W., e outros, *The Authoritarian Personality*, J. Wiley, Nova Iorque, 1964, Tomo II, Parte III, p. 489-544.

(32) Ver apresentação dos métodos projetivos em: SELLTIZ, C. e outros, *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*, EPU/EDUSP, São Paulo, 1974, p. 315-7:

apresentado ao entrevistado um tipo de questionário cujas perguntas são substituídas pelas primeiras palavras de uma sentença possível. O sujeito deve completar a sentença de maneira espontânea, sem refletir. (Exemplos de sentenças: "Os ricos são ...". "O problema dos negros ...") A complementação deve revelar preconceitos, estereótipos que os indivíduos não manifestariam tão nitidamente em respostas a perguntas de formulação explícita. Nas técnicas pictóricas, o estímulo é uma imagem, ou um conjunto de desenhos em quadrinhos sem legendas que representam certas situações sociais ou interindividuais. O entrevistado deve dizer o que as cenas lhe sugerem ou imaginar diálogos entre as personagens das cenas representadas. Aí, poderiam ser revelados certos preconceitos ou certas ideologias do sujeito em função dos tipos raciais ou socioculturais das personagens.

No contexto da pesquisa sociológica, as técnicas projetivas são mais "assimétricas" do que as técnicas de questionário ou de entrevista comum. Pois, nestas últimas, o observado tem *parcialmente* acesso ao conhecimento das intenções do pesquisador através da compreensão das perguntas e por meio de seu raciocínio mobilizado para responder. No caso das técnicas projetivas, isto não ocorre. O observado está mantido numa situação de objeto passivo comparável à situação do rato na aparelhagem de laboratório. As técnicas de entrevistas diretas e as técnicas projetivas são ambas fundamentalmente antidialógicas: o observador não "esclarece" o raciocínio do observado e este não tem acesso às interpretações das suas respostas ou projeções. Podemos notar que o teste de associação de palavras é diferente da associação livre do verdadeiro relacionamento analítico que supõe uma interação entre a fala do analisando e as interpretações formuladas pelo analista. Tal interação é substituída pelo silêncio do pesquisador e pela submissão do pesquisado a uma ordem predeterminada. Na técnica projetiva usada em sociologia, o observador está, freqüentemente, autoconvencido de deter todo o conhecimento necessário à interpretação das projeções sem precisar submetê-la ao entendimento do observado. Ora, este princípio pode ser criticado ao considerarmos que a interpretação da projeção também é, freqüentemente, um tipo de projeção do cientista.

Dentro do quadro empirista em que se movem tais pesquisas, nada impede uma diversidade de interpretações possíveis. Por exemplo, quando a resposta projetada do indivíduo pobre revela uma certa hostilidade para com os ricos, o observador pode adotar, em função da sua visão do mundo, uma interpretação-projeção enfatizando quer o grau positivo de consciência de classe, quer o autoritarismo ou a periculosidade das classes inferiores. Para estabelecer uma relativa simetria na relação observador/observado, os pesquisadores deveriam se submeter a testes projetivos antes de aplicar esta técnica aos outros. Os preconceitos e atitudes dos indivíduos de classes ditas "inferiores" não

podem ser definidos independentemente da representação do mundo de quem está interpretando. O questionamento da projeção do observador é mais importante no campo sociológico do que no campo mais estritamente psicológico. Neste último, a interferência cultural ou ideológica, embora esteja bem presente, ocupa um lugar de segundo plano comparativamente aos mecanismos psíquicos.

*
* * *

Em conclusão, os problemas da categorização e da projeção encontrados na apreensão da realidade psicossocial devem ser considerados ao nível dos investigados (formulação das respostas) e ao nível dos investigadores (formulação das perguntas e interpretação das respostas). No primeiro caso, já existem muitos estudos sociolinguísticos relativos à comparação das características de categorização dos indivíduos em função da classe social a que pertencem. No segundo caso, a problematização das características de categorização e de projeção dos pesquisadores é um assunto pouco trabalhado, ou até mesmo "tabu", na medida que tal problematização não deixaria de desvendar certas máscaras das ditas ciências humanas, tais como são praticadas.

RESUMO

O questionamento das técnicas de enquete iniciado no capítulo anterior prosseguiu neste, ao nível do processo de entrevista. Na avaliação das possibilidades metodológicas da entrevista não-diretiva, enquanto instrumento de pesquisa sociológica, levamos em consideração as contribuições e reflexões de Liliane Kandel, Guy Michelat e Jacques Maître. Vimos, no processo de entrevista, a tendência à psicologização dos dados e a profunda desigualdade das trocas que caracterizam o tipo de comunicação estabelecido pela não-diretividade. Em relação à sociologia da cultura ou das ideologias, vimos como a entrevista não-diretiva pode ser utilizada para dar conta das representações populares a serem analisadas em termos de modelos culturais. Neste contexto, surgem complexos problemas epistemológicos envolvendo a relação entre sociologia e psicologia. Bem além da questão de influência do aspecto do entrevistador sobre a resposta do entrevistado (tema destacado em qualquer manual de pesquisa), problematizamos o relacionamento de investigação em perspectivas sociopsicológicas derivadas da não-diretividade rogeriana e da atenção flutuante de origem analítica, mostrando, de passagem, a necessidade de não confundí-las. Finalizamos com a questão das categorizações e projeções que operam no processo de investigação tanto do lado da verbalização dos entrevistados como do lado das intervenções dos entrevistadores e analistas da pesquisa.

Capítulo IV

Sobre a Enquete Operária

Após termos questionado o questionário e as entrevistas tais como são concebidos e praticados em pesquisas sociológicas convencionais ou em pesquisas de opinião, observaremos agora como é concebível o questionário ou, de modo geral, o questionamento, no contexto da investigação social ligada à prática política da classe operária. Tomaremos como textos de referência os artigos de Raniero Panzieri e Dario Lanzardo, dos *Quaderni Rossi*,¹ cujo conteúdo apresenta uma

(1) Os textos "Concepção Socialista da Enquete Operária" de R. Panzieri e "Marx e a Enquete Operária" de D. Lanzardo foram publicados originariamente nos *Quaderni Rossi* em 1965. Para conhecer a linha e o contexto político da revista, é preciso referir-se ao movimento da esquerda extraparlamentar italiana dos anos 60. Consultar: *Luttes Ouvrières et Capitalisme d'Aujourd'hui*, Cahiers Livres 118/119, François Maspéro, Paris, 1968, 247 p. Ver também: Yann Moulier, "Prefácio à Edição Francesa" do livro de Mario Tronti, *Operários e Capital*, Afrontamento, Porto, 1976, especialmente p. 358-76. A título de breve indicação, notaremos o seguinte. Os *Quaderni Rossi* foram publicados entre 1959 e 1966 por um grupo de militantes originariamente ligados ao PCI, ao PSI e a sindicatos de Turim. Criticaram constantemente a linha reformista dos sindicatos, cuja ação se limitava a pressões dentro dos mecanismos de planejamento e de racionalização do capitalismo que marcaram a época do dito "milagre italiano". Propuseram uma linha combinando objetivos de politização dos sindicatos e objetivos reivindicatórios estreitamente ligados aos interesses imediatos dos operários (salários, horários de trabalho, aumentos iguais para todos e independentemente da produtividade, etc.), sem compromisso com o planejamento e a política econômica do Estado e dos monopólios. O principal teórico é Raniero Panzieri que publicou vários ensaios importantes, tais como *Capitalismo e Maquinismo* e *Mais-Valia e Planificação*. Por sua vez, Mario Tronti animou uma dissidência dos *Quaderni Rossi* que, em 1963, concretizou-se em torno de um outro jornal *Classe Operaia*. Vários editoriais deste mensário foram reunidos no livro *Operários e Capital*, anteriormente citado. A orientação dos *Quaderni Rossi* relativa à enquete operária foi desenvolvida a partir de 1965 e concebida como meio de "estabelecer uma relação política nova entre os intelectuais e a classe operária", no sentido de levar a uma "tomada de consciência da classe operária". Tal orientação foi

interessante discussão sobre o questionário formulado por K. Marx em 1880,² sobre os possíveis objetivos de uma enquete operária junto aos trabalhadores das fábricas FIAT de Turim em 1965 e sobre as eventuais contribuições da sociologia atual.

Neste capítulo apresentaremos um conjunto de elementos dando conta de questões metodológicas relativas à enquete operária e de questões políticas ligadas ao contexto de sua utilização. Após um breve histórico da noção de enquete operária, mostraremos como ela se articula com a problemática marxista. Em seguida, como proposta de atualização da enquete operária, discutiremos os objetivos metodológicos, a orientação ativa da investigação e os efeitos de explicação associados à problemática do questionário. Indicaremos a especificidade da proposta de R. Panzieri, que consiste em elaborar um modo de investigação inserido na relação entre um grupo político de vanguarda e as massas, levando em conta contribuições sociológicas. Por sua vez, nossos comentários tentarão explorar a possível utilização de orientações sociológicas recentes. Daremos como exemplo um ponto de vista alternativo na área de sociologia do trabalho. Por fim, apontaremos as dificuldades de articulação, ao nível do grupo político, entre as exigências científicas e as exigências políticas da prática da enquete operária.

I. Enquete operária e tradição socialista

Antes de mais nada, sem apresentarmos aqui o histórico detalhado da noção de enquete operária, é necessário lembrarmos que ela surgiu na primeira metade do século XIX, em países europeus marcados pela industrialização capitalista onde o crescimento, a miséria e as revoltas da classe operária foram percebidos como ameaça ou perigo para a sociedade não seu conjunto e, em particular, para as classes dominantes.³ A superestrutura, àquela época, ainda não dispunha do conhecimento e da política social necessários ao controle da dita "questão social". A burguesia ainda não dominava os mecanismos do consenso no seio da nova sociedade global que emergia da antiga sociedade aristocrática. O Estado tinha grande experiência no seu modo de tratar

criticada por alguns militantes como sendo economicista e pedagoga. Tocaremos neste assunto em nossos comentários sobre a articulação das exigências metodológicas e políticas da enquete operária. *Quaderni Rossi* e também *Classe Operaia* deixaram de aparecer em 1966. Seus militantes participaram então em outros grupos e publicações.

(2) Ver Anexo.

(3) Ver: RIGAUDIAS-WEISS, H., *Les Enquêtes Ouvrières en France entre 1830 et 1848*, Alcan, Paris, 1936.

com as classes camponesas, o que não ocorria no tocante à classe operária em formação. A legislação trabalhista foi formulada após décadas e décadas de lutas e debates. Por sua vez, a classe operária ainda não tinha conseguido reunir os meios materiais e intelectuais propícios ao autoconhecimento de sua condição concreta e à interpretação de sua significação histórica. Numa primeira fase, principalmente na primeira metade do século XIX, as enquetes operárias eram investigações feitas a pedido dos governos e dos representantes das classes dominantes para tentarem entender a "questão operária" e propor diversos remédios. Numa segunda fase, principalmente na segunda metade do século, a idéia de enquete operária foi apropriada pelos grupos socialistas como instrumento de autoconhecimento da classe operária sem compromisso com as autoridades ou as academias. O questionário que K. Marx formulou em 1880 a pedido da *Revue Socialiste* na França inscreve-se nesse contexto. O questionário foi divulgado na perspectiva de elaborar e publicar livros sobre a situação da classe operária. Por causa de diversas dificuldades, a revista desapareceu pouco tempo depois, em 1881. O objetivo não foi alcançado.

De acordo com os comentários que formularemos, não se trata de considerar que o questionário de 1880 é perfeito ou aplicável como tal em qualquer circunstância ou época. Pois as realidades do atual capitalismo e das organizações da classe operária são muito diferentes das do século passado. O que nos parece importante é a concepção do questionário. O estudo desta, em comparação ou contraposição à da pesquisa convencional, talvez seja um dos caminhos conduzindo à elaboração de um novo tipo de enquete operária atualizado e adaptado a objetivos específicos dependentes de uma avaliação da conjuntura sociopolítica a ser feita pelo grupo promotor.

Antes de iniciarmos a discussão da concepção da enquete operária, devemos lembrar que, independentemente dela, a obra de K. Marx e F. Engels apresentou um constante esforço de associar a teorização do modo de produção capitalista com a elaboração de um conhecimento da situação concreta da classe operária. Estes dois aspectos remetem a um duplo trabalho crítico: crítica do conhecimento teórico disponível (no caso, principalmente a economia política e a filosofia clássicas) e levantamento crítico da informação social sobre a classe operária disponível nos meios oficiais (parlamento, comissões de higiene, etc.). Ambas as críticas são animadas do mesmo ponto de vista de classe e pressupõe o descompromisso com as autoridades.

A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, obra de F. Engels publicada em 1845, é um exemplo de pesquisa sobre a classe operária e o proletariado rural realizada independentemente das encomendas oficiais. Embora não seja uma pesquisa por meio de questionários, a obra leva em consideração uma grande quantidade de material empírico, inclusive sobre as condições de moradia, e supõe o que

poderíamos chamar, na linguagem atual, uma “relação de campo”. Escreve o autor: “renunciei à sociedade e aos banquetes, ao vinho do Porto e ao Champagne da classe média, e consagrei as minhas horas de descanso ao convívio quase exclusivo com simples operários”.⁴ Além da anedota, isto pode revelar a importância da informação obtida pelo contato imediato com as pessoas envolvidas no campo da pesquisa, assim como a importância da ruptura com o conhecimento burguês ou o estilo burguês de conhecimento relativo à classe operária. A afirmação de uma perspectiva de classe não é uma questão moral e não impede que os relatórios oficiais sejam fontes de documentação indispensável. O conhecimento social sendo objeto de polêmica, a informação é utilizada na pesquisa de modo particular em função de sua fonte. Por exemplo, F. Engels indicou sua preferência para documentos de fonte liberal quando se trata de descrever a situação dos operários industriais, a fim de, segundo escreveu, “bater a burguesia liberal com as suas próprias declarações”.⁵ Podemos sugerir que, em lugar de ser mera questão subjetiva, a dimensão polêmica das informações sociais deve ser considerada como reveladora de uma estrutura de relevância a ser objeto de preocupação metodológica por parte do investigador. O que lhe evitará de se perder em detalhes e considerações desnecessárias, como no caso de muitas pesquisas acadêmicas.

No Livro Primeiro de *O Capital*, publicado em 1867, Karl Marx elaborou as grandes articulações da teoria do modo de produção capitalista.⁶ Contrariamente à opinião de certos comentaristas atuais, é possível considerar que as detalhadas descrições das condições de trabalho e de vida contidas no livro *não* são meras ilustrações. O modo de exposição articula o conhecimento teórico decorrente da crítica da economia política clássica com um conjunto de informações empíricas, objeto de polêmica, sem as quais a teoria permaneceria vã especulação filosófica sem relevância social e política. O modo de exposição adotado permite simultaneamente um efeito de verificação da teoria e a possibilidade de interpretar, ou de dar sentido à informação empírica. Nesse sentido, *O Capital* não é apenas obra de “teoria pura” ou construção de um “modelo abstrato”. Contém uma análise das condições de trabalho, de remuneração e das diferenciações da classe trabalhadora⁷ que é muito detalhada no plano sociológico e que orienta a temática da enquete operária. Ainda hoje, tal análise, especialmente as

(4) ENGELS, F., *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*, Presença, Lisboa, 1975, p. 7.

(5) *Idem*, p. 14.

(6) MARX, K., *O Capital*, Livro I, Civilização Brasileira, São Paulo.

(7) Ver: MOURIAUX, R., “Livre I du Capital et Sociologie de la Classe Ouvrière”, in *La Pensée*, n° 166, 1972, p. 69-81.

transformações das condições de trabalho ligadas à produção de mais-valia relativa, constitui o indispensável ponto de partida para novas investigações em sociologia do trabalho, ou, também, para planejar novas enquetes operárias.

De acordo com a interpretação de Dario Lanzardo (último texto), observa-se que o questionário de 1880 é uma aplicação direta, sob forma interrogativa, de vários componentes teóricos expostos nas principais obras de Karl Marx. Pode-se considerar que existe a possibilidade de passar da elaboração teórica já existente para novas investigações concretas de dupla relevância: científica e polêmica. Isto poderia ter sido ampliado e sistematizado, o que não ocorreu por diversas razões ligadas às condições de atuação dos socialistas franceses no fim do século XIX. Acrescentaremos que, a partir do começo do século XX, a prática do movimento operário foi marcada pela concepção leninista que, como veremos ulteriormente, não dá ênfase à realização de investigações propriamente operárias.

II. A problemática do questionário de 1880

Sem retomarmos a excelente descrição das diversas partes, da lógica ou do fio condutor do questionário de K. Marx que D. Lanzardo apresenta no seu artigo, formularemos algumas observações sobre a problemática da enquete operária.

No questionário de 1880, a questão de uma evidente "imposição de problemática" não se coloca em termos semelhantes aos da crítica da pesquisa sociológica e dos questionários convencionais que já encontramos nos textos de P. Bourdieu e comentamos no Capítulo 2. Em vez de alinhar-se sobre as representações de senso comum, a problemática do questionário levanta uma série de indicações que se opõem à passividade ou à tendência à aquiescência dos respondentes. As perguntas contidas no questionário estimulam os respondentes a explorar o universo das condições de trabalho e de remuneração ligadas às relações de produção capitalistas. Em vez de ser incitado a manifestar apenas sentimentos, afetos ou opiniões, o respondente é convidado a descrever o que ele conhece a partir da sua própria experiência na vida material. Na atividade mental do respondente, a enquete operária privilegia o processo cognitivo em detrimento do processo afetivo. É o contrário do que ocorre, como já vimos, na concepção da entrevista não-diretiva criticada por Liliane Kandel. Na enquete operária, a imposição de problemática que se manifesta nas perguntas e pela ordem das mesmas, parece necessária para incitar o respondente a formular suas respostas de modo contrário à simples reprodução das ilusões vigentes no processo de produção (caráter naturalista, relações funcionais dissimulando o despotismo, etc.), nas formas de remunera-

ração (ilusões do salário por tarefa e do salário por tempo de serviço que K. Marx desmistificou no Livro I de *O Capital*) e nos termos da troca força de trabalho/salário (a ilusão jurídica é repelida quando o respondente descreve a desigualdade de poderes e deveres que existe entre o vendedor e o comprador de força de trabalho). D. Lanzardo mostrou como, no questionário de 1880, articula-se a problemática decorrente da teoria marxista que permite aos respondentes relacionarem as características do salário com as do modo de produção capitalista e especialmente às das relações imediatas de trabalho. Tal problemática desempenha uma função necessária à descrição e interpretação da realidade. Teoricamente fundamentada, ela estabelece critérios de ruptura com o senso comum e outras formas de ilusão. Centrada nas relações de produção e não na visão do mundo de tipo classe média, esta problemática é também incompatível com as representações dos economistas e socialistas vulgares que fetichizam a distribuição de renda, considerando-a isoladamente das relações de produção. Esta concepção distribucionista, ainda hoje, está muito difundida, inclusive em pesquisas sobre a situação da classe operária.

O mais importante aspecto do questionário de 1880 diz respeito ao que se pretende captar pelo tipo de formulação das perguntas. O questionário comum é pretensamente neutro, mas, de fato, funciona com disfarçada concepção sociocentrada ou com estereótipos. As respostas são mais ou menos estimuladas pelas perguntas de modo pré-reflexivo. No caso da enquete operária, ao contrário, as coisas estão mais claras desde o início. Com a perspectiva de classe que é adotada, o pressuposto de não-neutralidade é explícito e considerado como critério de descrição e de análise. O pressuposto de não-neutralidade não é sugerido pelo senso comum ao qual se referem os pesquisadores empiricistas. Sua "tradução" na formulação das perguntas oferece às pessoas interrogadas a possibilidade ou mesmo a necessidade de raciocinar para que seja captada uma informação relevante e não a vaga reação moral baseada na desinformação. O questionário de Marx implica o pensamento, a faculdade de observação, o raciocínio próprio das pessoas implicadas e eventualmente a discussão coletiva em cada fábrica. Encontramos este tipo de pressuposto na formulação da pergunta nº 6 (à qual D. Lanzardo dá destaque: "Número de vigilantes e contra-mestres e de outros empregados que não sejam assalariados ordinários?") A idéia de "assalariados não ordinários" corresponde, no contexto, à problemática do despotismo de fábrica. Remete a um elemento crítico contra o fato de que o senso comum, na empresa, considera que todos os empregados são "iguais", qualquer que seja o trabalho, inclusive os diretores. O pressuposto da formulação da pergunta deve permitir ao respondente um começo de raciocínio. A enumeração do pessoal da fábrica é associada a um questionamento das funções diferenciadas dos vários grupos que o compõem. Assim não se trata de

obter apenas uma avaliação do número de contramestres ou vigias, mas também abrir uma certa discussão sobre o despotismo de fábrica. Há muitos exemplos de perguntas assim concebidas no questionário de 1880. Seria possível, também, sistematizar o procedimento.

No questionário que estamos discutindo, não se trata de perguntas-estímulos independentes umas das outras como no caso dos questionários convencionais, onde são evitados os "efeitos de contaminação" ou de "halo" entre as diversas perguntas. A problemática aparece na articulação das partes e das perguntas (exemplo perguntas nº 73 e 74) para produzir um efeito de conhecimento dentro da atividade mental dos respondentes e possibilitar uma avaliação crítica. A informação coletada, em vez de adição de opiniões individuais, dá uma certa visão do nível de explicação acessível à consciência dos trabalhadores entrevistados. O material obtido é muito mais rico do que as reações superficiais computadas em escalas de atitudes e a subjetividade não é maior. No que tange às perguntas que pressupõem uma certa tomada de consciência da realidade para serem respondidas, a interpretação dos resultados deve ser concebida de modo principalmente qualitativo. A observação da frequência da informação obtida nas respostas não pode ser negligenciada. Porém, é menos importante do que no caso das perguntas estritamente fatuais. O que importa é a observação do tipo de reação possível, sua "lógica", os modelos de raciocínio ou da representação relativa ao problema ou aspecto da realidade considerado. A evidenciação da existência de "modelos" é mais importante do que o registro quantitativo de informações atomizadas. Além disso, fatos minoritários podem ter uma importância muito superior à sua representatividade numérica. Entre possíveis exemplos de raciocínio que merecem estudo qualitativo, podemos citar o balanço que faz o operário quando responde às perguntas sobre o contrato de trabalho. As perguntas permitem a comparação entre os direitos e os deveres de cada uma das partes contratantes. Este modo de apreensão comparativa consiste em relacionar elementos da realidade percebida e sugerir comparação entre os elementos relativos às duas classes para tornar mais acessível a desigualdade. Normalmente, segundo o contrato individual de trabalho, cada um (o dono e o assalariado) são considerados iguais do ponto de vista da lei. Tal comparação efetiva, por sua vez, permite o desmascaramento da aparente igualdade. A lógica da pergunta não é fortuita, pois baseia-se na teoria do salariedade. Seria possível imaginarmos procedimentos comparativos de mesmo tipo para outros problemas sociais que são efeitos de uma relação entre dois elementos ou entre duas classes.⁸ De modo geral, a

(8) O princípio de avaliação comparativa como meio de focalizar ilusões ou elementos demagógicos do poder é também aplicado no seio da classe operária para dar

partir da teoria marxista e de certos desenvolvimentos da atual sociologia, poderíamos tirar diversos ensinamentos para, de acordo com a sugestão de R. Panzieri, elaborar um modelo de investigação adaptado a uma prática política junto à classe operária.

Podemos imaginar, nas condições de hoje, uma pesquisa sobre o tema "como o operário percebe o mecanismo de exploração capitalista". Não tendo estudado a economia política, o operário não tem acesso à explicação teórica global nem aos conceitos de tal explicação: valor-trabalho, mais-valia, capital constante, capital variável, etc. É interessante conhecer as palavras, o tipo de explicação ou a seqüência de raciocínio que o operário utiliza para descrever um mecanismo teoricamente desconhecido e praticamente vivido no dia-a-dia. Num primeiro nível de aproximação, a verbalização pode se situar no plano moral onde os "ricos" e os "pobres" são opostos, tal como no caso de certos discursos populistas. Num segundo nível, a verbalização pode se referir a um certo senso comum econômico no qual o salário é percebido como simples distribuição de renda. A "exploração" aparece, neste contexto, sobretudo como atraso de reajuste ou como efeito do aumento do custo de vida ou de má repartição independente da esfera da produção e das relações que nela têm lugar e que são aceitas como fatalidade. Num terceiro nível, sem dúvida mediante uma prévia orientação da entrevista, o operário pode tentar explorar, ainda que de maneira aproximativa e sem referencial teórico, a percepção da diferença existente entre o salário e o valor do trabalho efetivo. A verbalização indica como o sujeito é capaz de entender a existência de um "excedente", a mais-valia apropriada pela classe capitalista, e as relações sociais decorrentes e indica, também, em que medida argumentos ideológicos ou morais vêm encobrir o problema real. Nesta perspectiva, o objetivo não consiste no registro instantâneo de opiniões. É basicamente a estrutura cognitiva relativa a um determinado problema. A estrutura cognitiva contém palavras ou categorias, tipos de raciocínio, de generalizações ou inferências, tipos de bloqueios ou "censuras" ideológicas ou morais, expressões substitutivas, etc. Seria possível avaliar a freqüência de tal ou qual elemento de explicação; mas

conta das diferenças introduzidas pelas políticas de integração. O melhor exemplo é dado pela pergunta nº 99: "No seu ramo há fábricas em que os operários sejam remunerados em parte com o salário e em parte com a chamada participação nos lucros? Compare as remunerações recebidas por estes operários com as dos operários das fábricas onde não existe a chamada participação nos lucros. Que obrigações têm os operários submetidos a este sistema? Podem fazer greves? Ou só se lhes permite serem os humildes servidores dos seus amos?" Ver comentários sobre o procedimento em: Jürgen Zuczynski, "Karl Marx et l'analyse scientifique de la condition des travailleurs", *Marx and Contemporary Scientific Thought* (International Social Science Council), Mouton, Paris-Haia, 1969, p. 212-23.

considerando que atualmente só uma minoria pode ter acesso a explicações mais sofisticadas, o mais importante é estudar as várias estruturas de explicação, mesmo as explicações simples, falsas ou parciais. Com a dominação ideológica, as respostas mais adequadas à realidade são respostas minoritárias dificilmente captadas pela pesquisa convencional que sobreestima as respostas majoritárias. Em cada seqüência de pensamento, é necessário detectar a presença de elementos de senso comum e de ideologias de diversas origens. Trata-se de uma análise dos elementos que compõem o pensamento popular a respeito de certas categorias de problemas que não são artificialmente criados pelos objetivos da pesquisa e sobre os quais cada um dos respondentes pode refletir por estar neles diretamente implicado. Não é registro passivo. É registro analítico pelo qual avalia-se o que é ou não perceptível no que se refere às questões da consciência de classe. Em alguns casos, os investigadores precisam de um certo tipo de relativismo cultural e político para não imporem unilateralmente as categorias de interpretação que adquirirem de modo apenas livresco. Devem relativizar as perguntas mesmo as mais fatuais ou evidentes. Coisas que parecem óbvias aos indivíduos acostumados a dirigir podem ter significações totalmente diferentes para indivíduos acostumados a posição de execução. Por exemplo, a concepção da calculabilidade do mundo e a racionalidade da decisão não são idênticas para os dois grupos. Este tipo de fenômeno existe dentro da prática política e mais ainda na fase de investigação.

III. Objetivos metodológicos e efeitos de explicação

Na concepção da investigação em discussão, cada questão ou elemento de questionário implica um certo esclarecimento didático para estimular o respondente a produzir suas explicações e a colocar-se em situação de observador, individual ou coletivo, para descrever a realidade. O esclarecimento não visa a induzir a resposta de maneira favorável à intenção do investigador. Ele se justifica para quebrar a passividade e impedir as respostas fáceis, de conteúdo vazio ou sem compromisso.

Para alcançar o objetivo de captar informação ou verbalizações situadas na fronteira da ideologia dominante, o dispositivo de questionamento deve levar aos respondentes uma informação dirigida que produza diversos efeitos de desbloqueio ou de deslocamento de perspectiva. A partir dos elementos presentes nas explicações recolhidas, é possível ordenar outras perguntas para efeito de elucidação sobre assuntos menos conhecidos ou que ficam ocultados pelo apego às normas, autoridades ou instituições.

O fato do questionário levar aos entrevistados uma problemática explícita é incompatível com a concepção comum da pesquisa de opinião, mas não é desconhecido, formalmente, pela *Action Research* que, de inspiração lewiniana ou não, pressupõe uma interferência do dispositivo de investigação. Sabemos que Kurt Lewin elaborou procedimentos de pesquisa psicossocial que envolvem um relacionamento pesquisador/pesquisado incluindo participação ativa das pessoas implicadas no problema estudado.⁹ A pesquisa é associada à uma ação de transformação das atitudes relativas ao assunto, o racismo, por exemplo, e a diversos esforços de explicação realizados em seminários de análise coletiva. No contexto da comum *Action Research*, a problemática, apenas psicológica, recalca a dimensão política dos processos observados e do relacionamento dos pesquisadores com o objeto de estudo. A orientação principal tenciona reestabelecer a conciliação entre os indivíduos e resolver todos os tipos de conflitos por meio de mudança psicológica. Os conflitos de classes são negados e reduzidos a atritos locais que resultam da inadequação de certas atitudes individuais. A modificação das atitudes, a melhoria das relações humanas são consideradas como fins em si ou como soluções satisfatórias. O que precede indica toda a distância que existe entre a convencional *Action Research* e a enquete operária reatualizada. A primeira privilegia a dimensão psicológica da interação dos indivíduos e dos grupos sociais. A segunda dá ênfase à dimensão cognitiva e política das relações de classes. Além desta incompatibilidade profunda, ambos os tipos de pesquisa valorizam a discussão em lugar da passividade na qual é mantido o respondente das entrevistas convencionais. A enquete operária não deixa de ser um tipo muito particular de *Pesquisa-Ação* que ainda precisa ser experimentado e melhor fundamentado.

Na observação sociológica, como já vimos, as técnicas convencionais consistem em registro de opiniões individuais que os entrevistados formulam, na maioria dos casos, de modo reativo sem implicação real com o conteúdo das perguntas. Sem ruptura profunda, as técnicas mais ativas ou participativas conseguem estabelecer um relativo diálogo que, muitas vezes, não chega a uma verdadeira dimensão sociopolítica pelo fato de se ater a uma problemática relacionada com as atitudes ou outros elementos psicológicos. Não como meio de substituir estes dois tipos de técnicas — as passivas e as ativas — mas sim como maneira de fazer “outra coisa”, queremos procurar uma alternativa ligada a obje-

(9) Ver: LEWIN, K., *Resolving Social Conflicts* (1948), trad. brasileira: *A Dinâmica de Grupos*, Cultrix, São Paulo, 1974. Ver também, GIROD, A., *Attitudes Collectives et Relations Humaines*, PUF, Paris, 1953. A elaboração de um novo tipo de *Action Research* faz parte igualmente das preocupações da sociologia crítica. Sobre este aspecto, ver: HABERMAS, J., *Théorie et Pratique*, Payot, Paris, Tomo I, p. 42.

tivos diferentes. Para isto, podemos imaginar um dispositivo de questionamento revelando as representações e disposições ideológicas e culturais da classe operária e também adaptável a outras classes. Nele, as pessoas estariam em condição de se situarem diante de certas problemáticas explicitamente formuladas e a partir das quais as perguntas não estariam unilateralmente impostas. A emissão de opinião não seria apenas reativa. Os indivíduos e grupos teriam oportunidade de discutirem a problemática sugerida e de cotejá-la com a sua própria. Encontraríamos, então, a possibilidade de avaliar o cotejo operado pelos interessados entre as idéias “vindas de fora” das relações de trabalho e as representações ou idéias derivadas da experiência ou da luta própria.

Em lugar de favorecer a aquiescência ou a passividade, e em lugar de favorecer a psicologização do social, um trabalho de *mise en condition*, contendo elementos didáticos, teria por objetivo de facilitar o diálogo a partir do qual seriam analisáveis o acesso à adesão, à rejeição ou à formação de problemáticas e de contraproblemáticas ligadas ao movimento social. Em particular, deveria ser avaliada a capacidade crítica que é disponível entre os mais “avançados” membros da classe no tocante ao questionamento do sistema social, do sistema de representação dominante e do seu próprio quando há reação ou nítida rejeição vivida na conflitualidade do cotidiano.

A respeito do elemento didático, ou efeito de explicação ou de conscientização, introduzido em certas perguntas do questionário da enquête operária, ou de qualquer outro tipo de enquête ou de Pesquisa-Ação, devemos assinalar duas objeções muitas vezes encontradas.

1) A primeira objeção consiste no fato de considerar que as perguntas “explicativas” são um meio de influenciar a resposta do entrevistado. Mais do que ver esclarecida a sua escolha, o entrevistador teria tendência a responder de acordo com as intenções da “explicação” formulada pelo pesquisador. Assim, os resultados obtidos nestas condições seriam distorcidas e sem objetividade. No contexto de enquetes sobre a classe operária, as “explicações” teriam por efeito de favorecer resultados que sobre-avaliam os reais “níveis de consciência de classe”.

2) A segunda objeção tem a ver com a ilusão de pretender “conscientizar” uma determinada população através de enquête ou de amostra representativa. Esta objeção é explicitamente formulada no contexto da pesquisa eleitoral por Elisabeth Noelle, e seria, sem dúvida, aplicável ao contexto da pesquisa ativa e da enquête operária. Com toda razão, a autora indica que numa enquête, e especialmente por sondagem, a relação entre investigadores e investigados não é reversível: “Pode-se *ouvir* o conjunto da população mas não se pode

falar a população inteira".¹⁰ Por parte de quem encomenda ou de quem está interessado numa enquete, "o desejo de 'esclarecer' as pessoas entrevistadas responde, muitas vezes, a um paralogismo curioso". Prossegue a autora: "O homem político vê no decurso da entrevista, graças às perguntas 'explicativas', realizar-se um voto que lhe é caro: uma amostra representativa do conjunto da população ouve, em termos precisos, os argumentos que são favoráveis a sua pessoa, a seu partido ou a sua posição. Conquanto as previsões de resultados de eleições e diversas afirmações confiáveis têm-lhe ensinado que 2000 interrogados representam o conjunto da população, ele imagina de maneira inconsciente que a amostra representativa, além de permitir tirar conclusões sobre o conjunto da população, permite igualmente esclarecer e convencer a população inteira pelo fato de convencer apenas as pessoas interrogadas".¹¹

Vejam os alguns contra-argumentos que podemos opor a essas duas objeções.

No primeiro caso, devemos reconhecer que as perguntas "explicativas" podem influenciar as respostas num sentido favorável à "explicação". Porém, como já indicamos anteriormente, as perguntas "não explicativas" e a situação de entrevista exercem também vários tipos de influência, sobretudo influência conformista. O problema não parece ser o de eliminar todo tipo de influência, impossível em última análise. Trata-se de dirigir e controlar a influência em função de certos objetivos de investigação. No contexto da enquete operária, ou de outras concepções de pesquisa comparáveis, a influência exercida pelas perguntas tem por objetivo tornar os interlocutores capazes de ultrapassarem o plano da resposta estereotipada, ou resposta condicionada pela conformidade à ideologia ou à moral dominante como no caso dos itens de escalas de atitudes (o respeito das crianças aos pais, etc.), para chegarem ao plano da autodescrição de uma situação. É claro que tal deslocamento de perspectiva não resulta apenas da formulação das perguntas. Deve-se levar em conta os modos de comunicação e a inserção não-artificial do dispositivo de investigação dentro da população ou a classe investigada.¹² Consideramos não-artificial esta inserção quando os grupos investigados têm iniciativa e controle dentro do processo de investigação, concebido em ligação com a prática efetiva do grupo, como é o caso na enquete operária.

(10) NOELLE, E., *Les Sondages d'Opinion*, Éditions de Minuit, Paris, 1966, p. 65.

(11) *Idem*, p. 66.

(12) Ver concepção da investigação-inserção (distinta da investigação-participação) em: BORDA, Orlando Fals, "Algunos problemas prácticos de la sociología de la crisis", *Ciencias Sociales: Ideología y Realidad Nacional*, Vários autores, Editorial Tiempo Contemporáneo, Buenos Aires, 1970, p. 59-85.

No segundo caso, é ponto pacífico considerar-se que a “conscientização” por meio de enquete é realmente uma ilusão talvez baseada no fato de imaginar que a representatividade da amostra, válida no sentido da coleta de informação, valeria também no sentido oposto, o da difusão de idéias. No contexto da enquete operária, devemos dizer que o procurado efeito de “conscientização” não cai neste tipo de ilusão. Primeiro, a realização de uma enquete supõe uma rede de comunicação que funciona basicamente no sentido população/centro de investigação. Enquete não é canal de propaganda. A enquete operária constitui uma fase de investigação que, em geral, é articulada com uma campanha de explicação, mas não há confusão entre os dois momentos. Segundo, a enquete operária pode ser planejada com amostras, mas os critérios de representatividade estatística não dão determinantes. Muitas vezes, são selecionadas empresas ou categorias de trabalhadores cuja representatividade é de ordem qualitativa — isto é, política — mais do que quantitativa. A importância social ou história de certos grupos ou de certas idéias não é apenas dada pelo peso numérico ou pela frequência. Terceiro, o papel “conscientizador” da enquete não é associado à ilusão de “falar” com o conjunto da população ou da classe considerada. Trata-se, como já foi sugerido, de um descondicionamento para com o senso comum ou a ideologia dominante, de tal modo que seja possível a descrição do universo de vida ou de trabalho, o qual é dificilmente atingido por outros procedimentos. Quarto, o papel “conscientizador” não consiste em querer convencer ou persuadir as pessoas interrogadas. Isto seria o objetivo de uma campanha de propaganda. As “explicações” do questionário são provisórias e submetidas ao entendimento popular para observar até que ponto vão ao encontro das “explicações” espontâneas ou até que ponto elas têm uma influência positiva sobre a capacidade de autodescrição. O hiato entre os dois tipos de “explicação” estudado concretamente na fase de enquete é levado em consideração na segunda fase, a da campanha de sensibilização ou de explicação que utiliza outras redes de comunicação que não se limitam à rede de comunicação estabelecida na fase de investigação.

Afinal, em resposta às duas objeções, parece-nos que a questão da influência dos elementos explicativos do questionário deva ser colocada em termos radicalmente diferentes segundo o tipo de concepção da pesquisa. Na convencional concepção da enquete, a observação é unilateral e antidialógica, todo tipo de influência explícita é negado em nome da procurada aditividade das respostas, mas, de fato, a influência é implicitamente exercida pela situação de observação e pela simples reprodução da ideologia dominante operando nas perguntas. Na concepção da Pesquisa-Ação, aqui esboçada, a observação unilateral é substituída por um questionamento coletivo, por uma intercomunicação, um diálogo real acerca de problemas reais, um processo de

descrição onde as evidências são postas em questão e onde as influências recíprocas são avaliadas pelos pesquisadores, um pouco à maneira do controle da transferência e contratransferência por parte de analistas. A diferença de tratamento metodológico da questão da influência não é apenas abstrata, é também disposicional, isto é, relativa a uma diferença de inserção ou de relação do pólo investigador e do pólo investigado.

IV. Função política da enquete e recursos sociológicos

Na conjuntura sócio-econômica do “milagre italiano” dos anos 60 e nas condições específicas de um pequeno grupo militante da revista *Quaderni Rossi*, a enquete operária é concebida por R. Panzieri como instrumento de intervenção adequado para estabelecer o contato com elementos não-organizados da classe operária e avaliar o nível de consciência espontânea. Do trabalho de enquete deveria emergir um conhecimento necessário à tomada de decisão, às discussões, à agitação e à formação de uma consciência política relacionada com a prática sindical. A enquete operária assim concebida é ligada à ação efetiva e supõe a participação ativa dos trabalhadores no próprio processo de investigação.¹³

(13) Apesar de discordar da concepção dos *Quaderni Rossi* sobre o papel político dos sindicatos, Franco Momigliano, destacado estudioso dos problemas do sindicalismo, reconhece a originalidade e a validez do enfoque teórico-prático e do método de investigação com participação do grupo promotor no seio da luta sindical. Vale a pena citarmos o seguinte trecho:

“Existen algunos aspectos en los que es preciso reconocer la validez de los instrumentos propuestos por los defensores de un nuevo y moderno sindicalismo revolucionario.

En primer lugar, el método de trabajo, inspirado en una particular concepción de las relaciones existentes entre el investigador social y los centros de decisión política. La ‘investigación’ la conciben, generalmente, como coinvestigación que halla su verificación en su propia capacidad de determinar un proceso de participación, no sólo entre los llamados *sujetos activos* (por ejemplo, la dirección de los sindicatos) sino también, y especialmente, entre los llamados *sujetos pasivos* de la investigación social (es decir, los obreros — organizados o no sindicalmente — protagonistas de las luchas).

Con este planteamiento, las tesis se proponen en la mayor parte de los casos como elaboraciones, a nivel de generalización teórica, de los resultados de las experiencias e investigaciones realizadas sobre la condición obrera y las luchas de los trabajadores. Los análisis se efectúan, a menudo, intentando provocar una situación particular en virtud de la cual:

(a) el obrero debería transformarse no sólo en protagonista de la lucha sino también de la investigación (en el interior de la empresa) realizada sobre su propia condición en relación con el proceso de producción;

A enquete operária é concebida pelos *Quaderni Rossi* como um instrumento contribuindo à resolução concreta de um dos maiores problemas de sempre que se encontra na prática política da classe operária: o problema da relação entre as idéias socialistas da vanguarda e o movimento espontâneo das massas. Como resposta a este problema, R. Panzieri faz menção à tese leninista (formulada originalmente por Karl Kautsky) sobre a “importação” da consciência política da classe operária que resumiremos como segue.

A consciência socialista não nasce espontaneamente nas relações entre operários e patrões. Deixada a si própria, a classe operária não pode ultrapassar a consciência sindicalista, trade-unionista ou economicista que consiste em reivindicações econômicas sem questionamento do sistema capitalista e especialmente da estrutura da propriedade e do regime político. Segundo esta interpretação, a consciência política adequada aos interesses históricos da classe operária só pode ser transmitida aos operários de fora das relações de produção, principalmente pela divulgação da doutrina socialista elaborada por certos intelectuais de origem burguesa. Daí a necessidade de uma vanguarda para, entre outras tarefas, desenvolver a consciência política da classe operária por meio de um trabalho teórico e de um trabalho de propaganda e agitação apropriados que não se limitam à esfera das preocupações trabalhistas. A formação adequada supõe um conhecimento das posições e problemas de todas as classes da sociedade e uma denúncia de todos os aspectos do regime, czarista no caso. Esta tese corresponde à posição de Lênin em *Que Fazer?* (1902).¹⁴ Certos autores consideram que

(b) el investigador social no debería concebirse, al realizar su estudio, como un observador exterior e objetivo sino como un protagonista activo, directamente comprometido en la lucha obrera.

Como consecuencia de este enfoque, la relación entre investigación y proceso de decisión de las organizaciones no se concibe como una relación en el vértice (por ejemplo, entre los cuadros dirigentes del sindicato), sino como una relación en la base; la misma investigación es pues concebida como un elemento que impulsa un nuevo proceso de iniciativa y de participación de la base en la formación de las decisiones del sindicato.

De este modo se intenta desplazar el problema de las relaciones entre investigación y centros de decisión económico-política de la estéril y abstracta “querella” sobre las garantías de autonomía y de independencia de los investigadores frente a los riesgos de instrumentalización por parte de los organismos políticos, al campo de la comprobación de la validez del análisis a un nivel operativo y participante en las luchas obreras.

Otro motivo de asentimiento puede señalarse en la temática general elegida: el problema económico y político de la lucha obrera en las zonas de desarrollo capitalista más avanzado (...)

(F. Momigliano, *Sindicatos, Progreso Técnico y Planificación Económica*, Península, Barcelona, p. 160-61. También em *Economía y Política en la Acción Sindical*, Vários Autores, Passado y Presente, nº 44, Córdoba, 1973, p. 36.)

(14) LÊNIN, V. I., *Que Fazer?*, Hucitec, São Paulo, 1978, 150 p., apresentação de Florestan Fernandes.

Lênin estava ciente dos riscos de interpretação teoricista ou elitista desta tese. Por esse, e outros motivos, ele a teria "suavizado" em escritos posteriores, como por exemplo em *Duas Táticas da Social-Democracia* (1905),¹⁵ onde a tarefa dos dirigentes é de ser guia da "atividade espontânea revolucionária das massas".¹⁶

Seja como for, podemos considerar que, na relação entre vanguarda e massas, existe uma dupla exigência: direção política e atividade ideológica de "conscientização". Associada a esta dupla exigência encontra-se a necessidade de investigação e de divulgação de informação relativa à classe operária e às outras classes.

A orientação leninista enfatiza a exigência de direção política, a atividade ideológica de massas é subordinada a ela e é, sobretudo, estimulada pelas revelações e denúncias divulgadas pelo jornalismo revolucionário. Na linha de *Que Fazer?*, podemos até pensar que a enquete operária seria criticável pelo fato de se limitar à descrição da situação de trabalho e assim permanecer no economicismo.

A proposta de R. Panzieri não é contraditória com a tese leninista, mas tende a destacar a fase de investigação e suas exigências próprias, que não são exclusivamente as da direção política imediata, porque remetem a um conhecimento social mais abrangente. Aplicada e ampliada pelos *Quaderni Rossi* a partir de 1965, a concepção da enquete operária chegou a se aproximar do papel atribuído por Mao Tsé-Tung à enquete como método correto de conhecimento e de direção política que consiste em tomar como ponto de partida as idéias das massas, sintetizá-las para, em seguida, restituí-las às massas sob forma de explicação e de diretrizes de ação.¹⁷ Este vai-e-vem tem, teoricamente, o mérito de afastar certos riscos de doutrinário e de desconhecimento da situação concreta das classes em luta. Praticar enquetes é considerado como meio de luta contra o conhecimento livresco e

(15) LÊNIN, V. I., *Duas Táticas da Social-Democracia*, Livramento, São Paulo, 1978, 144 p.

(16) Ver observação de FREDERICO, Celso, *Consciência Operária no Brasil*, Ática, São Paulo, 1978, p. 42-3.

(17) Mao Tsé-Tung explicitou este princípio em vários textos. Por exemplo, em "Algunas Cuestiones sobre los Metodos de Dirección" (1946), considera-se que "toda dirección correcta está basada necesariamente en el principio: 'de las masas, a las masas'. Esto significa recoger las ideas (dispersas y no sistemáticas) de las masas y sintetizarlas (transformalas, mediante el estudio, en ideas sintetizadas y sistematizadas) para luego llevarlas a las masas, difundirlas y explicarlas, de modo que las masas las hagan suyas, perseveren en ellas y las traduzcan en acción, y comprobar en la acción de las masas la justeza de esas ideas. Luego, hay que volver a recoger y sintetizar las ideas de las masas y a llevarlas a las masas para que perseveren en ellas, y así indefinidamente, de modo que las ideas se tornan cada vez más justas, más vivas y más ricas de contenido. Tal es la teoría marxista del conocimiento". (*Obras Escogidas*, Fundamentos, Madri, 1974, Tomo III, p. 119.)

contra diversas formas de subjetivismo dos dirigentes.¹⁸ O que podemos chamar “imposição de problemática” dos intelectuais na sua relação com as massas (imposição que é nítida na concepção de Lênin) é relativizada pelo duplo movimento: as idéias das massas são investigadas antes da transmissão das explicações e diretrizes adequadas. A enquete é o instrumento privilegiado da investigação das idéias das massas e de suas condições objetivas, isto é, um momento correspondente à primeira fase do movimento de vai-e-vem. A segunda fase supõe canais específicos de divulgação.

A proposta esboçada por R. Panzieri enfatiza a exigência de um tipo de investigação que seja ligada à prática marxista e articulada com a direção política. Nesta articulação, que não é teorizada no artigo de referência, mas que aparece na atividade dos *Quaderni Rossi*, manifesta-se uma nítida influência da concepção de Mao Tsé-Tung. No entanto, a originalidade da proposta de Panzieri não nos parece estar no que diz respeito à ortodoxia ou a qualquer linha preestabelecida, mas sim no fato de recorrer à utilização de determinadas contribuições da sociologia. Enfrentando a desconfiança que muitos marxistas manifestam a respeito da sociologia, R. Panzieri argumenta a favor da utilização de métodos de investigação sociológica para o conhecer e o agir da classe operária. Quando submetida às exigências do rigor observacional, a pesquisa sociológica pode contribuir a afastar o subjetivismo ou até o “misticismo” que, muitas vezes, existem entre militantes acerca da classe operária e de sua “missão histórica”.

Lembraremos que, durante várias décadas, os marxistas desprezaram a utilização das enquetes sociológicas e da sociologia em geral, considerada idealista e burguesa por essência. Muitas gerações de intelectuais foram acostumados a considerarem a classe operária como uma entidade abstrata definida no plano econômico como vendedora

(18) Mao Tsé-Tung: “Prefacio y Epílogo a Investigaciones Rurales”, in *Obras Escogidas*, Tomo III, p. 7-12. O autor escreve: “El único medio para conocer una situación es hacer una investigación social, una investigación sobre la situación viva de las diversas clases sociales”. A enquete é realizada de modo coletivo: “Una reunión de investigación no necesita ser muy numerosa; basta con la presencia de tres a cinco, o siete u ocho personas. Es necesario destinar suficiente tiempo, tener preparado un cuestionario y, además, hacer personalmente las preguntas, anotar las respuestas y discutir con los asistentes” (p. 8). Mao Tsé-Tung realizou pessoalmente várias enquetes sobre as classes camponesas e recomenda, contra o subjetivismo e o conhecimento livresco, a realização sistemática de enquetes sobre todas as classes da sociedade chinesa, ou seja: o proletariado industrial, os operários artesãos, os assalariados rurais, os camponeses pobres, os mendigos urbanos, o lumpenproletariado, os proprietários de empresas artesanais, os pequenos comerciantes, os camponeses médios, os camponeses ricos, os proprietários fundiários, a burguesia comercial e a burguesia industrial (lista apresentada em: *Contre le Culte du Livre*, Éditions de Pékin, p. 9).

de força de trabalho, principalmente manual, em troca de salários e de um modo não apreensível no plano sociológico.¹⁹

Muitas vezes, passava-se com facilidade desta abstrata definição econômica para uma abstrata definição política relativa à missão histórica ou à vontade partidária, isto, sem analisar todas as mediações e os obstáculos que se encontram na atividade concreta da classe operária e na sua formação ideológica e política. Incorria-se em dois riscos: de um lado, o do economicismo abstrato quando a classe é reduzida ao conceito de sua situação objetiva ou função econômica (venda de força de trabalho, produção de mais-valia) e, por outro lado, o de profetismo quando a filosofia política chega a substituir a exigência de uma análise concreta pelo fato de atribuir idéias teóricas à classe operária que, muitas vezes, não lhes são acessíveis por causa da destruição ou da inatividade da vanguarda. Sem um mínimo de investigação sociológica das redes de comunicação sociopolítica, não parece possível uma adequada apreensão da relação entre a “consciência teórica” e a “consciência empírica” dos operários enquanto classe.

A investigação de tipo sociológico é necessária para trazer respostas não dogmáticas a este tipo de problema. Além de investigar os obstáculos e os caminhos das idéias que vêm de fora do movimento espontâneo, é preciso investigar os contextos de mobilização e as transformações na composição da classe operária. Estes dois aspectos são indicados por R. Panzieri quando recomenda, como possíveis objetivos da enquete operária:

(19) Contrariamente a certas interpretações economicistas ou objetivistas, a classe operária não pode ser apresentada “em bloco” como força de trabalho ou como componente variável do capital. Há espaço para uma verdadeira sociologia da classe operária nas suas relações com as outras classes. Em ruptura com a tradição marxista anti-sociológica, este ponto de vista chegou a se difundir em diversas correntes do marxismo dos anos 60. Podemos encontrá-lo, por exemplo, em Lucio Colletti, que desenvolveu uma interpretação segundo a qual as classes sociais são o principal elemento da unidade entre economia e sociologia pelo fato de remeter tanto às condições objetivas da produção como à formação de agentes políticos (*Ideologia y Sociedad*, Fontanella, Barcelona, 1975, p. 27). O autor considera que: “La clase obrera no es un dato, no es un producto de la naturaleza. Es un punto de llegada: es un producto de la acción histórica, o sea, no sólo de las condiciones materiales, sino también de la conciencia política” (p. 322). A análise da classe operária não pode se reduzir à materialidade do processo de produção. É preciso definir o objeto de análise como relações sociais (incluindo economia, política e ideologia). Neste sentido, a sociologia tem sua razão de ser.

Além do reconhecimento da sociologia, certas linhas do marxismo italiano dos anos 60 autorizam a investigação de níveis da realidade social até então desprezados, tais como o das relações inter-humanas derivadas das relações de classes e apreensíveis em termos de comunicação e linguagem (ver: VINCENT, Jean-Marie, *Fétichisme et Société*, Anthropos, Paris, 1973, p. 314-5). Mediante cautela a respeito do possível ecletismo, tal perspectiva abre muitas possibilidades em matéria de investigação sociológica e, em particular, de investigação-ação.

a) O estudo de fenômenos que ocorrem em situação de conflito, tais como as transformações ideológicas vividas pelos trabalhadores quando participam no movimento de greve e as formas de solidariedade de classe. São fenômenos relacionados com a transformação do conflito em antagonismo de classe, o que se manifesta quando o conflito adquire dimensões incompatíveis com a funcionalidade ou a reprodução do sistema.

b) O estudo das transformações que ocorrem na composição da classe operária em relação com os modos de organização do trabalho e a evolução da tecnologia. Essas transformações dizem respeito, em particular, às relações entre operários de várias qualificações, as relações entre técnicos e operários e às formas de consciência correspondentes. Poderíamos acrescentar a tendência à desqualificação dos operários nas linhas de montagem, os efeitos de modos de organização mais "flexíveis" (grupos semi-autônomos, etc.).

R. Panzieri sugere que se possa esperar um profundo enriquecimento do conhecimento sobre estes dois tipos de fenômenos (transformações estruturais e situações de conflito) por meio da enquete operária e pela utilização de métodos de pesquisa sociológica talvez mais convencionais.

Em relação com os capítulos anteriores, vamos acrescentar observações próprias. A propósito da situação de conflito, lembraremos que a pesquisa sociológica convencional é mal instrumentada para dar conta dos efeitos de mobilização.²⁰ Certas tentativas acadêmicas chegam a combinar generalidades de cunho funcionalista com observações de senso comum sobre o papel dos líderes ou agitadores. Por outro lado, já vimos como P. Bourdieu aponta a ineficiência das pesquisas por sondagem quando se trata de mobilização de opiniões ou de efeitos de politização que ocorrem no desenrolar de um conflito. A investigação por meio dos convencionais questionários privilegia os aspectos de passividade e de individualização que caracterizam as situações nas quais nada acontece, a não ser a reprodução do moralismo vigente e dos estereótipos. Aí, sugerimos que o questionário não convencional da enquete operária, com problemática explicitamente afirmada, possa captar certos aspectos dos fenômenos de conscientização que acompanham as situações de movimentação. É claro que tal afirmação precisaria ainda de maior experimentação concreta.

A respeito do segundo objetivo relativo às transformações da classe operária, a sociologia convencional, especialmente a sociologia industrial, do trabalho ou dos movimentos sociais, conseguiu reunir

(20) Ver estudo convencional das situações de conflitos e de mobilização em: OBERSCHALL, A., *Social Conflict and Social Movement*, Prentice-Hall, Englewood Cliff, 1973, 371 p.

um conjunto de conhecimentos e de investigações sem dúvida utilizáveis numa perspectiva de enquete operária. Haveria aqui um importante trabalho de seleção e de reavaliação crítica a ser feito, pois a sociologia industrial se desenvolveu numa perspectiva principalmente gerencial. Os conhecimentos obtidos não são utilizáveis sem esforço de deslocamento de perspectiva ou de inversão de ponto de vista.

Nota-se que Alain Touraine abandonou a sociologia industrial passando a trabalhar, com muita originalidade, na fundamentação de uma sociologia dos movimentos sociais. Sua proposta considera que a investigação não deva partir do ponto de vista empresarial nem do operário, mas sim do ponto de vista da relação entre os dois elementos.²¹ Isto seria o ponto de vista sociológico. É interessante observar que, no plano metodológico, a proposta tourainiana supõe uma ruptura profunda ao substituir as técnicas convencionais por um modelo de "intervenção sociológica" no qual os investigadores estabelecem, com grupos representativos do movimento, uma relação que seja de natureza a desenvolver uma autoanálise do movimento pelos próprios grupos.²²

V. Alternativa em Sociologia do Trabalho

Paralelamente à tentativa de redefinir a enquete operária como instrumento de Pesquisa-Ação, podemos assinalar, no contexto da sociologia do trabalho, certas posições metodológicas que, sem serem totalmente idênticas aos objetivos da enquete operária, têm em comum vários aspectos, tais como: o de romper com o padrão positivista-empiricista da observação convencional e o de estabelecer uma nítida ligação entre a dimensão metodológica e a dimensão política do processo de investigação.

(21) Ver: TOURAINE, A., *Em Defesa da Sociologia*, Zahar, Rio de Janeiro, 1977.

(22) Ver exposição da metodologia da "intervenção sociológica" em: TOURAINE, A., *La Voix et le Regard*, Sociologie Permanente I, Seuil, Paris, 1978, p. 181-307. O método foi aplicado ao movimento estudantil: *Lutte Étudiante*, Sociologie Permanente II, Seuil, Paris, 1978. A coleção prevê publicações de estudos onde o método da "intervenção sociológica" será aplicado a outros movimentos sociais, entre os quais, o movimento operário, o movimento das mulheres e o movimento antinuclear. É possível duvidar da teoria do autor segundo a qual, nas sociedades "avançadas" ou "pós-industriais", o movimento operário está em declínio e tende a ser substituído pelo movimento ecológico e outros movimentos até então considerados secundários. Mas isto não prejudica necessariamente a metodologia da "intervenção sociológica" que, por causa de sua dimensão coletiva e mobilizante, pode permitir a investigação da consciência operária e de outros tipos de movimentos sem recair nos riscos de psicologização e de regressão afetiva associados à prática exclusiva dos procedimentos convencionais, sejam eles diretivos ou não.

Desde a sua origem, a sociologia do trabalho, como variante da sociologia industrial, foi moldada em função do ponto de vista de classe capitalista e dos interesses empresariais. A idéia de racionalidade que contém, consiste na adequação dos meios (força de trabalho e maquinaria) aos privatizados objetivos de produtividade e lucro. Confundir este tipo de racionalidade com a cientificidade é, como já indicamos, uma operação ideológica que muitos sociólogos e psicólogos industriais não hesitam em cometer. Uma outra característica da sociologia do trabalho acrítica está no fato de não apreender a totalidade sócio-histórica, as classes e relações de classes que nela têm lugar. Na definição do objeto de investigação, as empresas são consideradas como contextos fechados relevantes nos quais as unidades de observação são os trabalhadores. Cada um deles não é considerado como membro de uma determinada classe, mas apenas como "unidade psíquica isolada".²³ As relações sociais são, nesta perspectiva, reduzidas ao relacionamento interpessoal positivo ou negativo a respeito da autoridade e a ser controlado como meio de efficientização. A tendência à psicologização, inerente à negação do caráter de classe das situações observadas e do caráter de classe do próprio modo de observação, encontra sua justificativa na ideologia da observação empírica, unilateral e individualizada por meio de entrevistas.

Esses diferentes aspectos da convencional sociologia do trabalho são criticados pelo sociólogo italiano Franco Ferrarotti em *Uma Sociologia Alternativa: Da Sociologia como Técnica de Conformismo à Sociologia Crítica*. Vejamos o que ele propõe como alternativa que, nos planos metodológico e prático, é resumido nestas duas citações:

"É preciso inverter a rota. Partir da experiência elementar cotidiana do operário no trabalho e reconhecê-la como um *primus* absoluto. Re-humanizar, isto é, des-privatizar a ciência, restituindo-lhe o seu caráter primordial de empresa humana, cheia de significado político e de grande alcance social. Abandonar a concepção da investigação como processo mecanicista e naturalista, pelo qual o investigador olha do alto para os objetos da investigação como o entomólogo analisa ao microscópio uma cultura de bacilos. Não há possibilidade de sociologia genuinamente crítica se não se reconhecer entre investigador e objetos de investigação um substancial *status* de paridade. Troca e comunicação recíproca. A sociologia como participação. A investigação como co-investigação. Autogestão operária da investigação, como pro-

(23) FERRAROTTI, F., *Uma Sociologia Alternativa. Da Sociologia como Técnica de Conformismo à Sociologia Crítica*, Crítica e Sociedade 6, Afrontamento, Porto, 1976, p. 50.

cesso de consciencialização e de transformação objetiva que parte da autodescrição da situação de trabalho e chega à interpretação complexa, da situação na fábrica e na sociedade. A solução da crise da sociologia do trabalho passa, pois, necessariamente, através da ação direta da classe operária. Isto provoca a revolução do "ponto de vista" da sociologia do trabalho corrente: a subjetividade operária torna-se o centro científico da análise da fábrica. Uma série de regras metodológicas e de pontos de partida científicos pacificamente aceitos como regras eternas, quer da direita quer da esquerda, vem sendo posta duramente em questão. O discurso tradicional sobre a ciência e o proletariado transforma-se, rompe com qualquer esquema, por muito ilustre que seja, que fale de ciência ao serviço das massas, e ao mesmo tempo põe, de maneira completamente nova, o problema clássico da relação intelectuais—classe operária. Entra em crise o profissionalismo sociológico, o conceito de ciência como capital privado. Descobre-se, sob um manto espesso de falsificações conscientes e de oportunismo, a descoberta fundamental do marxismo, ou seja, a essencial politicidade da ciência." ²⁴

A respeito da autodescrição, o autor dá mais indicações:

"É necessário dar, novamente, a palavra aos operários. A autodescrição do próprio trabalho, não obstante as inevitáveis repetições, é um material fundamental. O que pode se tornar irritante a exigentes ouvidos intelectuais é, na realidade, o caminho para obter um conhecimento do interior. Se os relatos são aborrecidos, é o próprio aborrecimento mortal do trabalho industrial, mesmo nas condições tecnológicas mais avançadas, que nos é comunicado dessa maneira. Neste sentido, a autodescrição do seu posto de trabalho por parte do operário é importante, oferece-nos a dimensão existencial, aquela que não é possível ver nas tabelas e nos organogramas." ²⁵

Nestas colocações de F. Ferrarotti, encontramos uma temática, uma alternativa em sociologia do trabalho que contém muitas questões metodológicas que estamos discutindo desde o começo e, em particular, no contexto da enquete operária. Com o risco de redundância (esta é didaticamente necessária), destacaremos os seguintes grupos de temas contidos nas precedentes citações e que vão diretamente ao encontro de nossas preocupações:

(24) *Idem*, p. 51-2.

(25) *Idem*, p. 84.

a) Crítica do padrão de observação convencional, especialmente de sua ideologia fisicista.

b) Experimentação de um dispositivo de investigação que seja capaz de estabelecer, em lugar de unilateralidade, uma comunicação recíproca, um sistema de trocas, uma autodescrição das situações de trabalho.

c) Este dispositivo de investigação deve permitir o estudo da subjetividade não reduzida à realidade opinativa, mas, ao contrário, considerada ao nível existencial. Restituir a iniciativa operária: o “objeto” é também “sujeito” do processo de investigação.

d) Este último é concebido na sua dimensão explicitamente política, com aspectos de conscientização, de autogestão, de iniciativa operária e de adequada relação entre intelectuais e massas.

Tais características de uma sociologia crítica vão bem além da crítica abstrata ou da reflexividade gouldneriana que considerávamos, na introdução, como um passo interessante no sentido de uma alternativa autoconsciente de suas limitações ligadas às características culturais dos investigadores, mas que não pode se tornar um fim em si. O próprio F. Ferrarotti considera a sociologia reflexiva como posição de “narcisismo complacente” por parte dos intelectuais profissionais.²⁶

A partir das observações ou sugestões de F. Ferrarotti, devemos considerar que, para elaborar um novo tipo de investigação sobre o universo do trabalho, é preciso avaliar politicamente o relacionamento entre intelectuais e massas trabalhadoras. Contra os riscos de “imposição de problemática” associados ao dogmatismo e à prática autoritária, diversas formas de participação ou até de autogestão devem ser imaginadas.

Enfatizaremos que, no campo da investigação social, o princípio de autogestão é intimamente ligado à idéia de restituir aos trabalhadores iniciativa e criatividade. Este ponto de vista é também o de Yvon Bourdet²⁷ e procede de uma tomada de posição claramente antiautoritária e antidogmática valorizada por aqueles que manifestam desprezo para com a burocrática concepção da pesquisa e desconfiança na orientação de tipo “esquerda conformada” sobre o papel dos intelectuais. Segundo o princípio de autogestão — que limitamos aqui ao campo da investigação —, em lugar de levar ao proletariado a Ciência com todos os riscos de cientificismo, de autoprocamação e de passividade que isto oferece, o papel dos intelectuais é trazer o que eles sabem de um modo que não prejudique a iniciativa dos trabalhadores,

(26) *Idem*, p. 10.

(27) BOURDET, Y., “L’Extraordinaire et l’Impossible”, in *Sociologie et Révolution*, Colloque de Cabris, U.G.E. 10/18, Paris, 1975, p. 183-206, especialmente p. 192-3.

ou melhor, que favoreça as condições de sua criatividade. É preciso experimentar este princípio no contexto da análise do processo de trabalho e dos diferentes aspectos da condição operária.

VI. *Exigências científicas e exigências políticas*

Para um grupo político, a enquete operária é um instrumento de conhecimento da realidade concreta e um meio de ação de base que consiste em estabelecer contato com os trabalhadores. No seu conjunto, a atividade de enquete operária contém duas fases: a investigação e a divulgação dos resultados alcançados e explicações correspondentes. Diversas questões de orientação devem ser cuidadosamente solucionadas pelo grupo para que, na sua atividade, as exigências metodológicas e as exigências políticas estejam equilibradas. O lançamento de uma enquete operária pressupõe uma clara definição política dos objetivos do grupo. Caso contrário, o controle metodológico do processo de investigação é impossível. Os objetivos políticos do grupo determinam a escolha da enquete enquanto atividade militante e os alvos prioritários da investigação. Por exemplo, é preciso uma definição política para poder escolher o temário do questionário e seus destinatários. Problemas de salários e custo de vida? Setor das condições de trabalho? Problemas políticos mais abrangentes? Qual é o tipo de trabalhador a ser privilegiado como informante? Trabalhador "médio" sem consciência de classe? Trabalhador consciente? Militante confirmado? Sindicalizado ou não sindicalizado?, etc. Não existe critério definitivo para tomar essas decisões. Tudo depende dos objetivos do grupo e da avaliação da conjuntura.

De acordo com o questionário de 1880, a temática da enquete operária é centrada nos problemas da condição proletária e da situação de trabalho e remuneração na fábrica. Trata-se de um setor que, muitas vezes, é considerado prioritário em si próprio, sobretudo quando não existem sindicatos ou quando os sindicatos existentes não cuidam dos problemas enfrentados diretamente pelos trabalhadores no seio da fábrica. No entanto, tal prioridade pode ser contestada e, aliás, já o foi por Lênin em *Que Fazer?*. Nesta linha, o centramento da investigação e do trabalho de explicação nos problemas da situação operária é considerada como desvio economicista. É isto que ocorreu em 1902, no contexto da Rússia, quando Lênin criticou a orientação do *Rabótcheie Dielo* e da *Rabótchaia Mysl* cuja proposta principal consistia em desenvolver um trabalho de defesa econômica e de politização ou de educação baseada na mesma.²⁸ Lênin criticou, igualmente, as

(28) LÊNIN, V. I., *Que Fazer?*, edição citada, especialmente, Capítulos II e III.

limitações economicistas das “folhas volantes” redigidas com a participação dos operários e utilizadas para denunciar o regime das fábricas.²⁹ Segundo Lênin, a tarefa prioritária devia consistir na formação de uma organização de revolucionários profissionais e em um trabalho de politização da classe operária sem limitação à esfera trabalhista ou sindicalista. Ao contrário, a educação política, desenvolvida a partir da denúncia dos diversos aspectos do regime político devia abranger todos os setores da vida pública e os problemas de todas as classes da sociedade. O que, de fato, exclui ou minimiza a prática de investigação de tipo enquete operária.

O risco de economicismo como desvio político associado à prática da enquete operária é, sem dúvida, um risco real. Como já indicamos, o problema se apresenta inclusive no contexto do trabalho político dos *Quaderni Rossi*, cuja enquete operária constituiu um importante instrumento a partir de 1965. Houve críticas e autocríticas de certos militantes, anos depois. A orientação teria sido economicista pelo fato de privilegiar a investigação e a educação centradas nos aspectos econômicos da situação operária. Os problemas de organização propriamente política teriam sido deixados no segundo plano.

A prática da enquete operária não deve se tornar um fim em si, não exclui a necessidade de um trabalho teórico de natureza mais fundamental e, sobretudo, não pode substituir uma efetiva prática política, estratégica e taticamente definida. Instrumento de investigação ligado à ação, a enquete operária permite eficientizar o relacionamento do grupo político com as massas, mas deve-se deixar bem claro que este relacionamento não pode ser reduzido a uma relação investigador/investigado.

A prática da enquete operária se torna equivocada quando, por falta de clareza de seus objetivos, o grupo político atribui à investigação uma importância desproporcionada. Da condição de meio, a enquete passa a ser fim. Uma vez afastado este equívoco, é de se considerar a investigação como necessidade cuja metodologia deve ser problematizada como tal.

Quando não problematiza o momento da investigação na sua ligação ao movimento, o grupo é levado a diversas posições talvez piores do que a inclinação economicista, tais como: confiar na supremacia do conhecimento abstrato e não comprovável, entregar-se ao subjetivismo (criticado no contexto chinês por Mao Tsé-Tung quando recomenda a prática de investigações e enquetes), confiar nas investigações convencionais de tipo Gallup, desconhecer a dinâmica da tomada de consciência, etc. Sem qualquer excesso de otimismo a respeito da enquete operária, achamos que sua problematização pode ajudar a su-

(29) *Idem*, p. 44-5.

perar tais posições e produzir efeitos positivos tanto no plano do conhecimento como no plano da prática política.

A importância da definição política dos objetivos da enquete operária não deve fazer esquecer as exigências metodológicas da investigação. Qualquer descuido a seu respeito contribui à degenerescência da prática. Foi possível observar isto, na França, durante o período pós-maio de 1968, onde diversas tentativas de enquetes operárias não chegaram a um alto grau de sistematicidade. Muitas vezes, os grupos políticos suscetíveis de promoverem uma enquete revelam-se incapazes de enfrentarem as dificuldades técnico-científicas. Além da indeterminação dos objetivos, manifestam-se incompetência técnica, desconhecimento ou desprezo da metodologia e outras características culturais que fazem recair a prática no palavrismo, no sectarismo, nas divisões internas e, finalmente, na impotência.

A experiência revela que, no planejamento e na realização de uma enquete operária, sempre encontram-se duas séries de dificuldades. Uma tem a ver com a conjuntura e a capacidade de definição política e ideológica do grupo. A outra corresponde às exigências técnico-científicas da investigação. Para que ambas sejam dominadas, o grupo deve possuir uma grande homogeneidade política, reunir pessoas de grande competência metodológica e definir de modo realista os caminhos de acesso aos lugares onde a entrevista dos trabalhadores seja possível. Este último aspecto remete a muitas dificuldades de ordem prática cuja solução depende da permissividade do contexto social, da "concorrência" política entre várias organizações e, finalmente, da qualificação técnica e da habilidade dos investigadores.

Em resumo, o conjunto das nossas observações indica a especificidade da enquete operária: ser um tipo de investigação explicitamente associada a uma ação política. Em cada contexto sociopolítico, os procedimentos e a temática precisam ser redefinidos para evitar os desvios economicistas e os desvios ligados à incompetência. Os problemas de metodologia são estreitamente relacionados com a definição política da investigação. No entanto, é preciso salientar que a política não chega a resolver todos os problemas de metodologia. De acordo com R. Panzieri, podemos afirmar que existe a possibilidade de elaborar um novo tipo de enquete operária à luz das experiências passadas, à luz da teoria marxista e de certos ensinamentos da sociologia atual. Entre estes últimos, incluiremos os elementos de metodologia sociológica apresentados nos capítulos anteriores. Especialmente, os conceitos de falsa neutralidade, teoria em atos, imposição de problemática, unilateralidade, desníveis de comunicação, categorização, projeção, quadros de referência, relevância, produção de opinião, opinião mobilizada, etc., são conceitos a serem repensados no contexto da Pesquisa-Ação.

Conclusão

Chegando ao fim da nossa exposição paralela aos textos reunidos na segunda parte, apresentaremos, à guisa de conclusão geral, um conjunto de observações cujo objetivo se limita a sintetizar algumas das principais idéias em discussão relativas a diferentes aspectos da crítica que fizemos à orientação metodológica da sociologia convencional e, também, relativas ao tipo de proposta alternativa que se pode delinear a partir da crítica anterior.

O cientista social pratica seu ofício quer como pesquisador ou professor universitário, quer como investigador de mercado ou como assessor de empresas ou simplesmente como intelectual independente. Sobretudo quando não é independente, na sua participação em pesquisas encomendadas, o cientista social, especialmente o sociólogo, encontra métodos e técnicas preestabelecidas que, muitas vezes, a formação universitária ou o treinamento profissional divulgam sem espírito crítico. A maioria dos manuais de técnicas e de planejamento de pesquisa são receituários de bom senso, permeados pelos pressupostos empiricistas e por diversas ingenuidades epistemológicas dos anos 40 e 50, entre as quais, a neutralidade das técnicas de observação, a concepção psicologista das opiniões e atitudes, etc.

Na prática de pesquisa marcada pelo empiricismo, o cientista está em situação de dependência com relação aos dados e não se preocupa com a problematização dos diferentes tipos de informação que recolhe. Sua tendência natural consiste em satisfazer-se com uma distinção simplista entre fato e opinião. Os dados seriam, por exemplo, elementos de descrição de um fato ou de verbalização de uma opinião. As condições de descrição dos fatos e as condições de verbalização ou de produção das opiniões, que variam consideravelmente em função das classes ou conjunturas, não são levadas em consideração, a não ser de modo ingênuo, como no caso da influência da aparência do entre-

vistador sobre a resposta do entrevistado. Os fatos são interpretados a partir da evidência do senso comum sem preocupação a respeito de suas possíveis significações diferenciadas que permanecem ocultas pela imposição de problemática do pesquisador.

Do ponto de vista crítico, é preciso questionar os dados, sejam eles opinativos ou fáticos, os pontos de vistas, a problemática vigente na formulação dos questionários, as situações de comunicação, unilateral ou antidialógica, nas quais os dados são produzidos, os modos de categorização e de interpretação aos quais são submetidos. Com isto, não se trata apenas de avaliar as atitudes morais do cientista para com seu objeto de investigação. É preciso desmistificar a falsa neutralidade no plano da metodologia, isto é, questionar as técnicas particulares ultrapassando o simples bom senso para chegar a uma evidência dos mecanismos cognitivos e sociais operando nos procedimentos. Mecanismos estes que são mais ligados a práticas sociais, administrativas ou políticas, do que a critérios de ciência "pura".

Os pesquisadores empiricistas não enxergam a dimensão socio-política de tais mecanismos na metodologia da sociologia convencional, justificando apenas os aspectos técnicos pelo fato de que, com eles, obtém-se dados com maior eficiência. Ora, o argumento da eficiência não permite nenhuma demarcação entre prática científica e simples prática administrativa. A organização racional de um processo de captação de informação não basta para definir a especificidade do objeto de uma prática científica. Caso contrário, qualquer burocrata ou investigador de polícia também seria considerado como cientista. A valorização da eficiência, em matéria de técnica de pesquisa social, associada à sensação de dominar um instrumental, muitas vezes faz esquecer a questão da fraca relevância científica dos dados obtidos e coloca no segundo plano os difíceis problemas de articulação entre teoria e empiria. Muitos planejadores de pesquisa confundem ciência e eficiência. Em nome desta última, as pesquisas são conduzidas em função da maior acessibilidade dos dados. Assim, independentemente de qualquer objetivo teórico, recai-se em vãos cruzamentos de opiniões com categorias de idade, sexo ou profissão. A autonomização da coleta de dados com relação ao quadro teórico, sua delimitação em função da facilidade de obtenção e processamento, a não problematização do caráter social das condições de produção dos dados são diferentes aspectos significativos da manifestação do empiricismo.

Devemos deixar bem claro que as críticas que dirigimos, nos Capítulos 2 e 3, às técnicas de questionário e entrevistas não são uma condenação definitiva. A investigação sociológica sempre utilizará procedimentos de informação desse gênero. O objeto das críticas é mais dirigido à convencional concepção do questionário e das entrevistas e ao modo de interpretação dos resultados. Sem preocupação de exaustividade, as críticas apresentadas e desenvolvidas em vários artigos

reunidos na segunda parte, trazem muitas indicações para reequacionar o uso sociológico dos dois tipos de técnicas. Indicações estas que dizem respeito ao controle da problemática dos investigadores, às condições de comunicação ou de formação de opinião, ao modo de interpretação do material recolhido por meio de entrevista não-diretiva, etc.

Para contornarem alguns defeitos das técnicas consideradas isoladamente, certos autores adotam uma solução eclética que consiste numa combinação das várias técnicas particulares, sem questionar as diferenças de orientação metodológica. Por exemplo, justapõem questionário padronizado para categorizar e quantificar as tendências da opinião pública, entrevista não-diretiva para a afetividade ou a subjetividade dos indivíduos, observação participante como técnica de "infiltração" para conhecer do interior certos grupos ou movimentos, etc. Da justaposição dessas técnicas e de muitas outras, sairia o conhecimento da multifacetada realidade social.

Para podermos evitar as combinações ecleticistas, metodologicamente incontroladas, precisamos de critérios mais abrangentes de uma metodologia que seja capaz de avaliar as várias possibilidades, limitações e distorções de cada técnica em função de seus pressupostos teóricos. Todas as técnicas introduzem distorções na representação do real; as distorções de umas não compensam necessariamente as distorções das outras. Além do mais, não se pode atribuir as distorções às características dos entrevistados (má vontade, baixo nível cultural, etc.), mas sim aos próprios instrumentos e ao contexto social da comunicação ou ausência de comunicação. Em outras palavras, trata-se de manter sob controle os aspectos metodológicos tanto do ponto de vista dos pressupostos teóricos como do dispositivo social no qual a investigação se desenrola.

No conhecimento social, mais do que em qualquer outro tipo de conhecimento, a acessibilidade de determinados tipos de informação relevante para a explicação de uma situação depende dos modos práticos de atuação dos cientistas no seu relacionamento dentro da situação. Isto indica toda a importância do aspecto disposicional.

*
* * *

Regra geral, todas as atividades de investigação social, relativas ao presente, são ligadas de modo explícito ou não a práticas econômicas, políticas ou ideológicas associadas ao poder. Muitas vezes, a pesquisa de opinião ou a pesquisa social convencional desempenha uma função de *feedback* das decisões que foram tomadas pelos dirigentes: trata-se de mostrar aos dirigentes quais foram as reações do público ou das categorias sociais implicadas nos efeitos da manifestação do poder. Em outros casos, a função é de tipo *feed forward*,

quando se trata, a partir dos resultados da pesquisa, de esclarecer a própria tomada de decisão dos dirigentes.

Questionar de modo sociológico a concepção e a aplicação das técnicas de pesquisa sociológica permite afastar diversas formas de ingenuidade relativa à neutralidade dos procedimentos e à liberdade das possíveis utilizações dos resultados. É difícil sustentar-se que uma pesquisa ligada ao funcionamento ou à manutenção do poder de certas categorias de agentes minoritários sobre a maioria da população não seja politicamente comprometida no que tange à relação de investigação com a maioria e à utilização dos resultados para fins particulares.

Contra a ilusão de neutralidade, é preciso salientar que os métodos e técnicas de pesquisa são, ao lado dos conceitos e teorias, os instrumentos de produção do conhecimento concreto. O *know-how* metodológico determina os tipos e a qualidade dos produtos da atividade de pesquisa, isto é, dos resultados. Nesta determinação há uma prefiguração das utilizações possíveis. Os modos de obtenção e de processamento de informação social influenciam os resultados alcançáveis de maneira relativamente independente aos valores ou declarações de intenção dos pesquisadores. Este é um fato bastante conhecido de assessores de organismos internacionais de financiamento de pesquisa, ou de outros órgãos particulares que encomendam pesquisas. Seja qual for o assunto investigado, mesmo quando relacionado às classes dominadas, e seja qual for as preferências políticas do pesquisador, ao exigirem a aplicação dos modos convencionais de investigação, os assessores e outros interessados na pesquisa sabem que tipo de resultado será alcançado e que tipo de utilização será possível. O conservadorismo das técnicas permite maior liberalismo na seleção dos temas e do pessoal. A unilateralidade contida no dispositivo da pesquisa convencional já define de antemão o fato de que as populações implicadas no objeto de investigação não terão nenhum poder de iniciativa no processo de investigação, tanto na fase de exploração como na de utilização. Sabe-se que os procedimentos aplicados no decorrer da pesquisa terão um efeito de apropriação, monopolização, rotulagem do saber popular, descrevendo, sintetizando, interpretando os seus elementos sob formas especiais de apresentação que só interessem a quem dispõe do poder, seja ele real ou simbólico.

Os manuais de planejamento de pesquisa convencional apresentam a utilização dos resultados como uma questão de ética, rapidamente solucionada com o argumento da pretensa neutralidade técnica, ou como estilo de exposição adaptado quer ao grande público quer ao público restrito dos *decision makers*. Este tipo de tratamento não parece enxergar que todos os eventuais utilizadores não são iguais, ou mais ainda, que cada tipo de conhecimento é funcional dentro de certas relações de poder.

O modelo de investigação que prevalece até hoje em matéria de pesquisa social, por racional ou eficiente que seja, não pode ser imposto como único padrão de legitimidade científica. Apesar da sua ilusão de neutralidade, este modelo é requerido pela funcionalidade do saber em relação com o poder; neste sentido, ele é politicamente “engajado”. É possível imaginarmos um outro modelo de investigação que seja associado a uma política orientada em direção à emancipação e, nem por isso, menos “científico” do que o modelo convencional ligado ao poder vigente.

*
* *

Planejar investigações “progressistas”, “engajadas” ou simplesmente “diferentes”, não consiste apenas na escolha do assunto ou tema. A radicalidade, a relevância sociopolítica de uma pesquisa não é determinada pelo simples fato de se relacionar à classe operária, ao proletariado rural, ao movimento sindical ou a qualquer outro movimento social. As condições de obtenção dos dados e os processamentos aos quais são submetidos — numa palavra, o dispositivo metodológico — constituem o elemento determinante do que se pode pretender alcançar. Quando usam os métodos convencionais, não basta aos pesquisadores enfeitarem os seus relatórios de vocábulos marxistas para desenvolverem um conhecimento fundamentalmente diferente dos discursos burgueses sobre as “questões sociais” e os diversos “segmentos da sociedade.”

É preciso afastar o mágico apego dos cientistas sociais às normas da sua posição na sociedade ou nas instituições de pesquisa, para evitar que essas normas sociais se tornem normas metodológicas admitidas uma vez por todas. Nesse sentido, o relativismo cultural e a reflexividade são elementos de autoconsciência dos cientistas sociais para evitarem a simples reprodução das representações ligadas a suas posições sociais. Como tais, a reflexividade e o relativismo devem ser concebidos como preocupação de autocontrole das implicações sociais dos analistas da sociedade, o que já põe em questão a “tranqüilidade” dos cientistas positivistas. Mas é preciso não absolutizá-los porque não chegam a propor novos modos de relacionamento entre o pólo pesquisador e o pólo investigado. A preocupação reflexiva é, sobretudo, voltada para o primeiro e não para a relação entre os dois. Um passo adiante é marcado pela problematização deste relacionamento a ser encarado no plano do conhecimento e no plano social, relativo à materialidade da comunicação estabelecida.

Em ambos os planos, de acordo com a orientação esboçada nos capítulos anteriores, este relacionamento deve ser concebido de tal maneira que seja concretamente capaz, em cada contexto de investigação,

de permitir a iniciativa, a criatividade dos "investigados" e uma comunicação profunda com os investigadores. Mais do que informantes ocasionais, certos dos indivíduos ou grupos implicados numa determinada situação devem se tornar, no decurso da pesquisa, investigadores nesta situação.

Nesta perspectiva convergem várias alternativas metodológicas atualmente formuladas por diferentes autores em termos de pesquisa-ação, intervenção sociológica, investigação-inserção, etc. Haveria a necessidade de examinar e sistematizar o que essas orientações têm em comum para, em seguida, constituir um dispositivo de pesquisa controlando todas as suas implicações metodológicas, comunicativas e políticas junto ao movimento no qual se insere. Por outro lado, como vimos no Capítulo 4, a enquete operária desenhada no fim do século passado poderia ser reformulada como proposta particular de pesquisa-ação adaptada aos objetivos de autodescrição da condição operária e capacidades de atuação. Nesse quadro, o pólo investigado seria capaz de controlar a obtenção dos dados; a interpretação, feita pelo pólo investigador, seria apresentada e discutida. A utilização dos resultados seria coletivizada.

A experimentação desta orientação metodológica pressupõe, por parte dos cientistas, abertura de espírito ou disponibilidade que nem todos possuem. Também não queremos dizer que a orientação esboçada seja a única alternativa correta. Qualquer tipo de conhecimento é útil e apresenta uma certa funcionalidade, mesmo quando esta se limita a utilizadores privilegiados.

O objetivo de nossa observação não consiste em definir uma nova ortodoxia metodológica, mas apenas em abrir certas "brechas" e propor indicações a serem discutidas entre cientistas sociais com a participação de todos os eventuais interessados na obtenção de um conhecimento que seja relevante tanto no plano científico como no plano sociopolítico com possibilidade de ação imediata.

Finalmente, tendo em vista as exigências de aprofundamento da crítica apresentada e da alternativa esboçada, indicaremos para o futuro alguns temas de trabalho teórico e prático a serem desenvolvidos em estudos sociológicos, inclusive no contexto latino-americano.

1) Crítica da concepção das pesquisas sociológicas convencionais e da utilização político-ideológica de seus resultados. Crítica das pesquisas eleitorais e de sua função no regime político.

2) Crítica dos questionários e escalas de atitudes aplicados em estudos sobre a marginalidade e o "autoritarismo" das classes populares.

3) Problematização das noções de opinião, atitude, representação e percepção, levando em conta as tradicionais teorias psicossociológicas e as novas abordagens sociolinguísticas e semiológicas.

4) Problematização das condições de comunicação, especialmente em situação de entrevista, problematização das influências e dos efeitos de “explicação”. Estudo das contribuições psicológicas (não-diretividade, atenção flutuante, etc.) e das contribuições semiológicas.

5) Avaliação e sistematização das várias orientações existentes em pesquisa ativa.

6) Reavaliação da temática da sociologia do trabalho numa perspectiva de enquete operária atualizada.

7) Inventário das possibilidades e dificuldades para experimentar um tipo de pesquisa-ação associado ao movimento operário. (Ver Anexo 2.)

*
* *
*

ADENDO À 3ª EDIÇÃO

Nos dois últimos anos, tivemos oportunidade de desenvolver alguns dos pontos do precedente “programa” nos seguintes artigos:

— “Pesquisa-ação no campo da comunicação sociopolítica”, in *Comunicação & Sociedade*, nº 4, out. 1980, pp. 63/79 e *Educação & Sociedade*, nº 9, maio 1981, Editora Cortez, pp. 49/64.

— “Investigación-Acción”, in *Chasqui. Revista Latinoamericana de la Comunicación* (Quito, Ecuador), nº 1, 1981, pp. 76/78.

— “A captação de informação nos dispositivos de pesquisa social. Problemas de distorção e relevância”, in *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos* (São Paulo), nº 16, nov. 1981, pp. 81-105.

— “Uma reflexão sobre uma pesquisa de opinião no ABC”, in *Teoria e Política*, nº 3, 1982, pp. 175/184.

— “Televisão, trabalho e vida cotidiana”, in *Televisão, Poder e Classes Trabalhadoras*, Manolo Morán (coord.), *Cadernos INTERCOM* nº 2, Editora Cortez, 1982, pp. 44/55.

Parte II:

Textos Seleccionados

A Opinião Pública Não Existe

Pierre Bourdieu

"Digo que opinar é falar é que a opinião consiste em um discurso explicitamente pronunciado."

PLATÃO,
Teeteto, 190 a.

Gostaria de precisar, em primeiro lugar, que meu propósito não é o de denunciar de maneira mecânica e fácil as sondagens de opinião. Se não há dúvida de que as sondagens de opinião não são o que se pretende levar a crer, também não são o que comumente se diz quando se pretende desmistificá-las. As sondagens podem trazer uma contribuição útil para a ciência social desde que tratadas de maneira rigorosa, isto é, com precauções especiais. Em outras palavras, não pretendo pôr em questão as pessoas que se ocupam com sondagens de opinião: elas desempenham um determinado ofício que, se não é redutível à pura e simples venda de produtos, nem por isso é totalmente identificável a uma pesquisa científica propriamente dita.

Os três postulados implícitos

Após este preâmbulo, gostaria de enunciar os postulados que convém pôr em questão para chegar a uma análise rigorosa e fundada das sondagens de opinião.

Estes postulados são de três ordens:

— Primeiramente, toda pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião; ou, em outras palavras, que a produção de uma opinião está ao alcance de todos. Correndo o risco de ferir um

sentimento ingenuamente democrático, contestarei este primeiro postulado.

— Segundo postulado: supõe-se que todas as opiniões se equivalem: penso ser possível demonstrar que isto é absolutamente falso e que o fato de acumular opiniões que não têm absolutamente a mesma força real leva a uma distorção muito profunda.

— Terceiro postulado implícito: no simples fato de fazer a mesma pergunta para todo mundo acha-se implícita a hipótese de que existe um consenso sobre os problemas, em outras palavras, de que existe um acordo sobre as perguntas que merecem ser feitas.

Estes três postulados implicam, parece-me, toda uma série de distorções observadas mesmo quando todas as condições do rigor metodológico são obedecidas na coleta e na análise dos dados.

Com muita freqüência, fazem-se críticas técnicas às sondagens de opinião. Por exemplo, questiona-se a representatividade das amostras. Penso que no estado atual dos meios utilizados pelas agências de produção de sondagens, a objeção não é fundada. São também acusadas de fazerem perguntas distorcidas, ou melhor, de distorcerem as perguntas em sua formulação: isto já é mais verdadeiro e muitas vezes ocorre que se induza a resposta através da maneira de formular a pergunta. Assim, por exemplo, transgredindo o preceito elementar da construção de um questionário, que exige que se “abram possibilidades” para todas as respostas possíveis, omite-se, freqüentemente, nas perguntas ou nas respostas propostas, uma das opções possíveis ou, ainda, propõe-se várias vezes a mesma opção com formulações diferentes. Exceto quando se fez uma pesquisa preparatória, nunca se está completamente seguro de se ter previsto todo o universo das respostas possíveis e apenas estas. Pode-se também prever muitas vezes a mesma resposta, e, se o acaso intervier, isto dá uma chance maior para a resposta proposta muitas vezes; ou ainda, entre as respostas previstas, pode-se omitir uma resposta possível particularmente importante e, por isso mesmo, retirar-lhe as probabilidades de aparecimento.

As problemáticas obrigatórias

Penso existirem distorções desse tipo e seria interessante interrogar-nos sobre as condições sociais de seu aparecimento. O sociólogo supõe que nada se deve ao acaso e que essas distorções têm explicação. Na maioria das vezes, elas resultam das condições nas quais trabalham as pessoas que produzem os questionários. Mas existem também outros obstáculos: existe o fato de as problemáticas fabricadas pelos institutos de sondagens de opinião serem subordinadas a uma demanda de tipo

particular. Interrogar-se sobre os princípios geradores dessas problemáticas é perguntar quem pode pagar uma sondagem de opinião.

Tendo realizado a análise de uma grande pesquisa nacional sobre a opinião dos franceses a respeito do sistema de ensino, e contando com uma amostra espontânea de respostas suscitadas por um questionário divulgado no conjunto da imprensa francesa, quisemos controlar a validade de nossa amostra e levantamos, nos arquivos de um certo número de instituições de estudos, dentre as quais o IFOP, a SOFRES, etc., todas as perguntas relativas ao ensino. Isso nos mostrou que mais de duzentas perguntas sobre o sistema de ensino foram colocadas desde maio de 1968, contra menos de uma vintena entre 1960 e 1963. Isso significa que as problemáticas impostas a este tipo de organismo estão profundamente ligadas à conjuntura e dominadas por um certo tipo de demanda social. Em outras palavras, os problemas que se colocam são problemas que se impõem como problemas políticos. A questão do ensino, por exemplo, só pode ser colocada por um instituto de opinião pública quando se torna um problema político. Vê-se imediatamente a diferença que separa essas instituições dos centros de pesquisas que criam suas problemáticas, se não num céu puro, pelo menos com uma distância muito maior em relação à demanda social em sua forma direta e imediata.

Uma análise estatística sumária das perguntas colocadas mostrou-nos que sua grande maioria estava diretamente ligada às preocupações políticas do "pessoal político". Se nos divertíssemos esta noite brincando de adivinhação e eu lhes pedisse para escreverem as cinco perguntas que lhes parecem as mais importantes em matéria de ensino, obteríamos seguramente uma lista muito diferente da que obtemos constatando as perguntas efetivamente colocadas pelas pesquisas de opinião. A pergunta: "É necessário introduzir a política nos colégios?" (ou variantes) foi colocada com muita freqüência, enquanto as perguntas: "É necessário modificar os programas?" ou "É necessário modificar o modo de transmissão dos conteúdos?" só foram colocadas raramente. Como também: "É necessário reciclar os professores?". São perguntas muito importantes, pelo menos numa outra perspectiva.

As funções da sondagem

As problemáticas propostas pelas sondagens de opinião são problemáticas interessadas. Toda problemática é interessada, mas, no caso particular, os interesses que sustentam essas problemáticas são interesses políticos e isto exerce um grande controle, simultaneamente, sobre a significação das respostas e sobre a significação dada à publicação das respostas. A sondagem de opinião, no contexto atual, é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez

em impor a ilusão de que existe uma opinião pública como pura adição de opiniões individuais; em impor a idéia de que, por exemplo, numa sala como esta, existe uma opinião pública, algo que seria como que a média das opiniões ou a opinião média. A “opinião pública” manifestada nas primeiras páginas dos jornais sob a forma de porcentagens (60% dos franceses são favoráveis a...), esta opinião pública é um *artefato* puro e simples, cuja função é dissimular que o estado da opinião num certo momento é um sistema de forças, de tensões, e que não existe nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma porcentagem.

Sabe-se que as relações de força nunca se reduzem a relações de força: todo exercício da força é acompanhado por um discurso que visa legitimar a força de quem a exerce; pode-se mesmo dizer que é próprio de toda relação de forças dissimular-se como relação de força e de só ter toda sua força na medida que ela se dissimula como tal. Em suma, para falar simplesmente, o homem político é aquele que diz: “Deus está conosco”. O equivalente de “Deus está conosco” é, hoje em dia, “a opinião pública está conosco”.

O efeito fundamental da pesquisa de opinião é o seguinte: a idéia de que existe uma opinião pública unânime é constituída para legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível.

As não-respostas

Tendo dito no começo o que gostaria de dizer no fim, vou tentar indicar muito rapidamente quais as operações pelas quais este *efeito de consenso* é produzido. A primeira operação, que tem como ponto de partida o postulado segundo o qual todo mundo deve ter uma opinião, consiste em ignorar as não-respostas. De algum tempo para cá, em lugar de dizer: “50% dos franceses são a favor da supressão das estradas de ferro”, os jornais dizem: “50% dos franceses são a favor, 40% são contra e 10% não têm opinião”. Mas isto não basta. Por exemplo, pergunta-se às pessoas: “Vocês são favoráveis ao governo Pompidou?” Registram-se 30% de não-respostas, 20% de sim, 50% de não. Pode-se dizer: a parcela das pessoas desfavoráveis é superior à parcela das pessoas favoráveis e, além disso, existe este resíduo de 30%. Pode-se também recalcular os favoráveis e os desfavoráveis excluindo as não-respostas. Esta simples escolha é uma operação teórica de uma importância fantástica, sobre a qual gostaria de refletir com vocês.

Eliminar as não-respostas é fazer o que se faz numa consulta eleitoral em que existem votos brancos ou nulos; é impor à pesquisa de opinião a filosofia implícita da pesquisa eleitoral. Se se olhar mais de

perto, observa-se que a taxa das não-respostas é, de modo geral, mais elevada entre as mulheres do que entre os homens, que a diferença entre as mulheres e os homens é maior quanto mais os problemas colocados são de ordem propriamente política, a tal ponto que, numa lista de perguntas variadas, para determinar se uma pergunta podia ou não ser considerada como política bastou-nos avaliar em seguida a importância da diferença das não-respostas entre homens e mulheres. Outro indicador: quanto mais uma pergunta se refere a problemas de saber, de conhecimento, maior é a diferença entre as não-respostas das pessoas mais instruídas e das menos instruídas. Outra observação: quando as perguntas dizem respeito a problemas éticos, a diferença das não-respostas entre as classes sociais é fraca (exemplo: "Deve-se ser severo com as crianças?"). Outra observação: quanto mais uma pergunta coloca problemas conflituosos, refere-se a um núcleo de contradições (por exemplo, uma pergunta sobre a situação na Tchecoslováquia para as pessoas de voto comunista) e é geradora de tensões para uma categoria determinada, mais as não-respostas são freqüentes nesta categoria. Em outras palavras, a simples análise estatística das não-respostas traz uma informação sobre o que significa a pergunta e também sobre a categoria considerada, sendo esta última definida tanto pela *probabilidade* que lhe é atribuída *de ter uma opinião* quanto pela probabilidade condicional de ter uma opinião favorável ou desfavorável.

A imposição de problemática

A análise científica das sondagens de opinião mostra que, praticamente, não existem problemas que se apresentem de igual modo para todos; não existem perguntas que não sejam reinterpretações em função dos interesses ou dos não-interesses das pessoas para as quais são colocadas, sendo o primeiro imperativo perguntar-se a que pergunta as diferentes categorias de consultados acreditaram responder. Um dos efeitos mais perniciosos da pesquisa de opinião consiste precisamente em ordenar que as pessoas respondam a perguntas que não se colocaram ou, ainda, que respondam a uma pergunta diferente da pergunta colocada, sendo que a interpretação apenas registra o mal-entendido.

Eu dizia ao começar, que as sondagens de opinião podiam ser reutilizadas cientificamente: mas isto supõe precauções excluídas pelas condições sociais nas quais trabalham os institutos de pesquisa. Os jornalistas que querem coisas simples simplificam os dados já simplificados que lhes foram comunicados e, quando chega ao público, o resultado é: "50% dos franceses são a favor da supressão das estradas de ferro". Uma interpretação rigorosa da sondagem de opinião suporia

um questionamento epistemológico de cada uma das perguntas colocadas, mais ainda, sobre o sistema das perguntas colocadas; a análise do sistema completo das respostas é a única que pode permitir responder à questão de saber a que pergunta as pessoas responderam.

Quer sejam perguntas que girem em torno dos problemas de moral, quer se trate de perguntas sobre a severidade dos pais, das relações entre os professores e os alunos, da pedagogia diretiva ou não-diretiva, etc., problemas que são mais percebidos como problemas éticos quanto mais se desce na hierarquia social, mas que podem ser problemas políticos para as classes superiores, um dos efeitos de distorção da pesquisa consiste em transformar respostas éticas em respostas políticas pelo simples efeito de imposição de problemática.

Os dois princípios de produção das opiniões

De fato, existem muitos princípios a partir dos quais se pode engendrar uma resposta. Existe, em primeiro lugar, o que se pode chamar de competência política por referência a uma definição ao mesmo tempo arbitrária e legítima, isto é, dominante e dissimulada como tal, da política. Esta competência política não é universalmente disseminada. Ela varia *grosso modo* com o nível de instrução. Em outras palavras, a probabilidade de ter uma opinião sobre todas as questões que supõem um saber político é bastante comparável à probabilidade de ir ao museu; isto significa que ela é função do nível de instrução. Observam-se variações fantásticas: ali onde um determinado estudante engajado num movimento esquerdista percebe quarenta e cinco divisões à esquerda do P.S.U., para um quadro médio não existe nada. Numa eleição, pensa-se sempre na escala política, extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita, extrema-direita, etc. Um dos fatos importantes que um teste por nós experimentado faz aparecer é o de que tudo se passa como se as diversas categorias sociais utilizassem de modo muito diferente esta escala que as pesquisas de "ciência política" empregam como sendo óbvia. Determinadas categorias sociais utilizam intensamente um cantinho da extrema-esquerda; outras utilizam unicamente o centro, outras utilizam toda a escala; finalmente uma eleição é a agregação de espaços totalmente diferentes; adicionam-se pessoas que medem em centímetros a pessoas que medem em quilômetros, ou melhor, pessoas que dão notas de 0 a 20 e pessoas que dão notas entre 9 e 11. A competência se mede, entre outras coisas, pelo grau de acuidade de percepção (é a mesma coisa na estética, alguns podem distinguir as cinco ou seis fases sucessivas de um único pintor). Esta comparação pode ser levada mais longe. Do mesmo modo que para a percepção estética, existe em primeiro lugar uma condição permissiva: é preciso que as pessoas pensem

a obra de arte como uma obra de arte; em seguida, tendo percebido como obra de arte, é preciso que elas tenham categorias de percepção para construí-la, estruturá-la, etc.

Suponhamos uma pergunta formulada assim: “Você é a favor de uma educação diretiva ou de uma educação não-diretiva?” Ela pode ser constituída como política: a representação da relação pais e filhos integra-se numa visão sistemática da sociedade. Pode ser constituída como política por alguns; para outros é puramente uma questão de moral. No questionário do qual lhes falei, perguntamos às pessoas: “Para você é ou não político fazer greve, usar cabelos compridos, participar de um festival pop, etc.?” Isto para ver como as pessoas utilizam esta dicotomia; evidentemente observam-se variações muito grandes segundo as classes sociais.

A primeira condição é, então, ser capaz de constituir uma questão como política; a segunda, tendo-a constituído como política, é de ser capaz de aplicar-lhe categorias propriamente políticas que podem ser mais ou menos adequadas, mais ou menos refinadas, etc. Estas são as condições específicas de produção das opiniões, as que a pesquisa de opinião supõe universal e uniformemente preenchidas com o primeiro postulado, segundo o qual todo mundo pode produzir uma opinião.

Segundo princípio a partir do qual as pessoas podem produzir uma opinião: o que chamo o “*ethos* de classe” (para não dizer “ética de classe”), isto é, um sistema de valores implícitos que as pessoas interiorizaram desde a infância e a partir do qual engendram respostas para problemas extremamente diferentes. Dou um exemplo: penso que as opiniões que as pessoas podem trocar na saída de uma partida de futebol entre Roubaix e Valenciennes devem uma grande parte de sua coerência, de sua lógica, ao *ethos* de classe. É provável que juízos como: “Foi um belo jogo, mas muito duro”, ou, “Foi eficaz, mas não foi bonito” e que parecem ser coisas arbitrárias, como os gostos e as cores, são de fato engendrados a partir de um princípio totalmente sistemático que é o *ethos* de classe.

O desvio de sentido

Uma multidão de respostas consideradas como respostas políticas são, na realidade, produzidas a partir do *ethos* de classe e concomitantemente podem revestir uma significação totalmente distinta quando interpretadas no terreno político. Vou ilustrar minhas palavras e verão que o que acabo de dizer está longe de ser abstrato e irreal. Devo fazer referência a uma tradição sociológica, difundida principalmente entre certos sociólogos da política nos Estados Unidos que falam muito comumente de um conservadorismo e de um autoritarismo das classes populares. Essas teses estão fundadas na comparação interna-

cional de resultados de pesquisas ou de eleições que tendem a mostrar que cada vez que as classes populares, em qualquer país, são interrogadas sobre problemas concernentes às relações de autoridade, à liberdade individual, à liberdade de imprensa, etc., dão respostas mais autoritárias do que as outras classes; e daí se conclui globalmente que existe um conflito entre os valores democráticos (para o autor no qual estou pensando, Lipset, trata-se dos valores democráticos americanos) e os valores que as classes populares interiorizaram, valores de tipo autoritário e repressivo. Daí se tira uma espécie de visão escatológica: elevemos o nível de vida, elevemos o nível de instrução e, visto que a propensão à repressão, ao dirigismo, etc., está ligada às baixas rendas, aos baixos níveis de instrução, etc., produziremos bons cidadãos da democracia americana; não teremos mais estes partidos comunistas, como se encontram na Itália e na França. A meu ver, o que está em questão é a significação das respostas a determinadas perguntas. Suponhamos um conjunto de perguntas do seguinte tipo: Você é favorável à igualdade dos sexos? Você é favorável à liberdade sexual dos cônjuges? Você é favorável a uma educação não repressiva? Você é favorável à nova sociedade? etc. Suponhamos outras perguntas do tipo: Os professores devem fazer greve quando sua situação é ameaçada? Os professores devem ser solidários com os outros funcionários nos períodos de conflito social? etc. Esses dois conjuntos de perguntas dão respostas de estrutura estritamente inversa em relação à classe social: o primeiro conjunto de perguntas que concerne um determinado tipo de inovação nas relações sociais, digamos, na forma simbólica das relações sociais, suscita respostas mais favoráveis quanto mais se sobe na hierarquia social e na hierarquia do nível de instrução; inversamente, as perguntas relativas às transformações reais das relações de força entre as classes suscitam respostas cada vez mais desfavoráveis à medida que se sobe na hierarquia social.

Em suma, a proposição: "As classes populares são repressivas" não é verdadeira nem falsa. É verdadeira na medida que, para todo conjunto de problemas, como os problemas de moral das relações entre os pais e os filhos ou entre os sexos, as classes populares tendem a ter uma representação muito mais rigorista, muito mais autoritária do que as outras classes sociais. Sobre os problemas de estrutura política, que põem em jogo a conservação ou a transformação da ordem social, não mais apenas a conservação ou a transformação dos modos de relação entre os indivíduos, as classes populares são muito mais favoráveis a uma inovação, isto é, a uma transformação das estruturas sociais. Vocês podem ver como determinados problemas colocados em maio de 1968, e freqüentemente mal colocados, no conflito entre o Partido Comunista e os esquerdistas, ligam-se bem diretamente ao problema central que tentei colocar esta noite, o da natureza das respostas que as pessoas dão para as perguntas colocadas, isto é, do princípio a partir

do qual elas produzem respostas. A oposição que fiz entre esses dois grupos de perguntas se reduz, na verdade, à oposição entre dois princípios de produção das opiniões: um princípio propriamente político e um princípio ético, sendo o problema do conservadorismo das classes populares o produto da ignorância desta distinção. Assim, o que chamei de efeito de imposição de problemática, efeito exercido por toda pesquisa de opinião e por toda interrogação política (a começar pela eleitoral), resulta do fato de que as perguntas colocadas numa pesquisa de opinião não são perguntas que se colocam realmente a todas as pessoas interrogadas e que as respostas não são interpretadas em função da problemática em relação à qual as diferentes categorias de consultados responderam efetivamente. Assim, *a problemática dominante* da qual a lista das perguntas colocadas nestes dois anos pelos institutos de sondagem fornece uma imagem, isto é, a problemática que interessa essencialmente às pessoas que detêm o poder e que pretendem estar informadas sobre os meios de organizar sua ação política, é desigualmente dominada pelas diferentes classes sociais e, isto é importante, as diferentes classes sociais são mais ou menos aptas a produzir uma contraproblemática. A propósito do debate televisionado entre Servan-Schreiber e Giscard d'Estaing, um instituto de sondagens de opinião tinha colocado perguntas do tipo: "O sucesso é função dos dons, da inteligência, do trabalho, do mérito?" As respostas recolhidas nada revelavam sobre a verdade objetiva, mas respondiam à pergunta: "Em que grau as diferentes classes sociais têm consciência das leis objetivas segundo as quais se transmite o capital cultural?" Pode-se dizer em geral que a inconsciência dessas leis cresce à medida que se desce na hierarquia social e, no contexto atual, as classes estão particularmente mistificadas pelo sistema escolar. Compreende-se porque a adesão ao mito do dom, a adesão ao mito da ascensão pela escola, da justiça escolar, da equidade da distribuição dos postos em função dos títulos, etc., é muito forte entre as classes populares. Não existe contraproblemática: ela pode existir para alguns intelectuais, mas não tem força social, embora tenha sido retomada por um certo número de partidos, de grupos, etc. As classes populares não têm, então, consciência da verdade dos mecanismos e não podem produzir essa contraproblemática; todo o conjunto das condições sociais impede até mesmo sua difusão. Isto significa, em linhas gerais, que não baste que um partido coloque em seu programa a luta contra a transmissão hereditária do capital cultural: "a verdade científica" está submetida às mesmas leis de difusão que a ideologia. Uma proposição científica do tipo: "O capital cultural é transmitido pela escola e pela família", é como uma bula papal sobre o controle de natalidade que só prega para os convertidos. Isto se difunde segundo determinadas leis; a probabilidade de ser aceito por alguns e recusado por outros pode ser determinada sociologicamente.

Associa-se a idéia de objetividade numa pesquisa de opinião ao fato de colocar a pergunta nos termos mais neutros a fim de dar todas as chances para todas as respostas. Na realidade, pode-se colocar a questão de saber se uma pesquisa de opinião perfeitamente rigorosa não seria aquela que transgrediria mais completamente os imperativos da neutralidade e da objetividade científica, que, em lugar de dizer, por exemplo: "Existem pessoas favoráveis ao controle da natalidade e outras que são desfavoráveis; e você?...", enunciaria uma série de tomadas de posição explícitas de grupos autorizados a constituir as opiniões e difundi-las, de modo que as pessoas pudessem situar-se não em relação a uma pergunta diante da qual deveriam inventar não apenas a resposta, mas também a problemática, mas em relação a problemáticas e respostas já constituídas. Em outras palavras, a pesquisa de opinião estaria mais próxima da realidade se as regras da objetividade fossem completamente transgredidas e se fossem dados às pessoas os meios de situar-se como elas realmente se situam na prática real, isto é, em relação a opiniões já formuladas. Levanto a hipótese de que, num momento determinado, a respeito de um problema como o do ensino, todas as possibilidades estão previstas. Isto significa que uma análise de conteúdo da imprensa, da imprensa sindical, da imprensa política, etc., leva a desenhar uma espécie de mapa das posições previstas. Alguém que propõe uma posição que não está prevista no mapa é visto como eclético ou incoerente. Toda opinião está situada objetivamente em relação a uma série de posições já marcadas. Diz-se comumente "uma tomada de posição"; é preciso tomar a palavra no sentido forte; existem posições que já estão previstas e são *tomadas*. Mas não são tomadas ao acaso. Tomam-se as posições que se está predisposto a tomar em função da posição que se ocupa num determinado campo. Por exemplo, no campo intelectual, num determinado momento, pode-se dizer que a cada indivíduo é atribuída uma determinada probabilidade de tomar esta posição mais do que aquela. Evidentemente, existe uma pequena margem de liberdade, mas existem posições que se propõem com maior ou menor urgência e uma análise rigorosa das ideologias visa a explicar as relações entre a estrutura das tomadas de posição a serem tomadas e a estrutura do campo das posições objetivamente ocupadas.

Chego assim ao problema do valor prenunciativo das pesquisas de opinião. Sabe-se que as pesquisas de opinião, salvo alguns acidentes como o da campanha inglesa, etc., têm um grande poder de previsão quando se trata de consultas eleitorais, mas sabe-se também que as pesquisas de opinião parecem ter fracassado quando se confronta o que

elas diziam com o que aconteceu quando sobreveio uma crise no meio tempo. Em outras palavras, as pesquisas de opinião captam bastante bem a estrutura das opiniões num dado momento, em situação de equilíbrio, mas captam muito mal os estados virtuais da opinião e, mais exatamente, os movimentos da opinião; isto por captarem as opiniões numa situação que não é a real, segundo a qual as opiniões se constituem, e por apreenderem as opiniões e não as disposições duráveis das quais são o produto. Existe, na verdade, uma defasagem considerável entre as opiniões que as pessoas produzem numa situação artificial, como a da pesquisa, e a que elas produzem numa situação mais próxima das situações da vida cotidiana nas quais se confrontam e se confirmam as opiniões, tais como as conversas entre pessoas do mesmo meio, etc. Assim, numa experiência psicológica, faz-se um certo número de pessoas enunciar opinião sobre o comprimento comparado de dois pedaços de ferro iguais. Conchava-se com nove entre dez pessoas para dizerem que os pedaços de ferro não são totalmente iguais. Pergunta-se de novo e a décima começa a dizer que acreditava que eram iguais no início, mas que, de fato, não são totalmente iguais, etc. A situação na qual se constitui a opinião, em particular nas situações de *crise*, é desse tipo; isto significa que as pessoas estão diante de opiniões constituídas, de opiniões sustentadas por grupos, opiniões entre as quais é preciso escolher porque é preciso escolher entre grupos. Este é o princípio do *efeito de politização* que a crise produz: é preciso escolher entre grupos que se definem politicamente e definir cada vez mais tomadas de posição em função de princípios explicitamente políticos. De fato, o que me parece importante é que a pesquisa de opinião trata a opinião pública como uma simples soma de opiniões individuais que seriam recolhidas numa situação que é, no fundo, a da cabine eleitoral, onde o indivíduo vai furtivamente. Esta concepção da opinião pública ignora que as relações entre opiniões são conflitos de força. Tomar posição sobre tal ou qual problema é escolher entre grupos reais e, simultaneamente, o terceiro postulado, ou seja, que todas as opiniões se equivalem, é totalmente desprovido de fundamento.

Uma outra lei se depreende de nossas análises: tem-se mais opiniões sobre um problema quanto mais se está interessado neste problema, isto é, quando se tem interesse nesse problema. Por exemplo, sobre o sistema de ensino, a taxa de respostas está muito intimamente ligada ao grau de proximidade em relação ao sistema de ensino, seja enquanto agente, professor, etc., seja enquanto pai de aluno, ou enquanto ex-aluno, ou enquanto empregador, e a probabilidade de ter uma opinião varia em função da probabilidade de ter poder sobre aquilo a propósito do que se tem uma opinião. A opinião mobilizada é a opinião das pessoas cuja opinião tem peso, como se diz. Se um ministro da Educação agisse em função de uma sondagem de opinião (ou pelo menos a partir de uma leitura superficial da sondagem), ele

não faria o que faz quando age realmente como um homem político, isto é, a partir dos telefonemas que recebe, da visita do diretor da Escola Normal Superior, de tal decano, etc. De fato ele age muito mais em função dessas forças de opinião realmente constituídas, que só afloram à sua percepção na medida que têm força e na medida em que têm força porque estão mobilizadas.

Disposições e opiniões

Tratando-se de prever, por exemplo, o que será a Universidade nos próximos dez anos, penso que *a opinião mobilizada* é o essencial; mas, ao mesmo tempo, um certo tipo de leitura das pesquisas de opinião permite desvendar algo que ainda não existe no estado de opinião e que pode emergir brutalmente na crise. Algo que não existe como opinião, se com isso se compreende um conjunto de proposições que se formulam num discurso com pretensão de coerência. Será que as pessoas que não respondem ou que dizem não ter opinião realmente não têm opinião? Penso que levar a sério as não-respostas é levar a sério o fato de que as disposições de determinadas categorias não podem aceder à qualidade de opinião, isto é, de discurso constituído com pretensões a ser coerente, compreendido, impor-se, etc. Em situações de crise, nas quais as opiniões constituídas se manifestarão, as pessoas que não tinham nenhuma opinião não escolherão ao acaso: se o problema estiver politicamente constituído para elas (problema de salário, de ritmo de trabalho para os operários), elas escolherão em termos de competência política; se se tratar de um problema que não está constituído politicamente para elas (repressão nas relações no interior da empresa) ou se estiver em vias de constituição, elas escolherão em nome de um princípio chamado de instinto de classe, mas que nada tem a ver com um instinto: é um sistema de disposições profundamente inconsciente que é o princípio de uma multidão de escolhas em domínios extremamente diferentes, desde a estética até as escolhas econômicas cotidianas. A pesquisa de opinião tradicional produz este efeito excêntrico que consiste em destruir ao mesmo tempo o estudo dos grupos de pressão em matéria de opinião e, por outro lado, o estudo das disposições virtuais que podem não se exprimir sob forma de discurso explícito. Por isso a pesquisa de opinião, tal como é utilizada atualmente, é incapaz de gerar a menor previsão razoável sobre o que ocorreria em situação de crise.

Suponhamos um problema como o do sistema de ensino. Pode-se perguntar: "O que você pensa da política de Edgar Faure?" É uma pergunta bem próxima de uma pesquisa eleitoral, no sentido de que à noite todos os gatos são pardos: todo mundo está de acordo, *grosso modo*, sem saber sobre o quê; sabe-se o que significava o voto por unanimidade da Lei Faure na Assembléia Nacional. Pergunta-se em seguida: "Você é favorável à introdução da política nos colégios?" Observa-se aí uma clivagem muito nítida; mas, apesar de tudo, no interior das classes superiores é mais complicado; as frações intelectuais dessas classes são antes favoráveis, embora com reservas mentais. Seja em seguida feita uma questão do tipo: "Os professores podem fazer greve?", e as respostas se clivam de maneira brutal. No caso das classes populares existe uma espécie de transferência da competência política específica e sabe-se o que responder. Podem-se ainda perguntar: "É necessário transformar os programas? Você é favorável ao controle contínuo? Você é favorável à introdução dos pais dos alunos nos conselhos de professores? Você é favorável à supressão da *agrégation* (curso superior para professores)? etc." Sob a pergunta "você é favorável a Edgar Faure?" existiam todas essas perguntas e as pessoas tomaram posição de uma só vez sobre o que um bom questionário só poderia apreender empregando pelo menos sessenta perguntas a propósito das quais observaria variações em todos os sentidos. Num caso, as opiniões estariam positivamente ligadas à posição na hierarquia social, no outro, negativamente, e, em outros casos, um pouco, ou melhor, até um certo ponto, ou mesmo que não estariam de modo algum. Portanto, quando se faz uma pergunta como: "Você é favorável a Edgar Faure?", acumulam-se fenômenos ligados de maneiras muito diferentes à classe social. Coisa interessante: os especialistas em sociologia política observam que a relação habitualmente observada, em quase todos os domínios da prática social, entre a classe social e as práticas e as opiniões, etc., é muito fraca quando se trata de fenômenos eleitorais, a tal ponto que alguns não hesitam em concluir que não existe nenhuma relação entre a classe social e o fato de votar na direita ou na esquerda.

Na realidade, se vocês têm presente o que acabo de dizer, ou seja, que uma consulta eleitoral coloca numa só pergunta sincrética o que só poderia ser captado razoavelmente em duzentas perguntas; se vocês têm presente que uns medem em centímetros, outros em quilômetros, e tantas outras dificuldades, vocês concluirão que a ação do voto está condenada ao acaso e que talvez seja preciso colocar ao contrário a questão tradicional da relação entre o voto e a classe social: como se dá que, apesar de tudo, exista uma relação, mesmo que fraca? Como se dá

que não se tenha simplesmente uma curva de Gauss? Existe uma elasticidade muito grande das opiniões eleitorais: a opinião que se exprime num voto é definida essencialmente de modo negativo; existem barreiras, isto é, pontos além dos quais não se pode ir, mas, nos limites assim definidos, as vozes passeiam. Tanto mais que a estratégia das campanhas eleitorais consiste em colocar mal as questões e em jogar ao máximo com a dissimulação das clivagens para ganhar os votos flutuantes. Tudo isso leva também a se perguntar qual a função do sistema eleitoral e qual a função da pesquisa da opinião que tem as mesmas propriedades que o sistema eleitoral. Para dizer as coisas de modo bem grosseiro, penso que o sistema eleitoral é um instrumento que por sua própria lógica tende a atenuar os conflitos e as clivagens e que, por isso, tende naturalmente a favorecer a conservação. Pode-se perguntar o que se faz quando se aceita servir-se deste instrumento. Pode-se tirar a conclusão, por exemplo, de que não se sabia que era, assim que é preciso continuar a servir-se dele, etc. Um partido revolucionário que quer aumentar sua força no contexto das relações de forças pode, a partir desta análise, assumir como estratégia principal fornecer contraproblemáticas, utilizar sistematicamente o procedimento empregado espontaneamente há gerações, isto é, a contra-estratégia "*bonnet blanc, blanc bonnet*" ("tanto faz como fez") como recusa da problemática. O problema, para um partido que definiu seus objetivos, não é o de fornecer respostas, mas sim fornecer às pessoas os meios de serem os produtores, não de suas respostas, mas de suas questões e de serem, ao mesmo tempo, os produtores de instrumentos de defesa contra as questões que lhes são impostas pelo simples fato de não terem outras.

Numa outra perspectiva, poder-se-á concluir que, do mesmo modo que para estimular as pessoas a irem ao museu é preciso ensinar-lhes um certo número de coisas na escola, assim também, se se quer que o jogo eleitoral seja menos absurdo, é preciso que a defasagem entre os postulados implícitos do sistema eleitoral e a realidade seja tão pequena quanto possível; em outras palavras, será preciso, por exemplo, que as pessoas tenham os meios de produção das opiniões; será preciso, então, dar-lhes o meio de apropriar-se deles. Isto quer dizer que desde a escola primária será preciso dar uma verdadeira educação política.

Pode-se dizer também: Eu não quero participar do jogo eleitoral porque, no estado atual da estrutura da sociedade, no estado atual da distribuição do capital cultural, o que eu disse há pouco ser um dos fatores que definem a aptidão de produzir opiniões, etc., é completamente ilusório que se possa chegar a uma igualdade diante das urnas. Pode-se concluir daí que só as minorias atuantes são capazes de mobilizar a opinião. Pode-se tirar daí todas essas conclusões, muito diferentes sem serem exclusivas. O que é certo é que, estudando o funcionamento da sondagem de opinião, pode-se ter uma idéia da maneira

pela qual funciona esse tipo particular de pesquisa que é a pesquisa eleitoral e do efeito que ela produz.

*

* *

Em suma, eu quis dizer que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência. Disse que havia, por um lado, opiniões mobilizadas, opiniões constituídas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses; e, por outro lado, disposições, isto é, a opinião no estado implícito, que, por definição, não é opinião se com isso se compreende algo que pode ser formulado em discurso com uma certa pretensão à coerência. A definição de opinião que levei em conta é a definição que se realiza em estado implícito nas pesquisas de opinião. Não é minha opinião sobre a opinião. É simplesmente a explicação da definição de opinião que as pessoas que produzem sondagens de opinião realizam pedindo às pessoas para formularem opiniões ou para tomarem posição sobre opiniões formuladas. Digo simplesmente que a opinião, no sentido da definição social implicitamente admitida pelos que fazem sondagens de opinião ou pelos que utilizam os resultados das sondagens de opinião, não existe.

(Extraído de *Les Temp Modernes*, nº 318, jan. 1973, p. 1292-1304.)
Trad. de RUTH JOFFILY DIAS.

Texto 2

Os Doxósofos

Pierre Bourdieu

“Algumas pessoas, falando dos negócios do Estado, dizem que são coisas muito complicadas e que é necessário ser um especialista para compreendê-los. E você? Concorde totalmente, tende a discordar ou discorda totalmente dessa maneira de pensar? Concorde totalmente: 37%; tende a concordar: 35%; tende a discordar: 16%; discorda totalmente: 10%; sem resposta: 2%.” Este curto texto¹ não traz nenhuma das marcas distintivas dos *objetos de reflexão*, socialmente reconhecidos como dignos de entrar no jogo de espelhos que refletem indefinidamente objetos já refletidos, que toda tradição letrada evoca. Entretanto, não deveria escapar aos aficionados da erística que as implicações da pergunta só aparecem completamente quando são destacadas todas as implicações de uma resposta que supõe a ignorância dessas implicações: obter uma resposta quase universal (98%) para uma pergunta sobre a universalidade da competência política é estabelecer que não existe ninguém que seja politicamente incompetente a ponto de se declarar incompetente para responder uma pergunta sobre sua competência ou incompetência, para julgar da competência ou da incompetência política. Mas não é tudo: pode-se perguntar se os que se declaram totalmente incompetentes para responderem a qualquer pergunta política que não seja a pergunta (política?) sobre sua competência ou incompetência política (72%) possuem a competência necessária para apreenderem a implicação de sua confissão de incompetência. De duas uma: ou eles estão certos e qualquer interrogação política, inclusive as sondagens de opinião, não tem objeto por falta de respostas e de pessoas que respondam, ou eles estão errados e os espe-

(1) Extraído de uma pesquisa da SOFRES realizada com a colaboração do Instituto de Estudos Políticos.

cialistas que produzem a resposta deles, ao produzirem a pergunta que a produz, deveriam interrogar-se sobre a natureza e a função de uma competência política, lógica e político-lógica que lhes dá o poder de produzirem uma interrogação bem destinada a obrigar aqueles que interrogam a renegarem uma competência que possuem e a ela renunciarem em proveito deles. Assim, ao pedirem expressamente uma confissão de incompetência, que suas perguntas comuns infalivelmente obtêm, sob a forma do silêncio ou do discurso extorquido, os especialistas da “ciência política” revelam, por uma inversão tipicamente socrática, sua ignorância do princípio da eficácia dessas perguntas, a saber: a inconsciência feliz da incompetência científica politicamente competente que faz com que o doxósofo, como teria dito Platão, especialista da *doxa*, opinião e aparência, sábio aparente e sábio da aparência, esteja fadado a dar aparências de ciência a um terreno em que as aparências sempre são a favor da aparência.

Toda a “ciência política” sempre consistiu numa certa arte de devolver à classe dirigente e a seu pessoal político sua ciência espontânea da política, ornada com a fachada de ciência. As referências aos autores canônicos, Montesquieu, Pareto ou Tocqueville, o uso quase jurídico da história mais imediata, a que a leitura menos extracotidiana dos cotidianos ensina e que só serve para pensar o acontecimento na lógica do precedente; a neutralidade ostentatória do tom, do estilo e do propósito, a pseudotecnidade do vocabulário são alguns dos sinais destinados a elevar a política à ordem dos objetos de conversação decentes e a sugerir o distanciamento simultaneamente universitário e mundano do comentador esclarecido, ou a manifestar, numa espécie de *máscara da objetividade*, o esforço do observador imparcial para se manter a igual distância de todos os extremos e de todos os extremismos, tão indecentes quanto insensatos.²

(2) Os “face a face” televisionados constituem o ideal acabado da representação oficial do combate político como jogo regulado: tudo é feito para manifestar a *simetria* entre as duas partes, a organização do espaço, a ritualização da troca (exposição dos resultados da sondagem de opinião, apresentação dos adversários, sorteio, projeção do filme, perguntas sobre o filme, etc.), a ostentação da equidade (sorteio, identidade das perguntas colocadas, igualdade dos tempos concedidos, etc.). Principal responsável por essa exibição da objetividade politicológica, o “animador” (ex-aluno de “*Sciences Po*”, mestre de conferências em “*Sciences Po*”, cronista de “ciências políticas” no jornal *Le Monde*, jornalista político de diferentes cotidianos e responsável pelas sondagens políticas no Instituto Francês de Opinião Pública) deve manifestar de todas as maneiras — mesmo que seja pela impaciência que opõe às provocações de seus “convidados” — sua vontade de fazer com que se respeitem as regras da cortesia política e, sobretudo, sua preocupação obsessiva com a neutralidade (“Sr. Chirac, visto que até agora foi o senhor quem começou, na segunda parte será o Sr. Marchais que começará para que a balança fique equilibrada”. “Notifico a *ambos* que já gastamos a metade do tempo e, como *ambos* têm um certo número de coisas a dizer...”).

A “ciência política”, tal como foi e é ensinada no Instituto de Estudos Políticos, não deveria ter sobrevivido ao aparecimento das modernas técnicas de investigação sociológica. Mas seria menosprezar a influência da subordinação ao comando que, combinada com a submissão positivista ao dado tal qual se dá, viria a excluir todas as questões e todos os questionamentos contrários à decência política, reduzindo a um puro registro antecipado de votos, de intenções de votos ou de explicações de votos uma ciência da opinião pública deste modo perfeitamente conforme à opinião pública da ciência.

De todas as colocações em questão da “ciência política”, a mais decisiva é a que essas próprias perguntas suscitam e que tem todas as possibilidades de passar despercebida, pois assume a forma da ausência de resposta.³ Com efeito, a parcela das pessoas interrogadas que se omitem em responder, porque se acreditam incompetentes ou indiferentes, aumenta — e com mais e mais intensidade à medida que se desce na hierarquia das condições sociais e dos níveis escolares — quando se vai das perguntas formuladas de tal maneira que os menos competentes (no sentido mais completo do termo, isto é, os mais desprovidos de saber e de poder políticos, portanto, de discursos político) possam se reconhecer nelas com seus interesses cotidianos — que freqüentemente eles não apreendem como políticos — às perguntas formuladas na linguagem *oficial* da política, que formam os belos temas do concurso da ENA, os grandes cursos de “*Sciences Po*”, os títulos dos “artigos de fundo” de *Le Monde* e de *Le Figaro* e as categorias do entendimento político dos produtores e consumidores comuns dessas diferentes espécies de discursos. Esta circulação perfeitamente circular dos esquemas e dos temas do discurso político legítimo, discurso dominante que se dissimula enquanto tal, e o sentimento de evidência imediata, observado todas as vezes que as estruturas objetivas coincidem perfeitamente com as estruturas interiorizadas, contribuem a proteger o discurso “político”⁴ e a definição implícita da política como discurso contra a interrogação, predispondo à adesão imediata a um mundo social apreendido como mundo natural que define a “atitude natural” ou, se preferirem, a *doxa*, e que ronda subterraneamente as opiniões políticas as mais *paradoxais*.

É essa definição da política como discurso (e de uma espécie particular) que se encontra contida na intenção, constitutiva da pes-

(3) A existência de não-respostas, cuja freqüência não se distribui ao acaso segundo as perguntas colocadas e segundo as categorias de indivíduos interrogados, passa totalmente despercebida, a menos que seja apreendida, à maneira eleitoral, como “apatia” da qual a ciência deve encontrar o princípio e o remédio nas propriedades particulares dos “apáticos”.

(4) Colocaremos a palavra político entre aspas todas as vezes que for empregada de acordo com sua definição dominante, isto é, politicológico.

quisa de opinião, de fazer enunciar opiniões e de obter juízos sobre opiniões já enunciadas e que, nunca estando explicitamente formulada, por parecer óbvia, exclui, de fato, aqueles que não detêm os meios de utilização dessa espécie de linguagem, isto é, mais precisamente, de manter com a linguagem e com o que ela exprime a relação quase teórica que é a condição da produção e da recepção de discursos de “interesse geral” sobre as questões de “interesse geral”.⁵ Ao identificar a neutralidade epistemológica de uma interrogação com a neutralidade ética de sua formulação, esquece-se que perguntas que, no melhor dos casos, nada mais exigem aparentemente do que um “sim” ou um “não”, dirigem-se, de fato, por um privilégio tácito, a indivíduos e a grupos definidos menos por uma categoria particular de opinião política do que pela aptidão a responder “politicamente” a uma pergunta “política”: a interrogação politicológica requer um entrevistado apto não apenas a decifrar e a manipular os termos “especiais” da linguagem política, mas a situar-se ao nível de quase abstração no qual, comumente, se situa o discurso político, tanto pela sintaxe de seus enunciados quanto pelas referências implícitas que contém; apto, mais precisamente, a *reconhecer*, no duplo sentido, a pergunta “política”, a identificá-la como tal e a sentir-se na obrigação de respondê-la e respondê-la “politicamente”, isto é, conforme às normas de *polidez política*, com palavras — e não golpes, por exemplo — e com palavras politicamente polidas — e não com palavrões políticos, com essas palavras politicamente grosseiras, que são admissíveis, a rigor, nos comícios e nas reuniões públicas, mas estão excluídas, sob pena de vulgaridade, de todos esses lugares neutros que os Institutos de ciências políticas ensinam a freqüentar.

Toda pergunta contém a exigência implícita de que aquele que responde saiba o que lhe é exigido. Quando o interrogador e o interrogado não conferem necessariamente a mesma significação e a mesma função à pergunta, a interpretação da resposta não tem a menor possibilidade de ser adequada enquanto não forem explicitadas a exigência inerente à pergunta e a representação que o interrogado faz da pergunta e da resposta que ela merece. No caso particular, esta exigência tácita é uma exigência do discurso, de explicitação, que exclui a

(5) Seja a definição dada pelo animador do programa “Face-a-Face” ao debate político que corresponde a seus desejos: “Não é mais necessário absolutamente dizer que é um debate político. Acredito que, se os senhores estiverem de acordo, vou começar por pedir a *ambos*, e em primeiro lugar ao Sr. Habib Deloncle, pois cabe a ele começar, para definirem *suas posições gerais*, suas *interpretações gerais* sobre o problema e, em seguida, os senhores apresentarão *exemplos* escolhidos em dois domínios: em primeiro lugar, a educação *no sentido amplo* e, em seguida, a informação igualmente *no sentido amplo* e, depois, naturalmente, os senhores poderão concluir”.

possibilidade de uma resposta prática. A pergunta politicológica exige, implicitamente, ser tratada como um objeto autônomo, mais ou menos como se faria com um teste lógico ou com um tema de dissertação, e que se lhe conceda a seriedade lúdica que só compete aos exercícios escolares ou aos jogos de salão e que se aceite jogar seriamente o jogo do sério, isto é, levar bem a sério uma situação evidentemente irreal e imaginária (se você tivesse um milhão...) para falar sobre ela *in abstracto*, isto é, de certo modo sobre o *nada*. Esta arte da finalidade sem fim, do falar para não dizer nada, do falar para não ficar calado, não é desconhecida das classes populares; mas é adquirida e empregada em situações em que conserva uma função social de primeira importância, ou seja, a de afirmar e reafirmar a existência e a unidade do grupo na e pela comunicação. É, ao contrário, nas situações neutras e neutralizantes do universo escolar que os membros das classes privilegiadas adquirem a disposição dissertativa que permite falar sem nenhuma referência direta a qualquer situação prática, de falar, *apesar de tudo*, mesmo quando a linguagem é despojada de todas as funções que desempenha em seus usos práticos. Assim, como observa Pierre Greco, a pergunta: “os amigos dos seus amigos são seus amigos?”, acarreta respostas que, mesmo sendo idênticas, podem diferir radicalmente em seu princípio, conforme sejam o produto de um simples cálculo lógico fundado apenas na reescrita sintática do próprio enunciado ou o produto da referência mental ao universo concreto dos amigos; assim, também, a resposta às perguntas mais tipicamente politicológicas — reconhecidas, entre outros indícios, por seu comprimento, sua complexidade sintática, abstração dos termos empregados — pode, no final das contas, exprimir apenas o resultado de uma análise da sintaxe do enunciado da pergunta que, à maneira de um tema de dissertação, constitui o suporte da reflexão que leva à resposta, fora de qualquer referência à situação prática. Mas, como se vê claramente no caso extremo em que é perguntado se existe uma relação entre o conflito do Oriente Médio e o conflito do Vietnã, toda pergunta propriamente politicológica exige que as tomadas de posição particulares sejam derivadas a partir de um pequeno número de princípios “políticos” explicitamente formulados, os únicos capazes de fundar as “opções” coerentes e racionais do cidadão médio que ignora as paixões e as pulsões impensadas e impossíveis do interesse incoseqüente ou da incompetência irresponsável. Assim, a interrogação politicológica mede não a opinião política, mas a aptidão para produzir o que se entende por opinião política. Isto é, mais precisamente, a aptidão para identificar o “político” enquanto tal (ou mesmo, em certos casos, para construí-lo ou para “des-construí-lo”) e para adotar, para com a experiência e a linguagem, a relação neutralizante que é a condição *sine qua non* da aquisição e da utilização apropriada da cultura “política” como competência específica, ela própria condição da produção de um discurso

propriamente “político” ao mesmo tempo que da recepção de tal discurso.⁶ Nada há de espantoso que esta disposição, que é apenas a especificação de uma disposição mais geral, seja o produto de um tipo particular de condições sociais, aquelas mesmas que são a condição para o acesso aos outros aspectos da cultura dominante. Disso se segue que a ocultação das “não-respostas” (pela apresentação das porcentagens recalculadas) produz, por si mesma, um efeito político: uma classe (ou uma fração de classe) é, na verdade, caracterizada, em primeiro lugar, pela *probabilidade que lhe é atribuída de ter uma “opinião política” sobre um problema “político”* (e que pode, para certas categorias e certas perguntas, ser inferior a 40%), a probabilidade de ter uma ou outra das opiniões previstas pelo questionário sendo sempre apenas uma *probabilidade condicional* desprovida de qualquer significação quando deixa de ser tratada como tal. A probabilidade de ter uma opinião se encontra, além disso, sistematicamente sobreestimada: com efeito, ao se propor, como se faz, freqüentemente, para facilitar a coleta e a análise das informações, uma escolha entre muitos enunciados, portanto, pedindo para que se tome posição sobre o *já enunciado* e fazendo desaparecer assim o *trabalho de enunciação*, pressupõe-se, tacitamente, que o entrevistado seria capaz de produzir (ou mesmo de reproduzir) a proposição que constitui o enunciado da pergunta, enquanto que o simples *sim* (ou mesmo o *não*) que ele pode sempre produzir só pode ser considerado um indício dessa aptidão numa fração muito pequena dos casos. Faz-se desaparecer, assim, por uma petição de princípio inconsciente, a possibilidade de recolher a informação que comanda a significação suscetível de ser atribuída a todas as informações diretamente recolhidas.

Além disso, o logocentrismo — forma que o etnocentrismo de classe assume logicamente entre os intelectuais — leva a apreender e a enumerar como opiniões políticas produzidas segundo um modo de produção propriamente “político” os produtos simbólicos de um outro modo de produção. Na verdade, toda interrogação científica, inclusive

(6) Num sentido mais restrito — o mais comumente retido —, a competência política pode ser definida como a aptidão para ordenar um campo político homogêneo pela aplicação de um sistema de classificação (e de um sistema de discurso em torno dessas classificações) permitindo memorizar e reproduzir as denominações dos grupos políticos (inclusive sob a forma cifrada da sigla) e os nomes dos homens políticos, de reunir uns e outros em classes qualificadas abstratamente e situadas num espaço político que elas recobrem totalmente. Se tal competência é formalmente idêntica à competência artística (com a exceção de que ela pode existir em estado prático sem estar acompanhada por uma mestria erudita, o que quase nunca é o caso no domínio estético, visto que o domínio prático, que supõe a familiaridade com as obras de arte, é o monopólio das classes que têm também o monopólio do acesso à cultura erudita), nem por isso a rentabilidade escolar da competência política (que está excluída da definição propriamente escolar da cultura) é muito inferior à da competência artística.

a pesquisa etnológica, embora radicalmente oposta em seus métodos à pesquisa de opinião, arrisca-se a exercer um efeito de transmutação lógica e política pelo simples fato de levar o implícito ao estado explícito sem o saber e sem saber tudo o que está implicado nesta operação. Pelo fato de sempre se ater às opiniões consideradas em seu valor aparente, omitindo interrogar-se sobre os diferentes modos de produção dos quais elas podem ser o produto, isto é, sobre os diferentes princípios geradores de discursos ou de práticas indistintamente tratados como políticos, a interrogação politicológica responsabiliza o interrogado pela operação de *constituição*, isto é, de tomar consciência e de tomar a palavra que, em mais de um caso, deve-se à interrogação. Conseqüentemente, ela trata como opinião constituída segundo os princípios específicos da disposição propriamente "política" as respostas que podem ser o produto da realização dos esquemas não específicos do *ethos* de classe, embora sejam produzidas em resposta a perguntas "políticas".⁷ Em suma, por nunca romper com o nível fenomênico do *opus operatum*, isto é, da opinião formulada considerada em seu valor aparente, para construir o *modus operandi*, a "ciência política" está condenada a ignorar que o conjunto dos enunciados-tratados-como-opiniões que os membros de uma sociedade dividida em classes produzem a respeito de um conjunto de problemas resulta sempre de um tipo de combinação determinado entre *dois princípios de produção*, dotados de pesos diferentes segundo a modalidade da interrogação e segundo a posição dos produtores na estrutura social. Ela só pode, então, ignorar todos os efeitos "teóricos" e políticos (análogos aos da consulta eleitoral) produzidos pelo registro e pela análise, homogêneos e homogeneizantes fundados na ignorância desta dualidade.

A mestria simbólica da experiência, que se exprime no discurso socialmente reconhecido como "político" e que supõe a colocação entre parênteses de qualquer referência direta e exclusiva à situação em sua singularidade, opõe-se diametralmente à mestria prática que pode orientar a prática cotidiana em tudo o que ela tem de político sem

(7) Basta considerar um domínio como o do ensino, que se estende desde os problemas explicitamente constituídos como políticos para o conjunto das classes sociais, como o da reforma universitária ou o da introdução da política na universidade, até problemas que só são percebidos e pensados como políticos por uma minoria de vanguarda (como a escolha dos métodos pedagógicos ou a educação sexual), com todos os estádios intermediários, para ver colocar-se de maneira insistente, através das variações da taxa de não-respostas segundo o assunto abordado e a classe social, o problema dos diferentes modos de produção das opiniões políticas. É assim que as perguntas relativas à educação permanecem, freqüentemente, sem resposta quando dizem respeito às funções mais gerais do sistema de ensino ou a suas relações com as instâncias políticas, enquanto suscitam respostas muito freqüentes quando concernem ao que se poderia chamar a moral pedagógica do dia-a-dia.

nunca aceder à explicitação, à verbalização e, menos ainda, à conceitualização. Tudo opõe, por conseguinte, a *coerência intencional* das práticas e dos discursos engendrados a partir de um princípio explícito e explicitamente “político”, isto é, a partir de um corpo de normas e de saberes propriamente políticos, explícita e expressamente sistematizados por especialistas, à *sistematicidade objetiva* das práticas produzidas a partir de um princípio implícito, portanto aquém do discurso “político”, isto é, a partir de esquemas de pensamento e de ação objetivamente sistemáticos, adquiridos por simples familiarização, fora de toda inculcação explícita e realizados de modo pré-reflexivo. Sem estarem mecanicamente vinculadas à situação de classe, essas duas formas de *disposição política* estão estreitamente ligadas a ela principalmente por intermédio das condições materiais de existência, cujas urgências vitais se impõem com um rigor desigual, portanto desigualmente propício a “neutralizar” simbolicamente, e da formação escolar capaz de fornecer os instrumentos de mestria simbólica da prática, isto é, da verbalização e da conceitualização da *experiência política*, esta mestria prática é adquirida através de uma existência objetivamente estruturada pelas relações objetivas constitutivas da estrutura das relações de classe. A inclinação populista a atribuir às classes populares uma “política” (como, em outro lugar, uma “estética”) espontaneamente e como que naturalmente dotada das propriedades inclusas na definição dominante da política ignora que a mestria prática que se exprime em escolhas cotidianas (suscetíveis ou não de serem constituídas como políticas por referência à definição dominante da política) encontra seu fundamento não nos princípios explícitos de uma consciência continuamente vigilante e universalmente competente, mas nos esquemas de pensamento e de ação implícitos do *habitus* de classe. Ou seja, usando as fórmulas simplificadoras ou simplistas da discussão política, no inconsciente das classes mais do que na consciência de classe. O *habitus* de classe não é o instinto do herbívoro que alguns pretendem ver nele. E se é freqüente que os membros das classes populares pronunciem um discurso em contradição com ele mesmo, com o sentido de sua prática e com sua condição objetiva, é porque, por não disporem dos meios de produção de seu discurso, eles falam de política sem terem discurso político, ou apenas um discurso emprestado e desajeitado, estando então à mercê dos porta-vozes políticos que arranjam ou que lhes são impostos — como, em outros domínios, de seus advogados ou de seus médicos.

A ausência, no domínio da estética, de instâncias que se atribuam a missão de colocar no nível manifesto os princípios implícitos da prática das classes populares basta para impedir-se de levar muito longe a identificação dos dois domínios. Todavia, tanto no domínio político como no domínio estético, as práticas e mesmo os julgamentos podem se organizar de maneira sistemática sem que nunca sejam

explicitamente formulados os princípios de sua produção, excetuando, talvez, o princípio de conformidade que, tomando de empréstimo a linguagem da ética, mais do que a da política, tende a proibir a identificação sem reservas de indivíduos ou grupos cujos discursos ou práticas contradigam muito abertamente as expectativas inconscientes do *ethos* de classe:⁸ se é assim, é porque os princípios das estratégias que orientam as relações cotidianas entre os membros de classes diferentes e, em particular, a orientação dos marcadores sociais das posições de classe, tais como os sotaques ou os estilos de vestimentas e a *hexis* corporal, têm mais possibilidades de aceder, parcialmente pelo menos, à explicitação — na linguagem da ética ou da psicologia espontânea, mais do que na linguagem da política —, no momento das trocas entre os membros do *in group* que precedem e preparam ou sucedem e exploram os ensinamentos fornecidos pelos contatos com o *out group*. Sem sucumbir ao gosto das analogias duvidosas com a relação de incerteza, pode-se supor que a relação entre entrevistador e entrevistado, enquanto se estabelece entre membros de classes diferentes, não pode deixar de afetar a natureza e a modalidade das informações recolhidas por toda investigação concernente às relações entre as classes, que é o caso, saiba-se ou não, queira-se ou não, de toda investigação de sociologia política. Não se entra numa discussão política com qualquer um e a semiologia espontânea como mestria prática da simbólica das posições de classe (da qual se postula espontaneamente que está ligada às tomadas de posição políticas) tem por função tornar possível uma evitação metódica de todos os temas “quentes”, isto é, em primeiro lugar, os temas políticos, e de estabelecer o consenso provisório que, nos contatos fortuitos da vida cotidiana, só pode se instaurar graças aos lugares-comuns e em troca de uma vigilância contínua. Está estabelecido empiricamente que as discussões políticas se instauram mais frequentemente entre pessoas de opiniões idênticas: essa constatação coloca a questão dos meios pelos quais se estabelece a seleção dos

(8) Único princípio explícito ou quase explícito das práticas e dos julgamentos “estéticos” das classes populares, o *princípio de conformidade* impõe gostos “simples” (por oposição a gestos maneirados, pretensiosos) às pessoas “simples” (à “gente como a gente”); censurando ou recusando como impensáveis as aspirações estéticas incompatíveis com a representação interiorizada do estado de coisas estabelecido (“não é para nós” e “isto não se faz” — subentendido, “para pessoas como nós”), ele contribui para produzir (na medida pelo menos em que as encoraja e as legitima) escolhas estéticas ao mesmo tempo diretamente dedutíveis das condições objetivas (pois asseguram uma economia de dinheiro, de tempo e de esforço) e perfeitamente conformes à norma que proíbe de se destacar da norma do grupo, isto é, “como se deve” (por exemplo, quando se exige de um corte de cabelo que ele seja ou pareça “limpo”). (Sobre os princípios implícitos das práticas e dos julgamentos estéticos das classes populares, ver P. Bourdieu *et al.*, *Un Art Moyen, Essai sur les Usages Sociaux de la Photographie*, Paris, Ed. de Minuit, 1970, p. 116-32.)

interlocutores possíveis. Não há dúvida de que a semiologia espontânea, ao permitir indicar aqueles com quem "se pode falar de política", portanto, evitar os conflitos abertos, é mais indispensável quanto mais fraca for a informação prévia (como nos encontros entre desconhecidos) e que o preço da confissão despropositada é maior.⁹ A todos os obstáculos imediatamente visíveis na conversação "neutra" entre membros de classes diferentes acrescenta-se a heterogeneidade mais ou menos total dos tropos e dos tópicos utilizados nas circunstâncias em que "é preciso dizer alguma coisa" (sendo o imperativo da comunicação, aliás, muito desigual segundo as classes e, sem dúvida, muito mais intenso nas classes populares). A pesquisa de opinião cria uma situação na qual *um fulano qualquer* vem colocar questões políticas, sem mesmo pensar em invocar a caução de um terceiro, conhecido e familiar, que preenchesse a função atribuída a um sistema de marcadores positivos nas interações entre membros da mesma classe ou de uma relação muito estreita e muito antiga, fundada na vizinhança ou no parentesco, entre membros de classes diferentes.¹⁰

Conhecendo apenas o imperativo eleitoral da igualdade formal diante do questionário, que se conjuga com o imperativo técnico da normalização dos instrumentos de coleta, condição para a comparabilidade formal do material recolhido e, sobretudo, para a automatização material e mental da análise, a "ciência política" pode apenas anexar à ordem do discurso político os produtos dos princípios implícitos do *habitus* de classe. Por isso, o efeito político de transmutação do implícito em explícito que a pesquisa de opinião produz, com toda inocência metodológica e política, exerce-se mais fortemente quanto mais os produtores de respostas forem mais completamente desprovi-

(9) Pode-se, nessa lógica, supor que a interdependência extrema que une os membros da comunidade aldeã tradicional é um dos princípios, paradoxalmente, da ausência de discussão política, portanto de mobilização política, na classe camponesa: a política está quase conscientemente excluída por ser percebida como capaz de destruir a unidade vital de um grupo econômica e socialmente heterogêneo e, no entanto, fortemente integrado pela unidade de residência.

(10) Todas as vezes que, indo contra preceitos ingenuamente *objetivistas*, que levam a ver no distanciamento entre o entrevistador e o entrevistado uma garantia de objetividade (assim, a distância nunca sendo percebida a não ser sob a forma geográfica, muitos institutos de sondagem proibem seus entrevistadores de interrogarem as pessoas de sua localidade), instaura-se a interrogação com interlocutores com quem ela poderia ter se estabelecido de maneira mais ou menos "natural", quer diretamente, quer pela mediação de uma garantia pessoal ou institucional, as pessoas interrogadas observam espontaneamente que nunca teriam falado a mesma linguagem na relação formal com um entrevistador anônimo (e, de fato, a "ciência política" observou há muito tempo que as opiniões extremas estão sempre sub-representadas nas opiniões recolhidas). Mesmo supondo-se que a relação tenha podido ser estabelecida, sabe-se que as recusas de responder são particularmente numerosas nas pesquisas políticas (não são os responsáveis pela "correção" das amostras nos institutos de sondagem que nos desmentirão).

dos dos instrumentos necessários para apreender como “políticas” as perguntas colocadas e para lhes dar uma resposta, e uma resposta “política” (isto é, na medida que se desce na hierarquia social), e mais longe de satisfazer as condições de produção de um corpo de opiniões coerentes e homogêneas porque engendradas a partir de um princípio explicitamente constituído. Graças a este efeito de homogeneização do heterogêneo, a “ciência política” pode produzir à vontade, isto é, a pedido, a aparência da coerência ou da incoerência: seja por trazer à luz as contradições entre os valores de classe e as opiniões logicamente deriváveis dos princípios políticos explicitamente declarados, opondo, por exemplo, as disposições “autoritárias” das classes populares a suas opiniões revolucionárias, seja porque, ao contrário, por ver a verdade de suas opiniões políticas declaradas ou delegadas no “autoritarismo” de suas práticas pedagógicas.

Assim, Lipset só rompe com a irrealidade da “ciência política” tradicional, que só conhece e só pode conhecer a universalidade vazia do *homo politicus*, para tomar de empréstimo à psicologia da aprendizagem e sobretudo à sociologia da transmissão cultural os elementos de uma descrição das classes populares, com a segunda intenção de encontrar no “autoritarismo” dessas classes (conceito ausente em todos os autores citados) o princípio de suas escolhas políticas, traindo assim, por querer provar demais, os efeitos e os pressupostos ocultos da pesquisa de opinião: armado com uma espécie de hegelianismo do pobre, que o leva a postular implicitamente a unidade das condutas “não políticas” e das condutas “políticas”, ele opera abertamente a redução à ordem do “político” que a “ciência política” opera de modo mais discreto, porque mais inconsciente, com seus questionários e suas problemáticas homogêneas e homogeneizantes estritamente encantoados na ordem “política”.¹¹ Medidas pela bitola de regras tácitas, colocadas como evidentes, apesar de nada mais serem do que a universalização dos interesses das classes superiores, as práticas e as ideologias das classes populares encontram-se relegadas para o lado da *natureza*, pois acumulam todos os traços antitéticos segundo a cultura política tal como é adquirida em “*Sciences Po*” ou em Harvard. Pro-

(11) Ainda aqui, o etnocentrismo, que leva a assumir como óbvia a definição dominante da política, e o positivismo metodológico se conjugam para excluir a possibilidade de apreender também a competência política no estado prático — o que suporia o recurso a técnicas tais como a história da vida política ou a observação em situações “normais” ou em períodos de crise política —, que esse substituto da competência política erudita que é a competência mínima necessária para operar (de acordo com as regras do jogo político em vigor) a delegação das escolhas políticas — o que suporia a utilização de um questionário que, situando-se explicitamente no nível político, reproduzisse o campo completo das tomadas de posição políticas reportando-as cada vez às instâncias encarregadas de produzi-las e de legitimá-las (partidos, igrejas, etc.).

duto sincrético do amálgama das propriedades tomadas de empréstimo, especialmente para este propósito — este bom propósito —, tais como: ao subproletariado, a impaciência milenarista, ao proletariado, o rigorismo jacobino; à pequena burguesia, o ressentimento repressivo que, em determinadas conjunturas, pode servir de base a regimes fascistas, as classes populares, segundo Lipset, são naturalmente autoritárias. É por terem o autoritarismo por natureza que elas podem aderir, com conhecimento de causa, a ideologias autoritárias; é porque sua intolerância as inclina a uma visão simplista e maniqueísta da política, que elas só esperam a mudança de sua condição por transformações rápidas e brutais. O “milenarismo evolucionista”, coroamento natural dessa teologia política, faz da elevação do nível de vida e de educação das classes populares o motor de um movimento universal na direção da democracia americana, isto é, na direção da abolição do autoritarismo e das classes que dele são portadoras, em suma, na direção da burguesia sem proletariado.¹² Mas a verdade dessa ideologia está contida inteiramente no argumento segundo o qual, “mais à esquerda” (*liberal and leftist*) em matéria de economia, os membros das classes populares se mostram mais “autoritários” do que as classes superiores “quando o liberalismo é definido em termos não-econômicos” (isto é, quando se trata de liberdades cívicas, etc.) e, incapazes de aceder ao “desinteresse” (interessado) que define toda verdadeira cultura, na política ou fora dela, ignoram o “liberalismo” que a nova burguesia, tão resolutamente não-repressiva, pelo menos para consigo mesma e para com seus filhos, coloca como princípio de sua arte de viver.

De fato, a proposição segundo a qual as classes populares são autoritárias só pode assumir as aparências da constatação científica, contrapartida da cegueira populista, desde que se ignore o efeito da politização das opiniões que, sem o saber, produz a aplicação uniforme de um molde politicológico e as diferenças que separam, sob a relação da modalidade dóxica, as certezas práticas da moral pedagógica ou sexual e as opiniões professadas sobre as questões “políticas”. Se os membros das classes privilegiadas são, no conjunto, mais “inovadores” no domínio da moral doméstica, enquanto são mais “conservadores” no domínio mais amplamente reconhecido como “político”, isto é, em tudo o que concerne a manutenção da ordem econômica e política e as relações entre as classes (como testemunham suas respostas às per-

(12) Esta ideologia encontra seu instrumento de prova no comparatismo de grande empresário da pesquisa, atento em recolher a cada uma de suas escalas de viagem a coleção dos jornais semi-oficiais (como diz I. de Sola Pool) e as opiniões e as pesquisas de opiniões mais recentes dos doxósofos nativos mais do que as informações circunstanciadas e sistemáticas que, definindo as condições teóricas e técnicas da comparabilidade, impediriam as comparações formais.

guntas sobre a greve, o sindicalismo, etc.), é evidente que sua propensão a tomar posições “inovadoras” ou “revolucionárias” varia em razão inversa do grau com o qual as transformações consideradas arranhem o seu privilégio.¹³ Poderia mesmo ocorrer que a revolta contra as *alienações genéricas* — as únicas que afetam também a classe dominante, onde se exprimem os interesses particulares de certas frações (em ascensão) ou de certas categorias (as mulheres ou os jovens, por exemplo) da classe dominante — servisse aos interesses desta classe pelo deslocamento da problemática em direção aos objetivos de discussão que não representem uma contestação interna e pela expulsão para fora do campo dos conflitos políticos legítimos de tudo o que atinge os fundamentos de sua dominação.¹⁴ E, quando se sabe que elas encontram seu princípio na universalização da experiência particular que certas frações da classe dirigente têm das alienações genéricas, compreende-se que certas denúncias generalizadas da alienação, que podem coincidir com a exaltação mística das virtudes políticas do proletariado, encontrem-se com o pessimismo conservador, que tem o mesmo etnocentrismo de classe, por princípio, na condenação das disposições repressivas das classes populares (ou de seus mandatários), quando não for na condenação de sua submissão excessiva aos interesses econômicos.

A “ciência política” não pode se aperceber de que a contradição aparente entre as opiniões produzidas a partir de princípios explicitamente políticos e as disposições e juízos ou práticas que elas engendram desaparece, quase sempre, quando, deixando de se ater à letra dos discursos, concentra-se em sua *modalidade*, na qual se revela o modo segundo o qual elas são produzidas: o sorriso ou o balançar de cabeça cético, irônico ou impotente diante de tal questão irreal ou irrealizante, o silêncio, que pode ser também um discurso recusado, a forma mais acessível de recusa de discurso, ou o próprio discurso que, por não se deixar circunscrever nas classes previstas previamente do comentário político, só pode aparecer como o enunciado inábil das “noções” da politicologia, são exemplos de manifestações simbólicas que a politicologia pode apenas deixar como despercebido ou insignificante. A intuição comum que identifica os imponderáveis da postura e dos comportamentos, nuances da argumentação e da *hexis*, as diferentes maneiras de ser “de direita” ou de “esquerda”, “revolucionário” ou “conservador”, princípio de todas as alianças duplas e de todos os

(13) As respostas a esses dois tipos de perguntas se organizam segundo estruturas estritamente invertidas nas classes superiores e nas classes populares.

(14) A delimitação do campo da discussão e da contestação legítima e das armas legítimas da luta política é, como se verá, um dos aspectos que estão em jogo e uma das armas fundamentais da luta política (cf., por exemplo, o debate sobre a politização dos sindicatos).

jogos duplos, lembra que o mesmo *habitus* pode levar a esposar opiniões fenomenalmente diferentes (mesmo que seja pelo efeito de *allogoxia*), enquanto *habitus* diferentes podem se exprimir em opiniões superficialmente (isto é, eleitoralmente) semelhantes e, no entanto, separadas por sua modalidade.

Como o discurso "político", por definição, toma emprestada a linguagem abstrata, neutralizante e universalizante das classes superiores e de seus mandatários políticos ou administrativos, toda tentativa para medir a competência política ou o interesse pela política não pode ser outra coisa senão um teste de conhecimento e de reconhecimento da cultura política legítima. A antinomia que paira sobre a "democracia tecnocrática" nunca é tão visível quanto na ambivalência da intenção interrogativa voltada para o saber desigual e desigualmente distribuído do *expert* ao mesmo tempo que para a "espontaneidade criadora" da "pessoa", sempre considerada capaz de produzir uma "opinião" onde o especialista produz uma "constatação" ou um "juízo". Embora isto seja menos visível, em nome da ideologia que pretende que a capacidade de julgar politicamente seja a coisa mais bem repartida, as pesquisas de opinião pública não diferem, de modo algum, em seu princípio, das pesquisas sobre a "informação econômica", espécie de *exames* visando a medir o conhecimento e o reconhecimento que os entrevistados têm da economia erudita sem se preocupar em constatar a competência propriamente econômica que orienta suas escolhas econômicas cotidianas e lhes confere, conseqüentemente, a "racionalidade" que os economistas podem postular em suas teorias. Seria ingênuo imaginar que uma pesquisa de sociologia política possa ser mais relativista do que uma pesquisa de economia e que baste, para escapar a todas as dificuldades, formular as perguntas, como sugere Riesman, na linguagem própria dos entrevistados de cada classe. A política é o que é dito na linguagem da "ciência política", e apenas nessa linguagem: o princípio do desapossamento político reside, aqui, na imposição de uma definição particular da política legítima e dos meios legítimos de ação política, isto é, na imposição da linguagem e de uma certa linguagem como único modo de ação e de expressão político legítimo. Se a mestria da linguagem política dominante, que resume toda a competência politicológica, é comumente identificada com a competência política, é porque ela participa da autoridade que lhe confere sua filiação ao universo do discurso legítimo, o da ciência e da cultura eruditas, e porque aqueles que a utilizam são investidos, freqüentemente, da autoridade conferida pelas cauções universitárias. Porém, mais profundamente, a imposição dos limites do campo da ação política, que, na pesquisa de opinião, assume a forma da *imposição de problemática*, é ainda um efeito, e sem dúvida dos mais sutis, porque mais ocultos, da dominação política: a definição do limite entre o legítimo e o ilegítimo que, à maneira da delimitação sacerdotal do

sagrado e do profano, produz os *profanos em política*, é na verdade o que está em jogo em primeiro lugar no conflito para o poder político.

Os ideólogos só podem trazer sua contribuição ao trabalho de dominação impondo sua problemática política porque o estado das relações de forças permite a imposição da definição da política mais favorável aos interesses da classe dominante, a que faz do combate político um debate de idéias e um confronto de discursos, em suma, um combate no qual *só são admitidas as armas simbólicas*: nesse terreno, a classe dominante é imbatível, porque o discurso forte nunca se impõe só pela força do discurso, o poder das palavras e o poder sobre as palavras sempre supõem outras espécies de poder.

Não é por acaso que a *neutralidade* estilística, ética ou política é a propriedade mais rigorosamente exigida de todo discurso político despolitizado e despolitizante, politicamente neutralizante porque politicamente neutralizado: a “ciência-politização” é uma das técnicas mais eficazes de despolitização. Ao constituir uma pergunta como política no universo do discurso politicológico, a “ciência política” faz com que ela sofra uma “neutralização” que a coloca *fora de ação* e à qual se acrescenta, freqüentemente, a tecnização tecnocrática que a coloca *fora de alcance*. As variações das não-respostas segundo o sexo, o nível de instrução ou a classe social, em suma, segundo a probabilidade de ter poder, em qualquer nível da hierarquia social e em qualquer campo que seja, aí estão para testemunhar que a competência, no sentido preciso de capacidade socialmente reconhecida, é dessas aptidões que só se possui na medida em que se tem o direito e o dever de possuí-las; como as variações segundo a saturação da pergunta em índices de conformidade com as normas do discurso politicológico estão aí para atestar que a “ciência-politização” é uma das armas do combate entre as forças de despolitização — representadas aqui pelos doxósofos — e as forças de politização, forças de subversão da ordem ordinária e da adesão a essa ordem, quer se trate da adesão pré-reflexiva e inconsciente de si mesma que define a *doxa*, ou da adesão eletiva, enquanto negação da possibilidade da *heresia*, que caracteriza a ortodoxia, opinião ou crença direita e, se quiserem, de direita.

(Extraído de *Minuit*, nº 1, nov. 1972, p. 26-45.)
Trad. de RUTH JOFFILY DIAS.

Reflexões sobre o Uso da Entrevista, Especialmente a Não-Diretiva, e sobre as Pesquisas de Opinião

Liliane Kandel

Os métodos não-diretivos de entrevista passaram a fazer parte dos costumes¹ — ou, pelo menos, da conversação. “Eu lhe fiz um não-diretivo” (para dizer: “eu o ouvi falar”); “meu analista é totalmente não-diretivo” (para dizer: “ele é mudo como um peixe”), etc. Fala-se dele, escreve-se a seu respeito, vive-se dele. O Ministério da Educação Nacional sanciona professores que (e *porque*) introduzem em suas aulas “experiências de não-diretividade não controladas” (circular Gauthier, janeiro de 1971), os psicólogos experimentalistas se surpreendem e se desolam com o sucesso do não-diretivo junto aos clínicos, os analistas vilipendiam esta pálida imitação de sua ciência. Empreendimento de subversão política? Poderosa volta do obscurantismo? Método de tratamento ou de pesquisa barato? Última astúcia da razão psicológica burguesa? O não-diretivo, tornado termo genérico, aparentemente porta-se bem.

Num exemplo restrito, seu uso em (e sua articulação com) estudos de opinião, pode-se ver que, se seu sucesso é recente, uma grande parte dos problemas evocados hoje não lhe são próprios e tinham sido

(1) Este texto foi iniciado, quanto ao essencial, no quadro de um trabalho coletivo sobre as enquetes, que reunia psicólogos, sociólogos, universitários e os aplicadores das enquetes. Ele só representa o resultado de um trabalho “individual” no sentido em que correntes, orientações e forças diversas estão em “ação” permanentemente em todo “indivíduo” e se exprimem, por exemplo, naquilo que ele pode ser levado a escrever (e assinar). Ele reflete, assim, de modo totalmente direto, um certo número de preocupações, de perspectivas e de problemas evocados, debatidos e vividos no seio de acontecimentos, de reuniões e de grupos diversamente (ou de modo algum) institucionalizados, reuniões “de trabalho” (no laboratório de psicologia social ou em outro lugar), discussões e problemas aparecidos especialmente com o movimento de maio e após ele em diversas correntes ditas de “liberação”: aí estão apenas as fontes mais localizáveis da problemática debatida sob uma assinatura “individual”, neste texto.

colocados já há muito tempo. Uma massa impressionante de críticas parcelares foi pouco a pouco formulada. Cada uma foi, separadamente, estudada, discutida, depois integrada num capítulo de manual. Elas jamais chegaram, aparentemente, a um exame de conjunto da questão.

Pareceu útil procurar o que restava das possibilidades de utilização dos métodos não-diretivos nas pesquisas de opinião, uma vez reunido o conjunto dos problemas que eles colocam.

O mais surpreendente, quando se consideram os usos da entrevista não-diretiva nos diversos procedimentos de coleta e de análise das opiniões ou das atitudes, não é tanto seu sucesso fulgurante e sua persistência quanto seu caráter muitas vezes oculto, quase clandestino. Bem mais: não apenas o não-diretivo é raramente mencionado nos relatórios de pesquisa — embora numerosas e variadas — nas quais inter-vém,² como seu uso nunca foi seriamente discutido, analisado ou justificado.

Não é um caso totalmente isolado. Num recente artigo de síntese, Kahn e Cannel (1968) fazem observar que, em 61 estudos citados como fundamentais num manual de psicologia social (Promansky, 1965), 37 baseavam-se em técnicas diversas de entrevista oral e 20 em respostas escritas para questionários; 4 apenas não utilizavam nenhum material verbal, falado ou escrito. Um outro tratado, contemporâneo, apresentava um panorama da mesma ordem. Um número mínimo de pesquisa eram feitas sem nenhum recurso à entrevista que aparece, assim, como a fonte principal de material recolhido pelos psicossociólogos.³

Os autores do artigo observavam que, nessas condições, a própria qualidade das pesquisas em psicologia social permanecia amplamente tributária da natureza e da qualidade das entrevistas efetuadas. Daí concluíam que, em lugar de esconder o rosto diante de um fenômeno tão maciço, os psicossociólogos fariam igualmente bem em procurar compreender suas razões e analisar seu mecanismo. O que não é frequente.

De fato, no domínio da opinião a situação é totalmente paradoxal: por um lado, a literatura erudita — americana ou outra qualquer — parece majoritariamente ocupada com a apresentação, a análise, a elaboração de orientações de pesquisas diversas (experimentação, construção de modelos matemáticos complexos para o estudo das atitudes, etc.) cada vez mais sofisticadas e afastadas da rela-

(2) Excetuando, num dado momento, as pesquisas ditas "de motivação" das quais falaremos mais adiante.

(3) As tentativas de observação direta, de coleta de indícios indiretos (Webb *et al.*, 1966), de experimentação sem trocas verbais de nenhum tipo entre pesquisadores e sujeitos permanecem, se não marginais, pelo menos minoritárias.

ção verbal direta entre o pesquisador e o(s) sujeitos que participa(m) do estudo; por outro lado, uma considerável massa de trabalhos⁴ — ou de seqüências de trabalhos — todos baseando-se em ou utilizando meios de abordagem relativamente pouco formalizados e padronizados, mas de maneira tão “discreta” quanto possível, para não dizer camuflada. É especialmente o caso de um grande número de dados recolhidos por meio de entrevistas⁵ e, muito particularmente, quando se trata de entrevistas pouco padronizadas de tipo dito “não-diretivo”.

Neste caso preciso, sente-se que um dos instrumentos mais utilizados — numa etapa ou em outra — nas pesquisas sobre a opinião é também aquele cujos fundamentos, pressupostos e efeitos suscitavam menos estudos, análises ou avaliações. Tudo se passa como se o não-diretivo “fosse óbvio” e colocasse tão poucos problemas que não se sentisse nem menos a necessidade de interrogar-se sobre seu uso... A menos que, justamente, ele coloque tantos problemas que se prefira, simplesmente, evitar examiná-los.

Por uma ou outra razão, a entrevista não-dirêtiva encontrou-se e ainda se encontra, de fato, totalmente censurada, esvaziada, excluída do campo da reflexão teórica ou metodológica.⁶ Para além da oposição tranqüilizante entre “clínicos” e “experimentalistas”, “homens de campo” e “homens de laboratório”, “práticos” e “pesquisadores”, talvez se coloque exatamente o problema das práticas (sociológicas, psicológicas) e de sua articulação com o superego científico, suas normas, suas interdições e seus anátemas e com os usos sem pompas nem fastos do trabalho de pesquisa cotidiano.

Já há algum tempo, dois sociólogos americanos (Benney e Hughes, 1956) observavam que a entrevista poderia ser não apenas um instrumento privilegiado para os sociólogos mas talvez também um objeto de investigação e de estudo privilegiado. Viam nela, além de um simples instrumento de pesquisa, um modo original de interação, significativo talvez, de tipos novos e importantes de relações — entre indivíduos, entre grupos —⁷ produzidos pelas sociedades modernas.

(4) De resto, às vezes os mesmos.

(5) Falamos aqui unicamente do que Kahn e Cannell chamam de “entrevista de pesquisa” (ou ainda, “entrevista de pesquisa de informação”), que definem como uma “conversa a dois feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objetivo de pesquisa e centrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (*op. cit.*, p. 527).

(6) Mesmo nos trabalhos diretamente pertinentes (por exemplo, os artigos ou obras técnicas sobre a entrevista na pesquisa psicológica e sociológica: Kahn e Cannell, 1954 e 1968; Richardson, Dohrenwend e Klein, 1965; Maccoby e Maccoby, 1954), o caso do não-diretivo é tratado de maneira extremamente discreta, para não dizer ligeira: ele tem direito a 4 páginas (em 380) na obra de Richardson *et al.*, uma no artigo de Maccoby, etc.

(7) E particularmente entre cientistas e não-cientistas.

É este duplo aspecto da entrevista que vamos tentar analisar, em particular a respeito da entrevista não-diretiva e de seu uso na pesquisa de opinião.

I. *Da entrevista terapêutica à entrevista de pesquisa, ou:
Uma florescente empresa de importação-exportação*

I.0) No início, o método não-diretivo foi aperfeiçoado pelo psiquiatra americano de inspiração psicanalítica Carl Rogers, que preconizava seu uso principalmente nas situações de tipo terapêutico. Teoricamente, o objetivo é o de minimizar — ou mesmo suprimir totalmente — qualquer intervenção do psicólogo ou do psiquiatra capaz de “influenciar” o sujeito, para que este possa aprofundar, explicitar e esclarecer, *ele próprio*, suas atitudes a respeito dos *problemas que se colocam para ele* (cf. Rogers, 1942 e 1951).

A atitude terapêutica é dita “centrada no cliente”: o papel do terapeuta é “análogo ao de um catalisador” (oposto a um reativo químico);⁸ em particular, “ele não deve deixar adivinhar em nenhum momento suas próprias opiniões, diagnósticos, avaliações ou sugestões”. Ao contrário, em qualquer circunstância, deve manifestar para com o cliente uma atitude “calorosa” de aceitação “incondicional”, uma total “permissividade” quanto aos sentimentos ou opiniões exprimidos por este último e uma profunda compreensão de seus problemas.

Um ponto importante para o que se segue é que o terapeuta deve servir principalmente de *espelho* e escutar o que o cliente diz sem manifestar nem aprovação, nem desaprovação, *nem interesse* particular por um elemento qualquer de seu discurso.

I.1) Mais recentemente, as entrevistas não-diretivas foram “importadas” para as ciências humanas com a mesma óptica: deixar o sujeito entrevistado falar de maneira tão “livre” quanto possível ajudando-o “somente” (?) a aprofundar e formular melhor seu pensamento. Rogers (1945), num artigo muito sucinto, justificava seu uso nas enquêtes pela possibilidade:

1) de evitar as distorções introduzidas pelo pesquisador (entrevistador, “*bias*” nos métodos de questionários mais padronizados);

2) de ultrapassar assim os níveis de resposta mais superficiais e de atingir as reações “mais profundas e mais verdadeiras” do sujeito interrogado.

(8) Ex-seminarista, Rogers funda sua teoria na hipótese da positividade do desenvolvimento humano: existiria assim, em cada indivíduo, uma necessidade quase natural de auto-regulação e de autoconhecimento; a psicoterapia teria simplesmente o objetivo de ajudar a restaurar o exercício dessas tendências positivas naturais para consigo mesmo e para com os outros.

A técnica teve, imediatamente, um grande sucesso e a entrevista não-diretiva tornou-se, por algum tempo, um elemento-chave do estudo das opiniões e das atitudes e, em seguida, a panacéia das pesquisas de mercado e de "motivação".

O problema de seus fundamentos teóricos e de sua adequação aos objetivos e à situação de enquete não foi mais debatido. Entretanto, o simples fato da utilização, num quadro de pesquisa (sociológica ou psicossociológica), dos métodos aperfeiçoados para fins terapêuticos (supondo mesmo sua validade provada e reconhecida neste domínio⁹) não é absolutamente óbvio: é o conjunto da situação de entrevista, de sua orientação, de suas finalidades e de seu controle que é totalmente modificado e desviado de seus objetivos iniciais.¹⁰

I.2) Contrariamente ao que se passa na entrevista terapêutica (com um médico, um psiquiatra, um conselheiro), aqui não é o indivíduo que tem a *iniciativa da solicitação*: ao contrário, pedem-lhe alguma coisa (no caso presente: informação sobre ele próprio, suas representações, suas atitudes a respeito de um objeto qualquer), esperam alguma coisa dele. E isto em vista de objetivos que lhe são igualmente estranhos (são os da pesquisa empreendida), ou que, em todo caso, ele não contribuiu para determinar.

O indivíduo entrevistado também não tem a iniciativa dos temas a serem explorados visto que estes são fixados pelos objetivos do estudo (na maioria das vezes, ele não tem nem mesmo conhecimento deles antes de o entrevistador os ter designado). Enfim, terá poucas chances de poder tratá-los à sua vontade pois o entrevistador lá está precisamente para controlar o grau de digressão aceitável e reconduzi-lo, se for o caso, ao problema colocado.

Quanto aos benefícios que o sujeito pode esperar tirar desta experiência, são "freqüentemente mínimos e quase sempre muito distanciados dele (no tempo, no espaço, no tipo de efeitos produzidos). Contrariamente ao que se passa na entrevista de tipo terapêutico, o entrevistador não tem aqui nenhum poder (nem desejo) de curá-lo ou de ajudá-lo (a encontrar trabalho, a instruir-se, etc.). Se tal eventualidade se apresentasse, seria somente após um longo desvio que necessita da coleta de muitas outras entrevistas análogas, de seu exame minucioso, da análise e da elaboração científica dos resultados, de sua publicação, enfim, de hipotético aproveitamento ao nível das aplica-

(9) O que em si mesmo precisa ser examinado.

(10) A tal ponto que o próprio Max Pagès (1956), em sua apresentação em francês da "orientação não-diretiva", qualifica o uso das entrevistas não-diretivas na pesquisa — aplicada ou fundamental — de "contrário ao princípio da não-diretividade" e sendo antes uma "caricatura de tendência manipuladora" (!). O que não o impedia, na época, de estar associado à direção de uma das mais importantes empresas de pesquisa de motivação.

ções ou das decisões políticas visando a modificar a situação descrita. E, no entanto, é esta perspectiva de um proveito máximo, coletivo ou individual, devido à acumulação do saber, que parece constituir um dos maiores impulsos, para os sujeitos, da participação nas pesquisas”.

Este texto não foi tirado de um panfleto político, mas... do mais acadêmico dos tratados americanos de psicologia social, o de Lindzey (2.^a ed., 1968); ele até constitui a introdução — ou a advertência? — do capítulo consagrado às entrevistas (Kahn e Cannel, *op. cit.*).¹¹

1.3) O que é necessário sublinhar não é tanto o conteúdo dessas reflexões, ademais bastante evidentes, é o lugar que ocupam. Os mesmos temas tinham sido evocados pelos autores numa obra anterior (Kahn e Cannell, 1957, p. 208-10); mas, na época, tratava-se aparentemente de simples contingências técnicas, não levantando dificuldades particulares:¹² no interior dos quadros descritos, e com as restrições formuladas precedentemente, o sujeito conserva — dizem os autores — a possibilidade de se exprimir “em toda liberdade”; “o método cumpriu seus dois objetivos de motivação e de medida”...

Numa obra anterior, o artigo sobre a entrevista na primeira edição do tratado de Lindzey (Maccoby e Maccoby, 1954), o problema da passagem da entrevista terapêutica à entrevista de pesquisa sequer é evocado.

Assistiu-se, de fato, durante quinze anos, a uma mudança considerável de acentuação: ignorada em 1954, tecnicizada em 1957, a questão do contexto geral da situação de entrevista, de seus efeitos sobre as interações efetivas entre sujeito e pesquisadores (ou entrevistadores), sobre as possibilidades de iniciativa respectivamente de um e de outro, de influência ou de domínio de um sobre o outro e dos benefícios que ambos retiram da operação, tornou-se totalmente central.

Deste ponto de vista é possível hoje reexaminar um certo número de trabalhos, mesmo antigos, sobre a natureza real das interações (verbais e não-verbais) entre o sujeito e o entrevistador, numa perspectiva que não seja mais, como acontecia freqüentemente, de simples tecnologia de entrevista.

(11) O mesmo capítulo concluirá com reflexões bem pouco otimistas quanto à legitimação possível, no futuro, das pesquisas deste tipo.

(12) Prestando homenagem à contribuição de Rogers, os autores se exprimem como se segue (*op. cit.*, p. VII): “A elaboração, por Rogers, da ‘entrevista centrada no cliente’ como técnica terapêutica, assim como seu conceito de não-diretividade, desempenharam um papel fundamental em nossa concepção da entrevista de pesquisa (ou de informação), *embora esta última não seja não-diretiva, nem centrada no cliente no sentido da psicoterapia*” (os grifos são nossos).

II. Interação verbal: empatia ou condicionamento

É preciso lembrar-se de que a ótica não-diretiva repousa fundamentalmente sobre um *duplo pressuposto: ético e epistemológico*. Enquanto terapeuta, o psicólogo afirma preservar ao máximo a “autonomia” de seu cliente, sua “liberdade”, se propondo, portanto, a desempenhar o papel de um “revelador” de sua “personalidade autêntica” e não de um agente de transformação; enquanto *pesquisador*, ele procura principalmente não perturbar o fenômeno que quer estudar (no caso, as atitudes do sujeito) e espera consegui-lo adotando uma posição de observação suposta puramente passiva, que anularia, pelo menos se espera, os efeitos de interação entre o entrevistador e o sujeito interrogado (R. Pagès, 1965).

Ora, pode-se mostrar que, nas duas perspectivas (terapia e pesquisa), o não-diretivo puro é, no melhor dos casos, um desejo ingênuo e, no pior dos casos, uma mistificação perigosa na medida que os que o praticam não têm consciência disto.

II.1) Assim, Truax (1966) analisou de modo sistemático uma série de entrevistas conduzidas pelo próprio Rogers (trata-se da gravação extensiva em fita da psicoterapia de um sujeito considerado como tipicamente “bem sucedido”). A hipótese é de que mesmo as mínimas intervenções do terapeuta (grunhidos, interjeições, murmúrios: “hum, hum”, “ah”, etc.):

1) são *intervenções*, isto quer dizer que elas afetam, modificam, ou influenciam o discurso do sujeito, que exercem sobre ele um efeito de *reforço*¹³ (positivo ou negativo);

2) não são distribuídas ao acaso, de maneira não-seletiva ou independentemente dos temas abordados.

A análise das interações mostra, na verdade, que Rogers privilegia de maneira totalmente sistemática no sujeito:

a) a clareza da expressão,

b) os indícios de uma boa compreensão de si mesmo e, sobretudo,

c) os efeitos de *aculturação*, isto é, o fato de que o paciente *se exprime na mesma língua e adota o mesmo quadro de referência* que o psicoterapeuta.

Inversamente, C. Rogers evita reforçar condutas tais como, por exemplo, os bloqueios, a expressão de ansiedade, os sentimentos negativos para com o médico ou para com a situação, etc.

Truax conclui que a terapia dita não-diretiva deve ser reinterpretada, numa perspectiva behaviorista, como um processo de aprendizagem fundado no reforço diferencial, pelo terapeuta, de determi-

(13) No sentido do “reforço” na teoria behaviorista.

nadas expressões ou atitudes implicitamente consideradas desejáveis. ¹⁴ Longe de ser um “espelho” que devolveria simplesmente o paciente a si mesmo e ajudá-lo-ia a explorar sozinho seus próprios interesses, sentimentos e desejos, Rogers controla e modifica seu comportamento; por suas intervenções ele favorece o aparecimento de determinadas condutas — especialmente os sinais de aculturação ao terapeuta — e o desaparecimento de algumas outras; seu comportamento quase não difere do de uma “máquina de reforço social” (Krasner, 1962). O conjunto do processo pode ser descrito como um fenômeno de condicionamento e de aprendizagem e parece, diz Truax, corresponder mais às concepções de Skinner sobre a terapia do que ao ideal não-intervencionista dos rogerianos. ¹⁵

Em outras palavras:

a) o método não-diretivo talvez seja eficaz, mas por razões (e por mecanismos) que nada têm a ver com a explicação dada pelo próprio Rogers;

b) os terapeutas não-diretivos se iludem quando afirmam reagir de maneira não diferenciada, uniformemente empática e calorosa ao discurso do paciente; ao contrário, “reforçam” aspectos particulares — especialmente de adaptação à situação — exatamente do mesmo modo que um terapeuta behaviorista, embora com uma definição bem menos clara dos objetivos. ¹⁶

II.2) De fato, existe toda uma série de trabalhos que, especialmente a partir das pesquisas sobre o “condicionamento verbal”, acentuaram os efeitos de aprendizagem na situação terapêutica e no papel — de encorajamento ou de “discussão” — que aí desempenham as intervenções do terapeuta. Assim, Quay (1959) tentou facilitar o aparecimento de recordações de infância relativas à família, Salzinger e Pizonis (1960) a expressão dos afetos, Buss e Durkee (1958) a de senti-

(14) Em outros contextos, falou-se de adestramento.

(15) De fato, Rogers por vezes varia neste ponto. Num longo debate com Skinner (1956), admite que o terapeuta não-diretivo também está profundamente engajado em atividades de “predição”, de “influência” e mesmo de “controle” do comportamento (do paciente) e que se trata aí de uma “situação de controle externo”. A atitude não-diretiva induz no cliente “uma autonomia maior, uma rigidez menor, uma melhor organização e integração da personalidade, uma adequação maior aos ideais que o sujeito escolheu para si”. Podemos assim, acrescenta ele, estabelecer as condições de emergência de condutas autônomas (*internal control*) no paciente, por métodos de controle externo — sobre os quais resta simplesmente a se perguntar em que são não-diretivos...

(16) Isto não constitui, evidentemente, uma apologia das concepções skinnerianas da psicoterapia e menos ainda de seus prolongamentos — por exemplo, na direção da terapia do comportamento (Eysenck, 1962), mas permite-nos interrogar-nos, para além das intenções que animam ambos os métodos, ou suas “filosofias” do homem e da sociedade, sobre suas eventuais semelhanças: nos modos de intervenção, nas condições de exercício, nos efeitos (psicológicos e sociais).

mentos de hostilidade, etc. (Podem-se encontrar resenhas detalhadas de todos esses trabalhos em Krasner (1958), Richardson *et al.* (1965, cap. 8) e Lemaine (1971).) Os resultados são, com bastante evidência, extrapoláveis das situações de pesquisa e de entrevistas de pesquisa.

Todavia, algumas experiências simulam diretamente a situação de entrevista. Assim, Verplanck (1955) chegou, em condições quase naturais — conversações improvisadas a dois, cujo objeto o sujeito ignorava — a provocar o aparecimento sistemático de enunciados de opinião (“acredito que”, “penso que”) — oposto a outros tipos de enunciados (factuais, etc.). Ele conseguiu, igualmente, na mesma experiência, provocar o desaparecimento do fenômeno (por interrupção do reforço). Hildum e Brown (1956) mostraram ser possível, em entrevistas por telefone, fazer variar sistematicamente a orientação e a frequência de opiniões específicas — a favor (ou contra) um programa de ensino — simplesmente utilizando reforços “intensos” (“Bom!”) ou mais fracos (“Humm!”). Esses estudos põem em evidência a influência que exercem, na situação de entrevista, as menores intervenções do pesquisador (ou do terapeuta), quer ele queira, quer não. A questão do estudo sistemático desta influência, incluindo suas *finalidades*, permanece colocada¹⁷ mesmo que os partidários da não-diretividade e da não-intervenção a qualquer preço manifestem sobre este ponto uma grande discrição.

Mas a expressão verbal não é o único elemento de reforço que intervém na situação. O reforço pode também estar ligado a características do experimentador cujo controle lhe é difícil, senão impossível, por exemplo: o sexo (Binder *et al.*, 1957), a raça (Smith e Dixon, 1968), ou ainda... suas próprias opiniões, atitudes e expectativas. Reencontram-se aqui, por um outro caminho, os problemas outrora tratados pelo estudo das distorções na opinião ligadas ao entrevistador (*interviewer bias*).

(17) E de seus prolongamentos, especialmente na prática terapêutica. Se, apesar de seus vigorosos ataques ao método clínico, a terapia behaviorista não parece uma resposta mais satisfatória e levanta, pelo menos, igual número de questões, é verdade que dificilmente se podem aceitar posições ecléticas defendidas, por exemplo, por Lieberman (1969). Este conclui uma longa controvérsia com Truax afirmando:

(a) que, uma vez que o método não-diretivo “funciona”, pouco importam as teorias e as explicações (clínicas ou behavioristas) que dele são dadas; são concepções “filosóficas quanto à natureza do homem (sic) que é melhor deixar ao gosto de cada um;

(b) que a “terapia de atmosfera” (?) e a “terapia behaviorista” diferem bem pouco em seus efeitos e só podem ser distinguidas pelas intenções de seus promotores; aí também a escolha é deixada ao “gosto” e preferência de cada um...

III. A interação não-verbal na entrevista e o efeito entrevistador

III.1) Toda uma série de trabalhos pôs em evidência, há muito tempo, um certo número de efeitos de “distorção” nas opiniões dos sujeitos entrevistados, ligados a determinadas características do entrevistador (e não mais apenas a seu modo de intervenção).

Duas razões explicam que voltemos a essas pesquisas já antigas: por um lado, apesar de sua orientação, na época, principalmente técnica (tratava-se de melhorar a tecnologia das enquetes, de “reduzir” os erros, etc.), estes trabalhos colocavam um certo número de problemas que permanecem perfeitamente atuais — e não resolvidos —, por outro lado, a publicação por Hyman, em 1954, de um primeiro balanço sobre a questão não parece ter estimulado pesquisas complementares, mas, ao contrário, ter esgotado este domínio, hoje quase no esquecimento.

III.1.1) O princípio geral de todos esses estudos é o de que a entrevista (de pesquisa) não é simplesmente um trabalho de coleta de informações, mas, sempre, uma *situação de interação*, ou mesmo de influência entre dois indivíduos, e que as “informações” dadas pelo sujeito (o “material” que ele fornece) podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador. Se a maior parte desses estudos se baseara no comportamento do entrevistador, sua formação para as enquetes (e correlativamente nas melhores maneiras de conduzir (sic) a entrevista, de formular suas perguntas ou intervenções), uma outra série de pesquisas colocara em evidência a influência de características próprias ao entrevistador e totalmente independentes de seu comportamento durante a entrevista ou de sua competência técnica. O mais surpreendente é ainda o fato... de se espantar com isso!

Por que o espanto, por exemplo, quando entrevistados negros dão a entrevistadores brancos respostas respeitosas à ordem estabelecida e a entrevistadores negros respostas altamente reivindicativas (Hyman, 1954)?¹⁶ Por que o espanto, ainda, quando entrevistadores de aparência mais proletária encontram entre os operários mais temas de revolta contra sua condição do que entrevistadores saídos da alta burguesia universitária (Katz, 1942)? Quando as adolescentes se mostram notavelmente discretas sobre suas preocupações (e muito ligadas à família) diante de entrevistadores de idade madura — sobretudo homens — enquanto se revelam particularmente eloqüentes diante de entrevistadora da mesma idade que a sua (Benney, Riesman, Star, 1956, Erlich e Riesman, 1961)? Quando os sujeitos não se exprimem da

(18) No mesmo questionário, é claro, isto é, em resposta às mesmas perguntas (presumindo-se que uma formulação única possa bastar para assegurar a identidade de uma pergunta para todos os públicos).

mesma maneira sobre o problema judeu (e não exprimem a mesma dose de anti-semitismo) diante de entrevistadores visivelmente americanos e de entrevistadores com um nome e/ou um tipo judeu marcados (Robinson e Rohde, 1946)?¹⁹

III.1.2) Diante desses resultados, levantou-se em primeiro lugar a hipótese de um fenômeno parasita de "homofilia" (Merton), que se podia tentar reduzir (ou compensar) fazendo com que os negros fossem interrogados pelos negros, os judeus pelos judeus, os operários pelos operários, as mulheres por outras mulheres; é a solução que, num dado momento, Kahn e Cannel (1957) preconizam e que rapidamente revelou-se inaplicável e inadequada.

a) Mesmo no plano material a tarefa não é tão simples: a maioria dos entrevistadores são recrutados, nos Estados Unidos, na *middle-class* ou, em todo caso, em meios relativamente instruídos e talvez as jovens de raça negra e de origem pobre não freqüentem os organismos de pesquisa (deve-se ver nisso uma das razões pelas quais as tentativas citadas acima não tiveram um desenvolvimento muito grande?)

b) Acrescentar à amostra dos sujeitos uma amostra paralela dos entrevistadores leva bem rapidamente a resultados inutilizáveis pelo menos numa perspectiva de enquête: o exame dos resultados obtidos nesse sentido por Benney e Riesman (1956) dá uma idéia do grau de complexidade ao qual se chega simplesmente com dois critérios distintivos (o sexo e a idade).

c) Por outro lado, é difícil determinar previamente quais serão as variáveis pertinentes na interação; é claro, por exemplo, que o sexo, a idade ou a raça não intervêm com a mesma intensidade em qualquer pesquisa. Assim, Williams (1964) mostrou que as diferenças nas respostas dadas (por negros) a entrevistadores brancos ou negros só apareciam nas perguntas que se referiam diretamente a problemas de discriminação racial e, sobretudo, quando essas respostas comportavam um risco ou um perigo qualquer (mesmo hipotético) de sanções para o sujeito.²⁰ (Esses resultados seguem a mesma direção que aqueles descritos por Hyman, *op. cit.*) Em outras palavras, os efeitos de interação entre entrevistador e sujeito só são importantes quando se evocam problemas diretamente ligados a essa interação ou problemas cuja importância para o sujeito (interesse, afetos, implicação pessoal e

(19) A maioria desses estudos era feita por questionário — mas seus resultados são diretamente transponíveis para a situação de entrevista livre, não-diretiva ou assimilada.

(20) Do mesmo modo, Smith e Dixon (1968) mostram que a raça do experimentador suscita diferenças de desempenho (numa tarefa de condicionamento verbal) unicamente nos sujeitos altamente preconceituosos (que recusam os "reforços" de experimentadores negros).

emocional) é elevado. (Como um número não negligenciável de estudos — em particular os de motivações — não estão neste caso, pode-se ver aí uma outra razão para a extinção desta corrente de pesquisa.)

d) Principalmente, em nome de que se decidirá que as respostas “homófilas” (dadas aos negros pelos negros, aos jovens pelos jovens, etc.) são mais — ou menos — “verdadeiras” do que as que são dadas ao *Wasp** médio? Questão relevante, pois o que é encontrado aí a cada vez são simplesmente respostas específicas, “adaptadas” ao interlocutor, às expectativas que se tem a seu respeito ou que ele próprio tem a respeito da situação.

Do mesmo modo, o interesse de todos esses estudos não é tanto o de terem colocado em evidência a “dificuldade” de atingir as opiniões “verdadeiras” (?) quanto o de terem sublinhado os efeitos de interação na situação de enquête. De resto, se eles não contribuíram para modificar nem as condições nem os métodos de enquête, em contrapartida introduziram a possibilidade de uma dupla crítica:

1) da noção de “opinião” — que se torna um comportamento (verbal) de interação como qualquer outro;

2) das técnicas tradicionalmente utilizadas para estudá-la.

III.2) É claro, por exemplo, que a expressão das opiniões num diálogo singular pode depender, tipicamente, dos efeitos de *influência não desejada* (e não deliberada), análogos aos que Rosenthal (1966) especialmente descreveu a propósito da intervenção experimental: se um experimentador, colocado em condições de interação tão controladas e sistematizadas quanto possível, obtém de seus sujeitos a resposta que espera (ou deseja) ouvir, se um professor obtém de seus alunos os desempenhos que acredita serem eles *capazes* de conseguir (Rosenthal, 1968), como estar seguro de que um entrevistador, nas condições de improvisação do estudo de opiniões, poderá evitá-lo?

Um estudo muito antigo de Rice (1929) já era muito sugestivo a este respeito: numa pesquisa com desempregados sobre as causas de sua dispensa, uma fração dos sujeitos atribuía grande importância a fatores de ordem pessoal (e especialmente ao alcoolismo), uma outra fração insistia sobretudo sobre as más condições gerais (econômicas, sociais) do emprego. Os primeiros tinham sido interrogados — com toda honestidade — por um entrevistador proibicionista, os segundos por um entrevistador socialista.

Assim também, Cahalan *et al.* (1947) mostram que, em 100 perguntas incluídas num questionário, mais da metade variava significativamente conforme o entrevistador que aplicara o questionário e que essas diferenças seguiam o sentido das opiniões próprias do entrevistador.

(*) *Wasp*: abreviação de “White Anglo-Saxon Protestant” (anglo-saxão, branco e protestante). (N. T.)

tador. (Ferber & Wales (1952) encontram indicações do mesmo tipo.) Numa tarefa de reconhecimento de figuras geométricas, os sujeitos tendem a dar as respostas que o experimentador *acreditava corretas* (mas que não o eram necessariamente) (Stanton e Baker, 1942). O interesse manifestado por sujeitos a respeito de uma campanha eleitoral aproxima-se das freqüências esperadas (e prognosticadas previamente) por cada um dos entrevistadores (Wyatt e Campbell, 1950), etc.

Hyman, em 1954, vê neste tipo de fenômeno sobretudo o efeito de diferenças de registro e de anotações das respostas pelos entrevistadores, no sentido de seus próprios desejos, expectativas ou opiniões. Ele recusa a interpretação de Rice segundo a qual essas distorções “eram comunicadas seguramente de modo inconsciente pelo entrevistador ao sujeito e apareciam efetivamente nas respostas deste último”. Será preciso esperar as pesquisas de Rosenthal para se recolocar a questão do efeito das expectativas, conscientes ou não, do entrevistador (por exemplo, expectativas de papéis sociais), sobre o comportamento verbal do sujeito interrogado.²¹

III.3) Pode-se mostrar, enfim, que determinadas características do entrevistador — e da interação entre sujeito e entrevistador — têm conseqüências muito maiores do que a modificação de asserções diretamente ligadas às dimensões em interação. Assim, Lenski e Leggett (1960) puseram em evidência determinadas condutas de “deferência” que levam os sujeitos a aquiescerem sistematicamente com as proposições do entrevistador (mesmo que para isso devam aceitar, com alguns minutos de intervalo, afirmações perfeitamente contraditórias). Mostram também que essas condutas de “aquiescência” estão ligadas diretamente às diferenças de posição hierárquica entre o entrevistador e o sujeito (são muito mais freqüentes nos sujeitos pouco instruídos e nos negros — qualquer que seja seu grau de instrução).

Os comportamentos “deferentes” — tendência a dizer sim, a se deixar influenciar, mesmo indiretamente, pelo entrevistador — já tinham sido objeto de numerosas pesquisas. Mas, enquanto a maioria dos autores consideram a “tendência a aquiescer” um traço de personalidade — que ligam à personalidade “autoritária” (cf. Jackson e Messick, 1958; Couch e Keniston, 1960) — Lenski e Leggett analisam-na em termos de interações entre indivíduos.

É preciso ir mais longe. Pode-se perguntar se comportamentos desse gênero (assim como, no parágrafo precedente, os efeitos de condicionamento — verbal ou não-verbal), longe de estarem ligados às

(21) E ainda assim... Os trabalhos de Rosenthal parecem totalmente ignorados nas sínteses recentes sobre a entrevista: não são mencionados nem por Richardson (1965), nem por Kahn e Cannel (1968), cujo artigo, entretanto, aproxima-se de uma exposição detalhada sobre o “efeito experimentador”.

características individuais ou às diferenças de *status* individuais respectivos (social, econômico, de instrução) do entrevistador e do sujeito, não são diretamente induzidos e provocados *pela própria situação de entrevista*, com suas características de assimetria nas possibilidades de iniciativa e de unilateralidade na troca. Neste caso, talvez seja a totalidade da situação de entrevista terapêutica ou de entrevista que será necessário considerar simultaneamente como a origem e a fonte principal de “reforço” e dos múltiplos efeitos de influência, deliberada ou não, sobre os sujeitos, de “distorção” de suas atitudes, sentimentos ou opiniões.

IV. A situação de entrevista

Este exame da orientação não-diretiva e, sobretudo, dos mitos não-intervencionistas, não conduz necessariamente a um panegírico das sondagens ou da terapia de condicionamento. A armadilha é justamente (em determinados setores das ciências humanas pelo menos) a escolha forçada, no caso das enquêtes, entre questionários fechados e entrevistas não-diretivas, no caso da terapia, entre terrorismo behaviorista e “terapia de atmosfera” (sic). Como se, por não agruparem e não classificarem²² mais os sujeitos em categorias prefabricadas, fossem necessariamente rogerianos; como se, por se interrogarem sobre os fundamentos e as condições de exercício da entrevista não-diretiva, não mais tivessem meios nem desejos de escutar indivíduos ou de deixá-los falar.

Mais do que isso, a questão é examinar de maneira tão sistemática quanto possível as condições reais nas quais se situa hoje o “diálogo” (?) não-diretivo e talvez de desvendar, além das controvérsias de escolas, seus parentescos com os outros termos da alternativa: questionário ou reeducação.*

IV.1) *A troca desigual* — Talvez não sejam, ou não sejam apenas, as diferenças de *status* sociocultural que expliquem, no estado de Leggett e Lenski, a docilidade dos sujeitos, seu excesso de cooperação, sua tendência a aquiescer com tudo o que o entrevistador propõe. É também, desde os primeiros momentos, o caráter visivelmente desigual da troca, a ausência quase total, para o sujeito, de domínio possível sobre a situação e sobre seu interlocutor.

Este tipo de relação não é, de resto, nem mesmo fatal; é possível modificá-la no sentido de uma reciprocidade maior. E basta, por

(22) Ou não “reclassificarem”, como se diz justamente no jargão da psicologia ortopédica ou... penitenciária.

exemplo (cf. Gouldner, 1955), que os sujeitos entrevistados sejam advertidos de que poderão, por sua vez, colocar perguntas ao entrevistador para que o "material" recolhido (e os resultados da pesquisa) seja profundamente modificado. Do mesmo modo, encontra-se em Richardson *et al.* (1965, cap. 14) todo um capítulo sobre a necessidade, para o entrevistador, de fornecer ao sujeito num ou noutro momento da investigação um certo número de informações — sobre o objeto do estudo, suas hipóteses, talvez alguns resultados ou, também, quaisquer outras questões não diretamente ligadas ao tema da pesquisa.²³

Em todos esses casos, entretanto, o direito (para o sujeito) de interrogar o entrevistador permanece *outorgado* por este último, essencialmente a fim de obter "melhores" informações. A reciprocidade (*mutuality*), o caráter bilateral da expressão e da interrogação são apenas instrumentos — às vezes úteis — para a melhoria dos resultados da pesquisa (na qual se inserem numa sadia ótica de "relações humanas"), eles não modificam o quadro desta última nem a natureza institucional das relações entre sujeito e entrevistador. Em todos os casos, o sujeito é *utilizado* pelo pesquisador (entrevistador); ele *produz* "material" (verbal) que será ulteriormente *explorado* — como se diz tão bem — por outros, com quadros de referência e objetivos que lhe são estranhos e, na maioria das vezes, dissimulados.²⁴

Aí está um problema básico: como as perguntas fechadas das sondagens e as perguntas "abertas" de enquêtes mais aprofundadas, a entrevista não-diretiva mantém o sujeito numa posição perfeitamente *unilateral* na qual o *direito* de interrogar, de colocar perguntas e de elaborar conclusões é propriedade exclusiva dos especialistas da pesquisa na qual o sujeito só tem o direito de responder, no melhor dos casos, quando lhe é perguntado (isto é, precisamente, *sob a pergunta* — e na posição de sentido): *o direito à palavra tornou-se um simples dever de resposta.*

Tudo isso se inscreve maravilhosamente num modelo de funcionamento social no qual as funções de interrogação são monopolizadas por um número restrito de agentes, sempre os mesmos (cf. Pagès, R., 1971) e no qual a própria reciprocidade (interrogar os interrogadores) permanece, no melhor dos casos, tolerada (a título excepcional), no

(23) Outras preocupações, especialmente a respeito da intervenção psicossociológica nas organizações, levaram-nos a utilizar, num determinado momento, a "entrevista de informação" (cf. R. Pagès, 1965 e 1967) simultaneamente como meio de estudo das necessidades de informação dos estudantes e como meio de troca com eles.

(24) Sem falar das pesquisas comerciais "de motivação" nas quais os temas evocados pelos sujeitos, suas reflexões, associações e desejos fornecem simplesmente — e gratuitamente — aos publicitários carentes de imaginação, não apenas "material" de pesquisa a ser explorado mas também, freqüentemente, as idéias de que necessitavam para submeter (e explorar) ainda mais os mesmos sujeitos convertidos em consumidores.

pior dos casos, outorgada (é um *gadget* com outro qualquer), mas sempre *sob o controle* do entrevistador.²⁵

Não é tanto a entrevista, de uma forma ou de outra, que está em questão aqui, e sim o que ela revela do conjunto dos sistemas de troca, de comunicação, de interrogação — e de influência — no qual tem seu lugar (e que, bem entendido, contribui, enquanto modelo de trocas assimétricas e hierarquizadas, para reforçar ainda mais).

IV.2) *Privatização e desprivatização* — A entrevista, principalmente não-diretiva, nada mais faz do que refletir um modo de organização social. Ela veicula também, e mais ainda, uma teoria.

IV.2.1) Pois, enfim, qual é a natureza do material que se procura atingir através de uma entrevista não-diretiva? Quais são as atitudes “profundas” que o psicólogo, o pesquisador, o entrevistador, teriam o privilégio exclusivo de trazer à luz? E a quem — a que — beneficia tal exploração?

Rogers (1945) dá um exemplo entre outros: uma mulher vem consultá-lo sobre as fobias de seu filhinho. Após longos desvios, mostra-se que seu “problema profundo” é “o temor de perder seu marido”. Conceção da “profundidade” que equivale a uma outra (ela não gira mais — nem menos — em torno do núcleo familiar). Rogers considera a exploração suficiente: “a cliente poderá, de volta à sua casa, enfrentar o problema de maneira construtiva”, não há mais nada a fazer do que mandá-la de volta para casa.

Mais prudentes, Kahn e Cannell (1957) também se perguntam como, numa enquete, conseguir determinar a atitude “verdadeira” de um sujeito — por exemplo, a respeito de seus superiores hierárquicos: deve-se entrevistá-lo no dia em que seu chefe lhe propõe promovê-lo? No dia em que ele ameaça despedi-lo? No dia em que, ao sair da missa, ele acredita no amor e na fraternidade entre os homens? No dia em que — com o conjunto dos operários de sua empresa — acaba de entrar em greve?

A resposta é previsível: a atitude “profunda” do sujeito é aquela que, *após uma longa entrevista privada* com o entrevistador, ele poderá exprimir a respeito das figuras de autoridade em geral e tal qual foi forjada, especialmente na primeira infância, no seio da família.²⁶

(25) Se os sujeitos se rebelarem e tomarem a iniciativa da interrogação, da observação ou, simplesmente, da escuta, talvez o liberalismo dos questionadores, sua neutralidade e sua compreensão empática durem pouco. Basta que um paciente decida questionar seu antigo analista, gravar seu discurso (cf. *L'Homme au magnétophone*, 1969), para que a situação se desequilibre, para que o discurso do médico se torne repentinamente idêntico aos que ele tem o hábito de ouvir (ou de estudar); o gravador não provocou uma troca frutífera — criou um doente a mais.

(26) Eles reconhecem, todavia, que esta dimensão pode não ser a única verdadeira ou interessante e que isto depende em parte dos objetivos do estudo.

IV.2.2) Clínicos e psicossociólogos encontram-se, assim, como os psicanalistas — e sem dúvida após eles — (cf. Deleuze & Guattari, 1972), enredados, freqüentemente sem nem mesmo o saberem, numa dupla prática: individualizante e familiarista.

Talvez não sejam apenas os pressupostos teóricos (no caso, de inspiração analítica) do terapeuta ou do pesquisador de “motivações” que incitam, por diversos meios, o sujeito a uma auto-exploração de si mesmo progressivamente orientada para — depois concentrada em — a educação dos conflitos familiares atuais e principalmente longínquos. É o conjunto da situação de entrevista, devido a sua estrutura, que privilegia esta orientação e constitui uma incitação permanente ao remetimento do sujeito a si mesmo, a seu debruçamento — freqüentemente seu enquistamento — sobre “seu” problema (visto ser precisamente o único lugar onde lhe é permitido falar sobre isto): rapidamente localizado, individualizado, depois “familiarizado”, o dito “problema pessoal” torna-se, a partir de então, com destiños diversos, um daqueles que só se concebe, dos quais só se fala, que só se resolve (às vezes) e dos quais só se sai (com sorte) através de múltiplos avatares de uma relação a dois — “transferencial” ou não.

Assim, o único lugar possível, na enquête, para a emergência do desejo²⁷ torna-se uma mecânica eficaz

a) de privatização dos problemas (de preferência nas estruturas familiares);

b) de sua relegação ao nível do “segredinho” (Deleuze) ou da “confidência” confessável e solúvel unicamente no quadro de um *tête à tête*.

Não é acidental²⁸ que os psicólogos clínicos e os psicossociólogos se tenham tornado, pelo menos em suas práticas, especialistas na exploração, num diálogo singular, dos problemas “privados”, da “vida privada”. Mas isto coloca de modo totalmente preciso a questão dos efeitos sociais, deliberados ou não, da intervenção (psicológica ou psicossociológica) através da entrevista. “Máquinas de reforço”? “Máquinas que desejam”? Talvez aí esteja um dos problemas-chave da prática das ciências humanas hoje em dia.

IV.2.3) Uma conselheira do *Planning Familial* contava recentemente que, há algum tempo, as mulheres falavam espontaneamente e

(27) O que talvez seja uma outra e boa razão para a censura teórica sobre o método.

(28) Revela-se aí simplesmente a força de um dos pressupostos básicos da psicanálise, cf. Deleuze: a recusa de examinar o investimento libidinoso do campo social (histórico, econômico, político) a menos que seja como “derivado”, “sublimado”, “desviado”, sempre em segundo grau em relação aos investimentos familiares — e a tentação de sempre referir-se a ele em última instância.

de modo totalmente livre de problemas muito difíceis de serem abordados antes — em particular de seus abortos. Entretanto, não foram as técnicas de atendimento e de entrevista das conselheiras do P.F. que variaram, e sim que, em abril de 1971, 343 mulheres publicaram uma declaração bem curta: declaravam publicamente que todas tinham abortado (apesar da proibição legal) e exigiam para todas as mulheres o direito de abortarem livremente, o direito de falarem sobre isso, o direito de saírem da clandestinidade e do silêncio, desafiavam os juízes a perseguirem-nas.

A legislação sobre o aborto não mudou. Mas um ano depois, as mulheres (e os homens) falam sobre ele: nas consultas de contracepção, nos consultórios de seus médicos ou psiquiatras, principalmente entre si, enfim, em público (“denúncia dos crimes contra as mulheres”, Paris, maio de 1972). O corpo, a “vida privada”, o “segredinho” vergonhoso tornaram-se objeto de consciência, de ações e de debates coletivos.

Que uma ação “exemplar”, como se dizia em maio (Movimento de 22 de março de 1968), seja mais eficaz do que três anos de psicoterapia ou 500 páginas de relatório de pesquisa para desvendar o conjunto de uma situação e para “desbloquear” a palavra — e o domínio — dos indivíduos sobre sua vida (inclusive a mais “privada”), nada tem de novo nem de surpreendente, mas leva-nos a colocar o problema dos pressupostos — psicológicos, sociológicos e políticos — de determinadas práticas das ciências humanas e de sua articulação com os movimentos sociais...

*

* *

O interesse dos métodos ditos não-diretivos é essencialmente o de demonstrar por absurdo até que ponto os métodos clássicos de entrevista nas ciências humanas, da sondagem ao questionamento profundidade ou à terapia, derivam finalmente do mesmo modelo: em todos os casos o locutor — que os psicólogos, sem dúvida por eufemismo, insistem em chamar de “sujeito”, é tipicamente *objeto*: de intervenção (ou de manipulação) com muita freqüência, de observação às vezes, de estudo talvez.

Toda enquete, toda pesquisa que se situa no interior deste quadro permanece, no essencial, prisioneira — e, em todo caso, solidária — da *divisão social do trabalho de questionamento* (questionamento dos outros, da sociedade, de si mesmo) e da *monopolização das funções de conhecimento* (e de autoconhecimento) pelos instigadores (públicos ou privados, universitários ou extra-universitários) das pesquisas (ela parece solidária também, no momento, de uma formalização fundada,

em primeiro lugar, na divisão entre o desejo e a práxis social, entre investimentos “libidinosos” e investimentos sociais).

E talvez os psicólogos pudessem se interessar pela elaboração de outras técnicas de investigação e de outras teorias sobre o funcionamento psíquico.

Em outras palavras, a questão talvez não seja a de saber se toda investigação, toda entrevista é desonesta (embora um grande número o seja), nem de procurar o inimigo principal onde existem apenas sintomas ou engrenagens; mas antes perguntar-se em que condições a iniciativa e o controle das ações de questionamento (e de autoquestionamento) individual e coletivo, de conhecimento (e de autoconhecimento) individual e coletivo podem deixar de ser monopolizados por e para o benefício de organizações ou de microgrupos de especialistas-interrogadores (organizadores, pesquisadores ou homens de aparelho), mas distribuídos igualmente e assumidos pelo conjunto daqueles que, a partir daí, indivíduos ou coletividades, não seria mais ridículo chamar de “sujeitos”.

Resta saber se — e em que condições — os que são considerados especialistas das ciências “do homem” poderiam ter, em tal processo, papéis diferentes dos de conselheiros (ou associados) dos juizes, sacerdotes e policiais no poder (como Skinner prevê).

BIBLIOGRAFIA

- BENNEY, M. e HUGHES, E. C., Of Sociology and the Interview. *Amer. J. of Sociol.*, 1956, 62, 137-42.
- BENNEY, M.; RIESMAN, D. e STAR, S. A., Age and Sex in the Interview. *Amer. J. of Sociol.*, 1956, 61, 143-52.
- BINDER, A.; Mc CONNELL, D. e SJOHELM, N.A., Verbal Conditioning as a Function of Experimenter Characteristics. *J. Abnorm. Soc. Psychol.*, 1957, 55, 307-14.
- BUSS, A. H. e DURKEE, A., Conditioning of Hostile Verbalizations in a Situation Resembling a Clinical Interview. *J. of Consult. Psychol.*, 1958, 56, 130-45.
- CAHALAN, D.; TAMULONIS, V. e VERNER, H. W., Interviewer Bias Involved in Certain Types of Attitude Questions. *Int. J. of Opin. and Attitude Res.*, 1947, 1, 63-77.
- COUCH, A. e KENISTON, D., Yeasayers and Nayayers: Agreeing Response set as a Personality Variable. *J. Abnorm. Soc. Psychol.*, 1960, 60, 150-74.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F., *L'Anti-Oedipe*, 1972, Ed. de Minuit, Paris.
- EYSENCK, H. J., *Conditionnement et névroses, nouvelle méthode thérapeutique*, 1962, Gauthier, Villars, Paris, 407 p.
- FERBER, R. e WALES, M., Detection and Correction of Interviewer Bias. *Public Opin. Quarterly*, 1952, 16, 102-27.
- GOULDNER, A. W., *Patterns of Industrial Bureaucracy*, 1955, Routledge and Kegan, Londres.
- HILDUM, D. e BROWN, R. W., Verbal Reinforcement and Interviewer Bias, *J. Abnorm and Soc. Psychol.*, 1956, 53, 108-11.
- _____. L'Homme au magnétophone, dialogue psychanalytique, in *Les temps modernes*, 1969, 24, N. 274, p. 1824-840.

- HYMAN, H. H., *Interviewing in Social Research*, 1954, Univ. of Chicago Press, Chicago.
- JACKSON, D. N. e MESSICK, S. J., Content and Style in Personality Assessment. *Psychol. Bull.*, 1958, 55, 243-52.
- KAHN, R. L. e CANNELL, C. F., *The Dynamics of Interviewing*, 1957, John Wiley and Sons, New York, 368 p.
- KAHN, R. L. e CANNELL, C. F., Interviewing, in LINDZEY, G. e ARONSON, E., *Handbook of Social Psychology*, 1968, Addison-Wesley, vol. II, p. 526-95.
- KATZ, D., Do Interviewers Bias Poll Results? *Public Opinion Quart.*, 1942, 6, 248-68.
- KRASNER, L., Studies of the Conditioning of Verbal Behavior, *Psycho. Bull.*, 1958, 55, 148-70.
- KRASNER, L., The Therapist as a Social Reinforcement Machine, in STRUP, M. H., Luborsky. *Research in Psychotherapy*, vol. II, 1962, DC, AP. Washington.
- LEMAINE, J. M., Conditionnement verbal et problèmes cognitifs (1954-1969). *Année Psychol.*, 1971, 71, 1, 9-34.
- LENSKI, G. E. e LEGGE, J. C., Caste, Class, and Deference in the Research Interview. *Amer. J. Sociol.*, 1960, 65, 463-67.
- LIEBERMAN, L. R., Reinforcement in Psychotherapy: Rejoinder. *Perceptual and Motor Skills*, 1969, 29, 3, 861-62.
- MACCOBY, E. e MACCOBY, N., The Interview: a Tool of Social Science, in LINDZEY, G., *Handbook of Social Psychology*, 1954, Cambridge, Mass. Addison-Wesley, p. 449-87.
- MOUVEMENT DU 22 MARS, *Ce n'est qu'un début, continuons le combat*, 1968, F. Maspero, Paris.
- PAGÈS, M., *L'orientation non-directive en psychothérapie et en psychologie sociale*, 1965, Dunod, Paris, 181 p.
- PAGÈS, R., Resquest-Answer Interaction in Relation to Man-computer Interaction, in HYMES, D., *The Use of Computers in Anthropology*, 1965, Mouton, Paris, p. 449-64.
- PAGÈS, R., Psychopédagogie sociale et intervention dans les organisations, in *Le Psychosociologue dans la cité*, 1967, Ed. de L'Épi., Paris, p. 155-88.
- PAGÈS, R., Déontologie de la psychologie sociale appliquée, in REUCHLIN, *Traité de psychologie appliquée*, tome I, 1971, PUF, 197-230.
- PROSHANSKY, M. e SEIDENBERG, B., *Basic Studies in Social Psychology*, 1955, Holt., New York.
- QUAY, H., The Effect of Verbal Reinforcement on the Recall of Early Memories, *J. Abn. Soc. Psychology*, 1969, 59, p. 254-57.
- RICE, S. A., Contagious Bias in the Interview: a Methodological Note. *Amer. J. Sociol.*, 1929, 35, 254-57.
- RICHARDSON, S. A.; DOHRENWEND, B. S. e KLEIN, D., *Interviewing*, 1965, Basic Books, New York.
- ROBINSON, D. e ROHDE, S., Two Experiments with an Anti-Sensitism Pole, *J. of Abn. Soc. Psychol.*, 1946, 41, 136-44.
- ROGERS, C. R., *Counseling and Psychotherapy*, 1942, Houghton-Mifflin, Boston.
- ROGERS, C. R., The Non-directive Method as a Technique of Social Research. *Amer. J. of Sociol.*, 1945, 50, N. 4, 279-83.
- ROGERS, C. R., *Client-Centered Therapy*, 1951, Houghton-Mifflin, Boston.
- ROGERS, C. R. e SKINNER, B. P., Some Issues Concerning the Control of Human Behavior, *Science*, 1956, 124, 1057-66.
- ROSENTHAL, R., *Experimenter Effects in Behavioral Research*, 1966, Appleton, New York.
- ROSENTHAL, R., *Pygmalion in the Class-room*, 1968, Appleton.
- SALZINGER, K. e PIZONIS, Reinforcement of Verbal Affect Responses of Normal Subjects During the Interview. *J. of Abn. Soc. Psychol.*, 1960, 60, 127-30.

- SMITH, E. W. L. e DIXON, T. R., Verbal Conditioning as a Function of Race of the Experimenter, and Prejudices of the Subject. *J. Exp. Soc. Psychol.*, 1968, 4, 285-301.
- STANTON, F. e BAKER, K. H., Interviewer Bias and the Recall of Incompletely Learned Material. *Sociometry*, 1942, 5, 123-34.
- TRUAX, C. B., Reinforcement and Non-reinforcement in Rogerian Therapy. *J. of Abnormal Psychol.*, 1966, 71, 1, 1-9.
- VERPLANCK, W. S., The Control of the Content of Conversation Reinforcement of Statements of Opinion. *J. Abnorm. Soc. Psychol.*, 1955, 51, 668-76.
- WEBB, E. J., CAMPBELL, D. T., SCHWARTZ, R. D. e SECHREST, L., *Unobtrusive Measures*, 1968, Rand Mc Nally, Chicago.
- WILLIAMS, J. A., Interviewer Respondent Interaction: a Study of Bias in the Information Interview. *Sociometry*, 1964, 27, 338-52.
- WYATT, D. e CAMPBELL, D., A Study of Interviewer Bias as Related to Interviewers Expectations and own Opinions, *Internat. Journ. Opin. Attit. Res.*, 1950, 4, 77-83.

(Extraído de *Epistémologie Sociologique*, nº 13, 1972, p. 25-46.)
Trad. de RUTH JOFFILY DIAS.

Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia

Guy Michelat

“O importante é que a exploração do ‘conteúdo latente’ acarreta aqui adiante uma rosácea de significações tendendo a valer em vários planos ao mesmo tempo que a valer para todos...”

André BRETON
Anthologie de l'humour noir

Propomo-nos, neste artigo, a formular certas observações sobre a utilização da entrevista não-diretiva como método de análise dos fenômenos sociais e não a expor as técnicas de entrevista não-diretiva de pesquisa,¹ nem propor uma técnica original de análise dessas entrevistas.² Estas observações originaram-se simultaneamente do ensino

(1) Este artigo retoma uma exposição que fizemos no quadro das *Journées de la Société Française de Psychologie* (outubro de 1972), onde a Secção de Psicologia Social propusera como tema: “A análise de entrevistas não-diretivas no domínio político”. Eric Landowski expunha igualmente aí a abordagem semiológica desse tipo de entrevista.

(2) Lembremos apenas que, na entrevista não-diretiva, procura-se fazer com que a pessoa entrevistada assuma o papel de exploração habitualmente detido pelo entrevistador; este último então não desempenha mais do que um papel de facilitação e de apoio. Parte-se assim da idéia de que a pessoa interrogada é a mais apta a explorar o campo do problema que lhe é colocado, em função do que ela pensa e sente. Isto deve corresponder a uma aceitação real, pelo entrevistador, da pessoa interrogada tal como ela é. Vêm-se aqui certas semelhanças com a entrevista de aconselhamento psicoterápico de Carl Rogers. Não analisaremos mais detalhadamente as semelhanças e as diferenças entre esses dois tipos de entrevista (cf. ROGERS, C., “The Non-Directive Method as a Technique for Social Research”, in *American Journal of Sociology*, 50 (4), jan. 1945, p. 279-89; PAGÈS, M., *L'orientation non directive en psychothérapie et en psychologie sociale*, Paris, Dunod, 1965; LEGRAS, D., “Quelques contributions à la méthodologie de l'entretien non-directif d'enquête”, in *Bulletin du C.E.R.P.*, 20 (2), 1971, p. 131-41).

desses métodos e de sua utilização, que praticamos há mais de uma dezena de anos, em colaboração com Monique e Raymond Fichelet e com Michel Simon.³ Digamos, em primeiro lugar, que a entrevista não-diretiva é para nós um método entre outros e que ela não pode substituir alguns deles, dos quais é complementar. Sua contribuição parece-nos essencial todas as vezes que se procura apreender e prestar contas dos sistemas de valores, de normas, de representações, de símbolos próprios a uma cultura ou a uma subcultura. Isto quer dizer que, aqui, em particular, a psicossociologia não deixa de ter relação com os domínios próprios a outras disciplinas. Deste ponto de vista, pode-se considerar que nosso objetivo se aproxima do objetivo do etnólogo. De um outro modo, Henri Raymond, examinando nesta revista estes mesmos métodos, chama de *ideologias* aos "conjuntos organizados de representações" que este tipo de entrevista pretende atingir.⁴ Acrescentemos enfim que, para nós, esses sistemas culturais são igualmente fruto da história.

O recurso à entrevista não-diretiva, por oposição à entrevista dirigida, tem o objetivo de contornar certos cerceamentos das entrevistas por questionário com perguntas fechadas que representam o pólo extremo da diretividade. Com efeito, numa entrevista por questionário, existe estruturação completa do campo proposto ao entrevistado, este só pode responder as perguntas que lhe são propostas nos termos formulados pelo pesquisador e enunciados pelo entrevistador que detém o monopólio da exploração quando não o da inquisição. Disseram frequentemente, e com razão, que o perigo é de que seja grande o afastamento entre a significação que o pesquisador dá às perguntas que faz e às respostas que propõe e a que lhe darão as pessoas entrevis-

Observemos, entretanto, que a entrevista de pesquisa não pode ser realmente não-diretiva, no sentido estrito, se mais não fosse porque é o entrevistador que pede ao entrevistado para falar sobre um tema escolhido pelo responsável pela pesquisa, enquanto na entrevista rogeriana é o paciente que escolhe procurar o psicoterapeuta e que escolhe aquilo sobre que vai falar.

(3) Um exemplo do tipo de tratamento e dos resultados aos quais chegamos pode ser fornecido por nosso estudo no domínio da psicossociologia política, cf. MICHELAT, G. e SIMON, M., "Catholiques déclarés et irréguliers communistes: vision du monde et perception du champ politique", in *Archives de Sciences Sociales des Religions*, 18 (35), janeiro-junho de 1973, p. 57-111.

(4) RAYMOND, H., "Analyse de contenu et entretien non directif", in *Revue Française de Sociologie*, 9 (2), abril-junho de 1968, p. 167-79. Tal definição está próxima da que é dada por Adorno *et al.*

"Emprega-se o termo ideologia no sentido que está difundido na literatura corrente para representar uma organização de opiniões, de atitudes e de valores, uma maneira de encarar o homem e a sociedade." ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J. e SANFORD, R. N., *The Authoritarian Personality*, Nova Iorque, Harper and Brothers, 1950, p. 2.

tadas. É igualmente possível que as perguntas sejam mal escolhidas ou mal formuladas e constituam indicadores muito ruins do que o pesquisador quer apreender. Precisando melhor, o entrevistado talvez se coloque problemas em termos completamente diferentes dos que o pesquisador imagina. Além disso, as respostas que lhe são impostas talvez não correspondam à formulação que o entrevistado teria escolhido; mas, o que é mais grave, essas respostas talvez não correspondam à própria *dimensão* que teria tido uma significação para ele. Estas críticas não nos parecem tirar o valor dos questionários, mas sim torná-los pouco adequados a determinados objetivos.⁵ Na verdade, parece que a uma pergunta qualquer as pessoas interrogadas não respondem ao acaso; de modo mais geral, pode-se considerar que toda resposta a um estímulo dado tem uma significação (e a ausência de resposta é igualmente uma resposta). Resta saber se esse estímulo é o mais adequado e o mais facilmente interpretável em relação ao objetivo e se ele é o melhor indicador disponível. Nem por isso, ao usar-se questionários além da utilização jornalística das sondagens, deixa de ser igualmente possível atingir o sistema que preside à organização dos temas nas pessoas interrogadas; mas isso passa pela estruturação prévia do campo imposta pelo pesquisador que dirige a pesquisa (esta estrutura é dependente da personalidade psicossocial do pesquisador, isto é, entre outras coisas, das “ideologias” dos grupos a que pertence ou de referência).⁶ O recurso à entrevista não-diretiva repousa igualmente sobre a hipótese de que a informação mais facilmente acessível, aquela que é conseguida por questionário, é a mais superficial, a mais estereotipada e a mais racionalizada.

Ao contrário, a informação conseguida pela entrevista não-diretiva é considerada como correspondendo a níveis mais profundos, isto porque parece existir uma relação entre o grau de liberdade deixado ao entrevistado e o nível de profundidade das informações que ele pode fornecer. A *liberdade* deixada ao entrevistado (sendo a não-diretividade todavia relativa) facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista.

(5) Evidentemente ocorre o mesmo com todos os métodos, tendo cada um deles uma especificidade (que caminha junto com uma complementaridade das abordagens). Mas o exame crítico dos métodos não significa o abandono de sua utilização: ele reduz simplesmente seu emprego a determinadas situações e a determinados objetos em função de condições que devem ser explicitadas. É assim que é preciso estar consciente dos limites da “não-diretividade” e das ilusões às quais pode levar. Não evocaremos aqui as críticas que podem ser feitas à entrevista não-diretiva e que nos parecem pertinentes. Cf. KANDEL, L., “Reflexões sobre o uso da entrevista, notadamente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião”, incluída nesta coletânea.

(6) Se as perguntas colocadas não são independentes daquele que as formula, o mesmo se dá, sem dúvida em menor grau, com a simples observação, como o mostram as experiências sobre os fatores sociais da percepção.

Existe igualmente uma relação entre o nível de profundidade que se pode alcançar e a quantidade de material de que se dispõe. Independentemente do objetivo e do procedimento próprios à psicanálise individual, não existe comum medida entre o discurso de uma ou duas horas de uma entrevista não-diretiva e as dezenas, senão as centenas de horas de uma psicanálise. Quanto mais importante é o material, mais ele se enriquece com elementos que permitem ao analista atingir níveis mais profundos.

Uma outra hipótese, corolário da precedente, é a de que o que é da ordem afetiva é mais profundo, mais significativo e mais determinante dos comportamentos do que o que é apenas intelectualizado. Isto não quer dizer que o que é afetivo não tem seu correspondente numa expressão intelectualizada, ou não tem componente intelectualizado. Mas o que é apenas intelectualizado, o que não é assumido afetivamente pela personalidade tem apenas uma significação fraca e uma relação reduzida com os comportamentos do indivíduo. Considera-se que a entrevista não-diretiva permite, melhor do que outros métodos, a emergência deste conteúdo sócio-afetivo profundo, facilitando ao entrevistado o acesso às informações que não podem ser atingidas diretamente. Mas essas observações podem ser aplicadas tanto a entrevistas cujo objetivo é a análise psicológica do indivíduo, quanto a entrevistas como as que nos interessam aqui e que são destinadas à análise dos fenômenos sociais. Precisemos agora alguns dos elementos da especificidade da utilização deste tipo de entrevista em sociologia.

Partimos da hipótese de que cada indivíduo é portador da cultura e das subculturas às quais pertence e que é representativo delas. Comprendemos aqui por cultura o conjunto das representações, das valorizações efetivas, dos hábitos, das regras sociais, dos códigos simbólicos visados por Sapir quando escreve: "O indivíduo é um portador passivo de tradições ou, em termos mais dinâmicos, aquele que concretiza, sob mil formas possíveis, idéias e modos de comportamento implicitamente inerentes às estruturas ou às tradições de uma sociedade dada"⁷ e Jean Stoetzel acrescenta: "O homem é ator e vetor de sua cultura".⁸ Tal concepção implica, para nós, que a constituição e a evolução de uma cultura se devem a um conjunto de processos históricos. Estabelecendo-se uma aproximação com o que Engels diz sobre a história,⁹

(7) SAPIR, E., *Anthropologie*, Paris, Editions de Minuit, 1967, tomo I, p. 89.

(8) STOETZEL, J., "La connaissance des opinions", in PIERON, H., *Traité de psychologie appliquée*, Paris, Presses Universitaires de France, tomo II, p. 326.

(9) "A história se faz de tal modo que o resultado final se desprende sempre dos conflitos de um grande número de vontades individuais, das quais cada uma por sua vez é feita tal qual é por uma multiplicidade de condições particulares de existência; existem então aí inúmeras forças que se opõem mutuamente, um grupo infinito de paralelogramas de forças de onde sai uma resultante — o acontecimento histórico — que pode ser vista por

poder-se-ia dizer que a cultura seria feita pela acumulação e a interação das produções ideológicas das diversas estruturas sociais que se sucederam historicamente, enquanto em cada época haveria interação de um grande número de indivíduos vivendo existências particulares, em função dos diversos grupos sociais aos quais pertencem ou se referem, no interior de uma sociedade que tem estruturas dadas.

É porque esses modelos são interiorizados — mesmo se, às vezes, de modo conflitante — por cada indivíduo, que eles podem desempenhar um papel explicativo dos comportamentos sociais cujos mecanismos tentamos analisar.

Só se pode construir o modelo de uma cultura a partir de suas produções. Em nosso caso, a utilização da entrevista não-diretiva tem o objetivo de provocar as produções verbais dos indivíduos de tal modo que elas possam constituir outras tantas informações sintomáticas. Estas são consideradas como reveladoras ao mesmo tempo da cultura e das subculturas próprias a cada indivíduo e de certos mecanismos que presidem a sua constituição (utilização, transformação, organização dos diferentes “estereótipos” disponíveis).¹⁰

De um outro modo e por analogia¹¹ com o que Lévi-Strauss diz sobre os mitos,¹² consideramos que cada indivíduo, apreendido através das informações sintomáticas fornecidas pela entrevista, é uma aplicação restrita de sua cultura e de suas subculturas. A partir dessas diversas aplicações particulares, nosso objetivo é o de tentar reconstituir o modelo de sua cultura ou os modelos culturais subjacentes. O fato de considerar que o indivíduo é representativo de sua cultura não

sua vez como o produto de uma força agindo como um todo, de maneira *inconsciente e cega*.” ENGELS, F., “Lettre à Joseph Bloch, 21-22 septembre 1890”, in MARX, K. e ENGELS, F., *Sur la religion*, Paris, Editions Sociales, 1968, p. 270.

(10) Pode-se sugerir igualmente a comparação de um conjunto de entrevistas com a obra de um escritor: “Certamente Rabelais ‘exprime’ sua época, seu tempo, a sociedade desse tempo, seu povo e sua nação, as classes e as relações de classe na nação francesa em pleno crescimento” (LEFEBVRE, H., *Rabelais*, Paris, Les Editeurs Français Réunis, 1955, p. 29). O que não quer dizer que se considera que as entrevistas ou a obra artística dão diretamente uma imagem da sociedade equivalente à que os historiadores, economistas ou sociólogos podem construir. Pretende-se apenas sugerir que a obra literária (ou plástica), assim como as entrevistas, fornecem, através das consciências individuais, informações sintomáticas complexas, senão contraditórias, sobre uma sociedade num momento dado de seu desenvolvimento histórico: “O grande riso de Rabelais, sua alegria de viver, sua autêntica alegria não provam que todos à sua volta tinham e achavam a vida bela” (*op. cit.*).

(11) As analogias entre diversos procedimentos, que destacaremos no decorrer desta exposição, não implicam uma identificação entre nosso procedimento e os da psicanálise ou da antropologia estrutural.

(12) LÉVI-STRAUSS, C., *Mythologiques, le cru et le cuit*, Paris, Plon, 1964, p. 21.

significa que os indivíduos sejam intercambiáveis e que se encontre uma imagem idêntica da cultura através dos sintomas particulares contidos numa dada entrevista. Cada indivíduo é caracterizado por sua filiação atual a um certo número de grupos sociais que, ao mesmo tempo, produzem uma subcultura que lhes é específica e que não têm relações idênticas com a cultura global. Além disso, cada indivíduo pertence igualmente a numerosos outros grupos, aos quais pode não pertencer mais, mas que deixaram nele traços mais ou menos importantes. Muitos outros fatores ainda entram em jogo: vai-se encontrar, assim, em cada indivíduo, um modelo cultural assumido por personalidades diferentes com histórias de vida diferentes nas quais as necessidades, as expectativas, as participações foram diferentes; isto significa que os fenômenos de socialização foram diferentes. Na verdade, o indivíduo não toma a cultura como um todo que lhe é dado, ele a percebe e a torna mais ou menos sua em função de sua personalidade psicossocial e de suas necessidades, as quais em larga medida são função de uma interação de influências, as dos meios nos quais nasceu e nos quais viveu nos diferentes momentos de sua existência. Existe, assim, para cada indivíduo, um sistema complexo de acentuações, de contradições, de transformações em função dos diferentes elementos que atuam ou atuaram em seu processo de socialização.¹³

Todavia, existe uma espécie de paradoxo no fato de se dirigir a indivíduos, em suas particularidades, através de suas vivências, de sua personalidade, para atingir-se o que é social. Com efeito, a partir do discurso das pessoas interrogadas que exprime a relação delas com o objeto social do qual lhes pedem que fale, nosso objetivo é passar pelo que há de mais psicológico, de mais individual, de mais afetivo, para atingir o que é sociológico, o que é cultural.

O que procuramos através da entrevista não-diretiva é realmente reconstituir os modelos culturais de nossa sociedade. Mas não pensamos que se possa fazer economia da passagem pelo indivíduo considerado como lugar de sua cultura. Enquanto antropólogo, Sapir precisa: "Se um testemunho individual é gravado como tal (coisa muito freqüente em etnografia), isto não quer dizer que se considera precioso o indivíduo, entidade adulta e singular, mas que ele é tomado como amostra da comunidade".¹⁴

Mas vê-se claramente aí, apesar de certas analogias, uma diferença em relação à entrevista não-diretiva: em geral o etnólogo pede a um membro da comunidade estudada, considerado um informante,

(13) SAPIR, E., *Anthropologie*, Tomo I, Paris, Editions de Minuit, 1967, p. 89-90.

(14) SAPIR, E., *Anthropologie*, *op. cit.*, p. 90.

informações de tipo objetivo: o que sabe sobre os mitos, os ritos, as tradições, etc. (sob forma de perguntas que se assemelham às de uma entrevista diretiva). Ao contrário, na entrevista não-diretiva o que se faz é dirigir-se a um participante da cultura estudada perguntando-lhe não mais o que sabe, mas o que pensa, o que sente enquanto indivíduo.¹⁵ Se um membro da comunidade é considerado representativo de sua cultura, isto se dá através de sua singularidade, que consideramos reveladora. A análise baseia-se mais no que é sentido do que no que é conhecido e isto a partir da produção de sintomas obtida pela entrevista não-diretiva: “o indivíduo sente, mais do que conhece, estes modelos e aplica-os com toda candura sem poder descrevê-los conscientemente”¹⁶.

Essa passagem pelo indivíduo implica, como dizíamos acima, um certo paradoxo: é a partir do que há de mais individual e de mais afetivo que vamos tentar alcançar o que é sociológico. Mas se se perceber o fato de que não há comportamentos sociais e comportamentos individuais, de que não há diferenças de natureza dos fenômenos mas apenas uma diferença de ponto de vista segundo o objetivo da observação, poder-se-á analisar o que é individual ou o que é social. Parafraseamos aqui Sapir, que acrescenta: “Não há nenhuma diferença entre uma respiração e uma religião ou um regime político, *com a condição de interpretá-la como um comportamento social*” e “o homem, tanto em seu comportamento social quanto no pretense comportamento individual, obedece a modelos culturais íntimos”.¹⁷ Mas, uma vez que cada indivíduo é singular, é preciso servir-se do que faz com que ele seja ele, o que o particulariza, isto é, uma determinada organização de filiações e de experiências sociais específicas, e não considerá-lo de maneira abstrata. Pode-se, assim, estimar que determinadas situações particulares farão aparecer melhor o modelo geral que procuramos. Efetivamente, as particularidades, as “historietas” próprias a cada indivíduo (sua vivência, suas filiações...) podem ser decompostas num certo número de variáveis das quais se poderia dizer que constituem o equivalente a um item de um plano experimental no qual cada indivíduo representaria uma réplica da experiência. O feixe dessas variáveis que estabelecem a equação particular de um indivíduo vai desempenhar um papel de revelador do modelo da cultura e das sub-

(15) É evidente que a distinção entre o que é conhecido e o que é sentido não é simples. Cabe ao analista separar o que é realmente sentido do que é dado como sentido e que nada mais faz do que reproduzir um discurso conhecido estereotipado sem que este seja afetivamente assumido. Assim, também a pessoa interrogada pode apresentar o que de fato sente como qualidades objetivas de uma realidade que conhece.

(16) SAPIR, E., *op. cit.*, p. 40.

(17) SAPIR, E., *op. cit.*, p. 39.

culturas através dos sintomas particulares contidos numa entrevista dada.¹⁸

Os modelos culturais aparecer-nos-ão então sob as formas concretas e particulares segundo as quais são vividos por indivíduos dados e que, por isso mesmo, são as mais típicas e as mais significativas. Poder-se-ia estabelecer uma analogia com a compreensão do “normal” pelo estudo de “casos patológicos” mas, apesar de certas semelhanças, é preciso notar que cada indivíduo não é definido nem pela diferença com o que se passa “normalmente”, no sentido valorizado do termo, nem pelo afastamento de uma norma determinada por sua freqüência, mas, antes, representa formas particulares de sistemas gerais ou parciais que correspondem a grupos ou a subgrupos.

Todavia, a despeito da grande diversidade dos elementos que constituíram a personalidade psicossocial de cada indivíduo, vão ser encontrados em cada um deles modelos que apresentarão profundas semelhanças. A própria existência dessas constantes poderá ser considerada como reveladora dos modelos culturais. “É preciso reconhecer que todo indivíduo num grupo oferece particularidades culturais que não compartilha com todos os membros e que pode ser até mesmo o único a possuir. Em lugar de abordar as variações individuais a partir de uma pretensa objetividade da cultura é preciso então fazer a exigência inversa. É preciso fazer abstração da cultura e analisar o melhor possível os atos e os pensamentos cotidianos de um certo número de indivíduos habituados a viver em comum. Seremos então forçados a admitir a existência de determinadas constantes no interior dessas relações interpessoais”.¹⁹ Constatar-se-á até mesmo uma persistência desses modelos de uma geração para outra, no interior de uma cultura ou de uma subcultura. Essa herança de natureza evidentemente social e não biológica poderá, entretanto, ser considerada, em determinados casos, como biológica pelas pessoas interrogadas.²⁰ Notemos, a esse respeito, que os modelos culturais aos quais chegaremos estão ligados à história e podem levar-nos, para compreendê-los, a fazer ensaios de

(18) Assim, na entrevista de uma operária bretã, é o fato de ter um filho retardado que é o ponto de partida e o revelador de todo um sistema de representações e de valorização concernente à religião e à política, característica de uma subcultura. (“O Bom Deus, se houvesse um Bom Deus, porque faria tantas misérias na terra, isto me revolta”, cf. MICHELAT, G. e SIMON, M., “Catholiques déclarés...”, *op. cit.*, p. 107.)

(19) SAPIR, E., *op. cit.*, p. 110.

(20) O sistema de valores da sociedade, a própria estrutura desta última, as desigualdades entre grupos sociais são então considerados como tendo uma origem natural e não cultural. Cf. MICHELAT, G. e SIMON, M., “Catholiques déclarés...”, *op. cit.*

sociologia histórica, se é verdade, como diz M. Mauss, que “por trás de todo fato social existem história, tradição, linguagem e hábitos”.²¹

A escolha da amostra

Numa pesquisa quantitativa, é a amostra, constituída por indivíduos escolhidos ao acaso, que é considerada como representativa. Ela é, de algum modo, um modelo reduzido da população total, na qual os diferentes grupos sociais se encontram com os pesos respectivos que têm na população.

Numa pesquisa qualitativa, só um pequeno número de pessoas é interrogado. São escolhidas em função de critérios que nada têm de probabilistas e não constituem de modo algum uma amostra representativa no sentido estatístico. É, sobretudo, importante escolher indivíduos os mais diversos possíveis. E, na verdade, em função do que dissemos mais acima, é o indivíduo que é considerado como representativo pelo fato de ser ele quem detém uma imagem, particular é verdade, da cultura (ou das culturas) à qual pertence. Tenta-se apreender o sistema, presente de um modo ou de outro em todos os indivíduos da amostra, utilizando as particularidades das experiências sociais dos indivíduos enquanto reveladores da cultura tal como é vivida.

A amostra é então constituída a partir de critérios de diversificação em função das variáveis que, por hipótese, são estratégicas, para obter exemplos da maior diversidade possível das atitudes a respeito do tema em estudo. Por variáveis estratégicas entendemos aquelas que, em função de reflexões teóricas e dos estudos anteriores, pode-se estimar como sendo as que desempenham o papel mais importante no campo do problema estudado.

As variáveis estratégicas são de dois tipos. Por um lado, considera-se que as variáveis utilizadas na análise quantitativa (pesquisas de opinião) são geralmente pertinentes para a constituição da amostra de uma pesquisa qualitativa, realizada a partir de entrevistas não-diretivas. Na verdade, pode-se pensar que o sexo, a idade, a profissão, o tipo de habitat, a região, etc. são indicadores de filiações a grupos sociais nos quais os fenômenos de socialização são de tipo diferente em função de realidades diferentes. Mas, por outro lado, variáveis mais especificamente ligadas ao tema do estudo realizado devem ser igual-

(21) MAUSS, M., “Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie”, publicado no *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*, 1926, e republicado in *Sociologie et anthropologie*, Paris, Presses Universitaires de France.

mente levadas em conta. Por exemplo, se é feito um estudo sobre os transportes coletivos urbanos, parece necessário escolher pessoas que utilizam e pessoas que não utilizam este meio de transporte. Num estudo sobre o nacionalismo, serão utilizadas, entre outras, as distinções que parecem significativas no campo do político; serão utilizadas, em particular, as tomadas de posição explícitas contidas nas ideologias declaradas dos grupos políticos e será necessário entrevistar-se com pessoas “ultranacionalistas” ou “internacionalistas” de diversos tipos. O particular é que esta escolha não será feita levando em conta o peso desses grupos políticos na população, mas em função de sua exemplaridade. Assim, os que se declaram pertencer a certos grupúsculos ocuparão tanto lugar na “amostra” quanto os aderentes ou os eleitores de certos partidos de massa. O que não quer dizer que os critérios de diversificação serão exclusivamente políticos.

Dizíamos que cada entrevista podia ser considerada uma aplicação restrita de um modelo geral. O *corpus* será constituído pelo conjunto dessas aplicações particulares. Mais precisamente, o *corpus* submetido à análise é constituído pelos discursos das pessoas interrogadas tais quais foram retranscritos exaustivamente a partir da gravação em fita de cada entrevista. Faz igualmente parte dele o que, no discurso do entrevistador não é não-diretivo: mesmo se este último tem uma grande experiência da conduta não-diretiva das entrevistas, determinadas intervenções podem ter um conteúdo diretivo e é necessário poder controlá-lo. Com efeito, uma proposição emitida livremente pelo entrevistado no decorrer de seu processo de exploração, associada ao que precede em seu próprio discurso, não terá o mesmo valor, igual significação que a mesma proposição quando esta aparece após uma estruturação diretiva do entrevistador. Pode-se mesmo ser levado, neste caso, a pôr entre parênteses determinadas seqüências do discurso do entrevistado no caso de não se saber mais se elas fazem parte de seu processo exploratório ou se lhe foram impostas de fora. Fazem igualmente parte do *corpus* todos os outros sintomas tais como hesitações, risos, silêncios, etc. (pode-se mesmo cogitar da gravação das entrevistas em *video-tape* para reencontrar todas as expressões gestuais, mímicas, etc., que poderiam ser acrescentadas às informações sintomáticas já recolhidas). Enfim, as informações situacionais, dentre as quais algumas são representadas pela idade, pelo sexo, pela profissão, a região, o nível de estudos, etc. são indispensáveis à análise da entrevista. Com efeito, por um lado, cada elemento do discurso do entrevistado terá significações diferentes segundo as configurações de elementos de tipos diversos às quais ele pertence (quer estes sejam verbalizados pelo locutor, quer pertençam às variáveis situacionais que o definem). Por outro lado, poder-se-á, se for o caso, caracterizar determinados modelos anexos próprios a subculturas.

A análise de conteúdo das entrevistas (tipo Berelson)

Em muitos casos, a análise das entrevistas não-diretivas reduz-se à utilização das técnicas de análise de conteúdo tais como foram descritas por Berelson.²² Estas técnicas, por mais úteis que possam ser, parecem-nos aplicar-se mal a um discurso como o obtido pela entrevista não-diretiva: trata-se aqui de um discurso falado, desenvolvido espontânea e livremente — mesmo que esta espontaneidade e esta liberdade sejam relativas, posto que submetidas simultaneamente à pressão a explorar, induzida pela presença e pela exigência do entrevistador, e à escolha do tema da exploração, feita por este último — mas muito diferente dos escritos geralmente submetidos à análise de conteúdo.

O texto é então decomposto em unidades de significação que são classificadas por meio de um sistema de categorias estritamente definidas. A análise deve ser exaustiva: todas as unidades de significação devem encontrar seu lugar, de maneira não-ambígua, nas categorias definidas. Esse tratamento permite uma quantificação dos temas, mesmo que esta seja considerada como tendo apenas um valor indicativo. A vantagem deste método é a de que, ao proceder segundo regras precisas, a fidelidade da análise pode ser grande: em princípio, duas análises conduzidas independentemente devem chegar ao mesmo resultado. Mas algumas observações críticas podem ser feitas.

1) As unidades de significação, classificadas em temas, são separadas umas das outras, consideradas isoladamente, independentemente do conjunto de seu sistema de relações.²³

2) É o conteúdo manifesto que é classificado em categorias, o conteúdo latente podendo revelar-se segundo os termos da análise, mas o isolamento dos temas de seu contexto relacional parece-nos fazer perder a compreensão das ligações necessárias para atingir o conteúdo latente. É verdade que se pode aperfeiçoar a análise e considerar não mais apenas categorias referentes aos temas, mas também categorias referentes às relações existentes entre dois temas. Não se contabilizará mais então a frequência de A e B, mas a frequência de A associada a B. Mesmo neste caso parece que se perdem elementos de informação indispensáveis.

3) A quantificação das frequências correspondentes a cada uma das categorias repousa sobre um pequeno número de entrevistas cujo

(22) Cf., por exemplo, BERELSON, B., "Content Analysis", in LINZDEY, G., *Handbook of Social Psychology*, Reading, Addison-Wesley, 1959, p. 488-522.

(23) Essas unidades de significações são freqüentemente determinadas *a priori* (ou melhor, após tentativas sobre uma amostra de um *corpus*). Corre-se o risco de voltar assim a uma situação de questionários de perguntas fechadas e só se ressalta a presença ou a ausência de certos itens pré-definidos em hipóteses.

conjunto não pode, de modo algum, ser considerado representativo. O fato de se levar em consideração as diferenças de frequência parece, deste ponto de vista, não ter nenhum valor estatístico.

4) O que parece, todavia, mais importante é que mesmo se os resultados da quantificação dos temas são considerados como tendo apenas um valor indicativo, parte-se da idéia de que o que é mais importante manifestar-se-á quantitativamente, o que é mais freqüente é também mais significativo, e isto parece duvidoso. Se se admite que existem mecanismos de bloqueio, de censura, ao nível da expressão individual, devidos ou não aos mecanismos do inconsciente, é verossímil que elementos de informação importantes só aparecerão talvez de maneira fugidia e velada. Pode-se mesmo dizer, como na teoria da informação, que quanto mais fraca é a probabilidade de ocorrência de um tema, maior é a quantidade de informação que ele traz.

5) A quantificação, neste caso, dá em geral a impressão de deixar escapar o essencial das significações. O fato de comumente ser analisado apenas o conteúdo manifesto — mesmo que, “todavia, os resultados da análise de conteúdo sirvam freqüentemente de ponto de partida para essas ‘interpretações’ do conteúdo latente”²⁴ — faz da maioria das utilizações deste método de análise uma simples extensão das perguntas abertas tais como são utilizadas num questionário e, para as quais, esse tipo de análise é adequado e até mesmo indispensável. Ora, pensamos que existem diferenças fundamentais entre as quais a mais importante ou, pelo menos, a que determina as outras, é que no caso da entrevista não-diretiva há uma interação de tipo particular entre o entrevistador e o entrevistado e que é este último que detém a atitude de exploração.²⁵ Se uma entrevista não-diretiva é utilizada de preferência a uma entrevista dirigida a partir de um questionário é porque se considera que a informação fornecida por perguntas diretas solicita apenas a parte da informação imediatamente acessível ao entrevistado, isto é, a informação mais superficial, mais estereotipada, mais sensível às pressões da desejabilidade social. É

(24) BERELSON, B., *op. cit.*, p. 489.

(25) Poder-se-ia dizer igualmente que existe na entrevista não-diretiva um certo paralelismo entre a relação entrevistador-entrevistado e a que une o analista da entrevista e o entrevistado: em ambas situações o entrevistador ou o analista deve estar continuamente à escuta do discurso do entrevistado sem que intervenha tudo o que está pressuposto. Reencontram-se aqui certas analogias com a *atenção flutuante* dos psicanalistas (voltaremos a isso).

“Que uma de suas orelhas se ensurdeça, tanto quanto a outra deve ser aguçada. E é a que vocês devem pôr à escuta dos sons ou fonemas, das palavras, das locuções, das sentenças, sem omitir nisto pausas, escansões, cortes, períodos e paralelismo, pois é aí que se prepara o ao pé-da-letra da versão, sem o que a intuição analítica não tem suporte nem objeto.” LACAN, J., *Ecrits II*, Paris, Editions du Seuil, 1971 (*Points*).

também a que está mais sujeita aos fenômenos de bloqueio e de censura que evocávamos acima.

*A análise qualitativa das entrevistas não-diretivas*²⁶

Parte-se da hipótese de que todo elemento do *corpus*, inclusive os detalhes, tem pelo menos uma significação. Isto não quer dizer que esses detalhes podem ser considerados isoladamente, como tendo uma significação fora de qualquer contexto, como numa “chave dos sonhos”. Ao contrário, cada detalhe só tem sentido em relação com todos os outros elementos disponíveis. Isto é compreensível se for lembrado que consideramos as entrevistas não-diretivas como uma produção de sintomas que caberá a nós interpretar e organizar e que frequentemente apresentar-se-ão sob forma de “detalhes”. Esta importância do detalhe é igualmente atestada tanto por Freud quanto por Lévi-Strauss em seus respectivos modos de análise: “Ele é (o método de interpretação), como este (o método de decifração), uma análise ‘em detalhe’ e não ‘em massa’, um ‘conglomerado’ de fatos psíquicos”.²⁷ “Se algo sobressai de todo o empreendimento é o que chamarei a presença do detalhe: nada existe no mito que possa ser ignorado, nada que se possa dizer que é estranho ou absurdo para preservar algumas grandes verdades eternas, nada que não deva ser levado em consideração e que, por conseguinte, não tenha um sentido.”²⁸

Esse tipo de análise, que procede da idéia de que tudo tem uma significação, implica igualmente que a análise deve ser exaustiva, do mesmo modo que a análise dos sonhos ou a análise de conteúdo tal como a propõe Berelson. Todos os elementos do material devem ser analisados e devem encontrar seu lugar no modelo que representa o conjunto (o que não exclui que eles possam se situar simultaneamente em muitos lugares ou níveis do modelo — diversamente da análise de conteúdo clássica).

Indo do conteúdo manifesto ao conteúdo latente,²⁹ queremos reconstituir o “raciocínio” subjacente (raciocínio não consciente —

(26) Cf. LAZARFELD, P., “Quelques fonctions de l’analyse qualitative en sociologie”, in *Philosophie des sciences sociales*, Paris, Gallimard, 1970, p. 318-60.

(27) FREUD, S., *L’interprétation des rêves*, Paris, Presses Universitaires de France, 1971.

(28) LÉVI-STRAUSS, C., “Entretien avec Raymond Bellour”, *Le Monde*, 5 de novembro de 1971.

(29) Lembremos a este respeito as definições que Laplanche e Pontalis dão do conteúdo latente: “Conjunto de significações ao qual chega a análise de uma produção do inconsciente, singularmente do sonho; uma vez decifrado, o sonho não aparece mais como uma narrativa em imagens, mas como uma organização de pensamentos, um discurso, exprimindo um ou muitos desejos (...). O conteúdo manifesto é a versão trun-

“raciocínio afetivo”, poder-se-ia dizer em função das hipóteses colocadas no início), que preside a emergência dos temas manifestos. O objetivo, a partir das diversas progressões desse raciocínio, é o de prestar contas do conjunto do material por um esquema único que seja o mais simples possível.³⁰ Ao cabo dessa análise, o que encontramos são partes dos modelos culturais correspondentes à sociedade global e aos diferentes grupos e subgrupos. São esses modelos culturais que desempenham um papel na organização desse “raciocínio afetivo” do qual falávamos: raciocínio de um indivíduo, cujos determinantes, todavia, são sociais mesmo quando assumem uma aparência particular de vivência de um indivíduo. Assim, este último reencontra em parte o “raciocínio” característico de seu grupo ou de seus grupos. A singularidade de cada indivíduo provém, por um lado, do fato de o modelo cultural deste último ser constituído por uma incorporação — ao menos parcial — dos diversos modelos culturais próprios aos grupos e subgrupos aos quais ele pertence ou aos quais pertenceu; por outro lado, pela síntese pessoal que deles fez. Esta última pode comportar efeitos de reforço ou chegar a contradições eventuais dos modelos culturais dos diferentes grupos de filiação. É assim que se verá aparecer sistemas ambivalentes.³¹ O modelo final ao qual chegaremos prestará contas das progressões deste raciocínio que será próprio de uma dada cultura com ramificações diversas, submodelos próprios a certas subculturas; ele faz aparecer, em todo caso, a parte do sistema cultural ligada ao tema da exploração.

Impregnação e interpretação

O procedimento adotado vai consistir em ler e reler as entrevistas disponíveis para chegar a uma espécie de impregnação. Reencontra-se aqui um procedimento comparável ao de Lévi-Strauss que declara: “Levei três anos para escrever este último volume (...) todo esse tempo era necessário para impregnar-me a tal ponto da substância dos mitos que já sabia todos praticamente de cor”.³² As leituras repetidas vão progressivamente suscitar interpretações pelo relacionamento de ele-

cada, o conteúdo latente é a versão correta.” LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B., *Vocabulaire de la psychanalyse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1968, p. 100. V. igualmente FREUD, S., *L'interprétation des rêves*, *op. cit.*, p. 241 e seg.

(30) Princípio de economia.

(31) Poder-se-á, assim, por exemplo, constatar que uma parte do modelo leva a atitudes autoritárias, uma outra parte a atitudes libertárias (ambas podendo, aliás, encontrar-se simultaneamente no mesmo indivíduo).

(32) LÉVI-STRAUSS, C., “Entretien avec Raymond Bellour”, *op. cit.*

mentos de diversos tipos. Por interpretação compreendemos, como os psicanalistas, o “destacamento, pela investigação analítica, do sentido latente a partir do conteúdo manifesto”.³³ Isto significa que, além da literalidade da frase, tenta-se reconstituir sua tradução interpretativa incluindo seqüências de significação mais ou menos longa. Constatamos igualmente certas analogias com o procedimento dos psicanalistas e utilizamos, aí também, um certo número de seus conceitos.

Por exemplo, seremos levados a identificar e a interpretar os lapsos, mas esta interpretação fará referência não apenas a um contexto psicológico mas, principalmente, neste tipo de análise, a um contexto sociológico ou cultural. Assim, um entrevistado declara numa entrevista: “para ter boa acolhida entre os russos, basta ser soviético”. A primeira idéia que vem ao espírito é a de que esta proposição traz poucas informações, que ela é de tipo tautológico. Se esta idéia é ultrapassada pode-se propor uma primeira interpretação: é um modo irônico de dizer que os russos não são acolhedores com as pessoas de fora e que só são hospitaleiros para com seus conterrâneos. Esta interpretação está de acordo com o que emerge de um grande número de entrevistas de pessoas geralmente hostis ao comunismo. Se esta proposição é recolocada em seu contexto, pode-se dar uma segunda interpretação. Na verdade o entrevistado é uma mulher, operária, favorável à CGT e ao Partido Comunista: ela fala dos delegados sindicais que são convidados a ir à URSS e que são muito bem recebidos. De fato, ao que tudo indica, ela quer dizer “para ser bem acolhido entre os russos, é preciso ser comunista”, isto é, os russos são acolhedores com as pessoas de fora, mas é preciso compartilhar sua ideologia. Mas uma vez restabelecido o sentido, importa não esquecer que houve um lapso e que este tem uma significação. Pode-se interpretá-lo como exprimindo a idéia de que os comunistas não são franceses como os outros, que de fato são estrangeiros, que são soviéticos e “soviético” é o equivalente de “comunista”. Bem se vê que uma proposição aparentemente banal contém de fato uma quantidade de significações, que a interpretação só é possível em função do contexto, mas também que não se pode contentar com uma única interpretação. Deste ponto de vista as diferentes interpretações podem ser simultaneamente válidas. (...) Este exemplo é significativo da existência de atitudes ambivalentes no mesmo indivíduo visto que, na eventualidade de um lapso, reencontra-se, em alguém que é, em outros aspectos favorável aos comunistas, um sistema de representações características dos anticomunistas.

(33) LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B., *Vocabulaire de la psychanalyse*; op. cit., p. 206.

No conteúdo manifesto figuram também as motivações e as interpretações *declaradas*, que são consideradas como informações sintomáticas como as outras e que serão igualmente submetidas à interpretação do analista.

A propósito deste exemplo, reencontra-se aqui uma série de fenômenos descritos pelos psicanalistas, como o da *condensação*: “uma representação única representa sozinha várias cadeias associativas em cuja interseção ela se encontra (...). A narrativa manifesta, comparada com o conteúdo latente, é lacônica: ela constitui sua tradução abreviada — nem por isso a condensação deve ser assimilada a um resumo: se cada elemento manifesto é determinado por várias significações latentes, cada uma destas, inversamente, pode ser encontrada em vários elementos”.³⁴ Este conceito invoca a intervenção do conceito de *sobre-determinação*, efeito do trabalho de condensação, “o sintoma traz o traço da interação das diversas significações entre as quais ele realiza um *compromisso*”.³⁵ Isto acarreta a possibilidade, e em muitos casos a necessidade, de *sobre-interpretação*, “interpretação que se destaca secundariamente quando uma primeira interpretação coerente e aparentemente completa pôde ser fornecida”.³⁶

Mas a atenção particular dedicada à singularidade de cada entrevista é concomitante a um relacionamento das diversas entrevistas entre si. Isto conduz a alternar as leituras verticais das entrevistas (guardando a lógica própria a cada uma) e as leituras horizontais, para estabelecer a relação com as outras entrevistas. Um elemento do “raciocínio” pode faltar numa entrevista e ser encontrado em outra. Um elemento que só apareceu em uma entrevista pode, assim, levar a um novo “questionamento” do conjunto do material. De maneira analógica igualmente, pode-se dizer que se trata de algo comparável ao estudo dos mitos: ou várias versões do mesmo mito constituem o mito, ou cada mito tem sua “lógica”, mas aí existe uma lógica comum a todos os mitos.

Pode-se notar que, no estágio da análise das entrevistas, são reencontradas características da fase de coleta das entrevistas. Por um lado, a atitude do entrevistador não-diretivo, que pode ser comparada com a atenção flutuante do psicanalista, reencontra-se de certa maneira, em determinadas fases de sua investigação, naquele que analisa as entrevistas.³⁷ Por outro lado, assim como o entrevistador não-dire-

(34) LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B., *op. cit.*, p. 89.

(35) *Ibid.*, p. 468.

(36) *Ibid.*, p. 469.

(37) “Ela consiste numa suspensão, tão completa quanto possível, de tudo o que dirige habitualmente a atenção: inclinações pessoais, preconceitos, pressupostos teóricos mesmo os mais bem fundados” e “Maneira pela qual, segundo Freud, o analista deve escutar o analisado: ele não deve privilegiar *a priori* nenhum elemento do discurso deste último, o que implica que ele deixe funcionar o mais livremente possível sua própria atividade inconsciente e suspenda as motivações que dirigem habitualmente a atenção. Esta recomendação técnica é simétrica à regra de livre associação proposta ao analisado”. LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B., *op. cit.*, p. 38-9.

tivo deixa ao entrevistado a responsabilidade de sua atitude de exploração, deixando-o desenvolver seu propósito como bem entender, partindo da idéia de que o entrevistado é o único que o pode fazer, o analista não pode negligenciar nenhum elemento da entrevista, não pode saber se está realmente “fora do campo” o que assim lhe parece. Isto explica a dificuldade de utilizar como não-diretiva uma entrevista recolhida em anotações escritas e não integralmente gravada e retranscrita para a análise.

A experiência mostra justamente que o que aparenta estar “fora do campo” possui muitas vezes uma importância capital. Forçando nosso propósito, poderíamos dizer, de outra maneira, que se fosse possível saber *a priori* o que está “no campo” e o que não está, isto significaria que já se conhece o resultado da análise e, neste caso, seria inútil realizá-la ou, pelo menos, seria preferível passar a uma outra fase da pesquisa. De fato, a pesquisa por entrevistas não-diretivas é justamente destinada a suscitar e a alimentar as hipóteses.

A análise interpretativa dos detalhes que evocamos está ligada com o fato de considerarmos o que há de mais concreto no discurso de indivíduos singulares, com determinadas características, com histórias de vida particulares, através de sua filiação a grupos com características sociais definidas. Isto implica igualmente que é indispensável conservar todos os elementos que permitem reconstituir a lógica própria à entrevista de um indivíduo particular. Isto é, não separar cada elemento de seu sistema de relações. Com efeito, é a partir desse sistema de relações que serão tornadas possíveis as interpretações. Cada entrevista é considerada em sua integridade e sua totalidade, incluindo todos os elementos disponíveis que evocamos na definição do *corpus*. Elementos semelhantes poderão ter sentidos diferentes segundo o sistema de relações que mantêm com o resto do material e com a situação do entrevistado.³⁸ É evidente, do ponto de vista que nos interessa, que a mesma proposição “tenho um trabalho pesado” remeterá a sistemas de significação muito diferentes, conforme tenha sido emitida por um mineiro ou por um pesquisador. Deste ponto de vista, existe uma diferença entre a maneira pela qual pensamos ser desejável proceder e a que é utilizada por um grande número de métodos de análise das entrevistas. Estes últimos consideram o *corpus* como um conjunto abstrato, como o discurso de uma só pessoa, discurso considerado como a expressão anônima da sociedade. Em contrapartida, encontra-se uma analogia com o procedimento de Lévi-Strauss tal como ele o descreve na intro-

(38) “Na verdade, meu procedimento não é tão fácil quanto o método popular que permite traduzir o sonho segundo uma chave constante; estaria mais inclinado a dizer que o mesmo conteúdo pode ter um sentido diferente em sujeitos diferentes e com um contexto diferente.” FREUD, *L'interprétation des rêves*, op. cit., p. 97.

dução a *Le cru et le cuit*, onde insiste numa abordagem não-abstrata dos mitos: “A história inicial requer, portanto, que se situe de saída no nível mais concreto, isto é, no seio de uma população ou de um grupo de populações suficientemente próximos pelo habitat, a história e a cultura (...) Partiremos de *um* mito, proveniente de *uma* sociedade, e analisá-lo-emos recorrendo primeiro ao contexto etnográfico, depois a outros mitos da mesma sociedade”.³⁹

Após o período de impregnação pelo material, progressivamente se vai adquirindo a capacidade de elaborar um esquema provisório a partir de uma ou de muitas entrevistas. Por analogia com a psicanálise, poder-se-ia dizer que se procede a uma *construção*.⁴⁰ Dedicase a uma releitura das entrevistas e amplia-se, precisa-se, modifica-se o esquema inicial. À medida que se progride, os diferentes elementos integram-se progressivamente no esquema. O que parecia banal, descritivo, de fraca significação, pode mostrar ter uma segunda significação mais importante.⁴¹ Só se pode descobri-la num determinado momento da análise e é a construção progressiva do esquema que permite, por uma releitura, fazer as significações aparecerem.

Assim, no decorrer de uma análise referente à atitude a respeito do comunismo, encontramos a proposição: “A Rússia é um país frio”. Muitas leituras passaram por esta proposição sem que a notássemos: ela parecia banal e puramente descritiva. À medida que o esquema se construía, vimos que se constituía todo um sistema no qual se opunha o universo da política, do intelectual, do frio, ao universo da família, do afetivo, do quente. E nos apercebemos de que “A Rússia é um país frio” tinha uma significação simbólica ligada, no contexto, à idéia de que é um país onde não existem contatos humanos afetivos. Em outras palavras, não existe um roteiro de análise *a priori*: o “roteiro de análise”, embora este termo seja impróprio, desprende-se por si mesmo progressivamente, é constituído pelo estado do esquema num dado momento da análise. É esse esquema que permitirá a leitura seguinte que, por sua vez, modificará o esquema: “É ao próprio mito, submetido à prova da análise, que cabe revelar sua natureza”.⁴²

Há momentos em que se é levado a desenvolver dedutivamente o esquema, depois “confirma-se” (ou não) pela releitura das entrevistas.

(39) LÉVI-STRAUSS, C., *Le cru et le cuit*, *op. cit.*, p. 9.

(40) “Elaboração do analista mais extensiva e mais distante do material do que a interpretação”, LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B., *op. cit.*, p. 99.

(41) “Uma idéia, considerada isoladamente, pode parecer sem importância e no ar, mas às vezes ganhará peso graças à que se segue; ligada a outras, que puderam, como ela, parecer descoloridas, formará um conjunto interessante.” SCHILLER, carta a KÜRNER, 1º de dezembro de 1778, citado por FREUD, S., *L'interprétation des rêves*, *op. cit.*, p. 96.

(42) LÉVI-STRAUSS, C., *Le cru et le cuit*, *op. cit.*, p. 12.

A pesquisa de informações sintomáticas, podendo desempenhar um papel de “prova”, leva então a aprofundar ou a recolocar em questão o estado atual do esquema.⁴³ É possível que certos desenvolvimentos dedutivos não encontrem sua “confirmação” no material recolhido. Neste caso, não se deve excluir a possibilidade de proceder a novas entrevistas, com as mesmas instruções ou com instruções diferentes e com pessoas particulares que se acham em situações sobre as quais se pode pensar que desempenharão um papel revelador e que, assim, esta produção de novos sistemas permitirá a “confirmação”.

O esquema se transforma simplificando-se e enriquecendo-se ao mesmo tempo. As “incoerências” devidas à mistura de muitos níveis desaparecem quando se pode reconstituir o “raciocínio” que leva às emergências manifestas.

Teoricamente, a análise não tem fim,⁴⁴ é sempre possível modificar o esquema obtido, prosseguir a interpretação descobrindo novas sobre-interpretações. Encontram-se também aqui analogias com a análise dos mitos tal como a descreve Lévi-Strauss: “A análise mítica aparece então como uma tarefa de Penélope. Cada progresso dá uma nova esperança, suspensa à solução de uma nova dificuldade, o dossiê nunca está fechado”⁴⁵ e “não existe um fim verdadeiro para a análise mítica, não existe unidade secreta que se possa captar ao fim do trabalho de decomposição. Os temas se desdobram ao infinito. Quando se acredita tê-los separado uns dos outros e mantê-los separados, é somente para constatar que eles se soldam de novo, em resposta às solicitações de afinidades imprevistas”.⁴⁶ Entretanto, é necessário parar quando se considera que o estado atual do modelo obtido atinge uma certa estabilidade. É sempre possível retomar a análise sobre um outro conjunto de entrevistas obtidas a partir de instruções diferentes ou sobre um conjunto mais amplo.

Como na análise dos mitos, um aumento do *corpus*, isto é, um aumento do número de elementos suscetíveis de serem relacionados, poderia permitir precisar ou completar o esquema.⁴⁷ Com efeito, é

(43) “Eu me apercebi de que tudo o que obtivera por via dedutiva encontrava-se lá, empiricamente realizado. Como uma experiência de laboratório que permite confirmar pela síntese um certo número de hipóteses elaboradas a partir de peças e de pedaços.” LÉVI-STRAUSS, C., “Entretien avec Raymond Bellour”, *op. cit.*

(44) Assim como se pode considerar que uma entrevista não tem fim.

(45) LÉVI-STRAUSS, C., *Le cru et le cuit*, *op. cit.*, p. 13.

(46) *Ibid.*

(47) “Não colocamos em dúvida, nem por um instante, que a consideração de outros documentos, já surgidos ou a surgirem, afetará nossas interpretações. Algumas delas, prudentemente fornecidas, receberão talvez uma confirmação; outras serão abandonadas ou modificadas. Que isto não seja um obstáculo: em disciplinas como a nossa, o saber científico avança aos tropeções, sob o aguilhão da contenção e da dúvida. Ele deixa

verossímil que determinados elementos que poderiam enriquecer o modelo não estejam presentes no material recolhido. Mas a experiência mostra que, em geral, acima de trinta ou quarenta entrevistas, as entrevistas suplementares não trazem informação suficiente que justifique o aumento do *corpus*.

Resta o problema da validade do modelo obtido quando se considera que a análise está concluída. O único critério do qual podemos dispor é constituído pela coerência interna do modelo obtido, sendo dado que todos os elementos do *corpus* devem encontrar lugar no esquema. Reencontra-se aqui a exigência de um tratamento exaustivo do material, exigência esta que é comum a um certo número de técnicas de análise de conteúdo. Na verdade, o que seria deixado de lado, sendo considerado como marginal, poderia aparecer, na seqüência da análise, como tendo um valor central e recolocar em questão o esquema obtido.⁴⁸ No que nos concerne, mesmo considerando que este critério interno é suficiente⁴⁹ para estimar que o modelo obtido é satisfatório e que a análise está concluída, somos favoráveis a que se teste o modelo alcançado valendo-se de métodos diferentes que utilizem um outro material, tal como o que é fornecido por pesquisas quantitativas. Podem-se então estabelecer relações estatísticas e também medir a importância relativa dos fenômenos. O método da entrevista não-diretiva, tanto quanto qualquer outro método, não pode ser um fim em si e bastar-se a si mesmo, é apenas um dos meios dos quais dispomos.

As observações que precedem, concernentes à exigência da análise "clínica", não querem dizer que somos hostis a uma análise mais sistemática e formalizada. Parece simplesmente que a maioria das técnicas de análise de conteúdo, sem limitá-las às descritas por Berelson, não são satisfatórias para a análise das entrevistas não-diretivas.⁵⁰ Pode-se ver a razão disso principalmente no fato de que a interpretação só pode ser aí considerada quando a análise do conteúdo manifesto está concluída. Ao contrário, parece-nos que as entrevistas não-diretivas só podem ser analisadas utilizando um procedimento no qual a interpretação se faz primeiro concomitantemente à análise de cada uma das entrevistadas, estando sempre à escuta do que o indivíduo singular que fala quer dizer. É neste sentido que o tipo de análise proposto por

à metafísica a impaciência do tudo ou nada." LÉVI-STRAUSS, C., *Le cru et le cuit*, op. cit., p. 15.

(48) Cf. FREUD, S., *L'analyse des rêves*, op. cit.

(49) Acrescentemos que uma análise em equipe reduz os riscos de subjetividade em razão da função crítica do *outro* e da interação dos analistas.

(50) Na primeira parte de um livro recente, Marie-Christine d'Unrug faz uma exposição muito completa da problemática e das tendências atuais da análise de conteúdo. Cf. D'UNRUG, M.-C., *Analyse de contenu et acte de parole*, Paris, Editions Universitaires, 1974, 270 p.

Marie-Christine d'Unrug parece-nos interessante.⁵¹ Esta técnica repousa em particular sobre a análise das figuras da antiga retórica utilizada nos discursos obtidos por entrevistas não-diretivas. Ela permite, na verdade, uma sistematização da pesquisa do "raciocínio" subjacente à produção verbal dos entrevistados. Mas o que nos parece dificilmente formalizável é a interpretação propriamente dita que suporia a existência possível de um equivalente da "chave dos sonhos" ou do dicionário da significações.

(Extraído de *Revue Française de Sociologie*, XVI, 1975, p. 229-47.)
Trad. de RUTH JOFFILY DIAS.

(51) "Contrariamente a um preconceito corrente (mesmo em lingüística e em análise de conteúdo), essas figuras não são gratuitas; elas têm um papel estruturante em relação ao discurso cuja forma global determinam. Servem de operadores (ou de transformadores) em sua dinâmica; seu balizamento e sua análise permitem prestar contas das transformações que ocorrem em diferentes níveis. Pensa-se freqüentemente também que os escritores (e só eles) utilizam voluntariamente as figuras, colocando-as a serviço de seu pensamento. Sem tomar partido neste ponto, é necessário sublinhar que elas aparecem no discurso cotidiano e são, com a mesma freqüência, involuntárias e voluntárias. Existe, em suma, *uma retórica espontânea do discurso espontâneo*; é sobre ela que a análise pode se fundar." D'UNRUG, M.-C.; *op. cit.*, p. 83.

Observemos que, deste ponto de vista, os lapsos constituem, para nós, uma figura de retórica.

Sociologia da Ideologia e Entrevista Não-Diretiva

Jacques Maître

As reflexões que vou apresentar são, em primeiro lugar, uma leitura do artigo de Guy Michelat; sentindo-me de acordo com o procedimento que ele expõe, tentei situar minha concordância numa perspectiva teórica, a partir do que o marxismo e a psicanálise trouxeram-me em minhas pesquisas.

Trata-se, aliás, de hipótese para fazer o trabalho avançar e não de uma construção acabada sobre a base de trabalhos que teriam permitido examinar experimentalmente todos os pontos principais das questões colocadas.

Meu projeto, então, não é crítico nem doutrinário; acrescento simplesmente ao dossiê uma reflexão sobre dois pontos: o enquadramento epistemológico aferrado ao conceito de "ideologia" e a estratégia da pesquisa como superando obstáculos por uma dialética operacionalização—interpretação.¹

(1) Para fazer isto, apoiar-me-ei principalmente em três textos que estão longe de constituir o conjunto da literatura sobre estas questões, mas que têm a vantagem de colocar com vigor problemas essenciais marcando os campos epistemológicos a serem explorados. Trata-se de:

1º) PIAGET, Jean, *Introduction à l'épistémologie génétique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1950.

2º) ALTHUSSER, Louis, "Idéologies et appareils idéologiques d'État (Notes pour une recherche)", in *La Pensée*, 151, 1970, p. 3-38.

3º) BARANGER, Willy, "Le moi et la fonction de l'idéologie", in *La Psychanalyse*, 5, 1969, p. 183-93.

I. O enquadramento epistemológico

O objeto explorado é definido por Guy Michelat como sendo os “sistemas de valores, de normas, de representação, de símbolos próprios a uma cultura ou a uma subcultura”; trata-se, diz ele, das “ideologias” no sentido dado a esse termo por T. W. Adorno: “Uma organização de opiniões, de atitudes e de valores, uma maneira de encarar o homem e a sociedade”; Henri Raymond, a quem Guy Michelat se refere como tendo aplicado neste ponto a conceitualização de Adorno, explicita essa terminologia num estudo sobre as *moradias individuais de classe média*: “A hipótese de base de nossa pesquisa era a de que existia na França, entre os habitantes de moradias individuais de classe média, um sistema de relações entre elementos do *habitat* e representações, tal que a moradia aparecia como o significante de um modo de vida, de uma representação da vida social e moral. Definimos esse sistema como uma ideologia, isto é, como um conjunto organizado de representações (imagens do ciclo de vida, da família, das relações sociais, etc.)”.²

1. Delimitação da ideologia em relação ao conhecimento científico

Em seus estudos de epistemologia genética, Jean Piaget nos propõe uma colocação do conceito de ideologia em relação ao de ciência. “Entre a técnica e a ciência existe um termo médio, cujo papel foi, por vezes, o de um obstáculo: é o conjunto das formas coletivas de pensamento, nem técnicas nem operatórias e procedentes da simples especulação; são as ideologias de todos os gêneros, cosmogônicas ou teológicas, políticas ou metafísicas, que se escalonam entre as representações coletivas as mais primitivas e os sistemas reflexivos contemporâneos os mais refinados. Ora, o resultado mais importante das análises sociológicas conduzidas sobre este termo médio, nem técnico nem operatório, do pensamento coletivo foi o de mostrar que ele é essencialmente sociocêntrico.”³

“As representações sociomórficas (ideológicas) exprimem a maneira pela qual os indivíduos se representam em comum seu grupo social e o universo e é porque esta representação é apenas intuitiva ou mesmo simbólica e ainda não operatória, que ela é sociocêntrica, em virtude de uma lei geral de todo pensamento não-operatório: o de permanecer centrado sobre seu sujeito (individual ou coletivo)”.⁴

(2) RAYMOND, Henri, “Analyse de contenu et entretien non directif: application au symbolisme de l’habitat”, in *Revue Française de Sociologie*, 9, (2) 1968, p. 167-79.

(3) Obra citada, p. 241-42.

(4) P. 246.

Esta concepção da ideologia “põe em evidência a dualidade de pólos entre um pensamento cuja função é a de justificar valores e outro cuja função é a de destacar as relações entre a natureza e o homem”.⁵ Jean Piaget sublinha então um dos traços constitutivos da ideologia: a função de legitimação, tendendo a “justificar valores” que “constituem os objetivos das ações do homem em sociedade”.

Este enquadramento da ideologia em relação à ciência nos remete a uma análise sociológica da ideologia enquanto “expressão conceitualizada dos valores nos quais um conjunto de indivíduos acredita (...). Uma ideologia obedece a leis de conceitualização especial que são as do pensamento simbólico em geral, mas de um simbolismo coletivo mais do que individual: satisfaz, pelo pensamento, necessidades comuns, assim como o sonho e o jogo realizam os desejos individuais, e chega a uma realização dos valores sob a forma de um sistema ideal do mundo que corrige o universo real. Seu simbolismo é, portanto, necessariamente sociocêntrico, visto que sua função própria é traduzir em idéias as aspirações nascidas dos conflitos sociais e morais, isto é, de centrar o universo sobre valores elaborados pelo grupo ou pelas sub-coletividades que se opõem no seio do grupo social”.⁶

Uma idéia aqui apresentada é particularmente interessante para meu propósito: a analogia entre o sonho, como tentativa de realização dos desejos individuais, e a ideologia, como satisfação pelo pensamento de necessidades comuns. Este paralelismo é um dos principais pivôs que articulam os planos sociológico e psicanalítico a propósito da ideologia.

2. Lugar da ideologia nos processos sociais

Uma vez que o objeto visado é definido por referência a uma “cultura” e a indivíduos “portadores” dessa cultura, “concretizando”-a, trata-se agora de situá-lo em cada um dos dois campos epistemológicos evocados.

Sobre o primeiro ponto, considerarei a cultura como um aspecto de processos sociais nos quais se movem relações entre grupos e, em primeiro lugar, conflitos. O sistema de representações e de valores legitimados de um modo grupocêntrico, que Jean Piaget analisa, é essencialmente um arcabouço cognitivo e axiológico do grupo em concorrência ou em luta com outros grupos.

Como se apresenta aqui a presença do indivíduo como parte interveniente nos processos sociais? Certas proposições de Louis Althusser podem nos fornecer uma base de reflexão, especialmente quan-

(5) P. 253.

(6) P. 253.

do ele define as relações entre ideologia e indivíduo no terreno da praxiologia.⁷ “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.” “Só existe ideologia pelo sujeito e para sujeitos.” “A categoria de sujeito só é constitutiva de toda ideologia enquanto toda ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ indivíduos concretos como sujeitos.” É ao nível da ideologia que se move assim a relação do sistema de representações com os valores subjetivos tais como funcionam no indivíduo.

Correlativamente, “a ideologia tem uma existência material” e “só existe uma prática por e sob uma ideologia”. Já era isso que Jean Piaget mostrava a propósito da função de justificação dos valores: “Esses valores constituem os objetivos das ações do homem em sociedade e as relações objetivas entre o homem e a natureza são conhecidas somente por intermédio de tais ações (...). Em suma, a análise sociológica do pensamento coletivo conduz à distinção de três e não de dois sistemas interdependentes: as ações reais, que constituem a infra-estrutura da sociedade; a ideologia, que é a conceitualização simbólica dos conflitos e das aspirações nascidos dessas ações; e a ciência, que prolonga as ações em operações intelectuais permitindo explicar a natureza e o homem e descentrando este último de si mesmo para reintegrá-lo nas relações objetivas que ele elabora graças à sua atividade”.⁸

3. Lugar da ideologia nos processos subjetivos individuais

Willy Baranger propõe uma abordagem psicanalítica da ideologia que tem a vantagem de se precaver contra as miragens de uma explicação que repouse sobre a hipótese — explícita ou não — de um inconsciente coletivo.⁹ “Como o ego de um ser humano civilizado se exprime em atitudes ideológicas determinadas, a ideologia do paciente torna-se ‘material analítico’ (...). Ele preenche uma função no equilíbrio psíquico. Sua função e sua relação com o ego não podem nos deixar indiferentes. Na maior parte do tempo, recebemos a ideologia do exterior (por identificação introjetiva). A ideologia tem, então, um primeiro modo de existência — antropológico ou sociológico — que deixaremos de lado por escapar à observação psicanalítica direta”.¹⁰

(7) Artigo citado, p. 24 e seg.

(8) Obra citada, p. 253.

(9) Sobre o terreno particular da sociologia religiosa, tentei mostrar que a psicanálise ilumina as vias da sociologia justamente quando evita tratar a sociedade como um indivíduo ou uma coleção de indivíduos: “Psychanalyse et sociologie religieuses”, in *Archives de Sociologie des Religions*, 33, 1972, p. 111-34.

(10) P. 183.

Nessa perspectiva, Willy Baranger toma o conceito de “ideologia” num sentido que engloba o conhecimento científico, em virtude de dois princípios: “Os mesmos mecanismos agem na elaboração ideológica, quer ela seja ‘válida’, ou ‘errada’ e ‘neurótica’. As fantasias e os objetos primitivos permanecem presentes e ativos nos sistemas ideológicos os mais abstratos e ‘objetivos’”.¹¹ Compreende-se, na verdade, que a maneira pela qual um indivíduo metaboliza psiquicamente informações científicas põe em jogo o campo do inconsciente, de modo que esse domínio do conhecimento é da competência de uma análise dos “aspectos subjetivos dessa ideologia em suas relações com o ego”.¹²

Todavia, deve ser feita uma distinção essencial em relação ao conceito de “ilusão” no sentido freudiano: “Chamamos de ilusão uma crença quando, na motivação desta última, a realização de um desejo prevalece”.¹³ “Essas idéias (religiosas), que se declaram dogmas, não são o resíduo da experiência ou o resultado final da reflexão: são ilusões, a realização dos desejos mais antigos, mais fortes, mais prementes da humanidade; o segredo de sua força é a força desses desejos”.¹⁴

É esta distinção que Didier Anzieu realiza em suas pesquisas sobre o trabalho psicanalítico nos grupos, especialmente a propósito da “ilusão grupal”,¹⁵ conceito que ele introduz paralelamente às categorias de ilusão repertoriadas por Freud: as ilusões religiosa, artística e ideológica. Ora, trata-se aqui dos diversos sistemas de crença motivados pelo desejo mais do que pela experiência ou pela reflexão racional, o que corresponde à oposição entre ilusão e conhecimento científico.

Este problema remete, sob um certo aspecto, ao das “descenrações” pelas quais Jean Piaget caracteriza o técnico e o científico, assim como não se pode pôr sobre o mesmo plano a interpretação psicanalítica de uma fantasia e a de uma percepção da realidade. Por outro lado, não se deve perder de vista que a ideologia, quanto ao essencial, é inculcada pelos grupos nos sujeitos individuais.

Deixando de lado a aprendizagem da ciência como conhecimento e como práxis, que coloca problemas específicos, retenho a definição de “ideologia” que Willy Baranger formula: “Todo sistema de idéias abstratas (conscientes ou inconscientes), cuja função é de prestar contas do real e da ação do homem sobre esse real” (p. 184). Mas acrescentaria a

(11) P. 184.

(12) P. 184.

(13) FREUD, Sigmund, *L'Avenir d'une illusion*, Paris, Presses Universitaires de France, 1971, p. 45.

(14) FREUD, Sigmund, obra citada, p. 43.

(15) “De la méthode psychanalytique et de ses règles dans les situations de groupe”, in *Perspectives psychiatriques*, 33, p. 5-14.

ela a conotação de tentativa de “realização dos desejos individuais” e de “satisfação pelo pensamento das necessidades comuns” evocada por Jean Piaget.

Willy Baranger mostra como o processo se organiza psicanaliticamente: a ideologia “tem um conteúdo latente, isto quer dizer que ela exprime — como o sonho, o jogo, o sintoma neurótico ou qualquer fenômeno mental — fantasias inconscientes e relações objetais. Freud mostrou que o ego adquire sua ideologia numa seqüência de identificações introjetivas, isto quer dizer que ela própria é vivida como um objeto, que representa uma série de objetos introjetados. Pensamos que a ideologia representa uma tentativa do ego para integrar essas fantasias inconscientes e essas relações objetais num ‘mundo’ mais ou menos conforme com a ‘realidade’ ”. ¹⁶

Sem entrar nos detalhes do processo é preciso indicar seu núcleo: “a ‘ideologia’ representa o esforço máximo do ego para transformar seu superego em ideal do ego e aceitar determinados aspectos do id para integrá-los no mundo”. ¹⁷

Conseqüentemente, a ideologia se situa exatamente na interseção dos dois campos epistemológicos constituídos pela praxiologia social e pela subjetividade individual.

4. A articulação entre os dois planos nos quais se move a ideologia

Longe de dissolver o social e o psiquismo individual num culturalismo no qual apareceriam mal diferenciados e explicando-se reciprocamente de maneira circular, tal concepção permite fazer funcionar profundamente os processos sociais como tais, a partir de sua base material e até o nível dos indivíduos como atores desta práxis, ao mesmo tempo que permanece inteiro o lugar dos processos da subjetividade tal como se desenrolam ao longo da biografia de um indivíduo determinado. Um sistema ideológico que contribui para “a reprodução da qualificação da força de trabalho” ¹⁸ “submetendo os indivíduos” a esse processo social pode ser, ao mesmo tempo, modulado no psiquismo singular como expressão de fantasias inconscientes e de relações de objeto.

A distinção e a articulação entre estes dois planos é precisamente o que define a ideologia na perspectiva em que aqui me situo.

(16) P. 185.

(17) P. 193.

(18) ALTHUSSER, Louis, artigo citado, p. 7.

Tentei examinar o problema relativamente a uma esfera particular da ideologia: a religião,¹⁹ o que me leva a precisar minhas hipóteses numa definição desta última: 1) a religião é uma instituição social que repousa abertamente sobre o recurso à afirmação de um “além” (além das determinações concretas que limitam todo sujeito), os afetos, as representações, as práticas e as normas correspondentes, o que permite propor aos sujeitos individuais uma satisfação de seus desejos que escapa ao controle exercido pelos processos secundários (no sentido freudiano); 2) o poder da religião se ancora na interseção entre o reforço que ela proporciona às ideologias dos grupos mais diversos e a linguagem do desejo com que fala aos sujeitos individuais: este dispositivo capta a adesão dos indivíduos a estratégias sociais cuja natureza determinada está assim ocultada da vista dos próprios atores e legítima socialmente nos mesmos indivíduos processos psíquicos que, sem isso, seriam considerados, pelas instâncias de controle social, como uma recusa patológica da realidade.

Mesmo quando uma ideologia não postula um além de natureza religiosa, ela compõe uma “relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” e os constitui assim em sua dimensão subjetiva no seio dos processos que competem à praxiologia social (no sentido de que a religião é apenas um caso particular — e limite — da ideologia). Como escreve Guy Michelat: “É porque esses modelos são interiorizados por cada indivíduo que podem desempenhar um papel explicativo dos comportamentos sociais”.

Se ela é verdadeiramente a articulação que procuro caracterizar aqui, vai ser possível situar a entrevista não-diretiva como instrumento da investigação sociológica na interseção dos dois campos.

II. A estratégia da pesquisa

A estratégia de que se trata aqui nada mais é do que aquela da qual Guy Michelat faz uma apresentação detalhada; meu propósito é o de examinar a maneira pela qual sua metodologia pode ser relacionada com a colocação conceitual que acabo de esboçar. A dificuldade é atingir processos que podem ser diretamente observados apenas em sujeitos individuais, que são objeto de uma censura no sentido psicanalítico e que se trata de estudar enquanto fenômenos sociais.

Este conjunto de limitações faz da entrevista não-diretiva um dos instrumentos mais eficazes para vencer os obstáculos epistemológicos,

(19) “Psychanalyse et sociologie religieuses”, in *Archives de Sociologie des Religions*, 33, 1972, p. 111-34.

pôr em ação uma operacionalização e tornar possível uma interpretação.

1. Os obstáculos epistemológicos

O primeiro obstáculo é constituído pela censura no sujeito. Seu desconhecimento aparece claramente em numerosas pesquisas por questionário nas quais se pede ao opinante para dizer "porque" ele tem tal convicção, tal sentimento ou tal comportamento: na maioria das vezes a resposta é apresentada nos resultados como a explicação sociológica da "atitude". Para ser pertinente, tal interpretação suporia que o sujeito interrogado conhecesse esta explicação, o que é do domínio da "ilusão da transparência".²⁰

Muito ao contrário, fazendo justiça a Marx, Durkheim escrevia: "Acreditamos fecunda esta idéia de que a vida social deve ser explicada não pela concepção que dela fazem os que dela participam, mas por causas profundas que escapam à consciência".²¹ Ora, não são apenas as explicações de suas próprias atitudes, ou até mesmo o processo de sua sociedade que escapam ao sujeito, mas igualmente aspectos essenciais da ideologia que o anima. A exibição ideológica mistifica facilmente tanto o sociólogo quanto o indivíduo interrogado.

Entretanto, até agora supomos uma comunicação sem mal-entendido entre o sujeito e o pesquisador. De fato, a análise das pesquisas por questionário mostra, aí também, que a observação válida não é tão fácil: deixadas de lado as astúcias do inconsciente e as do sujeito, não faltam causas de distorção no intercâmbio entre o registro do entrevistador e o do opinante, em virtude de se entrar no terreno da ideologia.

Enfim, a mira do próprio pesquisador comporta uma paralaxe que acarreta desvios sistemáticos. A este respeito, a uniformidade dos enunciados nos questionamentos e a apresentação de eventualidades avaliadas com cuidado não garante exatamente que a ideologia atuante do lado do pesquisador será "neutralizada". Aliás, neste domínio não existe instrumento amorfo.

Para nos restringirmos a estes três obstáculos, não penso absolutamente que as entrevistas por questionário sejam sem validade, nem

(20) Ver BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude, *Le Métier de Sociologue*, Paris, Mouton/Bordas, 1968, Livro I, p. 37-41, que mostram a convergência de Durkheim, Marx e Weber sobre o princípio da "não-consciência".

(21) Resenha de LABRIOLA, A., "Essais sur la conception matérialiste de l'histoire" in *Revue Philosophique*, 44, 1897, p. 648, citado por BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude, obra citada, p. 38.

que o não-diretivo constitua uma chave de ouro. Simplesmente procedo à marcação dos obstáculos para enquadrar a utilização do segundo método.

2. A operacionalização

Chamo de “operacionalização” um procedimento estratégico que vai no sentido teoria-empíria para chegar à coleta de dados pertinentes; o movimento inverso é uma “interpretação” para chegar à validação ou à invalidação da problemática colocada por hipótese.

Na utilização da entrevista não-diretiva é preciso, em primeiro lugar, dissipar a miragem da pura exploração: nada permite fazer economia de uma problemática e, depois, de uma adequação da instrução (esquema da entrevista) e da amostra às hipóteses que tornam produtiva essa problemática. Isto é válido, em primeiro lugar, para a escolha entre o questionário e o não-diretivo.

Guy Michelat postula que, no campo ideológico, “o que é de ordem afetiva é mais profundo, mais significativo e mais determinante do que o que é intelectualizado”, no sentido de que a relação é mais estreita com “os comportamentos do indivíduo”. Talvez seja preciso nuançar essa ligação do “afetivo” com o “profundo” sob pena de perder um dos traços essenciais da ideologia. Com efeito, o que o sujeito apresenta na superfície em sua resposta à pergunta do entrevistador comporta aspectos afetivos tanto quanto cognitivos ou comportamentais, todos eles sendo aspectos fortemente estereotipados e racionalizados. Por trás deles se desenrola um processo no qual as idéias têm uma larga parte, como o mostra Willy Baranger. Este nível “profundo”, invisível para o observador apressado, é aquele no qual se articulam precisamente o jogo das forças sociais que operam no indivíduo sem que este saiba, como ator social, e o jogo da subjetividade cuja parte consciente é apenas a emergência do cume do *iceberg*.

Daí a necessidade “de fazer com que a pessoa interrogada assumira o papel de exploração” e de provocar bolhas que romperão a superfície graças à diminuição do controle social e da censura psíquica. A entrevista não-diretiva serve então de revelador para processos que não são apenas afetivos, mas que são ideologicamente mais determinantes do que aqueles que o sujeito apresentaria num discurso “de superfície”.

3. A interpretação

O objetivo é o de explorar a interseção sociopsicanalítica permanecendo do lado da sociologia. O pesquisador evitará então toda ambição terapêutica e mesmo a tentação que constituiria uma psicanálise do

sujeito interrogado ou simples "analeitura".²² A decifração da entrevista está orientada para processos sociais que se revelam no conteúdo ideológico latente na pessoa interrogada e através do conjunto do *corpus*.

Tomemos o exemplo de uma atitude profundamente racista detectada sob um discurso humanista. O psicanalista interpretará este traço em função do conflito edipiano, do destino das pulsões, etc. O sociólogo pesquisará como a visão racista da alteridade se organiza com as outras características ideológicas do sujeito e nas diversas entrevistas, de modo a explicar o funcionamento da ideologia racista como fato social; por isso Guy Michelat fala de reconstituir os "modelos culturais" a partir das "aplicações particulares" de uma cultura constituídas por entrevistas onde cada sujeito terá exprimido o que lhe é pessoal.

A fase de leitura das entrevistas para trazer à luz os modelos culturais latentes exige tecnicamente uma atitude que Guy Michelat descreve por analogia com a "atenção flutuante" dos psicanalistas e por oposição ao emprego do questionário fechado. Este procedimento corresponde a uma estratégia de retardamento da categorização: na operacionalização, não se apresenta ao sujeito uma grade classificatória preestabelecida na qual ele deveria se situar (questões fechadas), mas uma instrução que focaliza sua atenção para um campo bastante amplo e não estruturado; na interpretação, não se faz funcionar uma grade classificatória estabelecida sobre uma amostra do *corpus* e na qual seria preciso situar os elementos manifestos do material (análise de conteúdo "clássica"), mas se é impregnado por um discurso cujas articulações latentes aparecerão graças ao caráter muito progressivo e tateante da categorização.

Este retardamento tem por função atenuar o efeito de tela mistificadora produzido pelas classificações que suas ideologias respectivas impõem ao sujeito e ao pesquisador na superfície de seus discursos.

A vantagem assim adquirida é paga por uma dificuldade específica em controlar a validade e a fidelidade dos resultados obtidos.

A entrevista não-diretiva não é, certamente, uma varinha de condão que assegura a decifração objetiva dos processos ideológicos. Ela

(22) Ver: BELLEMIN-NOEL, Jean, "Analectures de Jules Verne", in *Critique*, 26, 1970, p. 692-704: "Não se trata, sob este título, de iniciar uma leitura psicanalítica das obras (...) de um escritor no sentido em que alguém se preocuparia em reconstituir o *inconsciente de um homem*: também não se trata de pesquisar, com o impulso de Charles Mauron, em que medida se pode falar do *inconsciente de uma obra*, de descrever as obsessões ou os "mitos pessoais" que parecem colocar-se no centro de uma temática. Dir-se-ia melhor, que se trata de decifrar em alguns textos, escolhidos por seu caráter aparentemente anódino, algo como a emergência do inconsciente" (p. 692).

permite, todavia, definir uma estratégia de pesquisa levando em conta a posição epistemológica do conceito de ideologia.

A este respeito, a metodologia exposta por Guy Michelat constitui uma das principais vias da investigação do nível “cultural” na interseção sociologia—psicanálise.

Para ir até o limite da interpretação sociológica, este nível “cultural” é por sua vez uma etapa na direção da explicação pelas forças sociais que animam todo o processo.

(Extraído de *Revue Française de Sociologie*, XVI, 1975, p. 248-56.)
Trad. de RUTH JOFFILY DIAS.

A Concepção Socialista da Enquete Operária

Raniero Panzieri

Pensei que, para trazer alguns esclarecimentos sobre os "Objetivos Políticos da Enquete", seria melhor enfrentar novamente algumas questões do marxismo. Arriscamos assim centralizar a discussão em temas teóricos que podemos abordar de maneira pouco eficiente. Mas acredito ser possível evitar esses perigos e que podemos chegar a dar a este seminário um objetivo prático: definição do questionário, organização e impulso inicial da enquete. Nosso procedimento talvez tenha a vantagem, por outro lado, de ajudar a precisar o método de trabalho adotado pelos *Quaderni Rossi*, método este que, acredito, ainda é problemático para alguns camaradas. Estes parecem-me sentir uma certa desconfiança para com a sociologia e o emprego de métodos sociológicos; esta desconfiança não me parece justificada. Não seria ela antes um resíduo de falsa consciência, uma visão dogmática do marxismo?

É evidente que, ao empregar métodos sociológicos para fins políticos concernentes à classe operária, podemos apenas reabrir esta discussão aceitando que o fundamento científico de uma ação revolucionária é historicamente inseparável do marxismo.

Gostaria de lembrar brevemente que o marxismo, o do Marx da maturidade, é na origem uma sociologia. E o que é *O Capital*, compreendido como uma crítica da economia política, se não o esboço de uma sociologia? A crítica da economia política que, embora nem sempre suficiente ou persuasiva, é ricamente documentada, baseia-se essencialmente no caráter unilateral dessa economia. Deixemos claro que este tema remonta ao jovem Marx e que não há solução de continuidade deste para o Marx de *O Capital*. A economia política, que reduz o operário a ser apenas um fator da produção, não é falsa; mas é limitada, pois apreende ainda a realidade histórica no esquema restrito

de um modo de funcionamento particular que ela adota em seguida como se fosse natural e o melhor possível.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* e em todas as obras do jovem Marx, esta crítica da economia política é em seguida vinculada a uma visão histórica e filosófica da humanidade e da história na qual o termo de comparação é o homem alienado. ("O operário sofre em sua própria existência, o capitalista sofre na aquisição de sua riqueza morta.")

O Marx de *O Capital*, ao contrário, abandona este tema metafísico e se contenta em dirigir suas críticas contra o capitalismo, sem pretender, agora, uma anticrítica universal em relação à unilateralidade da economia política burguesa.

De minha parte, não acredito ser difícil sustentar que um dos traços fundamentais do marxismo é o de considerar a sociologia como uma ciência política. Se fosse necessário dar uma definição geral do marxismo, eu diria justamente que é uma sociologia compreendida como uma ciência política, como ciência da revolução. É uma ciência da revolução que é necessário desembaraçar inteiramente de qualquer misticismo e que se torna, assim, uma observação rigorosa, uma análise propriamente científica (poder-se-ia, aliás, dizer o mesmo do Marx político, mas não me deterei nisso).

Podemos, por outro lado, ver desenvolver-se um outro procedimento paralelo ao de Marx e compreendido sob a denominação comum de marxismo: é ele que me parece estar à base desta desconfiança que o marxismo moderno sente com respeito à sociologia enquanto tal. Pode-se, sabemos muito bem, fazê-lo remontar a certos escritos de Engels nos quais este, pretendendo estabelecer um materialismo geral e uma dialética de validade universal, chega evidentemente a criar um sistema, mas se mostra pouco fiel ao pensamento de Marx. Pois a ciência dialética, ao aplicar-se indiferentemente às ciências físicas e sociais, retira da sociologia sua especificidade; recria, em relação a esta última, uma metafísica que é tanto a do girino e da rã quanto a do movimento operário. Por trás do naturalismo da tradição marxista-engeliana e do objetivismo naturalista, vê-se então despontar uma concepção mística da classe operária e de sua missão histórica. A desconfiança que se tem, por princípio, para com a sociologia encontra-se então perfeitamente justificada. Está claro que, com tal versão do marxismo, torna-se impossível estabelecer uma ciência dos fatos sociais.

A sociologia marxista, que nasce da crítica da economia política, apresenta uma característica específica sobre a qual me parece oportuno insistir. Esta característica permite, na verdade, traçar uma espécie de limite opondo uma sociologia do movimento operário a uma sociologia que não leva em conta este movimento (dizer que ela é burguesa ainda não estaria justificado). A sociologia de Marx, que nasce da crítica da economia política, nasce também da constatação de que a

sociedade capitalista, que ela observa em particular, é fundamentalmente dicotômica; a economia política, que é a ciência elaborada por essa sociedade, apresenta apenas uma representação unilateral da realidade e negligencia sua outra metade.

O fato de considerar a força de trabalho como um simples elemento do capital só pode, segundo Marx, limitar a visão teórica e deformar a partir de dentro o sistema econômico. A análise sociológica socialista (compreendida como uma ciência política, visto ser uma observação que pretende ultrapassar esta unilateralidade e tratar da realidade social em seu todo) caracteriza-se, ao contrário, pelo fato de considerar cada uma das duas classes que a constituem fundamentalmente respeitando sua especificidade. Sublinho mais uma vez o caráter sociológico do pensamento de Marx que recusa definir a classe operária a partir do movimento do capital e que afirma não ser possível passar automaticamente deste movimento ao estudo da classe operária: a classe operária, operando como elemento conflitante e, portanto, capitalista, ou como elemento de oposição e, portanto, anticapitalista, exige uma observação científica absolutamente específica.

Por isso, deste ponto de vista, o fato de a sociologia perder seu lugar na tradição marxista parece-me o indício de uma regressão.

Detenho-me por um momento neste ponto.

Durante estes últimos vinte anos, a história das idéias mostra-nos a expansão de uma sociologia que se elabora fora do pensamento e da tradição marxista e mesmo fora do pensamento marxiano, isto apesar de o personagem mais importante da história da sociologia, Weber, ter séria e claramente levado em conta o pensamento de Marx. Acredito que este fenômeno merece que os Q.R. lhe consagrem um estudo aprofundado e circunscrevam todas as suas características.

De minha parte, parece-me que a sociologia burguesa desenvolveu-se a ponto de apresentar características de uma análise científica que ultrapassa o marxismo. Pode-se arriscar uma hipótese em termos marxianos e dizer que o capitalismo, tendo perdido, como aconteceu, seu pensamento clássico na economia política (crise da economia moderna, crise da economia subjetiva, etc., tentativas mais ou menos cambetas pelas quais se quis retomar, em economia, o fio da tradição clássica), encontrou, inversamente, sua ciência *não vulgar* na sociologia. Uma hipótese deste gênero permitiria também procurar as raízes objetivas deste fato. Poder-se-ia dizer, muito por alto, que o capitalismo, que precisa no início descobrir seu próprio mecanismo de funcionamento, precisa, no momento de sua maturidade, organizar o estudo do consenso, das reações sociais que se inserem nesse mecanismo. E isto é evidentemente mais urgente quanto mais o capitalismo passa à fase superior, a da planificação, e se libera das relações de propriedade como elemento determinante, fundando sempre mais sua estabilidade e seu poder sobre a racionalidade crescente da acumulação.

Não quero absolutamente dizer com isso que a sociologia é uma ciência burguesa; ao contrário, digo que podemos empregar, tratar, criticar a sociologia como Marx o fazia em relação à economia política clássica vendô nela, portanto, uma ciência limitada. De resto, o tipo de investigação que projetamos mostra bem que a sociologia já contém todas as hipóteses que ultrapassam o quadro da sociologia corrente. O que ela circunscreve é verdadeiro (não é falso em si), mas é limitado e, por isso mesmo, provoca deformações internas. Entretanto, ela possui o que, segundo Marx, caracteriza a ciência: uma autonomia fundada na exigência de um conhecimento rigoroso e lógico.

Repito, então, que devemos, talvez nós mesmos, desconfiar da desconfiança para com a sociologia burguesa: parece-me que a própria história do marxismo demonstra, ao contrário, que é preciso entrar seriamente em contato com este desenvolvimento do pensamento se se pretende reencontrar um pensamento político revolucionário.

Quanto à maneira pela qual essa desconfiança agravou-se com as políticas de tipo stalinista, é algo que nem precisa ser demonstrado, pois é evidente que, na grande mistificação soviética do pensamento stalinista, criar uma espécie de barreira em relação à sociologia era uma medida de higiene elementar: era absolutamente indispensável. Quer se faça ou não referência às origens históricas, é um fato histórico evidente.

É necessário acrescentar que, ao falarmos do pensamento marxiano como de uma sociologia, evocamos um tema que Lênin apreciava bastante. Este, em sua juventude, estudara as obras de Marx como uma obra de sociologia: ele próprio diz explicitamente que as considerava assim e acredito que, neste ponto como em muitos outros, Lênin tinha perfeitamente razão. E agora, antes de evocar uma característica da sociologia contemporânea que, a meu ver, seria necessário considerar criticamente e com grande rigor, gostaria de falar da relação que se pode estabelecer entre o emprego da investigação sociológica e o marxismo. No fundo, acredito que avançamos sobre este tema desde o ponto inicial dos Q.R. sem nunca o termos desenvolvido até o fim; afirmamo-lo, mas de fato nunca o demonstramos rigorosamente.

Sublinho ainda que a dicotomia social de nosso mundo permite uma pesquisa científica muito avançada no que concerne a este elemento conflitivo e potencialmente antagônico que é a classe operária. Deste ponto de vista, devemos fazer do método da investigação um ponto de referência político permanente que deverá, em seguida, exprimir-se num fato preciso, em tal ou qual investigação determinada; pois ele significa que recusamos analisar a classe operária a partir da análise do nível do capital. Em substância, assumimos a idéia de Lênin segundo a qual o movimento político operário nasce do encontro do socialismo com o movimento espontâneo da classe operária. Se, dizia Lênin, o movimento espontâneo da classe operária não se encontra com

o socialismo de maneira voluntária, consciente e científica, é a ideologia do adversário de classe que estará em seu ponto de encontro. Pelo método da investigação, deveríamos poder evitar qualquer concepção mística da classe operária; deveríamos sempre poder determinar o grau de tomada de consciência que esta classe atingiu; e deveríamos, conseqüentemente, servir-nos da investigação para elevar o nível da consciência de classe. O momento da observação sociológica, conduzida segundo critérios sérios e rigorosos, está então ligado por uma continuidade muito precisa à ação política: a pesquisa sociológica é uma espécie de mediação sem a qual nos arriscamos a fazer uma idéia otimista ou pessimista, de qualquer modo absolutamente gratuita, do grau de consciência de classe e de força de oposição atingido pela classe operária. Ora, é claro que essa consideração influencia os objetivos políticos da investigação e representa mesmo seu principal objetivo.

E agora gostaria de suscitar duas questões: parece-me necessário criticar, antes de escolhê-los, os instrumentos da sociologia contemporânea. Penso sobretudo nos da microssociologia, onde os limites fixados *a priori* produzem provavelmente grandes deformações pois impedem as relações que poderiam aparecer numa ótica mais ampla. Em pesquisas desse gênero, que às vezes são pesquisas antropológicas, escolhem-se freqüentemente temas que são *a priori* isolados de um contexto mais geral e cortados voluntariamente desse próprio contexto; o que acarreta uma verdadeira deformação da escolha. De fato, escolhem-se freqüentemente temas que podem entrar no quadro de uma resolução dos conflitos; mas afastam-se *a priori* todas as relações que recolocam as relações sociais estudadas numa perspectiva de oposição segundo a qual o próprio sistema seria derrubado.

É absolutamente necessário repensar a maneira pela qual o socialismo pode se servir da sociologia; os métodos sociológicos devem ser estudados à luz de hipóteses fundamentais decorrentes de um fato inicial: os conflitos podem se transformar em antagonismos e não serem mais, conseqüentemente, função do sistema (os conflitos sendo função do sistema porque o sistema progride por eles).

Nesse contexto, o que dissemos assume uma importância fundamental. É preciso que a investigação se faça em parte numa situação "quente", isto é, particularmente conflitante, a partir da qual é preciso estudar que relação se estabelece entre o conflito e o antagonismo: é preciso estudar como o sistema de valores que o operário exprime em tempos normais se transforma, que valores o substituem com uma consciência clara da alternativa ou desaparecem naquele momento. Com efeito, existem valores que o operário possui em tempos normais e que ele perde no momento de uma luta de classe e vice-versa.

É necessário estudar particularmente todos os fenômenos que dizem respeito à solidariedade operária e questionar-se qual relação existe entre esta e o fato de recusar o sistema capitalista: é necessário

determinar em que medida, naquele momento, os operários estão conscientes de que sua solidariedade traz em si forças sociais antagônicas. Digamos, aproximativamente, que se trata de verificar em que medida os operários estão conscientes de reivindicar uma sociedade fundada na igualdade por oposição a uma sociedade fundada na desigualdade, em que medida estão conscientes de que isso pode ter um valor geral para a sociedade, um valor de igualdade face à desigualdade capitalista.

Ao acentuarmos a importância dessa investigação em situação “quente”, referimo-nos a uma tese fundamental: a de que uma sociedade antagônica em si é uma sociedade que nunca atingirá sua homogeneidade pela redução de um dos fatores essenciais que a constituem, isto é, a classe operária.

É necessário estudar, então, até que ponto pode-se captar no concreto o impulso pelo qual a classe operária tende a passar do conflito ao antagonismo e a fazer explodir a dicotomia da qual vive a sociedade capitalista; por isso acredito ser necessário prestar a maior atenção à formulação do questionário que será utilizado em tais situações.

Gostaria de acrescentar algo particularmente importante. Refiro-me uma vez mais à discussão e direi que a enquête — visto que se falava da transformação fundamental do capitalismo, isto é, de sua passagem à planificação — deve levar em conta processos de burocratização. Estes se reduzem efetivamente ao fato de que o capitalismo passa à planificação e se baseiam, por conseguinte, cada vez menos nas relações de propriedade e cada vez mais na racionalidade da acumulação. É da mesma maneira que devemos considerar as transformações da classe operária, à luz das relações novas que se estabelecem entre os operários e os técnicos, levando em conta o fato de que novas categorias sociais se constituem e não esquecendo que a própria composição da classe operária se transforma.

Os dois aspectos principais da enquête, creio eu, são os seguintes: por um lado, trata-se de verificar a posição e o nível dos dois adversários no momento em que se enfrentam; por outro lado, é necessário estudar as tendências novas que as transformações de seu estatuto suscitaram na consciência da classe operária e dos técnicos.

A enquête, parece-me, não deve esquecer a mudança que ocorreu na história das relações capitalistas. Digamos de maneira esquemática que as relações da riqueza e do poder se inverteram. No capitalismo clássico, a riqueza era considerada como o fim e o poder como meio; mas no decorrer da expansão capitalista essa relação tende a se inverter e é o poder que tende a submeter a riqueza, ou, se preferirem, é a riqueza que se torna o meio requerido para aumentar o poder.

Esta transformação provoca, evidentemente, graves mudanças de estrutura em todas as relações sociais.

Mas esses dois aspectos predominantes da enquete não devem ser confundidos com seus objetivos propriamente ditos. Os objetivos da enquete podem ser resumidos da seguinte maneira (esperamos algo muito importante dos meios que queremos empregar): a enquete é um método correto, eficaz e politicamente fecundo para entrar em contato com os operários isolados ou com grupos de operários. Não apenas existe afastamento, diferença, contradição entre a enquete e este trabalho de construção política, como também a enquete aparece como um aspecto fundamental deste trabalho. Além disso, o trabalho de discussão teórica entre camaradas, com os operários, etc., ao qual a enquete nos obrigará representa um meio de formação política em profundidade; nisto também a enquete é um excelente instrumento de trabalho político. Pode-se dizer também que a enquete é de importância decisiva para ajudar-nos a suprimir as ambigüidades às vezes notórias que ainda existem na formação teórica que os Q.R. desenvolvem. Como o afirmaram muitos camaradas, numerosos elementos desse esboço teórico provêm da crítica das posições oficiais ou dos desenvolvimento do pensamento do movimento operário e, por conseguinte, têm apenas um valor de antítese. Não têm fundamento positivo, com isso quero dizer que eles não estão empiricamente fundados ao nível da classe.

Como não nos é possível efetuar uma verificação política verdadeira que, conservando a importância da exploração rigorosa, nos fornecesse, além disso, elementos macroscópicos, documentos incontesteáveis, o trabalho de pesquisa mais importante que podemos fazer no momento atual ainda é aquele de que falamos, pois ele assegura a unidade da teoria com a prática que parece nos escapar, hoje em dia, por razões objetivas. Ora, este é um objetivo permanente e essencial de nosso método de trabalho.

(Extraído de Quaderni Rossi, *Luttes de Classes en Italie et Capitalisme d'Aujourd'hui*, François Maspero, Paris, 1968, p. 109-16.)
Trad. de RUTH JOFFILY DIAS.

Marx e a Enquete Operária

Dario Lanzardo

Apresentando a *Enquête ouvrière* que redigira para a *Revue Socialiste*, Marx escreve:

“Na espera de que o governo francês abra... uma ampla enquête sobre os fatos e os malefícios da exploração capitalista, tentaremos começar uma por nosso lado. Esperamos ser apoiados pelos operários das cidades e dos campos que compreendem que só eles podem descrever, com todo conhecimento de causa, os males que suportam, que só eles, e não os salvadores providenciais, podem energeticamente remediar as misérias sociais das quais eles sofrem.”¹

Ao dizer que os operários são os únicos capazes de descrever convenientemente as condições nas quais são explorados, Marx faz mais do que indicar um simples procedimento operatório. Coloca o princípio de um método de trabalho político que se encontra implicitamente na *Crítica da Economia Política*. Esta definia a economia capitalista essencialmente pela luta do trabalho assalariado contra o capital. Mas ela descobrira que tal luta se apresenta de uma forma mistificada, mascarando o processo de exploração real da classe operária e provindo de uma mistificação mais geral, própria da classe capitalista: a do processo de produção. Marx exprime esta última em fórmulas como “capital—lucro” ou “trabalho—salário” nas quais o lucro e o salário são a retribuição, respectivamente, do capital e do trabalho, “seus produtos, diz ele, seus frutos. Os primeiros representam o princípio, os outros a consequência... de tal modo que cada fonte singular está ligada a seu produto como àquilo que ela engendrou e produziu... (ambos) são parte do valor produzido e, portanto, mais

(1) MARX, *O Capital*.

geralmente, do valor, ou, expressos em dinheiro, fazem parte do preço”.

A mistificação deve-se ao fato de que, na realidade, não existe nenhuma analogia entre o capital e o trabalho.

O primeiro é uma “relação determinada de produção social pertencente a uma formação histórica determinada da sociedade... (ele é) constituído pelos meios de produção monopolizados por uma parte determinada da sociedade e pelos produtos e condições de atividade da força de trabalho, estes últimos conquistaram sua autonomia em relação à força de trabalho viva e, pelo meio indireto desta oposição, eles se encarnam no capital”.

Quanto ao trabalho, considerado enquanto tal, é apenas “a atividade produtiva do homem em geral; ela lhe permite estabelecer trocas orgânicas com a natureza, despojada não apenas de toda forma social e de todo caráter determinado, mas até mesmo de sua simples existência natural independente da sociedade, ela é elevada acima de todas as sociedades; é uma manifestação e uma afirmação da vida, comum ao homem não ainda social e ao homem que já está socialmente determinado de uma maneira ou de outra”.

Isto significa que, “ao lado de uma forma de elemento de produção própria a um modo de produção determinado”, como o capital, coloca-se um elemento comum a todos os modos de produção e que “nada tem a ver com a forma social destes últimos” (e se estabelece uma relação entre eles).

É assim que o capital e o trabalho assalariado que lhe corresponde ganham o ar “natural e eterno” do “trabalho” em geral: “quando o trabalho assalariado não aparece como uma forma de trabalho socialmente determinada, mas o trabalho inteiro parece ser, por natureza, trabalho assalariado (e é assim que aparece aos que estão implicados no sistema das relações de produção capitalista), até mesmo as formas sociais específicas determinadas, que as condições materiais do trabalho (os meios de produção produzidos) assumem em relação ao trabalho assalariado... coincidem totalmente com a existência *material* dessas condições... Os meios de trabalho considerados como tais tornam-se capital... e a autonomia formal que as condições de trabalho adquirem em relação ao trabalho, a forma particular que esta autonomia assume em relação ao trabalho assalariado, torna-se uma propriedade que lhes pertence indissolúvelmente enquanto coisas, condições materiais da produção; é um caráter *original*, que lhes é imanente e lhes cabe necessariamente por eles serem elementos da produção. Seu caráter social, determinado por uma época ela própria historicamente determinada, no processo de produção capitalista, um caráter objetivo que lhes é, por assim dizer, inato por toda a eternidade, em sua qualidade de elementos do processo de produção... É que o produto no qual (se leva) o operário a reconhecer seu trabalho e que lhe é apresentado

como seu ganho, sua remuneração, não é mais do que o salário, a parte do valor representada pelo salário. E então, se o trabalho assalariado coincide com o trabalho em geral, o salário coincidirá com o produto do trabalho”, e a “mais-valia, sob a forma do lucro, não se relacionará mais com a parte do capital dispendido em trabalho da qual ela jorra, mas ao capital em seu conjunto”.²

Conseqüentemente, as lutas que opõem os proletários, sempre mais numerosos no decorrer do processo da acumulação do capital, aos possuidores do próprio capital se apresentam como lutas ao nível da distribuição: as negociações que elas têm em vista baseiam-se apenas na maneira pela qual as contribuições respectivas de cada um — trabalho por um lado e capital por outro — serão recompensadas no processo de produção.

É assim que os operários, por um lado, perdem qualquer possibilidade de criticar o modo de produção capitalista e que, por outro lado, torna-se-lhes impossível descobrir a verdadeira natureza do processo de exploração; reconhecer que a força de trabalho é vendida aos capitalistas como uma mercadoria da qual eles se servem para acumular a mais-valia.

Mas é possível, por uma análise crítica do processo de produção capitalista, fazer reaparecer a verdadeira natureza da contradição e fornecer um ponto de referência preciso para a luta de classes.

“Todos os métodos empregados para produzir mais-valia são, ao mesmo tempo, meios de acumulação e, inversamente, toda extensão da acumulação torna-se um meio que permite desenvolver esses métodos. Daí resulta que, na medida em que o capital se acumula, a situação do operário piora e isto qualquer que seja sua retribuição... a acumulação de riquezas num dos pólos (o pólo capitalista) significa, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, trabalho esgotante, escravidão, ignorância, brutalidade e degradação moral no pólo oposto, entre aqueles que produzem seu próprio produto como capital.”

O problema é, então, revelar aos operários que esses “fatos do capitalismo” são fatos “históricos” e não “naturais”, isto é, que a luta entre “capital e trabalho” é uma luta da classe operária contra a classe capitalista.

No prefácio da edição alemã do *Manifesto do Partido Comunista* (1890), Engels afirma que “para a vitória última dos princípios enunciados no *Manifesto*, Marx confiava unicamente no desenvolvimento intelectual da classe operária, nascendo necessariamente da ação e da

(2) Deve-se entender isso num sentido político e a isso ligar a análise pela qual Marx estuda a relação da composição orgânica do capital com a taxa de lucro. Aliás, essa análise não é mais inteiramente adequada em nossos dias, mas ela não entra nos limites deste artigo.

discussão em comum. Os acontecimentos e as vicissitudes da luta contra o Capital, as derrotas mais do que os sucessos, não podiam deixar de fazer sentir aos combatentes a insuficiência de todas as suas panacéias e levá-los a compreender as verdadeiras condições da emancipação operária” (Marx, Engels, *Manifeste*, Paris, Ed. Sociales, 1962, p. 16).

A esse respeito, Marx afirma que “a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios operários”: *deve e pode* ser, porque essa classe revolucionária, cujo desenvolvimento exige implicitamente uma forma de produção superior, possui, no socialismo científico, um formidável instrumento teórico e prático na luta histórica e cotidiana que conduz contra o capital.

“As crises são inevitáveis... mas faremos o possível para expor o processo de exploração capitalista de maneira simples e popular e sem supor nem mesmo que as noções mais elementares da economia política sejam conhecidas previamente; queremos ser compreendidos pelos operários” (Marx, *Travail salarié et Capital*, Paris, Ed. Soc., 1960, p. 20).

Em Marx, a crítica da economia política é não apenas uma crítica ao sistema de produção capitalista, mas também uma ação política dirigida contra esse sistema.

Marx descobre que os contrastes sociais que aparecem para os operários de maneira empírica são, de fato, formas historicamente necessárias e específicas da luta de classes; pois, uma vez que da produção capitalista nasceu “o proletariado não pode realizar sua própria emancipação sem emancipar ao mesmo tempo a sociedade inteira e libertá-la da divisão em classes e da luta de classes”. Por conseguinte, diz ele, “se nos fosse necessário dar uma justificação científica de nossa concepção, parecer-nos-ia igualmente importante conquistar o proletariado europeu às nossas idéias...”

Das primeiras conferências da Associação dos Trabalhadores Alemães de Bruxelas ao *Manifesto do Partido Comunista*, da Associação Internacional dos Trabalhadores à “Enquete Operária” da *Revue Socialiste* de 1880, Marx sempre conservou, em sua ação política, este mesmo objetivo:

“O objetivo dos comunistas é o dos outros partidos proletários: constituição dos proletários em classe. Em nenhum momento ele (o Partido Comunista) negligencia despertar nos operários uma consciência clara e nítida do antagonismo violento que opõe a burguesia ao proletariado.” (*Manifeste*, Ed. Soc., p. 37-8 e 60.)

A contradição capitalista só pode desenvolver de maneira revolucionária pela tomada de consciência da exploração e pela luta organizada. O problema é, então, o de estabelecer entre esses dois elementos uma relação de complementaridade, pois “o proletariado tem a seu favor o número, que é fator de sucesso, mas o número só tem peso

quando é organizado em unidade e dirigido pelo saber”.³ Trata-se de descobrir que instrumentos, eles também historicamente determinados, são os mais funcionais para atingir esse objetivo. Mas, para isso, é necessário antes de tudo ter compreendido que é apenas tomando claramente consciência da exploração que se pode ultrapassar os limites do puro e simples conflito cotidiano contra o capital.

“Se a classe operária renunciasse covardemente diante das dificuldades na luta que conduz cada dia contra o capital, ela própria perderia a faculdade de lançar-se um dia num movimento mais amplo... mas os trabalhadores não devem exagerar o resultado final dessas lutas cotidianas. Devem lembrar-se de que se chocam contra os efeitos, não contra as causas, e cuidar para não se deixarem absorver por esta inevitável guerrilha suscitada por cada nova usurpação do capital, cada variação do mercado.

Devem compreender que o sistema presente, com todas as misérias que faz pesar sobre a classe operária, gera ao mesmo tempo as condições materiais e as formas sociais necessárias à reconstrução econômica da sociedade. É preciso que eles apaguem de seus estandartes o *slogan* conservador: ‘Um salário eqüitativo para uma jornada de trabalho eqüitativa’, e inscrevam a palavra de ordem revolucionária: ‘Abaixo o trabalho assalariado’.”⁴

Na enquête conduzida por Marx, pode-se ver de maneira exemplar como a intervenção política segue os princípios fundamentais da análise teórica (a exploração absoluta da força de trabalho pelos capitalistas). Não se pode separar essa enquête de seu trabalho político geral que tem como único objetivo transformar os proletários numa classe antagonista, “unindo-a pela organização” e “guiando-os pelo saber”.

Analisemos a enquête de Marx e detenhamo-nos em alguns de seus pontos principais.

Pode-se facilmente encontrar no questionário um fio condutor que une suas quatro partes e forma um todo funcional e homogêneo. Trata-se de uma etapa deste movimento gradual pelo qual os operários descobriram o socialismo científico. É uma explicação teórica das condições que eles conhecem bem, uma crítica gradual e sempre mais ampla da exploração capitalista, na qual se inserem, em determinados pontos essenciais, um esclarecimento explícito ou um juízo de valor.

(3) Tirado da Mensagem inaugural de Marx no momento da fundação da Associação Internacional dos Operários que teve lugar em Londres a 23 de setembro de 1864, citado em *Le Parti et l'Internationale*, p. 113.

(4) Tirado do relatório feito por Marx no Conselho Geral da Associação Internacional dos Operários em junho de 1865, publicado com o título de *Salário, preço e lucro*.

Ao responderem perguntas da primeira parte, os operários descrevem principalmente a fábrica na qual trabalham. Trata-se de uma descrição estática mas que permanece essencial quando se quer compreender, em toda sua complexidade, como funciona o mecanismo real da exploração direta e a relação imediata que liga esta exploração ao trabalho pessoal de cada um. Esta parte da análise e de descrição se compõe de três grupos principais de perguntas que se baseiam na composição da força de trabalho, na estrutura da fábrica do ponto de vista técnico (divisão do trabalho, grau de mecanização, etc.) e nas condições do trabalho.

No primeiro grupo, a pergunta número 6 é particularmente importante: "Qual o número de fiscais e outros empregados que não são *assalariados comuns*?" (os grifos são nossos). É aí que a exploração capitalista manifesta mais imediatamente seu inevitável despotismo. O operário deve sublinhá-lo com força, pois "o trabalho de superintendência aparece necessariamente em todos os sistemas de produção que se fundam no antagonismo do operário, produtor imediato, e do proprietário dos meios de produção. Quanto mais forte é este antagonismo, maior é a importância deste trabalho de superintendência. Ele atinge o máximo no sistema escravagista. Mas é igualmente indispensável no modo de produção capitalista onde o processo de produção é, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho". Este despotismo aparece também na análise técnica da fábrica: "Descreva a tarefa que lhe cabe; fale não apenas do aspecto técnico mas também da fadiga muscular e nervosa que ela impõe e de sua repercussão geral sobre a saúde dos operários". E no momento em que o operário descreve as condições materiais de seu trabalho (higiene, segurança, etc.), que Marx certamente não ignorava, pela primeira vez se dá explicitamente a razão das perguntas anteriores: o empregador "alguma vez indenizou aqueles que sofreram um acidente enquanto trabalhavam para enriquecê-lo?"

Na segunda parte do questionário, a descrição da exploração e das formas absolutas do domínio que ela exerce se torna mais dinâmica: trata-se então da quantidade de força de trabalho empregada durante um certo lapso de tempo no processo de produção, da duração da jornada de trabalho, do trabalho noturno, dos turnos, dos regulamentos e das multas. A pergunta principal aqui é a de número 43: "as máquinas são limpas por operários especialmente designados para isto ou são gratuitamente limpas pelos operários que trabalham com elas durante o dia?". Não se trata apenas de definir tarefas que até então tinham permanecido imprecisas, mas sim de desmistificar uma realidade capitalista: a do trabalho assalariado. Com efeito, se o salário é garantido por um contrato estipulado desde o início do trabalho e se é pago, seguramente, no fim da semana ou do mês, como o capitalista pode fazer o operário trabalhar gratuitamente? Uma análise crítica da

economia revela que o operário vende sua força de trabalho como mercadoria ao proprietário das máquinas e que “mal seu trabalho realmente começa, já deixou de lhe pertencer”. Sua força de trabalho está então nas mãos do capitalista, que dela dispõe totalmente, e que não somente faz com que ela “sempre funcione durante mais tempo do que o necessário para reproduzir o valor da força de trabalho” como também dela se serve segundo suas exigências, quaisquer que sejam elas. É o ponto fundamental da análise de Marx em ligação direta com seu pensamento político: “Compreende-se assim porque se torna essencial o fato de o valor e o preço da força de trabalho se metamorfosarem em salário, isto é, em valor e preço do próprio trabalho. Todas as idéias jurídicas do operário e do capitalista, todas as ilusões do operário sobre a liberdade se fundam nesta forma de aparição que torna invisível a relação real e que manifesta justamente o oposto”. Os operários devem destruir essas idéias e essas ilusões começando principalmente por refletir sobre o poder do patrão que os faz trabalharem gratuitamente.

Na quarta parte da enquête a análise da exploração e a descrição que o operário dela faz englobam todas as relações sociais nas quais ele está implicado enquanto proletário, na fábrica ou na sociedade.

Esta parte é composta por quatro grupos bastante homogêneos de perguntas que correspondem a quatro níveis estreitamente unidos da análise: reencontram-se aí certos aspectos da exploração já estudada antes, mas que se referem mais facilmente ao sistema inteiro de produção. Esses grupos tratam: da regulamentação da venda da força de trabalho, do salário, da relação entre salário e custo da reprodução, da maneira pela qual o capitalista se serve das máquinas e dos progressos técnicos.

No primeiro grupo de perguntas o operário descreve a relação jurídica que o liga a seu patrão. Faz-se com que ele compare um pouco os direitos e os deveres recíprocos que derivam do contrato estipulado. Marx, que conhece a fundo as condições da classe operária inglesa cuja organização é bem superior à da classe operária francesa, sabe muito bem que só os patrões podem usar e abusar do contrato a seu bel-prazer. “No caso de o contrato ser rompido e o empregador estar errado, a que penalidade ele deve se submeter?” E, logo em seguida: “E quando o operário está errado, que penalidade deve sofrer?”

A descrição seguinte, que diz respeito ao salário, é bastante longa — ela considera todas as suas formas possíveis e procura revelar seu sentido. O salário pode ser pago por tempo ou por tarefa, mas “o salário por tarefa é a forma que melhor convém ao modo de produção capitalista” e apresenta duas vantagens particulares para o capitalista. Antes de tudo, “oferece ao capitalista a possibilidade de medir com precisão a intensidade do trabalho. Só o tempo de trabalho que se encarna numa quantidade de mercadoria determinada previamente e fixada experimentalmente é considerado como tempo de trabalho so-

cialmente necessário e é pago como tal". Em segundo lugar, "a qualidade do trabalho é controlada aqui pela própria obra que deve ter um valor médio se o preço das tarefas for pago integralmente. Deste ponto de vista, o salário por tarefa torna-se uma fonte infinitamente fecunda para as deduções do salário e as desonestidades capitalistas". O operário é alertado: "Se ele é pago por tarefa, usa-se o pretexto da qualidade do artigo para enganar você reduzindo seu salário?"

Em seguida vêm duas perguntas extremamente importantes nelas mesmas e que o são ainda mais se relacionamos uma com a outra, pois permitem descobrir a natureza do trabalho assalariado: "Quer seja por tarefa ou por tempo, quando o trabalho é pago? Em outras palavras, durante quanto tempo você credita a seu patrão antes de receber o preço do trabalho efetuado? Você é pago após um mês? uma semana? etc.". Uma vez mais, aí está um resultado da análise teórica das características da produção capitalista. "A alienação da força de trabalho e da maneira pela qual esta força se desenvolve na realidade (como valor de uso) são portanto fatos separados no tempo. Mas no caso das mercadorias para as quais a alienação formal que cabe ao valor de uso por intermédio da venda é separada no tempo da consignação real do comprador, o dinheiro deste último funciona principalmente como meio de pagamento. Em todos os países onde domina a forma de produção capitalista, a força de trabalho só é paga após ter funcionado durante o tempo fixo estabelecido pelo contrato; em toda parte o trabalhador adianta, então, ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele a deixa consumir por aquele que a compra antes de ela lhe ter sido paga; portanto, em toda parte o trabalhador credita ao capitalista". De modo absoluto (pois a acumulação do capital nas mãos da classe capitalista tira deste fato uma parte de sua significação econômica) ele credita a seu próprio patrão que não pode se enriquecer sem a força de trabalho que o operário lhe dá. Mas, para que o operário compreenda este fato e o faça seu, insurgindo-se contra seu patrão, Marx lhe faz uma outra pergunta que o leva a descrever as consequências de tal sistema sobre as condições materiais de sua vida:

"Você observou que, ao lhe pagarem com atraso, obrigam-no, freqüentemente, a recorrer à casa de penhores na qual você deve depositar uma taxa de juros alta e a despojar-se de coisas que lhe são necessárias? Você observou que isso o obriga a endividar-se junto aos comerciantes e a tornar-se devedor deles? Conhece casos em que operários perderam seus salários por causa da falência ou da bancarrota de seus patrões?"

No terceiro grupo de perguntas, o operário analisa o custo da reprodução de sua própria força de trabalho; estabelece uma relação direta entre o salário que deveria corresponder ao valor real de sua força de trabalho, mas que todo capitalista procura não pagar integralmente, e o preço dos objetos mais necessários; não é por acaso que se encon-

tram entre estes, na categoria das 'despesas diversas', os livros, os jornais, 'as contribuições pagas a sociedades de socorro mútuo, para as greves, as ligas, as caixas de resistência, etc.'".

Mas existe uma comparação politicamente mais importante que permite compreender imediatamente o ponto fundamental da análise, a única razão de ser do sistema despótico da fábrica: a mais-valia, a riqueza do patrão. "Estabeleça um paralelo entre o preço dos artigos que você produz ou dos serviços que você presta e o preço de seu trabalho." Evidentemente o operário não pode nem calcular o custo da produção nem determinar o montante líquido do lucro; mas as máquinas também são apenas trabalho morto e o que importa é que o operário se aperceba de que existe efetivamente uma diferença e que esta diferença privilegia exclusivamente quem a embolsa, isto é, seu patrão.

Finalmente, no quarto grupo de perguntas, confronta-se diretamente a exploração com diferentes aspectos do funcionamento da sociedade capitalista: a ciência aplicada às máquinas, o progresso, o curso do mercado, as crises. "Você conhece casos em que operários perderam o emprego porque foram introduzidas máquinas novas ou aperfeiçoamentos de um outro tipo?". Aqui também vemos claramente que a análise científica não se separa da necessidade de fazer com que os operários compreendam a ligação do desenvolvimento técnico com o desemprego. A concorrência obriga os capitalistas a diminuírem o preço de seus produtos, o que requer um aumento de produtividade e uma alocação mais ampla de capitais. O que, ao nível da empresa, significa um aumento da composição orgânica do capital e, portanto, correlativamente, uma diminuição do capital variável; ao nível social, é a formação de um exército industrial de reserva que se torna um elemento fundamental do desenvolvimento: este exército está sempre disponível, pertence tão completamente ao capital como se este o tivesse criado por sua própria conta. Essa massa disponível de proletários tem uma importância fundamental quando o capital em expansão "irrompe impetuosamente em velhos ramos da produção, cujo mercado se alarga bruscamente, ou em ramos que se abrem pela primeira vez": ela alimenta os movimentos gerais e, por conseguinte, as vicissitudes sem fim do ciclo industrial, isto é, as crises. Uma outra pergunta, na verdade, estabeleceu pouco antes uma conexão desta amplitude: "Fale das interrupções que intervieram no trabalho após mudanças de métodos ou crises particulares e gerais. Fale de seus próprios períodos de desemprego involuntário". O desemprego involuntário torna-se assim sinônimo de uma disponibilidade tal que permite ao capitalismo servir-se de máquinas, com todas as conseqüências que isto faz pesar sobre a organização da fábrica. O capitalismo, com sua enorme capacidade de "desenvolver-se por saltos e sua dependência em relação ao mercado mundial, transforma a vida da indústria

numa seqüência de períodos de vitalidade média, de prosperidade, de superprodução, crise e estagnação”. Essa disponibilidade permite o emprego capitalista das máquinas para explorar os operários. A análise teórica e a pesquisa ao nível dos operários se concentram num ponto fundamental do desenvolvimento histórico da acumulação: “O desenvolvimento do maquinismo e o aumento da produtividade do trabalho aumentaram ou diminuíram a intensidade e a duração do trabalho?”. Trata-se aí da relação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa, que se estabelece historicamente com o desenvolvimento do sistema das máquinas; este, “como qualquer outro desenvolvimento da forma produtiva do trabalho, tem a tarefa de tornar o preço das mercadorias mais barato e de abreviar a parte da jornada de trabalho que o operário emprega para si mesmo, para prolongar a outra parte, a que o operário fornece gratuitamente ao capitalista; conseqüentemente, é um meio de produção de mais-valia”.

Vê-se imediatamente que conseqüências isto acarreta para os operários: aumento da jornada de trabalho, aumento da intensidade do trabalho. “Durante meio século, na Inglaterra, a jornada de trabalho e a intensidade crescente do trabalho da fábrica estão combinadas... mas (existe) um ponto crucial no qual a extensão da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho se excluem mutuamente de tal modo que só o prolongamento da jornada de trabalho permite uma intensidade do trabalho menor e, inversamente, um grau de intensidade superior só é compatível com uma jornada de trabalho diminuída... e a partir do momento em que a revolta operária... obriga o Estado a abreviar o tempo de trabalho pela força, o capital se lança, com pleno conhecimento de causa, à produção da mais-valia relativa, graças a um desenvolvimento acelerado do sistema das máquinas.”⁵ “O operário responderá, provavelmente, que a jornada de trabalho diminuiu e a intensidade do trabalho aumentou.” Em algumas empresas talvez se defrontem com a situação oposta. Mas qualquer que seja a resposta, a pergunta terá tido sua utilidade: terá permitido estabelecer uma relação imediata entre os progressos do capitalismo e os progressos da exploração. A última pergunta deste quarto grupo provavelmente confirmará esta relação:

(5) Mas o capitalismo não tarda a encontrar o meio de impedir que se reduza a jornada de trabalho mesmo se se reforça o ritmo do trabalho: quando as máquinas estão em funcionamento, o trabalho morto que nelas se encontra se valoriza e se torna um valor de troca que se acrescenta à mais-valia trazida pelo operário. É um movimento histórico que se generaliza a partir da acumulação e de suas características cambiantes. As máquinas giram perpetuamente durante a metade ou mesmo três quartos da jornada de trabalho; gradualmente, a luta sindical para que se reduza a jornada de trabalho ou para que se pague mais por um trabalho mais intensivo encontra-se com a necessidade de ampliar o mercado dos produtos de consumo produzidos em nível industrial.

“Em sua profissão, durante quantos anos um operário de saúde média pode continuar a trabalhar?”

Nas três primeiras partes, o que predomina é a análise de Marx, seu esforço para dar aos operários uma consciência clara da natureza de sua própria exploração. Na quarta parte, os operários descrevem a maneira pela qual se opõem à própria exploração. Nesse momento da luta, a classe operária vem vias de organização, enfrenta um capitalismo já organizado. Para Marx, trata-se também parcialmente de uma pesquisa que, por suas perguntas precisas, tende a suscitar possibilidades novas ao nível da organização da luta. “Seu grupo profissional apoiou greves de operários pertencentes a outras categorias?”

É relativamente pouco importante que a resposta seja negativa ou até mesmo inexistente. O essencial é fazer compreender que esta possibilidade não apenas existe como também é a mais eficaz e que a união de todos os proletários é capaz de vencer os capitalistas já unidos e organizados pela própria produção e o poder político do Estado: “Houve coalizões de empregadores que procuram impor reduções de salários, aumentos do trabalho, para se oporem às greves, ou, de modo mais geral, para imporem sua vontade?” E, logo em seguida: “Você conhece casos em que o governo tenha posto a força pública a serviço dos patrões contra os operários?” Que poder as ligas de resistência ou as sociedades de socorro mútuo podem opor aos capitalistas organizados ou ao governo que vem ajudá-los? Mas aí estão os limites objetivos das possibilidades de organização que a classe operária francesa possui nessa época e a crítica de Marx só pode colocar o problema indiretamente. Ele não pode, portanto, fazer a crítica que já dirigira às *Trade Unions* inglesas que “em geral não realizam seus objetivos porque se limitam a uma guerrilha dirigida contra os efeitos do sistema existente em lugar de procurar ao mesmo tempo transformá-lo e de se servirem de sua capacidade de organização como uma alavanca para liberar definitivamente a classe operária e para a abolição definitiva do sistema do trabalho assalariado”.

Para ir além desses limites e indicar outros instrumentos de ataque claramente organizados contra o capitalismo, é necessário primeiramente conhecer o sistema e as manobras de seus representantes que, há muito tempo, já compreenderam os perigos de uma oposição direta e violenta ao nível da fábrica e que, há muito tempo, estudam soluções a longo prazo que permitirão conter a classe operária. “Na sua profissão existem fábricas nas quais a retribuição dos operários é paga em parte com o nome de salário e em parte com o de uma pretensa coparticipação nos lucros? Compare as quantias recebidas por estes operários com as quantias recebidas por outros operários, em fábricas onde não existe nenhuma pretensa coparticipação nos lucros. Faça a lista das obrigações às quais estes operários estão submetidos. Eles

podem fazer greve, etc.? É possível para eles serem algo mais do que humildes servidores de seus patrões?"

Indica-se assim o perigo permanente de uma situação política que o capitalismo pode determinar historicamente (sob formas cambiantes) para submeter a classe operária às suas exigências. A participação nos lucros da empresa é, nessa época, a maior mistificação do trabalho assalariado e, ao mesmo tempo, a maior apologia possível de todas as ilusões sobre a igualdade, a liberdade, a propriedade, que nascem de tal mistificação. "Liberdade! pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria, por exemplo, a força de trabalho, são determinados unicamente por sua livre vontade... Igualdade! pois eles só entram em relação recíproca como possuidores de mercadorias e trocam produtos equivalentes... Propriedade! pois cada um dispõe apenas do que lhe pertence propriamente... e cada um deles só tem a ver consigo mesmo. O único poder que os aproxima e os relaciona é o de seu próprio lucro, do que os favorece em particular, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se move assim, por si mesmo, e ninguém nada faz pelo outro, que todos realizam, por uma harmonia preestabelecida, ou sob os auspícios de uma providência onisciente, a única obra que os favorece reciprocamente, a da utilidade comum, do interesse geral."

Parece-nos indispensável, para poder julgar mais completamente a enquete de Marx, acrescentar ao que precede as poucas considerações que se seguem.

A enquete fora organizada pela *Revue Socialiste* e não por Marx, que apenas elabora o questionário. Na origem, encontrava-se o movimento operário francês que desejava organizar de maneira mais eficaz a luta sindical e procurava por isso conhecer melhor as condições reais de exploração da classe operária, o grau de organização que atingira, etc. Desejava também ampliar assim a base operária dos grupos socialistas e das associações operárias tomando contato diretamente com o maior número possível de operários.

"O operário deve dar seu nome e seu endereço, de modo a permitir, se for o caso, entrar em contato com ele."

Mas Marx forjara o instrumento desse trabalho de tal maneira que os objetivos da Primeira Internacional socialista e os objetivos do próprio Marx recobriam imediatamente os do movimento operário francês. Pretendia, por um lado, fornecer à classe operária futuros instrumentos teóricos e fazê-la tomar consciência da verdadeira natureza do capitalismo e de sua condição de classe explorada; e, por outro lado, desejava, a partir de um exemplo concreto, propor aos "grupos socialistas das diferentes escolas" um método de trabalho fundado no socialismo científico, capaz de criar as condições para uma luta eficaz contra o capitalismo francês: desejava, assim, dar um sentido real à ação realizada em comum pelos diversos grupos e as associações operárias.

E, finalmente o fato de a enquete praticamente não ter tido conclusão, pois as respostas que chegaram à *Revue Socialiste* foram em

número de uma centena sobre os vinte e cinco mil exemplares distribuídos em toda a França, só tem afinal uma importância relativa. O essencial era que os questionários, chegando aos operários, lhes dessem novas possibilidades de conhecer a maneira pela qual a exploração capitalista funciona.

Que relação existe entre a enquete de Marx e nossa ação política atual? Para nós, trata-se principalmente de verificar se os instrumentos de intervenção que escolhemos em relação com nossa posição teórica são verdadeiramente funcionais. E talvez seja necessário reafirmar alguns pontos essenciais dessa própria posição teórica.

Existem dois pressupostos incontestáveis, histórica e empiricamente, dois fatos que se trata de manter com firmeza: o sistema capitalista *pode* ter apenas um caráter transitório; ele se caracteriza pela exploração despótica da força de trabalho. Em contrapartida, é necessário recolocar em questão certos pontos da análise que dizem respeito à maneira pela qual o capital se acumula (e é em parte o que os Q.R. tentaram fazer). Pois, com as variações ocorridas no capital, certas conseqüências imediatas da exploração capitalista foram modificadas, como, por exemplo, a miséria material ou o desemprego permanente. Não se pode mais, em nossos dias, abordar tão diretamente a própria exploração. Marx, em sua análise, já chegara à conclusão de que era historicamente sempre mais difícil desmistificar o processo de produção e reconhecer o mecanismo de produção da mais-valia. “Se se considera o capital tal como se encontra no processo de produção direto, como bombeador de trabalho excedente, esta relação é ainda muito simples e é a relação real que se impõe aos depositários desse processo, aos próprios capitalistas... mas, quando, segundo o modo de produção especificamente capitalista, desenvolve-se a mais-valia relativa e, com esta, as forças produtivas sociais do trabalho, essas forças produtivas e as ligações sociais do trabalho parecem, no processo do trabalho direto, transferidas do trabalho para o capital. O capital já se torna assim uma entidade mística; e todas as forças sociais que produzem trabalho parecem pertencer-lhe propriamente em lugar de pertencerem ao trabalho considerado como tal, parecem forças nascidas em seu seio. Em seguida, intervém o processo de circulação e suas mudanças de substância e de forma atingem todas as partes do capital... E o processo de produção real, que une o processo de produção direto ao processo de circulação, engendra formas novas em que o fio das ligações internas se perde sempre mais; cada relação de produção se torna cada vez mais independente das outras e os elementos constitutivos do valor se apresentam como formas autônomas umas em relação com as outras.”

Trata-se de uma dificuldade objetiva na qual se encontram os sujeitos da produção de ambas as classes. Mas esta dificuldade constitui a força da classe dominante; e será em vão que a ciência econômica emanará do movimento operário, ela se transformará numa ideologia que só poderá servir ao poder capitalista na medida em que se

separar da análise teórica do processo de exploração. A crítica de Marx dirige-se tanto à economia vulgar quanto ao “socialismo vulgar que, tendo tomado dos economistas burgueses o hábito de considerar e de tratar a distribuição independentemente do modo de produção, vê-se principalmente centrada na distribuição”.

Hoje, mais do que naquela época, os operários consideram que o trabalho assalariado na fábrica representa sua forma natural de existência, num contexto que sofreu, entretanto, numerosas modificações. Pois é a produção social em seu todo, com todas as superestruturas que a ela estão integradas, que influencia as condições de trabalho, o salário, a vida inteira dos operários; de tal maneira que o modo de produção capitalista lhes aparece como o único modo de produção possível, o que se verifica sempre mais na medida em que o capitalismo consegue controlar globalmente e planificar a produção.

Os únicos elementos “não-naturais” são as lutas sindicais e as flutuações devidas à conjuntura, que não bastam, é evidente, para fazer com que um apelo lançado aos operários seja suficiente para que se organizem — apelo fundado genericamente em sua condição de explorados — para que seja facilmente acolhido e possa se radicalizar de forma organizada.

Por outro lado, tornou-se muito mais difícil dirigir críticas diretas ao sistema de produção capitalista. Seria necessária toda uma série de análises que, estudando as experiências revolucionárias socialistas, fornecesse um ponto de comparação importante que permitisse compreender o absurdo do método de produção capitalista. Sem contar que os sistemas nacionais dos partidos operários, que são os únicos a terem integrado uma práxis efetiva, permaneceram isolados; eles contribuíram para mistificar a natureza e os resultados de tais revoluções e, principalmente, não ajudaram de modo algum a classe operária a compreender o absurdo do capitalismo (neutralizando, assim, no mesmo momento, as lutas que ela pôde compreender).

As críticas deveriam se dirigir principalmente ao fato de que a ciência e a técnica são empregadas como os meios “de reduzir o tempo de trabalho do qual uma classe necessita, a fim de apropriar-se e controlar a mais-valia”. É esta, de fato, a oposição ao esforço histórico do proletariado, que quer “arrancar da produção este caráter capitalista que a burguesia procura tornar eterno”.

É a partir daí que devemos buscar os instrumentos mais aptos a permitir tal análise crítica por parte dos operários, portanto, os instrumentos mais aptos a colocar esta análise ao alcance deles.

(Extraído de Quaderni Rossi, *Luttes de Classes en Italie et Capitalisme d'Aujourd'hui*, François Maspero, Paris, 1968, p. 117-31.

Trad. de RUTH JOFFILY DIAS.

Anexos

O Questionário de 1880

Karl Marx

Nenhum governo (monárquico ou republicano-burguês) ousou fazer uma investigação séria a respeito da situação da classe operária na França. Mas, por outro lado, muitas pesquisas já foram feitas a respeito das crises agrárias, financeiras, industriais, comerciais ou políticas.

A infâmia da exploração capitalista, evidenciada pelas investigações oficiais do governo inglês, e as conseqüências legais dessas revelações (limitação da jornada legal de trabalho a dez horas, leis sobre o trabalho da mulher e da criança, etc.) só serviram para aumentar o temor da burguesia francesa aos perigos que poderiam ser acarretados por uma indagação sistemática imparcial.

Com os escassos meios de que dispomos, iniciaremos por nossa conta esta indagação, acreditando que, com isso, possamos talvez animar o governo republicano da França a seguir o exemplo do governo monárquico inglês. Confiamos contar, para isso, com a ajuda de todos os operários da cidade e do campo, conscientes de que apenas eles podem descrever, com todo conhecimento de causa, os males que suportam, e de que só eles, e não os salvadores providenciais, podem energeticamente remediar as misérias sociais que sofrem. E contamos, também, com os socialistas de todas as escolas, que, aspirando a uma reforma social, devem, necessariamente, desejar adquirir o conhecimento mais exato e fiel possível a respeito das condições em que vive e trabalha a classe operária, a classe à qual pertence o porvir.

Estes cadernos do trabalho constituem o primeiro passo que a democracia socialista tem que dar para abrir caminho à renovação social.

As cem perguntas contidas no questionário são da mais alta importância. As respostas deverão conter o número de ordem da pergunta correspondente. Não é necessário responder a todas as per-

guntas, mas recomendamos que as respostas sejam as mais amplas e detalhadas possíveis. Não se publicará o nome da operária ou operário que enviar a resposta, a não ser que haja expressa autorização para isso; entretanto, cada remetente deverá indicar seu nome e endereço, de modo a permitir, se for o caso, entrar em contato com ele.

As respostas devem ser dirigidas ao administrador da *Revue Socialiste*, M. Lécluse, 28, rue Royale, Saint-Cloud, Paris.

As respostas serão classificadas e servirão de base para uma série de monografias especiais, que serão publicadas na *Revue Socialiste*, e, mais tarde, reunidas em um volume.

I

- 1) Qual é o seu ofício?
- 2) A fábrica em que você trabalha pertence a um capitalista ou a uma sociedade anônima? Dê os nomes dos patrões capitalistas ou dos diretores da empresa.
- 3) Declare o número de trabalhadores da empresa.
- 4) Declare a idade e o sexo destes trabalhadores.
- 5) Qual a idade mínima em que as crianças (meninos ou meninas) começam a trabalhar?
- 6) Qual o número de fiscais ou outros empregados na fábrica que não são assalariados comuns?
- 7) Há aprendizes? Quantos?
- 8) Existem, além dos operários empregados regular e usualmente, outros que são empregados de tempos em tempos?
- 9) A indústria do seu empregador trabalha exclusiva ou principalmente para o mercado local, para o mercado nacional ou para a exportação?
- 10) A fábrica em que você trabalha está no campo ou na cidade? Indicar o lugar em que ela está situada.
- 11) Se a fábrica funciona no campo, diga se seu trabalho industrial lhe basta para cobrir suas necessidades ou se o combina com algum trabalho agrícola.
- 12) Seu trabalho é feito à mão ou com auxílio de máquinas?
- 13) Dar detalhes a respeito de como é a divisão do trabalho em sua indústria.
- 14) Emprega-se o vapor como força motriz?
- 15) Indique o número de edifícios ou locais em que funcionam os diferentes ramos da indústria. Descreva a especialidade em que você trabalha, referindo-se não apenas à parte técnica como também à fadiga muscular e nervosa que o trabalho lhe impõe, e de como repercute, em geral, sobre a saúde do operário.

16) Descreva as condições higiênicas da fábrica: tamanho das instalações e lugar destinado a cada operário; ventilação, temperatura, caiação das paredes; condições em que se encontram os sanitários; limpeza em geral; ruído das máquinas, pó do metal, umidade, etc.

17) O município ou o governo vigiam as condições de higiene da fábrica?

18) Em sua indústria há emanações nocivas que provoquem enfermidades específicas entre os operários?

19) A fábrica está abarrotada de máquinas?

20) A força motriz, os mecanismos de transmissão e as máquinas estão protegidas para a prevenção de qualquer acidente?

21) Enumerar os acidentes de trabalho ocorridos durante o tempo em que você trabalha na fábrica.

22) Se o lugar de trabalho for uma mina, enumerar as medidas preventivas adotadas pelo patrão para assegurar a ventilação e impedir as explosões e outros acidentes perigosos.

23) Se trabalha em uma fábrica de produtos químicos, em altos-fornos, em metalúrgica ou qualquer outra indústria em que haja perigos especiais, enumerar as medidas de precaução adotadas pelo patrão.

24) Que tipo de combustível se emprega na fábrica (gás, petróleo, etc.)?

25) Em caso de incêndio, dispõe a fábrica de saídas em quantidade suficiente?

26) Em caso de acidente, o patrão está legalmente obrigado a indenizar o operário ou a sua família?

27) Se não é obrigado, ele já tem pago indenização àqueles que sofreram acidentes enquanto trabalhavam para enriquecê-lo?

28) Existe algum serviço médico na fábrica?

29) Se você trabalha em casa, descreva as condições da sua sala de trabalho. Trabalha somente com ferramentas ou emprega pequenas máquinas? Você tem como auxiliares seus filhos ou outras pessoas (adultos ou menores, homens ou mulheres)? Trabalha para clientes particulares ou para uma empresa? Você trata diretamente com estes ou através de um intermediário?

II

30) Indicar as horas de trabalho por dia e os dias de trabalho na semana.

31) Indicar os dias de festa durante o ano.

32) Pausas que existem durante a jornada de trabalho.

33) Os trabalhadores de sua fábrica comem a intervalos determinados ou irregularmente? Comem dentro ou fora da fábrica?

34) Trabalha-se durante as horas das refeições?

35) Se é utilizada a força do vapor, quando se abre o vapor e quando se fecha?

36) Trabalha-se à noite?

37) Indicar as horas em que trabalham os meninos e os menores de 16 anos.

38) Dizer se há turnos de meninos e menores, que se substituam mutuamente durante as horas de trabalho.

39) O governo ou o município encarrega-se de pôr em prática as leis vigentes sobre o trabalho infantil? E submetem-se a elas os patrões?

40) Existem escolas para os meninos ou menores que trabalham nesse ofício? Se existem, a que horas funcionam? Quem a dirige? Que se ensina nelas?

41) Se há trabalho diurno e noturno, que sistema de turnos se aplica?

42) Qual é o número habitual de horas extraordinárias durante os períodos de maior atividade industrial?

43) As máquinas são limpas por operários especialmente designados para isto ou são gratuitamente limpas pelos operários que trabalham com elas durante o dia?

44) Quais são as normas e penalidades por atraso? A que horas começa o dia de trabalho, e a que horas recomeça após as refeições?

45) Quanto tempo você gasta na ida para o trabalho e no regresso à casa?

III

46) Que espécie de contrato você tem com seu patrão? Você é contratado por dia, semana, mês, etc.?

47) Quais são as condições estabelecidas para dar ou receber aviso prévio?

48) No caso de o contrato ser rompido e o empregador estar errado, a que penalidade ele deve se submeter?

49) E quando o operário está errado, que penalidade deve sofrer?

50) Se existem aprendizes, em que condições são eles empregados?

51) Trabalham de modo permanente ou com interrupção?

52) No seu ramo de atividade, o trabalho é sazonal ou é regularmente distribuído no transcorrer de todo o ano? Se o seu trabalho é sazonal, como é que você vive nos períodos em que não há trabalho?

53) Você recebe por tempo ou por tarefa?

54) Se você é pago à base de tempo, seu pagamento é por hora ou por dia?

55) Paga-se salário adicional pelo trabalho extra? Em caso afirmativo, qual o salário?

56) Se o salário que você cobra é por tarefa, como se regula? Se você trabalha num lugar em que o trabalho executado se mede por quantidade ou por peso, como acontece nas minas, diga se o patrão ou seus representantes recorrem a truques para escamotear-lhe uma parte de seus ganhos.

57) Se você é pago por tarefa, usa-se o pretexto da qualidade do artigo para enganá-lo, reduzindo seu salário?

58) Quer seja por tarefa ou por tempo, quando o trabalho é pago? Em outras palavras, durante quanto tempo você credita a seu patrão antes de receber o preço do trabalho efetuado? Você é pago após um mês? uma semana? etc."

59) Você observou que, ao lhe pagarem com atraso, obrigam-no, freqüentemente, a recorrer à casa de penhores na qual você deve depositar uma taxa de juros alta e despojar-se de coisas que lhe são necessárias? Você observou que isso o obriga a endividar-se junto aos comerciantes e a tornar-se devedor deles? Conhece casos em que operários perderam seus salários por causa da falência ou da bancarrota de seus patrões?

60) Os salários são pagos diretamente pelo patrão ou há intermediários no pagamento (agentes comerciais, etc.)?

61) Se os salários são pagos por meio de intermediários, quais são as cláusulas do contrato?

62) Qual é a quantia que você recebe em dinheiro, por dia e por semana?

63) Que salários recebem as mulheres e as crianças que trabalham com você na mesma fábrica?

64) Qual foi, em sua fábrica, o mais alto salário por dia, durante o mês anterior?

65) Qual foi o mais alto salário por tarefa, durante o mês anterior?

66) Que salário você recebeu no mesmo período, e, caso tenha família, quanto ganharam sua mulher e seus filhos?

67) Os salários são pagos totalmente em dinheiro ou de outro modo?

68) Caso o patrão lhe alugue a casa em que vive, em que condições é feito esse aluguel? Ele desconta o aluguel do salário?

69) Quais são os preços dos artigos de primeira necessidade, tais como: (a) aluguel da moradia, indicando as condições do contrato; número de cômodos e de pessoas que os ocupam; gastos com reparos e seguros; compra e manutenção dos móveis, calefação, ilu-

minação, água, etc.; (b) alimentos: pão, carne, legumes, batatas, etc., laticínios, peixe, manteiga, azeite, banha, açúcar, sal, temperos, café, cerveja, sidra, vinho, fumo, etc.; (c) vestimentas para pais e filhos, roupa de cama, higiene pessoal, banhos, sabão, etc.; (d) despesas várias: correio, taxas de empréstimo e agiotagem, pagamento da escola para os filhos, revistas, jornais, contribuições a sociedades e caixas para greves, sindicatos, etc.; (e) em seu caso pessoal, gastos relacionados com o exercício de seu trabalho ou profissão; (f) impostos e taxas.

70) Procure estabelecer o montante semanal e anual de ganhos e gastos seus e de sua família.

71) Em sua experiência pessoal, já observou uma alta maior de preços dos artigos de primeira necessidade, moradia, comida, etc., que dos salários?

72) Declare as flutuações dos níveis salariais que conhece.

73) Indique as baixas sofridas pelos salários nos períodos de retração ou de crises industriais.

74) Indique o aumento dos salários nos períodos de chamada prosperidade.

75) Fale das interrupções que intervieram no trabalho após mudanças de métodos ou crises particulares e gerais. Fale de seus próprios períodos de desemprego involuntário.

76) Estabeleça um paralelo entre o preço dos artigos que você produz ou dos serviços que você presta e o preço de seu trabalho.

77) Você conhece casos em que operários perderam o emprego porque foram introduzidas máquinas novas ou aperfeiçoamentos de um outro tipo?

78) O desenvolvimento do maquinismo e o aumento da produtividade do trabalho aumentaram ou diminuíram a intensidade e a duração do trabalho?

79) Sabe de algum caso de elevação dos salários em consequência dos progressos da produção?

80) Você já conheceu alguma vez simples operários que tenham saído do trabalho aos cinquenta anos e que possam viver do que ganharam como assalariados?

81) Em sua profissão, durante quantos anos um operário de saúde média pode continuar a trabalhar?

IV

82) Existem, em seu ofício, associações operárias? Quem as dirige? Envie-nos os seus estatutos e regulamentos.

83) Quantas greves foram declaradas em sua indústria, desde que você nela trabalha?

- 84) Quanto duraram essas greves?
- 85) Foram greves parciais ou gerais?
- 86) Que finalidade tinham essas greves: aumento de salários ou eram uma luta contra diminuições salariais? Discutia-se nelas a duração da jornada de trabalho ou referiam-se a outras causas?
- 87) Quais foram seus resultados?
- 88) Como funcionam os tribunais do trabalho?
- 89) Seu grupo profissional apoiou greves de operários pertencentes a outras categorias?
- 90) Quais são os regulamentos e as penas estabelecidos pelo patrão de sua empresa para administrar seus operários?
- 91) Houve coalizões de empregadores que procuram impor reduções de salários, aumentos do trabalho, para se oporem às greves, ou, de modo mais geral, para imporem sua vontade?
- 92) Você conhece casos em que o governo tenha posto a força pública a serviço dos patrões contra os operários?
- 93) Conhece casos em que o governo tenha intervindo para proteger os operários contra os abusos dos patrões e suas coalizões ilegais?
- 94) O governo impõe, contra os patrões, a execução das leis vigentes sobre o trabalho? Os inspetores do governo cumprem os seus deveres?
- 95) Existem, em sua oficina ou em seu ofício, sociedades de socorro mútuo, para casos de acidentes, enfermidade, morte, incapacidade temporal para o trabalho, viuvez, etc.? Em caso positivo, envie-nos seus estatutos e regulamentos.
- 96) O ingresso nessas sociedades é voluntário ou obrigatório? Os fundos dessas sociedades estão sob o controle exclusivo dos operários?
- 97) Se se trata de cotas obrigatórias, postas sob o controle do patrão, diga se são deduzidas do salário. Os patrões pagam juros pelas somas retidas? Essas quantias são devolvidas aos operários em caso de expulsão ou de dispensa? Você conhece casos em que os operários se tenham beneficiado dos chamados fundos de aposentadoria controlados pelos patrões, e cujo capital se tenha formado por cotas deduzidas dos salários?
- 98) Existem, em seu ofício, sociedades cooperativas? Como são dirigidas essas sociedades? Empregam operários de fora, como fazem os capitalistas? Envie-nos seus estatutos e regulamentos.
- 99) Na sua profissão existem fábricas nas quais a retribuição dos operários é paga parte com o nome de salário e parte com o de uma pretensa participação nos lucros? Compare as quantias recebidas por estes operários com as quantias recebidas por outros operários, em fábricas onde não existe nenhuma pretensa participação nos lucros. Faça a lista das obrigações às quais estes operários estão subme-

tidos. Eles podem fazer greve, etc.? É possível para eles serem algo mais do que humildes servidores de seus patrões?

100) Quais são, em geral, as condições físicas, intelectuais e morais em que vivem os operários e operárias que trabalham em seu ofício?

101) Observações gerais.

Pesquisa sobre a Consciência de Classe

Bruno Trentin

Na Itália foram realizadas muitas pesquisas sobre o movimento operário, principalmente da região industrial de Turim, cuja concepção privilegia uma dimensão ativa e coletiva desconhecida da sociologia convencional. Um levantamento completo de tais pesquisas, fora de nosso alcance, seria de maior relevância para termos acesso a novas orientações metodológicas. A título de exemplo mencionaremos uma pesquisa realizada por um grupo dirigido por Giulio Girardi, a partir de 1975, sobre o tema "Consciência de classe dos trabalhadores em Turim e no Piemonte", a pedido da FLM (Federação dos Trabalhadores da Metalurgia). Esta entidade deixou ao coletivo de pesquisa inteira autonomia no que diz respeito aos assuntos e aos métodos da investigação a ser conduzida em ligação com as lutas e as "estruturas de base onde se exprime a maior autonomia dos trabalhadores, tais como os conselhos de fábrica, os comitês de zona ou de bairro, etc." Comentando esta mesma pesquisa, Bruno Trentin, secretário da FLM, nos dá certas indicações de grande importância metodológica e política. Eis aqui um trecho de sua conferência, publicada em *Rinascita*, nº 10, de 5 de março de 1976, e na revista *Politique Aujourd'hui*, nº 9/10, 1976, p. 73-85, sob o título: "Partido e sindicato: uma nova síntese".

Pesquisa sobre a Consciência de Classe

BRUNO TRENTIN

Esta tentativa de pesquisa coletiva parte de uma convicção: a experiência de lutas operárias na Itália e, mais particularmente, no coração da estrutura industrial do país, em Turim e no Piemonte, nos últimos anos, determinou uma virada histórica nos conteúdos da consciência de classe na Itália. Com efeito, pensamos que a afirmação de novas formas de organização da classe operária, a ruptura com os velhos tipos de organização e direção e com as vias “verticais” de comunicação no interior do movimento sindical, coincidiram, nas lutas operárias dos últimos anos, e coincidem sempre, hoje, com um processo de conhecimento coletivo dos aspectos específicos, objetivos e subjetivos, da relação de exploração. Isto, por outro lado, permitiu, em certa medida, uma redescoberta de suas projeções na sociedade. Se este laço estreito for ignorado, não se compreenderá como a contestação ativa da organização atual do trabalho à qual chegou o movimento operário pôde encontrar seu ponto de partida fundamental e sua validação permanente justamente no conhecimento, na oficina e no grupo homogêneo, dos dois momentos da organização atual do trabalho: o da exploração e o da opressão. Em outros termos, não se poderia compreender como seu conhecimento coletivo é assumido pelas massas enquanto fato de poder. Mas o segundo dado que caracteriza o alcance histórico da experiência vivida pelo movimento sindical e operário dos últimos anos, consiste na criação e emergência, a partir deste processo de conhecimento coletivo e de controle dos problemas imediatos da condição operária, de novas demandas e novas reivindicações. A partir disso nasce uma nova relação entre fábrica e sociedade, que rompe este estado de isolamento (ou de paralelismo) que distinguiu, durante todo o pós-guerra, a experiência da luta de classes na fábrica, frente aos grandes movimentos sociais que se exprimiam em plano nacional, na indústria e no campo.

Que entendemos por novas demandas? Trata-se de uma questão que não é habitual por causa da forma reivindicativa que ela reveste. Sem dúvida, nestes últimos anos, o movimento sindical operário “produziu” também reivindicações que não são encontradas na experiência passada da luta de classes: o enquadramento único, o controle da mobilidade profissional na fábrica, o próprio controle dos investimentos e dos níveis globais de emprego, nunca foram, no passado, objetivos próprios do movimento sindical. Mas, por outro lado, pode-se falar de uma nova demanda não porque o objetivo reivindicativo presente em si mesmo uma inovação, mas em razão da nova dimensão igualmente introduzida nas reivindicações tradicionais; esta dimensão se exprime pelo desenvolvimento de uma temática complexa de poder e de autonomia em um terreno habitual de confronto com o patro-

nato. Ainda que esta temática reivindicativa sobre a organização do trabalho, edificada com muito esforço pelo movimento sindical operário nestes últimos anos, possa comportar “rubricas” que parecem as mesmas de anteriormente (prêmio por produção, contestação da cadência do trabalho, controle do repouso e do nível global de emprego), isto não impede que ela tenha assumido um peso e um conteúdo totalmente novos. Com efeito, por um lado, essas reivindicações levaram à conquista de estruturas de poder diferentes, novas e mais autônomas, e de auto-organização da classe em seu local de trabalho, e, por outro, levaram à conquista de uma visão mais global da organização do trabalho visando sua transformação consciente.

Encontramos, pois, aqui, uma experiência de massa onde foi decisivo o reencontro entre o momento do “conhecimento coletivo” (do grupo homogêneo no conselho de fábrica) e o momento da elaboração dos objetivos reivindicativos e políticos, sempre apoiados, e não por acaso, sobre instrumentos novos de poder, de auto-organização e de controle. Evidentemente, quando enumeramos esquematicamente estes aspectos da experiência operária dos últimos anos, estamos conscientes de que se trata de um processo que não está limitado à classe operária. Consideramos, pois, mesmo em nossa pesquisa, uma série de setores e de realidades sociais diferentes onde são manifestadas transformações por vezes profundas no modo de abordar e resolver os problemas atuais. É suficiente pensar nas dificuldades conhecidas pelo mundo escolar para elaborar soluções novas no curso dos últimos dez anos. Mas parece-nos que é nas lutas operárias que este processo, marcado mais precisamente pela auto-organização de um conhecimento coletivo e a construção de uma nova estrutura de poder, encontrou seu ponto mais alto e talvez a tensão mais contínua (ao menos de 1968 até hoje). É por isso que ele marcou mais profundamente a sociedade em seu conjunto, com efeitos importantes (que, em muitos casos, ainda é preciso estudar) sobre a vida política, cultural e sobre os próprios costumes. Estamos conscientes do fato de que este processo, esta experiência coletiva, apresentam ainda um caráter incerto e contraditório do ponto de vista sindical, político e teórico. Isto não nos impede de considerar que é tempo de realizar um salto qualitativo, uma reflexão coletiva com o fim de situar historicamente as lutas operárias dos últimos anos: não de um ponto de vista neutro, mas por uma pesquisa militante, que não empreenda a dissecação de uma coisa morta da qual se tentaria compreender as origens, mas que, ao contrário, procure desenvolver tudo o que ela ainda tem de vivo e de fecundo para o ajudar a crescer.

Mas nós devemos saber que um tal processo de conhecimento coletivo vivido através da luta de classes e da criação de novas formas de auto-organização, a própria elaboração, em termos de massa, de novas demandas, não é ainda, e sobretudo não é “de uma vez por

todas", consciência de classe, no sentido de consciência atingida pela classe "para si". Em nossa enquete, nós precisamente recusamos uma concepção da consciência de classe que supõe, de modo metafísico, que a classe é consciente *a priori*; ao contrário, desejamos reconhecer na consciência de classe o que está em formação, em devir, mudando seus conteúdos e suas qualidades, jamais adquiridos uma vez por todas. Logo, há e haverá sempre, em certa medida, uma distância entre, de um lado, a formulação de objetivos que tentam pouco a pouco exprimir, na consciência de milhões de pessoas, as demandas novas de que falamos, as demandas que nascem no coração da experiência de conhecimento na fábrica e na oficina, e, de outro lado, a saída política geral, a resposta global que é preciso dar a estas demandas (com todas as etapas intermediárias que isto supõe). Devemos desconfiar dos mitos e sermos conscientes do fato que, como a experiência prova, as respostas do movimento operário organizado e notadamente do sindicato, se constroem sempre, em um processo deste tipo, por aproximações sucessivas. As respostas são ainda, em um primeiro momento, elaboradas por vanguardas, antigas ou novas, que nem sempre são capazes de operar em tempo uma mediação, uma síntese à frente de tudo que amadurece na consciência de classe. Mas creio que devemos antes de tudo sublinhar que a construção destas respostas (que se tornarão, em seguida, uma plataforma reivindicativa, uma proposição política, uma linha estratégica), precisamente quando ela se afasta das receitas cômodas da tradição do movimento sindical, não nasce e não pode nascer do vazio: ela pressupõe sempre um conflito, uma confrontação com as ideologias que influem direta e indiretamente sobre a consciência das massas. O movimento de classe redescobriu (não graças a uma iluminação súbita, mas por uma experiência dolorosa de conhecimento no calor do conflito de classe) a "não-neutralidade" da ciência; do mesmo modo, a luta de classe redescobriu que a organização do trabalho não é somente um fato objetivo. Igualmente, creio, devemos aplicar na organização da classe a mesma lei, o mesmo rigor, o mesmo critério e reconhecer que as ideologias conservam e conservarão sempre um peso na formação da consciência de classe: as ideologias das classes dominantes como das classes dominadas, as ideologias do adversário de classe como as ideologias das forças políticas que agem no interior do movimento operário. Entre outras, devemos reconhecer igualmente a existência — por vezes em termos invertidos e paradoxais — de uma consciência de massa da autoridade, da hierarquia da fábrica, enquanto valores das classes dominantes "interiorizados" na consciência dos homens, e não somente enquanto fatos institucionais e repressivos que lhe são impostos.

Não há classe "pura" que exprima de modo unívoco sua vocação histórica. Na realidade, a classe operária está em formação conti-

nuada; trata-se de um dado "em construção" em sua estrutura interna, em seus aspectos subjetivos, as tradições culturais diferentes e contraditórias que aí se desenvolvem, nas ideologias impregnadas de contaminações recíprocas agindo em seu interior. Não existe, *a priori*, uma cultura operária que seja necessário "redescobrir"; creio, igualmente, que não há esta espécie de cultura popular embalsamada, inteiramente autônoma, que nos viria de tempos longínquos para responder aos problemas de hoje. Nosso objetivo consciente de produzir os instrumentos de cultura alternativa coincide, pois, com esta convicção de que não se trata de desempenhar o papel de arqueólogos da consciência de classe, votados a redescobrir uma "entidade" autônoma e preexistente aos nossos esforços de pesquisadores e de militantes. De fato, trata-se de promover e de construir um processo de conhecimento onde se exprime a autonomia cultural dos trabalhadores, a verdadeira, a coletiva, que não é delegada aos especialistas da pesquisa; ela se exprimiria, de um lado, pelo conhecimento dos fatos históricos, e, de outro, no momento de consciência das mediações políticas e ideológicas que marcaram estes acontecimentos. Nasce, então, a exigência de um conhecimento rigoroso da cultura das classes dominantes, de uma definição não pela ignorância e, portanto, pela subordinação, mas por uma tomada de consciência crítica, de uma nova relação com esta cultura.

Nasce, assim, a exigência, que é também uma exigência de formação cultural, de um conhecimento das correntes de idéias, políticas e culturais que pesaram e pesam ainda sobre a vida do movimento operário. É aqui que emerge uma dificuldade enorme para uma pesquisa cultural de massa que recusa a hipótese de uma nova delegação de poder, de uma nova divisão do trabalho entre a classe operária e intelectuais (à classe operária caberia o papel de formular as exigências, e aos intelectuais o de interpretar as respostas que correspondem a essas exigências). Trata-se, pois, de redescobrir coletivamente (em uma relação estreita e nova entre pesquisadores profissionais, grupos organizados e trabalhadores e militantes sindicais), evitando os esquemas pré-constituídos pelos "especialistas", o laço existente no calor do confronto de classe, entre os impulsos objetivos movendo-se de uma experiência coletiva e organizada dos trabalhadores com o condicionamento da cultura e das tradições se gravando sobre esta experiência, e, enfim, a influência das diferentes ideologias agindo no seio da classe operária por inumeráveis combinações, por vezes até misturadas entre si. Trata-se de redescobrir e verificar de modo crítico esta correlação e os condicionamentos ideológicos que vão caracterizá-la, para se estar em condições de verificar a validade destas contribuições ideológicas face aos problemas específicos atuais da classe operária. Uma vez mais, repelir-se-á a concepção mistificadora que crê na existência de uma classe operária em estado "puro", uma classe operária

de laboratório. E todas as soluções que vão ser elaborados de um movimento de massas, ainda que elaboradas através das experiências as mais audaciosas de democracia direta, não escaparão da influência e mediação das ideologias, ou, se se desejar, dos fragmentos ideológicos. Por outro lado, nossa tentativa de pesquisa não poderá, a menos que se cristalize numa simples classificação, reduzir esta verificação crítica que visa particularizar as mediações ideológicas no seio do processo da consciência de classe, a uma ordenação grosseira partindo de um esquema preconstituído de idéias e de teses que se confrontam e escolhas que emergem. Quer se trate da projeção mecânica de uma tese ideológica estabelecida *a priori*, quer se trate de uma apologia pura e simples do “que existe”, não é suficiente revelar as diferentes ideologias ou seus fragmentos em confrontação no seio do movimento operário durante um período determinado, e se limitar a operar uma classificação em função de suas fontes. Estas mesmas fontes devem ser submetidas a uma profunda análise crítica, à luz dos fatos, da experiência coletiva e de seu movimento.

(...)

Índice Onomástico

- ACKOFF, C. R., 34
ADLER, A., 60
ADORNO, T. W., 16, 35, 97, 192, 214
ALBERTI, R. E., 60
ALLPORT, G. W., 46
ALMOND, G., 49
ALTHUSSER, L., 88, 89, 213, 215, 218
ANZIEU, D., 217
ARON, R., 43
AUDI, E., 60
- BACHELARD, G., 44
BAKER, K. H., 181, 188
BARANGER, W., 88, 89, 213, 216, 217, 218, 221
BASTIDE, R., 88, 93
BEAR, J., 60
BELLEMIN-NOËL, J., 222
BELLOUR, R., 209
BENNEY, M., 171, 178, 179, 187
BERELSON, B., 87, 201, 202, 210
BERNSTEIN, B., 53
BINDER, A., 177, 187
BIRNBAUM, N., 27
BOSANNAN, P., 87
BOURDET, Y., 123
BOURDIEU, P., 7, 8, 9, 16, 21, 26, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 52, 57, 58, 59, 62, 63, 65, 66, 68, 71, 73, 77, 80, 81, 89, 90, 119, [137-151], [153-167], 220
BRETON, A., 191
BROHM, J. M., 69
BROWN, R. W., 177, 187
BUSS, A. H., 176, 187
- CAHALAN, D., 180, 187
CAMPBELL, D. T., 181, 188
CANNELL, H., 37, 55, 62, 82, 170, 171, 174, 179, 181, 184, 188
CANTRILL, H., 37
- CARTWRIGHT, D. P., 32, 87
CASTELLS, M., 16
CAUQUELIN, A., 69
CHAMBOREDON, J. C., 16, 220
COHN, G., 32
COLLETTI, L., 118
COT, J. P., 49, 50, 74
COUCH, A., 181, 187
- DELEUZE, G., 185, 187
DE MAN, H., 60
DIXON, T. R., 177, 179, 188
DOHRENWEND, B. S., 171, 188
DUPRÉEL, É., 73
DURKEE, A., 176, 187
DURKHEIM É., 88, 220
DUVERGER, M., 37
- EMMONS, M. L., 60
ENGELS, F., 103, 104, 194, 195, 226
ERLICH, 178
EYSENCK, H. J., 176, 187
- FALS BORDA, O., 112
FAUCONNET, P., 88
FAURE, E., 149
FENSTERHEIM, H., 60
FERBER, R., 181, 187
FERNANDES, F., 115
FERRAROTTI, F., 121, 122, 123
FESTINGER, L., 32
FICHELET, R., 192
FREDERICO, C., 116
FRENKEL-BRUNSWIK, E., 192
FREUD, S., 86, 88, 89, 92, 203, 204, 210, 217, 218
FREUND, J., 43
- GALLUP, 68, 75, 125
GIRARD, A., 68, 69, 72, 73, 74

- GIRARDI, G., 257
 GIROD, A., 46, 110
 GOULDNER, A. W., 25, 26, 183, 187
 GRÉCO, P., 157
 GUATTARI, F., 185, 187
 GUIMARÃES, A. Z., 87
- HABERMAS, J., 24, 110
 HILDUM, D., 177, 187
 HUGHES, E. C., 171, 187
 HYMAN, H. H., 178, 179, 181, 188
- INKELES, A., 51
 IPOLA, E. de, 16
- JACKSON, D. N., 181, 188
 JAMOUS, H., 60
 JAVEAU, C., 55, 61
 JUNG, C., 97
- KAHN R. L., 37, 55, 62, 82, 170, 171, 174, 179, 181, 184, 188
 KATZ, D., 32, 178, 188
 KANDEL, L., 7, 9, 35, 82, 83, 84, 85, 99, 105, [169-189], 193
 KAUTSKY, K., 115
 KENISTON, D., 181, 187
 KLEIN, D., 171, 188
 KRASNER, L., 176, 177, 188
- LABRIOLA, A., 220
 LACAN, J., 202
 LANDOWSKI, E., 191
 LANZARDO, D., 8, 101, 105, 106, [233-246]
 LAPLANCHE, J., 91, 203, 204, 205, 208
 LAZARFELD, P., 203
 LEFÈBVRE, H., 195
 LEGGÈTT, J. C., 181, 182, 188
 LEGRAS, D., 191
 LEGROS-BAWIN, B., 55, 61
 LEMAINÉ, J. M., 177, 188
 LENIN, V. I., 115, 116, 117, 124, 125, 228
 LENSKI, G. E., 181, 182, 188
 LESNE, M., 92
 LEVINSON, D. J., 192
 LÉVI-STRAUSS, C., 86, 195, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210
 LEWIN, K., 37, 49, 50, 110
 LEWIS, O., 51
 LIEBERMAN, C. R., 177, 188
 LICKERT, 34
 LINDZEY, G., 174, 201
 LIPSET, S. M., 58, 60, 144, 163, 164
- MACCOBY, E. e N., 171, 174, 188
 McCONNELL, D., 187
 MAÎTRE, J., 7, 9, 33, 35, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, [213-223]
 MAO TSÉ-TUNG, 116, 117, 125
 MARKEL, L., 68
- MARX, K., 8, 28, 29, 102, 103, 104, 105, 106, 220, 225, 226, 227, 228, 233, 235, 236, 237, 239, 243, 244, 246, [249-256]
 MAURON, C., 222
 MAUSS, M., 86, 88, 198
 MENDEL, G., 83
 MERTON, R. K., 35, 179
 MESSICK, S. J., 181, 188
 MICHELAT, G., 7, 9, 33, 35, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 99, [191-211], 213, 214, 219, 221, 222, 223
 MILLS, C. W., 16
 MOMIGLIANO, F., 114, 115
 MONTESQUIEU, 154
 MORIN, E., 35, 37, 91, 94
 MOULIER, Y., 101
 MOUNIER, J. P., 49, 50, 74
 MOURIAUX, R., 104
 MOUVEMENT 22 MARS, 186, 188
- NAVILLE, P., 60
 NOELLE, E., 35, 79, 80, 111, 112
 NUNES, E. O., 34
- OBERSCHALL, A., 119
- PAGÈS, M., 173, 188, 191
 PAGÈS, R., 175, 183, 188
 PANZIERI, R., 8, 9, 10, 101, 102, 108, 114, 115, 116, 117, 118, 119, [225-231]
 PARETO, V., 154
 PASSERON, J. C., 16, 220
 PERLMAN, J., 50, 51, 59, 61, 89
 PIAGET, J., 88, 89, 213, 214, 215, 216
 PIÉRON, H., 194
 PIZONIS, 176, 188
 PLATAO, 137, 154
 PONTALIS, J. B., 91, 203, 204, 205, 208
 PROHANSKY, M., 170, 188
- QUADERNI ROSSI, 8, 101, 102, 114, 115, 116, 125, [225-246]
 QUAY, H., 176, 188
- RABELAIS, 195
 RANK, O., 93
 RAYMOND, H., 192, 214
 REICH, W., 94
 RICE, S. A., 180, 188
 RICHARDSON, S. A., 171, 177, 181, 183, 188
 RIESMAN, D., 178, 179, 187
 RIGAUDIAS-WEISS, H., 102
 ROBINSON, D., 179, 188
 ROBINSON, W. P., 53
 RODRIGUES, A. M., 59
 RODRIGUES, L. M., 31, 53
 ROGERS, C. R., 90, 91, 172, 174, 175, 176, 184, 188, 191
 ROHDE, S., 179, 188
 ROSENTHAL, R., 180, 181, 188

SALZINGER, K., 188
SANFORD, R. N., 192
SAPIR, E., 86, 194, 196, 197, 198
SCHATZMAN, L., 53
SCHILLER, 208
SCHUTZ, A., 23, 59
SCHWARTZ, R. D., 188
SECHREST, C., 188
SEIDENBERG, B., 188
SELLTIZ, C., 36, 97
SFEZ, L., 69
SIMON, M., 84, 85, 192, 198
SJOHELM, N. A., 187
SKINNER, B. P., 176, 187, 188
SMART, B., 26, 84
SMITH, E. W. L., 177, 188
SMITH, M. J., 60
SNYDERS, G., 80
SOLA-POOL, I. de, 164
SOROKIN, P. A., 16
SOUZA, A. de, 33, 36, 56, 59
STANTON, F., 181, 188
STAR, 178, 187
STOETZEL, J., 68, 69, 72, 73, 74, 194
STONE, P. J., 32, 87
STRAUSS, A., 53

TAMULONIS, V., 187
TOCQUEVILLE, A. de, 154
TOURAINÉ, A., 120
TRENTIN, B., 257, [258-262]
TRONTI, M., 101
TRUAX, C. B., 175, 176, 177, 188

UNRUG, M. C. d', 87, 210, 211

VERBA, S., 49
VERNE, J., 222
VERNER, H. W., 187
VERPLANCK, W. S., 177, 188
VIANSON-PONTÉ, P., 66
VINCENT, J. M., 43, 118

WALES, M., 181, 187
WEBB, E. J., 188
WEBER, M., 8, 42, 43, 220, 227
WILLER, C., 68
WILLIAMS, J. A., 179, 188
WINICK, C., 48
WITT, A., 33
WYATT, D., 181, 188

ZUCZINSKI, J., 108

Índice Remissivo

- ação política, 124, 126, 139, 145, 166
Action Research, 110
aculturação (efeito de —), 175
aditividade das opiniões, 38, 45, 50, 73-74, 107, 140
afetividade, 33, 88, 94, 197
afetivo vs intelectualizado, 85, 105, 194, 221
agitação política, 114
alienação, 165, 226
amostra, amostragem, 33-34, 45, 66-68, 76, 86, 112, 199
 (erros de —), 36
 (representatividade da —), 113, 138, 199
análise de classes, 27-28, 117
análise de conteúdo, 32, 35, 87, 192, 201, 210
análise estatística, 44
análise marxista, 27
análise qualitativa, 203
antropologia, 86-87, 194-96, 229
aparência, 154
apercepção temática, 97
aprendizagem, 163, 176
aquiescência, 59-60
artefato, 61, 80, 140
articulação ciência/movimento social, 122-23, 186
associação livre, 91-93, 97, 206
atenção flutuante, 86, 90-93, 96, 202, 206, 222
atitude, 34, 36, 46, 50, 60, 110, 170
atitude operária, 31, 54
atomicismo, 16-17, 29, 45
autoconhecimento, 103, 186-87
autodescrição, 112-13, 122, 132
autogestão da investigação, 121, 123
autoridade, 73, 103, 109, 121, 144, 260
autoritarismo de classe inferior, 26, 34, 37, 54, 58, 60, 70, 98, 132, 143-44, 163-64
avaliação comparativa, 107-8
behaviorismo, 175, 177
burguesia, 69, 102, 104
burocracia, 15, 17
capital, capitalismo, 50-51, 101, 103, 108, 115, 226-27
capital cultural, 145
categorias observacionais, 97
categorização, 53, 87, 99, 201
 (retardamento da —), 87, 90, 95-96, 222
ciência política, 142, 154-55, 159, 162-63, 165, 226
cientificidade/razionalidade, 38, 121
cientificismo, 123
classe (análise de —), 27-28, 117
classe dominada, 130, 260
 — dominante, 103, 165, 167, 260
 — dirigente, 154
 — média, 49, 50, 53, 61
 — operária, 58, 101-103, 114-15, 118, 131, 227, 230, 235, 244, 249, 260
 — popular, 53, 144, 160
 — social, 117, 144, 149
classificação do conteúdo, 201
comparabilidade das respostas, 63, 75
comparação dos deveres e poderes, 107-8
competência política, 58, 69-70, 142, 148, 153-4, 158, 163, 166
comportamento, 45, 176, 195, 197
comportamento verbal e não-verbal, 82, 83, 176
compreensão, 42
comunicação, 52, 55, 92, 97, 113, 118, 121, 133, 162, 220
concepção socialista da enquete, 8, 233-56
condensação (efeito de —), 206
condicionamento da resposta, 82, 176
condições de produção das opiniões, 63, 65, 137, 143

- condições de trabalho, 104-5, 122, 124, 238, 250-56
- conflito, 65, 66, 94, 110, 119, 216, 229, 237, 260 (estudo dos —), 119
- conformidade, 161
- conformismo, 65, 121
- conhecimento científico, 214, 217
- consciência de classe, 94, 98, 111, 114-5, 118, 124, 160, 236, 258, 260-1
- consciência operária, 115-6, 120, 230 (tese leninista sobre a —), 115, 228
- conscientização, 111, 113, 119
- consenso, 45, 73, 102, 138, 227
- conservadorismo, 34, 145
- contestação estudantil, 18, 120
- conteúdo (análise de —), 32, 35, 87, 192, 201, 210
- conteúdo latente, 191, 194, 201-2, 206, 218, 222
- contraprobemática, 65, 111, 145, 150
- controle epistemológico, 41
- corpus, 86, 200, 203, 207, 209-10.
- crenças, 20, 26
- crise (situação de —), 65, 147, 148
- crítica da economia política, 104, 225, 236
- do empirismo, 16-19
- do senso comum, 29, 106
- do subjetivismo, 117, 125
- metodológica, 44
- cultura cívica, 49
- cultura da pobreza, 51, 61
- cultura e subculturas, 50, 84, 88, 93, 192, 194, 196, 215, 261
- dados (obtenção de —), 22, 23, 43, 57, 127
- debate político, 154-55, 231
- decisão (tomada de —), 114
- demanda social de conhecimento, 139
- democracia, 39, 67, 70, 72, 74, 76, 262
- desbloqueio da palavra, 109, 186
- desejo, 217
- desigualdade social, 73, 230
- desinformação, 68, 69, 75
- desnível de comunicação, 52
- despolitização, 167
- despotismo de fábrica, 105, 106, 238, 241
- desvio de sentido, 143-144
- didática das ciências sociais, 18-19, 21-22
- diferenciação cultural, 49, 50, 57
- dimensão política da investigação, 29, 76, 84, 110, 120, 126
- direção política, 116-17
- discurso, 92, 94, 96, 140, 155, 165, 200, 222 (figuras do —), 211
- discurso político, 155-57, 160, 162, 166-67
- disposição profunda, 148
- dispositivo de pesquisa, 97, 109-11, 123, 131
- distância cultural investigador/investigado, 48, 52
- distorção, 25, 36, 56, 57, 60, 61, 82, 111, 129, 138
- distorção na entrevista, 37, 172, 178
- divisão do trabalho de pesquisa, 84, 95, 186
- divulgação dos resultados, 71, 124
- dominação, 65, 66, 109
- doxa, 154, 155
- doxósofos, 153, 154, 164
- ecletismo, 129
- economicismo, 102, 115-6, 118, 124-5
- educação política, 124-5, 150, 261
- efeito de aculturação, 175
- de condensação, 206
- de consenso, 140
- de contaminação das perguntas, 32, 37, 64
- de explicação (ou de esclarecimento das perguntas), 109-11, 113
- de politização, 66, 119, 147
- eleição, 149
- empatia, 92, 175
- empirismo, 15, 16, 17, 19, 20, 57, 127
- enquete, 31, 117
- enquete operária, 10, 26, 101-2, 105, 110, 114, 225-46
- ensino (pesquisa sobre o —), 80, 139, 143, 145, 147
- entrevista (situação de —), 9, 78, 81, 83, 171, 173, 178, 182 (tipos de —), 35-36
- entrevista não-diretiva, 7, 80-5, 88, 91, 95, 169, 170, 191
- enunciação, 57, 156, 158
- epistemologia, 22, 214
- equivalência das opiniões, 45, 72, 138
- espontaneidade, 114, 116, 201
- estereótipos, 64, 98, 195
- estética, 142, 148, 158, 160
- estruturação do campo observado, 85, 192-3
- estrutura cognitiva, 108
- estrutura social, 17, 94
- ethos de classe, 143, 159, 161
- ética, 58
- etnocentrismo, 48, 50-1, 59, 158, 163
- fábrica, 29, 122, 124, 238, 258 (despotismo de —), 105-6, 238, 241
- fantasia, 217-8
- fase de investigação, 109
- fase de divulgação, 124
- fenomenologia, 23, 59, 92, 96
- fisicismo, 17, 123
- força de trabalho, 238, 240
- formalismo, 27
- formulação das perguntas, 54, 56, 64, 106
- formulário, 33
- função política das sondagens, 70, 72-74, 139, 140
- habitat*, 214
- habitus de classe*, 59, 160, 162, 166
- hexis corporal*, 161, 165
- hierarquia social, 144, 145
- hipótese, 22, 32, 90, 201, 207
- história de vida, 207
- homem simples, 52, 55, 63

- ideologia, 74, 88, 89, 94, 192, 213-18, 260
ideologia e sujeito, 45, 89, 214, 216-7, 219, 221
ideologia dominante, 64-65, 109
ilusão da transparência, 89-90, 220
ilusão (no sentido freudiano), 89, 217
imaginação sociológica, 49, 52
imposição de problemática, 48-52, 70, 93, 95, 105, 117, 141-42, 145
impregnação, 86, 96, 204
individualismo, 47, 185
indivíduo e sociedade, 47, 96, 196, 218
indivíduo portador de cultura, 85, 194, 215
inconsciente, 92-3, 217, 222
inferioridade cultural, 55, 60
influência do entrevistador, 83, 175, 177-80
influência sobre a resposta, 111, 177-78
informação simptomática, 195, 200
in group/out group, 161
iniciativa dos investigados, 9, 84, 112, 115, 123
inserção social do dispositivo, 112
instinto de classe, 148
instituto de pesquisa de opinião, 76, 141
intelectuais e massas, 47, 101, 115, 117, 123
intelectualizado vs afetivo, 85, 105, 194, 221
interação social, 195
interação verbal ou não-verbal, 82, 174, 175, 178, 199
intercomunicação entre investigadores e investigados, 23, 25, 93, 113
interesse na pesquisa, 130, 139, 145
interseção psicológica/social, 88, 89, 218
interpretação 53, 62, 90, 203-5, 221
— das entrevistas não-diretivas, 96, 200
intervenção sociológica, 120, 132
investigação-inserção, 112, 132
— militante, 7, 101, 124, 259
— (autogestão da —), 121, 123
- jornalismo, 71, 76, 141, 154
jornalismo revolucionário, 116
jovem Marx, 225-6
- lapsos, 86, 205
legitimidade científica, 29, 74, 131
leninismo, 105, 116, 228
liberalismo das classes superiores, 58, 164
limitação conformista, 65
linguagem, 53, 55, 95, 118, 156, 166
logocentrismo, 48, 158
luta de classes, 235-36, 258
- manipulação, 186
marginalidade, 50-51
marketing, 46
marxismo, 27, 213, 225, 226
massas, 116, 260
materialismo histórico, 8, 27
mestria simbólica, 159
método antropológico, 51, 96
— científico, 15
mito, 93, 195, 197, 206, 222, 260
— (análise de —), 204, 209
- mito da ascensão social, 65
mobilização política, 65, 66, 118, 119, 162
modelo cultural, 85, 87, 195-98, 204, 222
modelo de raciocínio, 107, 204
modernidade, 51
modo de comunicação das classes, 53, 55, 81
modo de produção capitalista, 103, 104, 106, 245
monopolização do conhecimento, 83, 130, 183, 186
moral, 104, 142
motivação, 54, 56, 92, 97, 173, 185
movimento espontâneo, 115, 118, 228
movimento operário, 120, 258
movimento social, 83, 110, 120
mulher, 69, 96, 120, 141, 184-86, 205, 249
múltipla escolha, 34, 55-57, 64, 158
- não-diretividade, 35, 80, 82, 85, 90, 96, 173, 191
não-resposta, 69, 71, 140, 141, 148, 155, 158
neutralidade axiológica, 8, 42
neutralidade falsa, 41, 75, 76, 260
neutralidade metodológica, 8, 43, 66
nível cultural, 54, 69
nível de informação, 67, 69
nível educacional, 59, 142, 144
- objetividade científica, 28, 42, 146
observação, 19, 21, 229
observação direta e indireta, 32, 170
observação passiva/ativa, 110
observação (problematização da —), 17, 23, 42
obstáculo epistemológico, 219-20
operacionalização, 90, 221
opinião, 20, 44, 46, 110, 132, 148
— (aditividade das —), 45, 50, 73-74, 107, 140
opinião e comportamento verbal, 180
opinião mobilizada, 146, 147, 151
opinião pública, 28, 74, 140, 147
organização de classe, 102, 259
organização do trabalho, 119, 258
- participação, 114
passividade, 110
percepção, 142, 193
perguntas abertas/fechadas, 33-34
perguntas explicativas, 112-13
perguntas políticas, 153, 156, 159
personalidade autoritária, 97
perspectiva de classe, 104, 106
pesquisa-ação, 110, 113, 126, 132, 133
pesquisa convencional, 17, 27, 119, 127
pesquisa de opinião, 31, 38, 159
pesquisa eleitoral, 38, 60, 67, 70, 140
pesquisa empírica, 27
pesquisa etnológica, 159
pesquisa sociológica, 38, 70
polêmica, 104, 105
popularidade, 75
positivismo, 15, 19, 23, 42, 120, 163
pós-maio de 1968, 126, 144, 169

- preconceitos, 25, 98
 princípios de produção das opiniões, 58, 145
 privatização dos problemas sociais, 83, 184
 probabilidade de ter uma opinião, 141, 142, 147, 158
 problemática, 17, 51, 97, 139, 221
 problemática do questionário, 69, 102, 105, 111 (imposição de —), 48-52, 70, 93, 95, 105, 117, 141-42, 145
 processo social, 215, 218
 processo de produção, 119, 235, 245
 profundidade, 33, 85, 92, 172, 184, 194, 221
 psicanálise, 86, 88, 91-94, 185, 194, 205-8, 213
 psicologia, 82, 88, 182
 psicologia social, 170, 191
 psicossociologia, 97, 110, 170, 185, 192
 psicologismo, 60, 93, 94
 psicologização do social, 83, 110-11, 121, 185
 psiquiatria, 172
- quadro de referência, 54, 57, 62, 75, 80, 93
 quantificação, 80, 202
 quantitativo/qualitativo, 87, 107, 113, 199
 questionamento das técnicas, 15, 22-24, 142
 — metodológico, 26, 43-44
 — sociológico, 24-25, 29, 43, 59, 97
 questionário, 32, 33, 34, 64
 — de 1880, 28, 102, 103, 105, 106, 124, 237-45, [249-55]
- racionalidade/cientificidade, 38, 121
 reflexividade, 52, 132
 reforço, 175, 177, 204
 relação de campo, 47, 104
 — de classe, 110, 121, 161
 — de força, 140, 150
 relação investigador/investigado, 33, 37, 52, 63, 81-82, 90, 93-94, 97, 125, 161-62, 202, 220
 relação jurídica, 239
 relações humanas, 93, 110, 183
 relativismo cultural, 48, 109, 131
 relevância, 38, 48, 59, 65, 105, 128, 131
 religião e ateísmo, 85-86, 192
 religião (sociologia da —), 216, 219
 representação, 85, 111
 — coletiva, 86, 88, 214
 (sistema de —), 192, 214
 respostas éticas e políticas, 142, 162
 retardamento da categorização, 87, 90, 95, 96, 222
 retórica, 211
 rotulagem, 96, 130
- semiologia, 132-33, 162, 191
 senso comum, 29, 63, 64, 80, 106, 108, 128
 seqüência de pensamento, 109
 significação, 48-49, 62, 86, 96, 143, 193, 201, 203
 sindicato, 101, 114-115, 124, 260
 sistema de representações, 192, 214
 situação de classe, 27, 103
 — de conflito, 119
 — de crise, 65, 147, 148, 229-30
 — de entrevista, 9, 78, 81, 83, 171, 173, 178, 182
 sobredeterminação, 206
 sobre-interpretação, 206, 209
 socialização, 58, 86, 196
 sociocentrismo, 48, 53, 88, 97, 214, 215
 sociolinguística, 53, 56, 99
 sociologia acadêmica, 31
 — burguesa, 226-27
 — crítica, 24, 28, 110, 121, 123
 — da religião, 216, 219
 — do trabalho, 119, 120-22, 133
 — e marxismo, 225
 — e psicanálise, 223
 — marxista, 226
 — norte-americana, 18, 27
 — política, 74, 94, 149
 — reflexiva, 24-26, 52, 131
 solidariedade de classe, 119, 229
 sondagem de opinião, 45, 67, 72, 137-41
 sonho, 89, 93, 215
 subjetividade, 47, 86-88, 94, 122-23, 221
 subjetivismo, 117, 125
 sujeito e ideologia, 45, 89, 214, 216-17, 219, 221
- técnica de pesquisa, 15
 técnica projetiva, 95, 97, 98
 teoria-em-atos, 21, 44, 47, 83
 teoria e prática, 24
 teoria freudiana, 94
 teoria marxista, 106, 107
 teoricismo, 19
 teorização sociológica, 17
 terapia, 35, 91, 172-73, 177, 182
 — centrada no paciente, 92, 93, 95, 172
 tipo ideal, 42
 tomada de consciência, 101, 125, 236, 261
 — de decisão, 114
 — de posição, 66, 146, 157
 trabalho assalariado, 233-34, 238
 trabalho político, 231, 233
 trade-unionismo, 115, 243
 tradicional/moderno, 34, 49, 50
 transferência, 91-92
 transmissão cultural, 163
 troca desigual na entrevista, 83, 84, 182
- unilateralidade na observação, 23, 95, 98, 113, 130, 183
 unicidade da pergunta, 45
 utilização política dos resultados, 67, 72
- validade, 66, 67, 69, 74
 valores, 42, 84, 86, 192, 215-16, 229, 260
 — democráticos, 144
 vanguarda, 115-16, 118, 260
 verbalização, 54, 57, 80, 86, 88, 108
 vida cotidiana, 108, 147, 161
 visão do mundo, 26, 84, 164
 vivido, 87, 88, 92, 96, 108
 voto, 70, 71, 74, 140, 150

CRÍTICA METODOLÓGICA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ENQUETE OPERÁRIA

Este livro torna acessível ao leitor brasileiro um conjunto de textos metodológicos cujas orientações críticas põem em questão a prática de investigação nos campos das ciências sociais e da ação política.

De um lado, são criticados os métodos da sociologia empírica e, em particular, as técnicas de questionário e de entrevista, tais como são convencionalmente aplicadas na pesquisa de opinião e nas pesquisas eleitorais.

Por outro lado, são discutidos os princípios da "enquete operária" de Karl Marx e as possibilidades de sua atualização num tipo de Pesquisa-Ação adaptado às condições atuais do movimento operário.

Pela variedade dos temas abordados, este livro pode ser considerado como instrumento de trabalho e de reflexão para estudantes e pesquisadores das áreas de ciências sociais, educação, comunicação, serviço social e também para sindicalistas e militantes políticos.

MICHEL THIOLENT, autor da primeira parte do livro e organizador dos textos selecionados na segunda, é doutor em sociologia pela Universidade de Paris, tendo sido professor de Metodologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP de 1975 a 1979.